



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,  
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550  
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

**E-mail:** [assessoriaufpi@gmail.com](mailto:assessoriaufpi@gmail.com) ou [comunicacao@ufpi.edu.br](mailto:comunicacao@ufpi.edu.br)

# **BOLETIM DE SERVIÇO**

Nº 608 - Maio/2023  
Resoluções - Nº 508 e 509/2023  
(CEPEX/UFPI)

Teresina, 30 de maio de 2023



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI N° 508, DE 29 DE MAIO DE 2023

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, a ser implantado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho e, considerando:

- o processo eletrônico n° 23111.024583/2023-84;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, referente a 1(uma) turma a ser implantada no município de Teresina, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando a urgência para que sejam adotadas as medidas prévias necessárias à oferta de disciplinas e à matrícula curricular, de modo a se cumprirem os prazos previstos no Calendário Acadêmico do PARFOR/UFPI para os períodos letivos 2023.1 e 2023.2.

Teresina, 29 de maio de 2023

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -  
PARFOR



**PROJETO PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
LETRAS LIBRAS**

TERESINA- 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Piauí do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no primeiro semestre de 2023.

TERESINA- 2023

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**REITOR**

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

**VICE-REITOR**

Prof. Dr. Viriato Campelo

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)**

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO (PRAD)**

Evangelina da Silva Sousa

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO (PROPEQI)**

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)**

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA (PREXC)**

Profa. Dra. Deborah Dettmam Matos

**PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (PRAEC)**

Profa. Dra. Mônica Arrivabene



**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PREG)**

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

**COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO**

Profa. Ma. Maria Rosália Ribeiro Brandim

**COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR**

Prof. Me. Francisco Neuton Freitas

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

**COORDENADORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR**

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

**COORDENADOR DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS**

Prof. Me. Maycon Silva Santos

**ASSISTENTE DA PRÓ-REITORA**

Danielle Maria de Brito Aragão



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL**  
**CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**  
**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO**  
**BÁSICA - PARFOR**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS**

**DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

**COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DO PARFOR**

Profa. Dra. Maria da Glória Duarte Ferro

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS**  
**PARFOR**

Profa. Dra. Maraisa Lopes

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

Profa. Dra. Maria da Glória Duarte Ferro

Profa. Dra. Maraisa Lopes

Profa. Ma. Ádila Silva Araújo Marques



## IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

**MANTENEDORA:** FUFPI

**RAZÃO SOCIAL:** Universidade Federal do Piauí

**SIGLA:** UFPI

**NATUREZA JURÍDICA:** Pública

**CNPJ:** 06.517.387/0001-34

**ENDEREÇO:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

**CIDADE:** Teresina

**TELEFONE:** (86) 3215-5511

**E-MAIL:** [scs@ufpi.edu.br](mailto:scs@ufpi.edu.br)

**PÁGINA ELETRÔNICA:** [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br)



## **IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Licenciatura em Letras Libras (Língua Brasileira de Sinais).

**CÓDIGO DO CURSO (INEP):** 1270583

**CRIAÇÃO DO CURSO:**

Resolução CEPEX/UFPI Nº 212

Publicação: 11.12.2012

**RECONHECIMENTO DO CURSO:**

Portaria MEC Nº855

Publicação: 30.11.2018

**TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO:** Licenciado em Letras Libras

**TÍTULO ACADÊMICO FEMININO:** Licenciada em Letras Libras

**MODALIDADE:** Ensino Presencial

**ÁREA DE FORMAÇÃO:** Docência - Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

**DURAÇÃO DO CURSO:**

Mínima: 4 anos

Máxima: 5 anos

**ACESSO AO CURSO:** Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da UFPI.

**REGIME LETIVO:** Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

**TURNOS DE OFERTA:** Integral

**MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO:** Teresina

**VAGAS AUTORIZADAS e-MEC:** 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



**OFERTA DO CURSO:**

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S) (integral)	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral	55
2º SEMESTRE	Integral	55

**ESTRUTURA CURRICULAR:**

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2022/2º semestre	180h/ 12c	315h/21c	375h/ 25c

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.055h	137
Disciplinas Optativas	120h	08
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h	08
Estágio Supervisionado Obrigatório	405h	27
Atividades Curriculares de Extensão	330h	22
Atividades Complementares	200h	--
<b>Carga Horária Total</b>	<b>3.230h</b>	



## LISTA DE SIGLAS

ACE	–	Atividades Curriculares de Extensão
AC	–	Atividades Complementares
AC*	–	Auxílio Creche
AEE		Atendimento Educacional Especializado
ANFOPE	–	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
AUDIN	–	Auditoria Interna
AR	–	Auxílio Residência
BAE	–	Bolsa de Apoio Estudantil
BCCB	–	Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco
BNCC	–	Base Nacional Curricular Comum
CA	–	Centro Acadêmico de Letras
CACOM	–	Coordenadoria de Assistência Comunitária
CAD	–	Conselho de Administração
CAE	–	Coordenadoria de Avaliação e Estatística
CAFS	–	Campus Amílcar Ferreira Sobral
CAMEN	–	Câmara de Ensino
CAPES	–	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CCA	–	Centro de Ciências Agrárias
CCE	–	Centro de Ciências da Educação
CCHL	–	Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN	–	Centro de Ciências da Natureza
CCS	–	Centro de Ciências da Saúde
CDAC	–	Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular
CEAD	–	Centro de Educação a Distância
CEO	–	Coordenação de Estágio Obrigatório
CEPEX/UFPI	–	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI
CES	–	Câmara de Educação Superior
CFRs	–	Casas Familiares Rurais
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CMPP	–	Campus Ministro Petrônio Portella
CONSUN	–	Conselho Universitário
CPCE	–	Campus Professora Cinobelina Elvas



CPF	–	Cadastro de Pessoa Física
CT	–	Centro de Tecnologia
CTec	–	Colégio Técnico
DCN	–	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEFE	–	Departamento de Fundamentos da Educação
DINTER	–	Doutorado Interinstitucional
DMTE	–	Departamento de Métodos e Técnicas
DOU	–	Diário Oficial da União
EFA's	–	Escolas Famílias Agrícolas
ENADE	–	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	–	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	–	Educação Profissional e Tecnológica
e-TEC	–	Cursos técnicos a distância
FORLIC	–	Fórum de Licenciaturas – UFPI
FUFPI	–	Fundação Universidade Federal do Piauí
HU	–	Hospital Universitário
HVU	–	Hospital Veterinário Universitário
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IGC	–	Índice Geral de Cursos
IES	–	Instituição de Ensino Superior
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITA	–	Isenção da Taxa de Alimentação
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	–	Língua Brasileira de Sinais
MEC	–	Ministério da Educação
MINTER	–	Mestrado Interinstitucional
NDE	–	Núcleo Docente Estruturante
PARFOR	–	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCC	–	Prática como Componente Curricular
PDE	–	Programa de Desenvolvimento da Educação
PDI	–	Programa de Desenvolvimento Institucional
PNE	–	Programa Nacional de Educação
PPC	–	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	–	Projeto Pedagógico Institucional
PTI	–	Projeto de Trabalho Interdisciplinar
PRAEC	–	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PREG	–	Pró-reitoria de Ensino de Graduação
PREXC	–	Pró-reitoria de Extensão e Cultura
PROCAD	–	Programas de Cooperação Acadêmica
PRONATEC	–	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPESQI	–	Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação
PROPLAN	–	Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento
REU	–	Residência Universitária
REUNI	–	Programa de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGAA	–	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	–	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIMPARFOR	–	Seminário Interdisciplinar do Parfor
SISU	–	Sistema de Seleção Unificada
STI	–	Superintendência de Tecnologia da Informação
TCC	–	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	–	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAPI	–	Universidade Aberta do Piauí
UFDPAr	–	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFPI	–	Universidade Federal do Piauí
UNEFAB	–	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	13
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	17
<b>1.1 Justificativa</b>	17
<b>1.2 Contexto regional e local</b>	21
<b>1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso de Letras Libras</b>	26
<i>1.3.1 Breve histórico e estrutura organizacional da UFPI</i>	26
<i>1.3.2 Breve histórico do curso de Letras Libras</i>	43
<b>2. CONCEPÇÃO DO CURSO</b>	50
<b>2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso</b>	50
<b>2.2 Objetivos do curso</b>	63
<b>2.3 Perfil do egresso</b>	64
<b>2.4 Competências e Habilidades</b>	67
<b>2.5 Perfil do corpo docente</b>	75
<b>3. PROPOSTA CURRICULAR</b>	78
<b>3.1 Estrutura e organização curricular</b>	79
<i>3.1.1 Prática como componente curricular</i>	90
<b>3.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Letras Libras Parfor/UFPI</b>	97
<b>3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso</b>	98
<i>3.3.1 Estágio Supervisionado Obrigatório</i>	98
<i>3.3.2 Atividades Complementares</i>	102
<i>3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão</i>	108
<i>3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC</i>	110
<b>3.4 Metodologia</b>	114
<i>3.4.1 Materiais específicos</i>	114
<i>3.4.2 Previsão de atendimento a estudantes com necessidades especiais</i>	116
<b>4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS</b>	117
<b>4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão</b>	117
<b>4.2 Apoio ao discente</b>	119
<b>5. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO</b>	121
<b>5.1 Da aprendizagem</b>	121
<b>5.2 Do Projeto Pedagógico do Curso</b>	124
<b>6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)</b>	126
<b>6.1 Disciplinas obrigatórias</b>	126
<b>6.2 Disciplinas optativas</b>	173
<b>7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS</b>	191
<b>7.1 Infraestrutura física e acadêmica</b>	191
<b>7.2 Biblioteca</b>	192
<b>8. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	193
<b>8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos</b>	193
<b>8.2 Cláusula de vigência</b>	193
<b>REFERÊNCIAS</b>	194



## APRESENTAÇÃO

Considerando os novos desafios apresentados à Educação Superior, especialmente, no que toca à formação de professores em efetivo exercício na sala de aula, em face das intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que têm ocorrido na sociedade contemporânea, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) propõe a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras Libras, a ser implementado a partir do segundo semestre de 2022, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, definidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.

O PPC de Letras Libras do Parfor foi elaborado e aprovado em 2016, quando da implantação das primeiras turmas nos municípios de Esperantina, Floriano, Parnaíba, Picos e Teresina, em consonância com a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001 e a Resolução CNE/CP n° 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica e, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, e a CNE/CP n° 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece a duração de carga horária dos cursos de licenciatura plena, Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a garantia de acessibilidade à pessoa com deficiência nos diferentes espaços da sociedade, Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005, que cria os cursos de Licenciatura em Letras Libras, a legislação específica que regulamenta o Programa, notadamente, o Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e a Portaria Normativa MEC n. 9, de 30 de Junho de 2009, que institui o Parfor,

O seu processo de elaboração envolveu a equipe da coordenação institucional do Programa e seguiu as orientações emanadas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), por meio da



Coordenação de Currículo<sup>1</sup>, e da Coordenadoria de Avaliação e Estatística (CAE) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), e está alinhado ao currículo do curso de Letras Libras da UFPI destinado à demanda social (curso “extensivo”)<sup>2</sup> no tocante à estrutura curricular, resguardadas as especificidades metodológicas em virtude da clientela específica do Parfor: professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica.

Assim, é possível afirmar que, de modo geral, o PPC de Letras Libras do Parfor é resultante do processo de discussão desenvolvido no âmbito do Fórum das Licenciaturas (FORLIC), presidido pela PREG, cuja composição reúne os coordenadores dos cursos de licenciatura da UFPI e, de modo particular, no debate empreendido no Núcleo Docente Estruturante (NDE) no Colegiado do Curso de Letras Libras (CCLL) e no Centro Acadêmico (CA) de Letras

O processo de reformulação do currículo do curso de Letras Libras do Parfor iniciou em 2020, em diálogo com a PREG e a Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), com a interlocução da Coordenadoria da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação da região Nordeste (ANFOPE-Nordeste), e visa atender os princípios, fundamentos, procedimentos e a dinâmica formativa a serem considerados nos programas e cursos de formação de professores da Educação Básica estabelecidos pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior.

Esta reformulação curricular também apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, em virtude da especificidade do público-alvo do Parfor, efetivando o compromisso com diversas linguagens, tecnologias, projetos interdisciplinares, metodologias inovadoras e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2019; 2021).

---

<sup>1</sup> Atualmente, Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC).

<sup>2</sup> Havia um entendimento no âmbito desses setores de que os cursos do Parfor devem manter a mesma estrutura curricular dos cursos extensivos correspondentes, levando em conta, por exemplo, a viabilidade de mobilidade estudantil interna e o desempenho satisfatório dos cursistas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é pautado no currículo dos cursos abertos à demanda social.



Nessa direção, este PPC apresenta um currículo atualizado, no qual conhecimentos (científicos, educacionais e pedagógicos), temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania e conteúdos específicos de formação de professores que constituem a matriz curricular do curso foram articulados de modo que os percursos formativos favoreçam o desenvolvimento, pelo cursista, dos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática docente comprometida com as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral, em conformidade com o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O novo PPC do curso de Letras Libras do Parfor está em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica e os princípios fundantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. e objetiva garantir aos professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica formação ampla e cidadã por meio de um projeto formativo com sólida base teórica e fundamentado em princípios norteadores da interdisciplinaridade, de modo a provocar mudanças significativas na prática pedagógica dos cursistas, e ainda com a Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que versa sobre a necessidade de formação inicial e continuada de professores de Libras, Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispendo sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos.

Este PPC fundamenta-se nas orientações provenientes da PREG, por meio da CDAC e da CAE/PROPLAN e a sua organização didático-pedagógica, atendendo às disposições da Resolução CEPEX/UFPI n. 220/2016, está estruturada em oito seções. Na introdução, que é a primeira seção, situamos inicialmente o processo de reformulação do PPC considerando a necessidade social e institucional de sua alteração, as necessidades advindas do avanço do conhecimento e da tecnologia, das demandas da sociedade e de mercado e a importância do novo projeto para a superação dos problemas diagnosticados no curso. Em seguida, caracterizamos a instituição dentro do contexto socioeconômico regional, incluindo um breve histórico da trajetória institucional e as



demandas efetivas de natureza econômica e social para implantação do curso. Concluímos a seção com um breve histórico da IES e do curso destacando a estrutura organizacional da UFPI e os objetivos e as metas institucionais e a relevância do curso no contexto em que está inserido, sobretudo, para atender as demandas locorregionais.

Na segunda seção, apresentamos os princípios curriculares que nortearão o curso de Letras Libras, descritos em conformidade com o PDI/UFPI 2020-2024, e os objetivos gerais do curso de Letras Libras, que guardam coerência com o perfil profissional do egresso, as competências e habilidades, descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 2/2019, com o perfil do corpo docente e com a estrutura curricular e com o contexto no qual o curso está inserido.

Na terceira seção, apresentamos a estrutura e a organização curricular, o modo como concebemos a prática como componente curricular (específico para cursos de licenciatura), o Fluxograma do curso e a síntese de sua composição, além de versarmos sobre as ações de estágio supervisionado obrigatório, as atividades complementares, as atividades curriculares de extensão e a maneira como pretendemos desenvolver o trabalho de conclusão no curso. Não menos importante é a apresentação da metodologia assumida quanto ao processo de ensino-aprendizagem e a inspiração na Pedagogia da Alternância para desenvolvermos nossos tempos universidade e comunidade.

Na quarta seção, elencamos as políticas institucionais de ensino, pesquisa e inovação e extensão que são propostas pelo PDI (2020-2024) e apresentamos sumariamente o modo de atenção ao discente sustentado em ação propostas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC em articulação com a Coordenação do Curso.

Na quinta seção, são apontados o modo como a avaliação da aprendizagem será realizada, considerando-se os ditames da Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012, assim como são indicados os caminhos para a constante avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

A sexta seção apresenta o ementário, a bibliografia básica e complementar de todas as disciplinas obrigatórias e optativas do curso. A sétima seção dá conta da infraestrutura física e das instalações acadêmicas, bem como tece considerações sobre as bibliotecas da UFPI. Por fim, apresentam-se as disposições transitórias e as referências deste PPC.



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Justificativa

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras do Parfor, da Universidade Federal do Piauí - UFPI busca apresentar-se como uma base para a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar os professores que se encontram em exercício, mas carecem de formação acadêmica e conhecimento de novas discussões teórico-metodológicas.

A implantação do Curso de Licenciatura em Letras Libras do Parfor, em uma nova formulação, visa a, em primeiro lugar, contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente, e, por conseguinte, corrobora os preceitos educacionais de melhora da qualidade de ensino geral, ao qualificar professores em exercício, fornecendo-lhes a oportunidade de participar de um curso de graduação que respeite as especificidades do professor que já está em sala-de-aula, tome suas experiências como ponto de partida para a qualificação, progressão e construção de conhecimentos. Os egressos deste curso de Letras Libras preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal e estadual de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do Ensino Superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da UFPI.

O Curso de Letras Libras do Parfor está fundamentado numa perspectiva histórico-cultural, tendo como eixo articulador a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de ensino mais ampla, tomando-a como uma ferramenta que possibilite o engajamento dos sujeitos participantes em uma educação de qualidade.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o currículo deste curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as



escolas e as práticas educacionais, possam desenvolver a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos, além de colocarem-se em posição de ampliar e melhorar sua prática pedagógica.

A implantação do curso de Letras Libras do Parfor representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do estado, que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Letras Libras no tocante à importância da formação de professores em serviço como uma ferramenta que possibilite aos alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e público-alvo da Educação Especial aumentarem sua autopercepção como seres humanos, diferentes e como cidadãos em processo de formação .

Com efeito, o Curso de Letras Libras assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e acessibilidade da sociedade brasileira, em especial, da sociedade piauiense. Acredita-se que a formação de licenciados em Letras Libras corroborará para suprir a carência de mão-de-obra qualificada para realizar o processo formativo de alunos surdos, deficientes auditivos e surdocegos matriculadas em salas específicas, inclusivas no Ensino Fundamental e Ensino Médio e/ou atendidos por docentes lotados nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso posto, torna-se irretorquível o caráter estratégico do curso de Letras Libras e a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área no estado.

Para tal, pensamos o processo de reformulação do currículo do curso de Letras Libras do Parfor buscando atender os princípios, fundamentos, procedimentos e a dinâmica formativa a serem considerados nos programas e cursos de formação de professores da Educação Básica estabelecidos, como dito anteriormente, pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior.

A proposta de atualização do PPC de Letras Libras do Parfor está em consonância com os principais documentos oficiais que trazem as diretrizes da política de formação de professores em exercício na Educação Básica e a legislação específica que regulamenta o Parfor: Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a garantia de acessibilidade à pessoa com deficiência;



Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras; Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como língua a Comunidade Surda; Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamente a Lei de Libras e versa sobre a criação os cursos de Licenciatura em, Letras Libras; Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024); Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência; Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e revoga os Decretos n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e n. 7.415, de 30 de dezembro de 2010; Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis n. 9.394/1996 e n. 11.494 de 20 de junho 2007; Portaria MEC n.. 1.383, de 31 de outubro de 2017, que aprova o atual Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, editado pelo Instituto Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP); Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica; Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP n. 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP n. 15/2017; Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior, , Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei n. 9394/96 e institui a modalidade de educação bilíngue para surdos e Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor e revoga as Portarias CAPES n. 82, de 17 de abril de 2017 e n. 159, de 15 de agosto de 2017, que alterou a Portaria CAPES n. 82/2017.

Segue também, de forma complementar, a legislação interna da UFPI, especialmente, a Resolução CEPEX/UFPI n. 115, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 177, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e



suas alterações; a Resolução CEPEX/UFPI n. 220, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 076, de 20 de maio de 2019, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes público-alvo da educação especial na UFPI; a Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330, de 22 de junho de 2017, que aprova as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 53, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 148, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012 e a Resolução CONSUN/UFPI n. 20, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).

A presente proposta de revisão curricular visa garantir a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos termos dos preceitos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 02/2019. Tem como referência a reformulação do PPC de Letras Libras do curso extensivo da UFPI, aprovada pela Resolução CEPEX/UFPI n. 35, de 09 de abril de 2019, especialmente, no que tange aos fundamentos e princípios norteadores da formação docente.

Contudo, o novo PPC atualizado apresenta um novo desenho curricular, em consonância com as aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes da Educação Básica, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, do art. 1º da Resolução CNE/CP n. 2/2017 e do art. 2º da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, considerando-se o público-alvo do Parfor.

Nesse sentido, as principais alterações dizem respeito à observância das orientações presentes na Resolução CNE/CP n. 2/2017 e dos princípios e fundamentos norteadores da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Destacamos, mormente, a inserção na estrutura curricular de



disciplinas que abordam, além dos fundamentos e metodologias, os conteúdos específicos das áreas a serem ensinados a fim de garantir aos alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento organizados nos campos de experiência no âmbito do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Educação Especial, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular-BNCC – Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2017), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2019) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras (CNE/CES. 18/2002).

Destacamos ainda a nova redação dada ao texto completo do PPC, a alteração na distribuição de carga horária e distribuição das ações que serão desenvolvidas nos estágios supervisionados obrigatórios, a alteração na carga-horária e nas tabelas de pontuação das Atividades Complementares (AC), bem como a inserção das Atividades de Extensão (ACE) proposta pelo PNE (2014-2024) e pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012, assim como pela Resolução CEPEX/UFPI n. 220/2016. No currículo reformulado, há a indicação de realização de 330 horas de ACE.

## **1.2 Contexto regional e local**

O Piauí<sup>3</sup> está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km<sup>2</sup>). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros territórios. Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

---

<sup>3</sup> O vocábulo Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subfluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos pias, rio dos peixes pintados (SEPLAN-PI).



De acordo com último censo demográfico (2010), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolínia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato. As Mesorregiões, os Territórios e as Microrregiões geográficas do Piauí estão ilustrados nas Figuras 1, 2 e 3, respectivamente, a seguir.

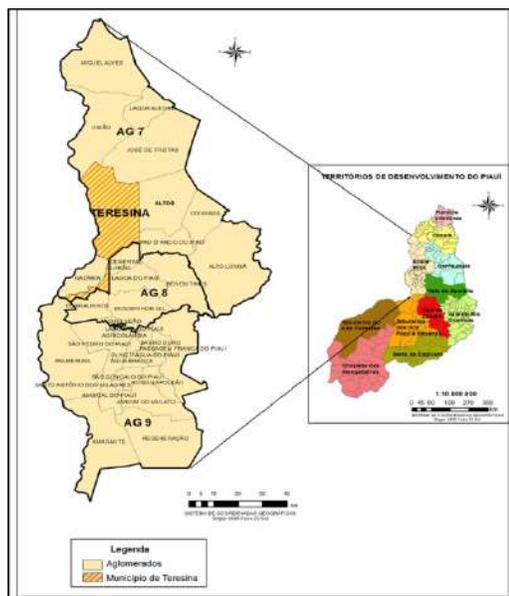
**Figura 1** – Mesorregiões geográficas piauienses



Fonte: IBGE (2010).

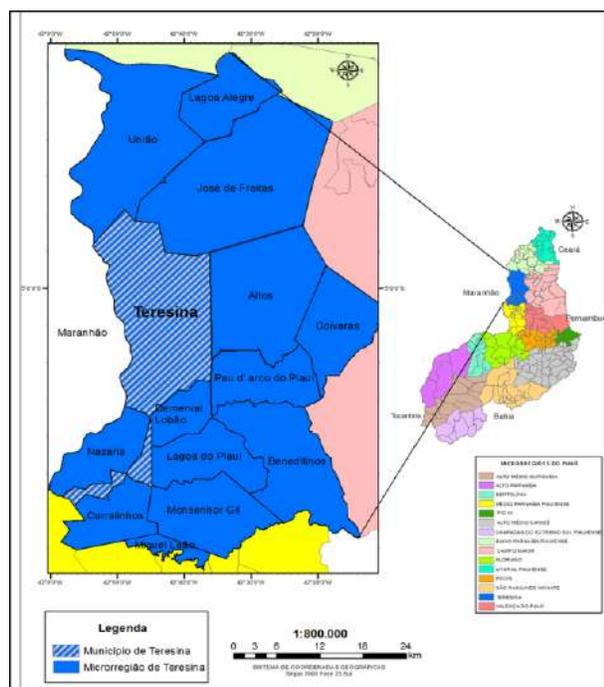
*Silveira*

**Figura 2** – Territórios de Desenvolvimento do Piauí, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

**Figura 3** – Microrregiões geográficas piauienses, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

*Silveira*

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo<sup>4</sup>. Em 16 de agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

As principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas -, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, a pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

No ranking do país é o 18º estado mais populoso, o 17º em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11º em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25ª colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas.

Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de um terço da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima da média nacional que é 15,2%,

---

<sup>4</sup> A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.



enquanto no Piauí é mais que o dobro, chegando a 34,1%. A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6%.

Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira geram reflexos em outros indicadores sociais, como, por exemplo, a esperança de vida, de aproximadamente 71 anos do estado, contra 74 da média do país, e a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de 9,2 anos, também menor que a do país, que é de 9,5 anos. Apesar da pequena diferença de 0,3 é o estado brasileiro com o índice mais baixo no tocante a anos de estudos.

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) está inserida. Instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968, assinada pelo presidente Costa e Silva, que autorizou seu funcionamento sob forma de Fundação, a sua criação é resultante de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade piauiense que acalentaram por décadas o sonho de se instalar uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí.

Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC n.. 453, de 30 de maio de 1978, publicado no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC n.. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação desse documento objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) foi autorizada pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n.. 147-E, de 03 de agosto de 1999, e pelas Resoluções CONSUN/UFPI n.. 15, de 25 de março de 1999 e n. 45, de 16 de dezembro de 1999. A última alteração do regimento da UFPI foi aprovada pela Resolução CONSUN/UFPI n.. 21, de 21 de setembro de 2000.

Segundo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao seu PDI/2020-2024, a UFPI deseja ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável, e, para tanto, define a sua missão nos seguintes termos: “[...] promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional,



nacional e internacional” (UFPI, 2020, p. 31), por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFPI e o seu papel como instituição pública, e representam, portanto, os seus valores, a saber: I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (UFPI, 2020, p. 32).

Assim, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

### **1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso de Letras Libras<sup>5</sup>**

#### *1.3.1 Breve histórico e estrutura organizacional da UFPI*

A UFPI surgiu a partir da junção de unidades isoladas de Ensino Superior existentes na época de sua fundação: Faculdades de Direito, de Filosofia, de Odontologia e de Medicina, localizadas em Teresina e Faculdade de Administração, em Parnaíba. É a principal Instituição de Educação Superior (IES) do estado do Piauí e o seu *Campus* sede, intitulado *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga.

---

<sup>5</sup> Texto adaptado do PDI da UFPI (2020 – 2024).



O credenciamento da UFPI ocorreu em 1945, através do Decreto n. 17.551, de 09 de janeiro, como Faculdade isolada, e foi credenciada em 1968 como Universidade pela Lei n. 5.528, de 12 de novembro, englobando as unidades isoladas de Ensino Superior até então existentes no Piauí. Apesar de ter recebido visita de recredenciamento em março de 2009, o documento regulatório só foi editado em 18 de maio de 2012, através da Portaria MEC n. 645, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 97, de 21 de maio de 2012 (Secção 1, página 13), através da qual a UFPI foi recredenciada por um período de dez anos. Adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo, e é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

O seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações através das Portarias MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02/06/78, e n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU n. 26, de 08/02/1993.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC n. 265, de 10 de abril de 1978 (BRASIL, 1978a) e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).



A reformulação do Estatuto da UFPI, objetivando a adaptação à LDB/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer CNE n. 665/95, aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03/08/99.

Nos termos do seu Estatuto, a UFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução. Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal n. 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí n. 209, em 22 de dezembro de 1969.

A UFPI é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação que atua em todos os ramos do saber e adota decisões colegiadas, pautando-se em princípios democráticos e de justiça social. Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN). As reuniões ordinárias dos conselhos superiores da UFPI são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas (CONSUN - primeira quinta-feira de cada mês; CAD - primeira terça-feira de cada mês; CEPEX - segunda quarta-feira de cada mês).

A administração da UFPI em nível central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias (de Ensino de Graduação - PREG; de ensino de Pós-Graduação - PRPG; de Pesquisa e Inovação - PROPESQI; de Extensão e Cultura - PREXC; de Administração - PRAD; de Planejamento e Orçamento - PROPLAN; e de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC) e, em nível setorial, por seis Unidades de Ensino do *Campus* de Teresina: Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de



Tecnologia (CT). Possui ainda um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

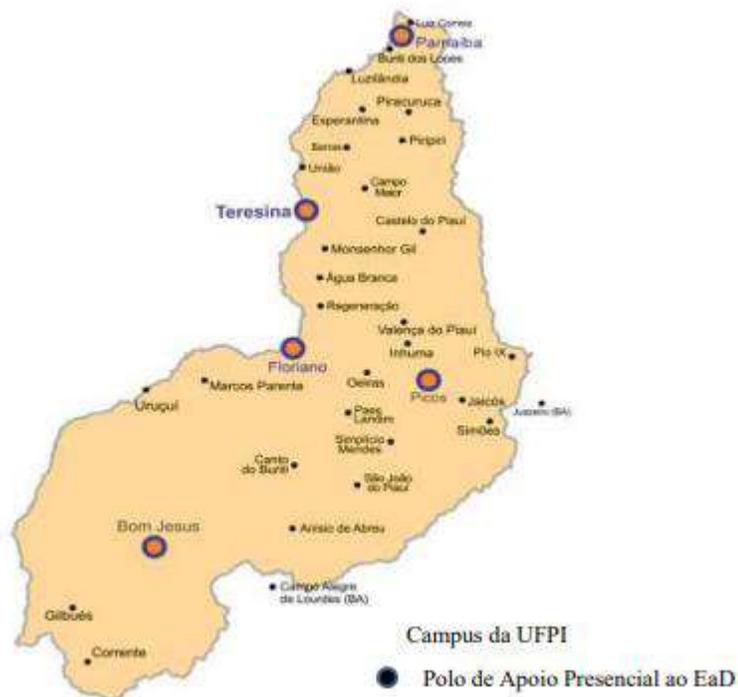
À luz das disposições estatutárias, a UFPI é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), possuindo além do campus sede, três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (*Campus* Profa. Cinobelina Elvas) e Floriano (*Campus* Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o *Campus* Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651, de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Existem ainda órgãos suplementares e de apoio de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para os corpos docentes, discentes e administrativos da UFPI: STI - Superintendência de Tecnologia da Informação; BCCB - Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco; AUDIN - Auditoria Interna; HU - Hospital Universitário; HVU - Hospital Veterinário Universitário.

Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 4, a seguir.



**Figura 4** – Municípios de atuação da UFPI na educação presencial e a distância.



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *Campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, de extensão, de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, e de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O **ensino técnico** em nível médio é oferecido nos Colégios Técnicos (CTec) e propõe a qualificação profissional de jovens buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo. Embora, ainda, não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser também incentivados durante os cursos de nível médio.

Os Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC),

*Silveira*

vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Acerca do sistema de reserva de vagas, a UFPI, através de seus Colégios Técnicos, destina 80% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas e para estudantes oriundos de famílias com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa, em observância às disposições da política de inclusão social, através da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Portaria Normativa MEC n. 18 de outubro de 2012, da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e da Portaria Normativa MEC n. 09, de 05/05/2017.

A UFPI, através de seus Colégios Técnicos, oferece três cursos (Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática) e até 2015 tinha alcançado um total de 1.674 alunos matriculados: 589 em Bom Jesus, 651 em Floriano e 434 em Teresina.

Os  **cursos de extensão**  englobam atividades de natureza acadêmica, técnica ou cultural, que obrigatoriamente estarão presentes em no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução CNE/MEC n. 7/2018.

Em conformidade com o PDI (2020-2024), os cursos de extensão também poderão não estar inclusos como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação, tendo como objetivo apenas complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante.

As ações de extensão e cultura são realizadas pela interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e a socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais do estado do Piauí, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social. Essas ações geram uma relação dialógica de troca de saberes e de impacto social entre a academia e a comunidade, propiciando transformações sociais mútuas e inclusão social.



A execução da política universitária de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) é fundamentada na Resolução 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI, na Resolução CNE/MEC n. 7 de dezembro de 2018 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p.123). Busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, tem estimulado o desenvolvimento de programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disso, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnicos-administrativos, como meio de fomentar o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A UFPI organiza seus  **cursos de graduação**  em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e à distância. O ensino de graduação confere os graus de bacharel e licenciado, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais, ou de vagas reservadas a ações afirmativas e programas especiais, a exemplo do Parfor, visando à obtenção de qualificação universitária específica.

Até a criação da Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPAr), a UFPI ofertava 83 cursos presenciais cadastrados no sistema e-MEC. Com a criação da UFDPAr, atualmente encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais. O ingresso aos cursos de graduação



na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de vestibular e de processos seletivos especiais, a exemplo do Parfor. Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas.

No período de 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI (2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), conhecido como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual a UFPI ministra cursos de bacharelado e licenciatura, perseguindo os mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial. Inicialmente, foi criado o curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.

A partir de 2006 ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de formação de docentes da UFPI, em decorrência da adesão ao Programa de Apoio a Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>6</sup>, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações que dotem as universidades federais das condições necessárias para garantir o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no país, de forma a consubstanciar o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE - Lei n. 10.172/2001) (BRASIL, 2011a).

Nesse sentido, considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de Ensino Superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Com a adesão ao REUNI, a UFPI expandiu sua oferta, com reestruturação de dois *Campi* do interior (Parnaíba e Picos) e implantação de dois novos *Campi*, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, estando a 635 km de Teresina, e em Floriano, situado na Mesorregião do

---

<sup>6</sup> O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).



Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, ficando a 234 km da capital. O início das atividades do *Campus* de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e, em Floriano, se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura.

Em 2015, as vagas para o ensino de graduação foram elevadas e no primeiro semestre de 2018 a UFPI ofereceu mais de 3000 (três mil) vagas no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação no período letivo 2018.1, através do SISU, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, distribuídas nos seus *Campi*.

Atualmente, são ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Durante a vigência do seu novo PDI (2020-2024) a UFPI pretende, continuamente, avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades. O Quadro 1, a seguir, demonstra o número de alunos ingressantes, matriculados e egressos durante a vigência do PDI 2015-2019.

**Quadro 1** – Número de alunos ingressantes, matriculados e egressos, quinquênio 2015-2019.

Ano	Ingressantes	Matriculados	Egresso
2015	5.237	23.579	3.004
2016	5.807	23.447	2.714
2017	5.549	23.955	2.848
2018	5.467	23.987	2.889
2019	5.556	24.171	2.799

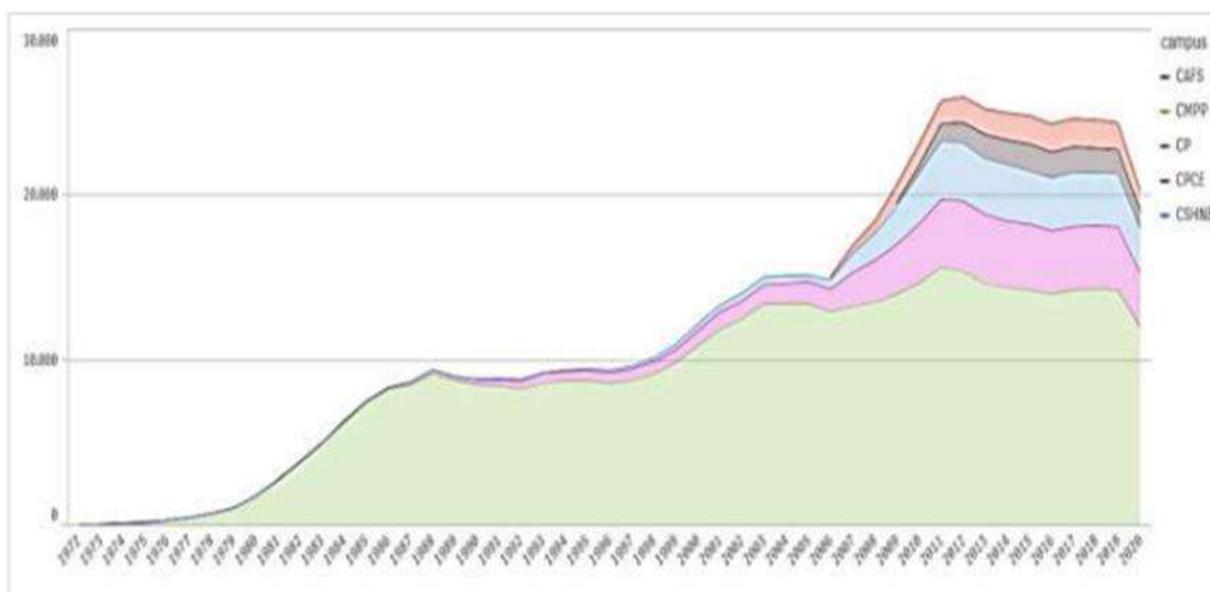
Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Para a EaD, foram oferecidas nesse mesmo ano um total de 3.000 (três mil) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, tanto na sede dos *Campi* como em outros municípios, perfazendo 316 (trinta e seis) polos situados em 36 (trinta e seis) diferentes cidades do

Estado do Piauí. Na vigência do PDI 2015-2019 (UFPI, 2015), na modalidade de educação a distância, havia 15 cursos de graduação em 48 polos de apoio presencial, distribuídos no Piauí e na Bahia.

Até 2019 a UFPI contabilizou 24.171 alunos de graduação matriculados no ensino presencial e cerca de 11.054 na modalidade EaD. As figuras 5 e 6 ilustram, respectivamente, a evolução do número de alunos matriculados na graduação na modalidade presencial por ano e *Campus* e na modalidade a distância, por ano, no *Campus* Ministro Petrônio Portella.

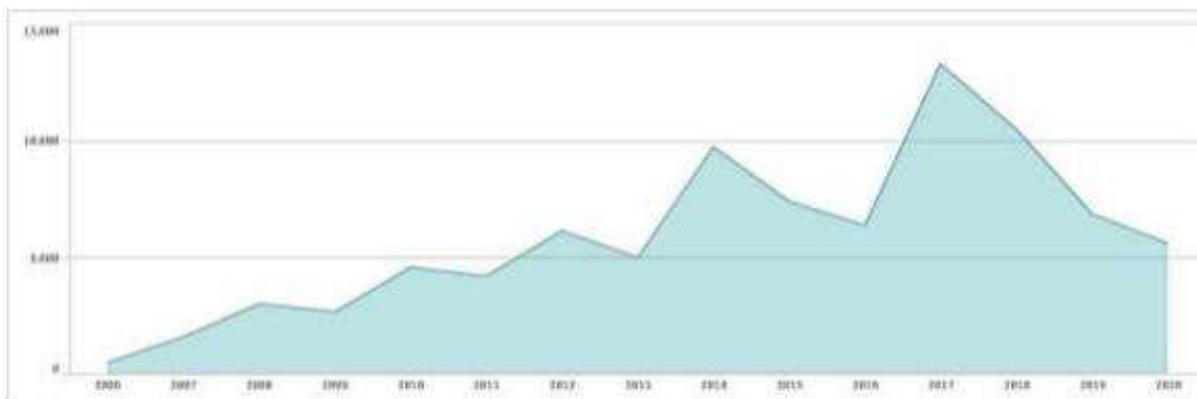
**Figura 5** – Evolução de alunos matriculados por ano e campus – modalidade de ensino de graduação presencial



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

*Silveira*

**Figura 6** – Evolução de alunos matriculados por ano – modalidade de ensino de graduação a distância, no CMPP



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Importante ressaltar também que projetos previstos no PDI anterior e, em andamento, deverão ter continuidade, como os programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Parfor, quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender demandas sociais importantes.

O **ensino de pós-graduação** na UFPI contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, cursos de doutorado) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização), visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional.

Nesse sentido, a UFPI, na condição de encarregada de propor políticas de ensino de pós-graduação, viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, com o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado nos últimos anos.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção dos programas, atualmente existentes, seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que preveem em seus

documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

Para ingresso nos cursos de pós-graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

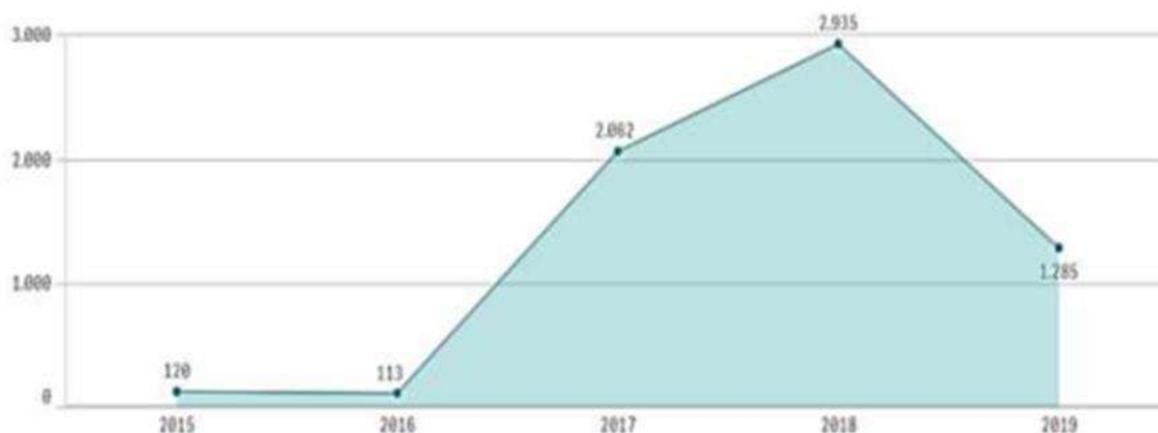
Em 2015, as vagas foram gradativamente aumentadas e nos últimos 5 anos, de forma sustentável e contínua, a pós-graduação na UFPI atingiu um patamar superior a 60% no número de alunos matriculados em programas de Mestrado e Doutorado. Embora o número de Bolsas Demanda Social – CAPES de Mestrado tenha praticamente se mantido, houve um incremento considerável de Bolsas para Doutorado, mantendo-se, contudo, sem alteração a quantidade de Bolsas do CNPq, entre os dois quinquênios.

Em relação aos conceitos dos cursos dos programas de pós-graduação da UFPI, verifica-se que houve uma evolução na qualidade da oferta dos cursos de nível *stricto sensu*. Houve um incremento considerável nos conceitos 04 e 05 atribuídos pela Capes, tendo em vista que o conceito máximo atribuído por essa agência de fomento é 07.

Em 2018, a UFPI possuía 30 (trinta) Cursos de Especialização em funcionamento, totalizando 2.763 (duas mil, setecentos e sessenta e três) matrículas, sendo 23 (vinte e três) cursos e 808 (oitocentas e oito) matrículas no ensino presencial e 07 (sete) cursos e 1.955 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco) matrículas no ensino a distância. Em 2019, estavam em execução, 40 (quarenta) Cursos de Especialização nas diversas áreas. Na Figura 7, a seguir, tem-se a evolução das matrículas dos cursos *lato sensu* no quinquênio 2015-2019.



**Figura 7** – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019.



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Na Pós-Graduação *stricto sensu* contabilizavam-se 42 Programas, nos quais são desenvolvidas as atividades de 34 mestrados Acadêmicos, um mestrado profissional, 07 doutorados institucionais, além de dois doutorados em rede. Também mantinha parcerias responsáveis por 13 Doutorados Interinstitucional (DINTER), 02 Mestrado Interinstitucional (MINTER) e 21 Programas de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Entre 2010 e 2019, contabilizou 16.041 alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, sendo 12.661 em nível de mestrado e 3.380 em nível de doutorado.

A UFPI considera que as áreas prioritárias definidas pelas políticas públicas do estado do Piauí merecem atenção especial. Assim, tem incentivado a criação de novos programas em áreas não contempladas e a consolidação daqueles existentes nessas áreas, para sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas regionais.

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional de modo a fortalecer os Temas Estratégicos definidos nos marcos do seu PDI (ensino, pesquisa, extensão e cultura, gestão e governança, tecnologia e comunicação, infraestrutura, sustentabilidade, gestão de pessoas, internacionalização e assistência estudantil), operacionalizando objetivos e metas<sup>7</sup>. Os

<sup>7</sup> Dada a limitação de espaço gráfico deste documento, recomendamos ao leitor à conferência das metas estabelecidas para o quinquênio 2020-2024 disponíveis em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PrestacaodeContas/Arquivos/capitulo-13.2.pdf>.

objetivos gerais e objetivos específico para cada tema estratégico podem ser visualizados no Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2** - Temas Estratégicos e objetivos para o quinquênio 2020-2024

Temas Estratégicos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Ensino	Promover uma educação de excelência e princípios inovadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Melhorar os indicadores de qualidade de curso.</li> <li>● Melhorar os indicadores de desempenho de curso.</li> <li>● Aumentar a oferta de cursos de graduação e vagas com foco no estímulo regional, social e socioeconômico.</li> <li>● Institucionalizar e sistematizar programa de acompanhamento de egressos.</li> <li>● Institucionalizar prática de atualização periódica dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) com base em metodologias ativas e diretrizes do governo federal.</li> <li>● Fortalecer a integração com o mercado de trabalho por meio de parcerias para estágio.</li> <li>● Implementar e/ou reestruturar programas de pós-graduação lato sensu (especializações e residências em saúde) e stricto sensu (mestrado e doutorado acadêmico e profissional) em áreas prioritárias e estratégicas, considerando demandas sociais, econômicas, ambientais e educacionais emergentes na realidade local e regional.</li> <li>● Melhorar os conceitos dos programas na avaliação da capes e o desempenho da UFPI nas avaliações nacionais e internacionais.</li> <li>● Implantar novos cursos na modalidade a distância</li> <li>● Fortalecer o ensino básico, técnico e tecnológico.</li> </ul>
Pesquisa	Fortalecer a pesquisa e inovação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implantar programas de valorização da inovação.</li> <li>● Incrementar e diversificar os mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, através dos programas de pós-graduação stricto sensu, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes.</li> <li>● Mapear e diagnosticar a pesquisa na UFPI.</li> </ul>



Extensão e Cultura	Desenvolver políticas de extensão e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Valorizar as práticas extensionistas nos planos de carreira docente e nos processos seletivos da UFPI.</li> <li>● Ampliar a quantidade de bolsas de extensão (PIBEX).</li> <li>● Regulamentar e incentivar a criação e o funcionamento de núcleos de extensão na UFPI.</li> <li>● Estimular a proposição de ações de extensão por docentes, técnico-administrativos e discentes.</li> <li>● Promover capacitação presencial e/ou a distância para o desenvolvimento de ações de extensão.</li> <li>● Incentivar e promover ações de extensão voltadas para a economia solidária, prática profissional, o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho.</li> <li>● Prestar serviços que beneficiam setores e comunidades sociais.</li> <li>● Incentivar a inserção de ações de extensão nos curso de graduação e programas de pós-graduação, sobretudo nos mestrados profissionais, melhorando a articulação pesquisa-extensão.</li> <li>● Aumentar a oferta de ações e atividades culturais, lazer e esporte.</li> </ul>
Gestão e Governança	Aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fortalecer os índices de governança institucional conforme levantamento do TCU.</li> <li>● Prover uma gestão moderna, eficiente, transparente e desburocratizada.</li> <li>● Potencializar o uso dos resultados das atividades de auditoria interna da AUDIN no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento da gestão da UFPI, agregando valor à instituição.</li> <li>● Fortalecer as boas práticas de governança, transparência da informação e gestão orientada a resultado.</li> <li>● Fortalecer os canais de comunicação com público interno e externo.</li> </ul>
Gestão de Pessoas	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementar programas de desenvolvimento de equipe e capacitação, visando fortalecer as habilidades e a qualificação e crescimento profissional dos servidores.</li> <li>● Desenvolver programas de atenção ao servidor.</li> <li>● Descentralizar atividades de gestão de pessoas para os campi do interior.</li> <li>● Gerir a contratação de pessoal, carga horária docente e jornada de trabalho de técnicos administrativos.</li> </ul>
Sustentabilidade	Consolidar a política de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acompanhar, publicitar e atualizar o plano de sustentabilidade da UFPI.</li> <li>● Atender as metas definidas no plano de sustentabilidade da UFPI.</li> </ul>
Tecnologia e Comunicação	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implantar processo eletrônico e gestão eletrônica de documentos.</li> <li>● Promover transparência da informação, dinamizar a comunicação interna e informatizar rotinas administrativas.</li> <li>● Atualizar o planejamento estratégico de ti e elaborar artefatos de gestão.</li> <li>● Fortalecer o gerenciamento de suporte ao usuário alinhado com as boas práticas definida na biblioteca itil (information technology infrastructure library).</li> <li>● Promover comunicação social estratégica voltada a noticiar a dinâmica institucional.</li> </ul>



Internacionalização	Oportunizar a internacionalização universitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Firmar novos acordos e convênios de cooperação com instituições estrangeiras.</li> <li>● Regulamentar programa de acreditação de disciplinas cursadas em instituições estrangeiras.</li> <li>● Fortalecer o enriquecimento cultural e a formação global dos discentes.</li> <li>● Desenvolver projetos de extensão relacionados à cultura estrangeira.</li> <li>● Aumentar a inserção científica internacional da instituição através da exploração de convênios e parcerias de cooperação internacional estratégicos à instituição.</li> <li>● Criar oportunidades de cooperação com instituições estrangeiras, envolvendo docentes e discentes, por meio de intercâmbios, acreditação e/ou oferta de disciplinas em língua estrangeira, publicações, colaboração e parcerias em projetos de pesquisa, de modo a favorecer o enriquecimento científico-cultural e a formação global dos alunos.</li> <li>● Propor ações estratégicas de fomento à internacionalização institucional.</li> </ul>
Infraestrutura	Promover melhorias na infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Prover e gerir os projetos de ampliação de área construída da UFPI.</li> <li>● Prover e gerir a gestão ambiental e segurança da UFPI.</li> <li>● Desenvolver, implantar e executar projeto institucional de eficiência energética.</li> <li>● Projetar infraestrutura predial e viária voltada à acessibilidade.</li> <li>● Elaborar planos de manutenção preventiva.</li> <li>● Atender as solicitações de melhorias e ampliação de infraestrutura física, elétrica, água e esgoto.</li> <li>● Executar melhorias de infraestrutura predial.</li> </ul>
Assistência Estudantil	Fortalecer os programas de assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fortalecer os programas de ação afirmativa voltados para igualdade social, racial e diversidade cultural.</li> <li>● Ampliar as ações de assistência estudantil e dos serviços prestados aos discentes.</li> <li>● Estimular ações de apoio a permanência de alunos de baixa renda.</li> <li>● Promover projetos de assistência moradia, alimentação e transporte.</li> <li>● Promover o acompanhamento do rendimento acadêmico e dos fatores que impactam no índice de evasão dos estudantes beneficiários.</li> </ul> <p>Fortalecer o acompanhamento pedagógico, social e psicológico dos estudantes público-alvo da educação especial (deficientes, pessoas com transtorno do espectro autista, e altas habilidades/superdotação).</p>

Fonte: PDI/UFPI (2020-2024)

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde a sua fundação, a instituição tem se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.



Em relação aos recursos humanos, a UFPI possui atualmente de 1.800 docentes (1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e 1.148 servidores técnico-administrativos, em sua maioria com pós-graduação (38,2% especialistas e 17,5% mestres) e somente 16,8% com graduação.

A interligação entre as distintas instâncias da UFPI é feita, principalmente, através da ferramenta de gestão denominada Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), administrada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que contempla os portais: acadêmico, administrativo, recursos humanos e administração e comunicação, visualizáveis no sítio eletrônico da UFPI (<https://www.sigadmin.ufpi.br/admin/login.jsf>).

Como instituição de Ensino Superior integrante do sistema federal de Ensino Superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da UFPI, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que esse órgão já constatou o crescimento expressivo do trabalho desenvolvido na IES, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais do dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

Em novembro de 2022, a UFPI completará 54 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2014 da 69ª posição nacional para a 45ª, segundo o Ranking Universitário Folha. Acerca do resultado do Índice Geral de Cursos (IGC), a UFPI apresentou resultados crescentes no último quinquênio. Ao longo de sua existência, a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.



É nesse contexto que a UFPI aderiu ao Parfor, renovando o compromisso com o desenvolvimento da sociedade piauiense por meio da garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica. Aderindo ao Programa, a UFPI reafirma seu compromisso com a educação do estado do Piauí comprometendo, também, com a revisão e avaliação dos seus cursos de licenciatura e com a aproximação de seus currículos das demandas concretas da Educação Básica.

### *1.3.2 Breve histórico do curso de Letras Libras*

“A história do Curso de Letras, no Piauí, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura [em 29 de maio de 1957<sup>2</sup>], órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina” [que] “objetivava, dentre outras atividades, à instalação de cursos de Ensino Superior no Estado, [de modo que], em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí, em 16 de junho de 1957” (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 17).

A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

- a) Envio, por seu primeiro diretor, prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957 (outro seu diretor foi, por impedimento do titular, o professor Raimundo José Airemores Soares);
- b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;
- c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1968, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade, cujo conhecimento à sua Diretoria se deu por telegrama do diretor de Ensino Superior do MEC, em 24 de março de 1957;
- d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;



- e) INSTALAÇÃO OFICIAL DA FAFI, em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;
- f) INÍCIO DAS ATIVIDADES DA FACULDADE (cujos professores, aliás voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: LETRAS NEOLATINAS, Filosofia e Geografia/História, sendo que, nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;
- g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;
- h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual “alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas” (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 21);
- i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, fez com que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as em Inglês e em Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;
- j) RECONHECIMENTO dos cursos criados pela FAFI em 1958 se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;
- k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;
- l) TRANSFERÊNCIA legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras, do Departamento de Letras;
- m) TRANSFERÊNCIA efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;
- n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.



Na UFPI, o Curso de Licenciatura em Letras ficou sob a gestão do Departamento de Letras, órgão já extinto, cujo primeiro chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão, tendo as atividades iniciadas em 1973, com habilitação apenas em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Outros momentos históricos do Curso de Letras, já na UFPI, foram, em ordem cronológica:

- a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;
- b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CEPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;
- c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;
- e) Implantação, em 2014, do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS;

Atualmente, os cursos de Letras da UFPI possuem estrutura bastante autônoma, cabendo às suas coordenações as ofertas relativas aos cursos de: Língua Portuguesa e Literaturas na língua correspondente;

- a) Língua Inglesa e Literatura correspondente;
- b) Língua Portuguesa e Literaturas correspondentes;
- c) Línguas Portuguesa e Francesa e Literaturas correspondentes;
- d) Letras Libras.

As reflexões que norteiam a segunda (re)construção deste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Libras partem também da observação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, da Resolução CNE/CP 02/2017, da Resolução CNE/CP 02/2019, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação



continuada”, bem como da Resolução 220/2016 CEPEX-UFPI, que “define as diretrizes curriculares para a formação em Nível Superior de profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI”.

O primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Letras-LIBRAS, aprovado em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução 212/12 CEPEX-UFPI, em 2014, passou por algumas reformulações necessárias para atender melhor à demanda do Curso de Letras-LIBRAS, tendo sido aprovado por meio da Portaria PREG/CAMEN N° 312, de 22 de setembro de 2014, uma vez que não houve modificação de carga horária. Com a publicação da Resolução n°2, de 1° de julho de 2015, bem como a Resolução 220/2016 CEPEX-UFPI, uma nova reformulação se faz necessária, a qual se apresenta por meio do presente texto. Para tal reformulação, o NDE reuniu-se com alunos egressos do curso para conhecer suas impressões sobre a formação que tiveram e receber suas sugestões sobre alterações que julgavam necessárias para melhorar a sua qualidade. Ademais, o NDE se reuniu com os demais docentes do curso para receber e analisar suas demandas. Foram feitas algumas alterações de ordem textual, bem como alterações na estrutura curricular para atendimento às novas demandas do Conselho Nacional de Educação e da própria UFPI. A seguir, estão elencadas as alterações pretendidas e constantes neste documento, que resultaram desse processo:

- A carga horária total do curso sofreu modificação, passando de 3090 horas para 3230 horas, em atendimento à Resolução CNE 02/2019, que alterou a carga horária mínima dos cursos de licenciatura.
- Com exceção das disciplinas História da Educação, Filosofia da Educação, Seminário de Introdução ao Curso, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Legislação e Organização da Educação Básica, Didática Geral, Avaliação da Aprendizagem, que se mantêm inalteradas nesta versão reformulada do PPC, as demais disciplinas obrigatórias que integravam a grade curricular do curso conforme a versão de 2014 do PPC, sofreram modificações de carga horária ou ementa ou foram retiradas, de maneira que as demais disciplinas obrigatórias constantes nesta versão reformulada são consideradas inclusões em relação à versão anterior. Esses acréscimos contribuem para a formação do discente enquanto profissional do magistério e atende às propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação. Considerando-se as alterações propostas para a matriz curricular,



apresentamos, neste documento, um quadro de equivalências entre as disciplinas outrora propostas e as indicações atuais.

- Em relação às disciplinas optativas, foram excluídas as disciplinas Corporalidade e Escrita, Sinais Internacionais, Linguística Aplicada II, Linguística II, Teoria da Literatura II, Literatura Piauiense, Literatura Infanto-Juvenil. Foram acrescentadas as disciplinas Estudo do Léxico, Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores, Gêneros textuais e ensino de língua, Letramento e multimodalidade, Libras: transcrição e escrita, Literatura Surda II, Literatura e tecnologia, Libras em Contextos, Análise de Discurso, Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira. A disciplina Análise de Discurso, que era obrigatória, tornou-se optativa.
- Nesta reformulação, foram incluídos os regulamentos do TCC e do Estágio Supervisionado.
- Foram acrescentados os componentes curriculares com a denominação Atividade Curricular de Extensão (ACE), a serem realizados a cada período letivo (exceto no primeiro), em atendimento à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que fora sancionado em 2014, a qual prevê que se assegure, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- Outras disciplinas sofreram alterações em sua ordem de aparecimento no Fluxograma do Curso visando otimizar o processo formativo de nossos alunos.

As exigências impostas pelo novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, incidem diretamente no curso de Letras Libras, mormente, no que diz respeito à concretização do direito à educação dotada da qualidade necessária à transformação da vida e inclusão dos indivíduos para que sejam capazes de modificar positivamente a sociedade. A concretização do direito à educação “perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir, na idade certa, suas etapas com níveis satisfatórios de aprendizagem” (BRASIL, 2014, p. 9), nos termos descritos no PNE (2014-2024), sobretudo, nas suas metas estruturantes para a garantia do direito à Educação Básica com qualidade (1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11), nas metas voltadas para a redução das desigualdades e à valorização da diversidade (4 e 8) e nas metas para a valorização dos profissionais da educação (15, 16, 17 e 18).



No âmbito do Parfor, o curso de Letras Libras na UFPI foi criado e com implantação no ano de 2016 com cinco turmas ofertadas nos municípios de: Esperantina, Floriano, Parnaíba, Picos, Teresina visando atender as demandas sociais emergentes no estado do Piauí no que se refere à formação de professores em exercício na Educação Básica da rede pública de ensino sem a formação exigida pela Lei n. 9.394/1996, por meio da oferta de Ensino Superior público e gratuito e com qualidade, em consonância com os objetivos do Programa.

O curso é destinado exclusivamente aos professores em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais que não possuem formação adequada às exigências da LDB (Lei n. 9.394/1996), que aderirem ao Programa por meio de inscrição realizada na Plataforma Capes de Educação Básica (<https://eb.capes.gov.br/>)<sup>8</sup>, e vislumbra integrar um esforço nacional, a favor da melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica e da valorização do magistério.

Partimos do pressuposto de que a qualificação de professores da Educação Básica deve integrar as políticas atuais para a formação inicial e continuada do docente, sustentando-se numa base comum de referência nacional (orientações, diretrizes e condições legais e administrativas) que permita aos sistemas de ensino e às instituições responsáveis por essa formação docente a viabilização de um processo formativo integrado às demais ações que conduzam à superação de precariedade da realidade educacional.

Nesse sentido, o curso de Letras Libras delineado nesta proposta, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articulado com o PPI e o PDI da UFPI, visa garantir formação inicial de professores de discentes público-alvo da Educação Especial que atuam no Ensino Fundamental e Ensino Médio, que lhes qualifique para o exercício da docência com vistas a assegurar a todos os alunos as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com os preceitos do PNE (2014-2024), sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, de acordo com as disposições da BNCC.

---

<sup>8</sup> Sistema integrado ao Censo da Educação Básica disponibilizado pela Capes com a finalidade de constituir uma base de dados de identificação e informações sobre a formação e a atuação de professores da Educação Básica, em substituição à Plataforma Freire.



É com esse objetivo que apresentamos esta proposta de reformulação curricular do curso de Letras Libras ofertado no âmbito da UFPI por meio do Parfor. As adequações propostas visam assegurar uma sólida formação interdisciplinar para os professores atuantes nas primeiras etapas da Educação Básica, ancorada na compreensão ampla e contextualizada de educação e dos seus fundamentos (filosóficos, históricos, políticos, psicológicos e sociais), com foco na produção e difusão de conhecimentos por meio do domínio e manejo de conteúdos e metodologias investigativas que incentivem a análise crítica da realidade educacional na qual a escola se insere.

Para tanto, esta nova proposta do curso de Letras Libras oferece, nos marcos da organização curricular definida no seu PPC, um projeto de formação inicial diferenciado, fundado no aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas de conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, comprometido com a construção de itinerários formativos orientados por metodologias diversificadas e inovadoras, ações interdisciplinares, linguagens digitais e outras dinâmicas formativas que propiciem aos professores em formação aprendizagens significativas e contextualizadas.

Nessa perspectiva, o novo currículo do curso de Letras Libras do Parfor contribuirá para ampliar a visão e a atuação dos profissionais da Educação Básica por meio da atualização da prática docente, de modo a garantir, com qualidade, a efetiva aprendizagem e o desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes. Nisto reside a necessidade social e institucional de atualização deste PPC.



## **2 CONCEPÇÃO DO CURSO**

### **2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso**

O currículo do curso de Letras Libras do Parfor se identifica com a LDB (Lei n. 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras Libras (Resolução CNE/CES n. 18/2002), com o PNE (2014-2024), com a BNCC (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) na comunhão de fundamentos, princípios e valores que reconhecem o compromisso da educação com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

O desenvolvimento curricular do curso de Letras Libras interconecta-se com os marcos legais referidos e está alicerçado nos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, revogado pelo Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, e nos princípios da política de ensino da UFPI descritos no seu PDI (2020-2024), os quais reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública de promover educação superior de qualidade: (I) articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (II) articulação entre teoria e prática; (III) interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; (IV) flexibilização curricular; (V) ética.

#### **I) Articulação entre teoria e prática**

A ideia central que permeia o curso de Letras Libras do Parfor no contexto da UFPI é a de superação da perspectiva tradicional de formação de professores em favor de uma proposta crítica que dialoga com os princípios de uma prática educativa emancipadora. Em consonância com a perspectiva crítica emancipatória de formação docente, o PPC de Letras Libras aponta como um dos princípios norteadores de toda a prática formativa do curso - a indissociabilidade entre o fazer e o saber, o planejamento e ação, a teoria e a prática.

O discurso da unidade teoria e prática deve permear toda a formação docente desde o início do curso, e é coerente com a perspectiva freireana de práxis, entendida enquanto ação de interpretar



criticamente a realidade para transformá-la, em um movimento dialético de ação-reflexão-ação que constitui a práxis educativa. Em termos freireanos, práxis é o movimento dialético entre reflexão e ação dos homens sobre a realidade social para transformá-la. Esse movimento supõe, de um lado, que o sujeito domine as ferramentas teóricas para exercitar o conhecimento da realidade e, de outro, que reconheça a necessidade de readequá-las após as mudanças alcançadas (FREIRE, 1967, 1983, 2007). Teoria e prática são, assim, indissociáveis e recíprocas e se complementam através da práxis. Teoria separada da prática transformadora constitui-se verbalismo. Prática desprovida de reflexão transforma-se em ativismo cego e repetitivo. Só há práxis autêntica na unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria.

Essa compreensão é reforçada por Gomes e Pimenta (2019, p. 72) ao afirmarem que práxis é “a atitude (teórica e prática) humana de transformação da natureza e da sociedade”. Logo, não há práxis sem transformação do mundo. É por isso que a categoria práxis só se materializa na perspectiva crítica e emancipatória. A atividade teórica estabelece, de modo indissociável, o conhecimento crítico sobre a realidade (interpretá-la teoricamente) e a criação de finalidades políticas e possibilidades de transformá-lo tendo em vista a emancipação humana.

O papel da teoria é, nas palavras de Pimenta e Lima (2012, p. 43), “[...] iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade”. A atividade teórica contribui continuamente com o conhecimento indispensável para a prática transformadora da nossa visão de mundo, mas por si não modifica a realidade, “ela permite sentidos e significados para essa transformação que só ocorre na práxis, ou seja, na ação dos sujeitos historicamente situados” (GOMES; PIMENTA, 2019, p. 73). Contudo, não se trata de defender que a teoria se rende à prática e nem que a atividade teórica dita a prática. Reiteramos que o relacionamento entre teoria e prática é dialético. A teoria separada da prática não se materializa e nem gera mudanças. Da mesma forma, a prática esvaziada de teoria não tem caráter revolucionário. Em suma, a apropriação do conhecimento e a interpretação da realidade teoricamente qualifica a intervenção prática do homem sobre a realidade.

Nessa perspectiva, reiteramos que a formação de professores é teoria e prática indissociavelmente, ou seja, é práxis. A formação docente é espaço primordial de reflexão crítica



sobre a prática, ou como declara Freire (2015), é momento fundamental para os professores aprenderem a prática de pensar sobre a prática. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2015, p. 40). É justamente por isto que na formação de professores é preciso investir nos processos de reflexão nas e das ações pedagógicas.

A esse respeito, Gatti *et al* (2019) observam que a atividade teórica na formação deve constituir-se a partir de experiências e análises de práticas concretas de escolarização para que os professores em formação possam apreender a dialética dinâmica entre consciência crítica e ação social, de tal forma que na sua ação docente possam superar os problemas que afetam o contexto escolar e dificultam ou impedem a emancipação dos sujeitos e a mudança social. Desse modo, não é possível separar teoria e prática, uma vez que embora sejam autônomas, há dependência mútua entre elas. Por essa razão, reiteramos a emergência da formação de professores como intelectuais críticos, o que requer mais que repensar o relacionamento entre conhecimento e poder, porque, como afirmam Giroux e McLaren (1997a, p. 203):

O discurso por si só não pode ocasionar mudança social. É com esse entendimento em mente que os programas de formação de professores se comprometem sem concessões com as questões de fortalecimento e transformação, as quais combinam conhecimento e análise crítica num apelo por transformar a realidade no interesse das comunidades democráticas.

Isso significa que é imperativo que os educadores, além de refletirem criticamente sobre a prática, reconheçam a importância de traduzir o resultado desse pensamento crítico em ações concretas nas salas de aula e no mundo político mais amplo, que se traduzam em compromisso com a luta pela democracia.

A partir dessa visão da função social da universidade e da escola básica, em sintonia com o movimento teórico empreendido por Giroux (1997a), de que a mera reflexão sobre a atividade docente é insuficiente para uma compreensão dos elementos que condicionam a prática profissional, entendemos a pesquisa e a extensão enquanto princípios educativos orientadores do processo formativo como possibilidades de intervenção e mediação de práticas que redefinem o relacionamento entre teoria e prática e conectam universidade e escola em torno de preocupações emancipadoras.



## II) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A aproximação entre as instituições formadoras e o espaço do exercício profissional dos docentes tem se mostrado muito benéfica, tanto para os cursos de formação quanto para a escola. Com efeito, ao se aproximar da escola a universidade pode efetivar melhor a articulação entre teoria e prática, o que impacta a sobrevivência da condição pública legitimada para o Ensino Superior de produzir e socializar o conhecimento, fundado no constante exercício da crítica e cultivado por meio do ensino, pesquisa e extensão. Este tripé é considerado referencial de qualidade da formação e da relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho, proposição com a qual, também, estamos inteiramente de acordo.

Essa articulação é positiva, inclusive porque, como ressalta André (2016), os currículos de formação de professores poderão ser operacionalizados a partir da realidade concreta da escola básica com seus dilemas e problemas práticos, de modo a inspirar projetos e ações integrados para a qualificação de docentes e das práticas de ensino, promovendo o desenvolvimento profissional dos participantes que estão envolvidos no processo formativo em ambas as instituições. Nesse contexto, a prática docente é colocada como ponto de partida e de chegada da formação possibilitando ao professor “articular e traduzir os novos saberes em novas práticas” (PIMENTA, 2012, p. 17) através de uma ressignificação mútua, construindo, assim, o verdadeiro sentido da práxis como ação humana transformadora.

A relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho potencializa o fortalecimento das licenciaturas e a valorização do profissional da educação à medida que os cursos de formação de professores formem profissionais que respondam, efetivamente, às demandas e necessidades da escola básica, face à sua função social, que consiste em assegurar aos estudantes a construção de conhecimentos necessários à interpretação e à intervenção crítica e consciente no mundo contemporâneo. Em suma, a imperatividade da conexão entre o Ensino Superior e a Educação Básica sobrevém da própria finalidade socialmente definida para a universidade enquanto instituição educativa, a qual, segundo Almeida e Pimenta (2011, p. 21):

[...] é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que esta coloca. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados inclusive nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar, na



experimentação e na análise dos projetos de extensão, por meio das relações que são estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimento.

Na área da educação, especificamente, dizemos que a universidade cumpre seu papel através da formação de profissionais qualificados para responderem às questões que perpassam a escola básica, a fim de que esta possa enfrentar o desafio de qualificar a educação escolar por meio da melhoria dos resultados das aprendizagens de conhecimentos e dos valores necessários à socialização dos estudantes. Sob essa ótica, a universidade (lugar da formação) é articuladamente uma instância social dependente e complementar da escola (local de trabalho).

Concordamos com André (2016) no que tange ao entendimento de que a iniciativa dessa parceria deve partir, principalmente, da universidade, tendo em vista o seu compromisso científico, ético e político ante a sociedade. Em se tratando do Parfor, essa relação dialógica é absolutamente necessária por ser um Programa destinado à formação de professores em exercício na Educação Básica, que produzem saberes da docência, os quais incluem, segundo Pimenta (2012), a experiência, os conhecimentos específicos e os saberes pedagógicos e didáticos, necessários ao processo formativo.

A prática dos professores da escola básica é rica em possibilidades para a construção da teoria, visto que não é apenas espaço de aplicação de saberes oriundos da teoria, mas também de produção de saberes provenientes dessa mesma prática (TARDIF, 2014). Por isso mesmo, esses saberes devem ser valorizados pelo docente universitário como expressão do compromisso de profissional que presta serviço à sociedade em uma universidade pública. O desafio posto aos formadores é o de colaborar na ressignificação dos saberes na formação de professores, tendo como ponto de partida a mobilização dos saberes da docência (ALMEIDA; PIMENTA, 2011; PIMENTA, 2012).

Ratificamos que não se trata de adotar uma concepção praticista da formação docente, mas sim de um movimento que presume o que Nóvoa (2011) denomina de “transformação deliberativa”, isto é, uma transformação dos saberes que impõe uma resposta a dilemas pessoais, sociais e culturais. Tal afirmação nos reporta a uma provocação inusitada desse autor de que “[...]. É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão [...]. Não haverá nenhuma mudança significativa se a ‘comunidade dos formadores de professores’ e a ‘comunidade dos professores’ não se tornarem mais permeáveis e imbricadas” (NÓVOA, 2011, p. 18). Ou seja, é necessário que os professores formadores assumam lugar predominante na formação dos colegas

de profissão. A proposição, nessa direção, é que sejam construídos um ambiente e uma cultura de colaboração entre os formadores e os profissionais da escola, entre as IES e as escolas, por meio da realização de projetos conjuntos.

Zeichner (1983, 2008) também argumenta que a conexão entre os componentes curriculares acadêmicos e o conhecimento prático profissional expande as oportunidades de aprendizagem docente e reduz as relações assimétricas de poder entre universidade e escola, professor do Ensino Superior e professor da Educação Básica, na medida em que novas sinergias são criadas por meio da valorização do conhecimento produzido pela escola, reconhecendo os professores da Educação Básica como colaboradores e parceiros nos processos formativos.

A partir dessa visão da função social da universidade e da escola básica, em sintonia com o movimento teórico empreendido por Giroux (1997a), de que a mera reflexão sobre a atividade docente é insuficiente para uma compreensão dos elementos que condicionam a prática profissional, entendemos a pesquisa e a extensão, enquanto princípios educativos orientadores do processo formativo, como possibilidades de intervenção e mediação de práticas que redefinem o relacionamento entre teoria e prática e conectam universidade e escola em torno de preocupações emancipadoras.

A pesquisa como um meio de produção de conhecimento e intervenção na prática social é um componente necessário à formação do professor e à atividade central no trabalho docente porque reforça a capacidade do exercício crítico e reflexivo que permitirá a aprendizagem autônoma, competente e criativa. Como assinalam Gatti *et al* (2019, p. 188):

Existem determinados aspectos do exercício docente que podem ser melhor desenvolvidos a partir da problematização e da investigação sistemática com base em fundamentos e instrumentos teórico-metodológicos. A formação para a investigação auxilia o docente a aprender como olhar para o mundo a partir de múltiplas perspectivas, inclusive as dos alunos, cujas vivências são muito diferentes das do professor e, sobretudo, a utilizar esse conhecimento para lançar mão de práticas mais equitativas na sala de aula.

Logo, um dos princípios subjacentes à valorização da postura investigativa é o de autonomia, no sentido proposto por Contreras (2012). Comprometer-se com o desenvolvimento de uma atitude investigativa com os professores em formação vincula-se, portanto, à pretensão de formar sujeitos autônomos, críticos e capazes de fazer escolhas, características fundamentais dos intelectuais transformadores.



Essas premissas exigem uma reorganização dos cursos de formação de professores que leve em consideração a parceria entre a universidade e a escola básica como princípio educativo. Neste sentido, Nóvoa (2011) aponta para a necessidade de romper com as fortes tradições individualistas que têm marcado os discursos da formação docente, por meio da viabilização de novos modos de organização da profissão, e destaca a colegialidade e a criação de culturas colaborativas como medidas necessárias para preencher o fosso entre os discursos e as práticas na formação de professores.

Concebendo a escola como espaço de formação baseada na troca de saberes e a docência como profissão que se exerce num coletivo, Nóvoa (2011) defende a criação de comunidades de práticas nas escolas que reúnem professores da Educação Básica e do Ensino Superior comprometidos com a pesquisa e com a inovação. Nesses grupos são discutidas ideias sobre o ensino e aprendizagem e planejadas estratégias mais viáveis para articular o saber acadêmico da universidade com o conhecimento prático profissional dos professores da Educação Básica, em busca de novas formas para aprimorar a aprendizagem dos professores em formação. Nesta perspectiva, é imprescindível que os cursos de formação, em parceria com docentes da escola básica, reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Esse movimento compartilhado e corresponsável na formação de professores incentiva um status mais igualitário para os participantes, visto que envolve uma relação mais equilibrada e dialética entre o conhecimento da academia e o conhecimento da prática profissional que, apesar de surgirem de lugares sociais específicos, são igualmente importantes, como observam Giroux e Simon (1997, p. 172): “Cada uma destas diferentes esferas institucionais fornece ideias diversas e críticas sobre os problemas da produção curricular e escolarização, e o fazem a partir de particularidades históricas e sociais que lhes dão significado”. A questão central posta aqui é como unir estas formas de produção e práticas teóricas num projeto comum orientado pelas linguagens de crítica e possibilidade.

Nessa linha de raciocínio, Giroux, Shumway, Smith e Sosnoski (1997) delineiam um movimento de afastamento da pesquisa individualista/disciplinar, que evolui rumo a investigações



colaborativas. Para tanto, defendem a necessidade de superar a fragmentação dos currículos que preservam a estrutura disciplinar, pois à medida que segrega o conhecimento, limita o discurso dos professores em sua capacidade de dialogarem acerca de preocupações comuns, contribuindo, assim, para a reprodução da cultura dominante. Esses autores argumentam em favor do desenvolvimento de programas interdisciplinares, numa concepção de práxis humana, que reconhecem e estimulam o papel ativo dos estudantes no processo formativo com a fomentação do questionamento e da resistência crítica e a efetivação das premissas das práticas educativas e políticas hegemônicas.

Tal práxis, necessariamente contradisciplinar, em termos girouxianos, não pode ser alojada na universidade da maneira como atualmente está estruturada, inextricavelmente atrelada aos interesses que suprimem as inquietações críticas daqueles que estão dispostos a gerar práticas sociais de emancipação. Daí, a necessidade de “contra-instituições”, que em vez de se renderem à concepção descontextualizada de práticas disciplinares, definam o papel do professor intelectual como prática contra-hegemônica (THOMPSON, 2011, 2014), por meio do desenvolvimento de um currículo e uma pedagogia que enfatizem modelos de investigação colaborativa, que tenha impacto político fora dos limites da universidade e gere a mudança social radical, que é o objetivo mais importante de uma práxis contradisciplinar no entendimento de Giroux, Shumway, Smith e Sosnoski (1997).

A capacidade de gerar e socializar conhecimento por meio de processos investigativos (pesquisa) e de criar uma relação entre a comunidade e a universidade, desenvolvendo ações que possibilitem uma troca de conhecimentos (extensão), induz a uma referência dinâmica da relação docente-discente-comunidade, oportunizando contextos de diálogo e de ensinar a aprender. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que necessariamente tem uma dimensão teórica e prática, postulado que o PPI da UFPI defende, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição disciplinar.

### **III) Interdisciplinaridade e transversalidade**

A imperatividade da interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento do campo educativo tem sido discutida por diversos estudiosos que, de modo geral, assinalam, pelo menos, um posicionamento consensual no tocante ao sentido e à finalidade da prática



interdisciplinar, qual seja: a necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento. Trata-se de um movimento que se encaminha para um novo sistema de organização, produção e difusão do conhecimento, como sugerem Fazenda (2013), Frigotto (2008), Lück (2010), Thiesen (2008), entre outros.

Para Frigotto (2008, p. 43), o caráter necessário do trabalho interdisciplinar emana “da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social”. Na perspectiva do autor, a interdisciplinaridade funda-se no caráter dialético da realidade social, marcada por conflitos e contradições, e no modo intersubjetivo de apreensão do caráter uno e diverso da vida social, o que nos impõe delimitar os objetos de estudo, demarcando seus campos sem, contudo, fragmentá-los ou limitá-los arbitrariamente.

Lück (2010, p. 44), contribuindo com a discussão, define como objetivo da interdisciplinaridade:

[...] promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado.

A interdisciplinaridade se apoia no princípio de que nenhum campo de conhecimento é completo e que é pelo diálogo com outras áreas que surgem novas possibilidades de compreensão da realidade. Portanto, o enfoque interdisciplinar é orientado por uma consciência e atitude críticas, abertura para o compartilhamento de conhecimento e predisposição para o trabalho coletivo. Esta postura colegiada e colaborativa do trabalho docente afeta diretamente as esferas de poder e controle, à medida que busca superar as relações hierárquicas nas instituições educativas e desenvolver relações de modo mais horizontal entre professores, gestores e estudantes (FAIRCLOUGH, 2004; FOUCAULT, 1998, 2014; GIROUX, 1997c).

A interdisciplinaridade na formação profissional exige competências atinentes aos tipos de intervenção solicitados e às condições que convergirem para a sua melhor execução, o que requer a conjugação de distintos saberes disciplinares. Desse modo, a interdisciplinaridade não exclui a necessidade de uma formação disciplinar, indispensável no processo de teorização das práticas, uma vez que é ela que oferece os fundamentos e conteúdos para a construção do conhecimento. Nas palavras de Lenoir (1998, p. 46), “[...]. A perspectiva interdisciplinar não é, portanto, contrária à perspectiva disciplinar; ao contrário, não pode existir sem ela e, mais ainda, alimenta-se dela”.

Ou seja, o movimento interdisciplinar busca a totalidade do conhecimento, respeitando as características das disciplinas.

Fazenda (2013), também, observa que a interdisciplinaridade não diz respeito apenas à justaposição arbitrária de disciplinas e conteúdos, tampouco pode ser confundida com integração, visto que, apesar desses conceitos serem indissociáveis, apresentam distinções. Em suas palavras:

[...] uma integração requer atributos de ordem externa, melhor dizendo, da ordem das condições existentes e possíveis, diferindo de uma integração interna ou interação, da ordem das finalidades e sobretudo entre as pessoas. Com isso retomamos novamente a necessidade de condições humanas diferenciadas no processo de interação que faça com que saberes de professores numa harmonia desejada integrem-se aos saberes dos alunos (FAZENDA, 2013, p. 26).

Embora a integração esteja associada à prática interdisciplinar, ela é apenas um momento desse processo. A interdisciplinaridade requer “a formação de um profissional que levanta problemas a partir de uma análise do contexto sócio-histórico, refletindo com profundidade e rigorosidade, visando à compreensão crítica dos problemas educacionais em sua totalidade” (FERRO, 2019, p. 102), pré-requisito para uma resistência autoconsciente e efetiva às práticas prevalentes.

Nessa mesma direção, Thiesen (2008) observa que a escola, como lugar legítimo de produção e reconstrução de conhecimento, precisa acompanhar o ritmo das mudanças que ocorrem em todos os segmentos sociais, tendo em vista que o mundo está cada vez mais interconectado, interdisciplinarizado e complexo. Portanto, o caráter necessário do trabalho interdisciplinar na formação docente decorre da própria exigência de discussões acerca dos novos desafios a serem enfrentados no contexto educacional em face das rápidas transformações sociais.

Por essa lógica, a formação dos profissionais que atuam na escola precisa estar interconectada com as transformações da sociedade contemporânea, fundamentando-se em práticas interdisciplinares que, apoiadas entre si, participam da construção de novos conhecimentos. Se a interdisciplinaridade anseia a passagem de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária da produção do conhecimento, uma proposta de formação docente interdisciplinar deve promover o diálogo entre as diversas áreas e disciplinas, estabelecendo interconexões entre os saberes.



Na interdisciplinaridade, as disciplinas se unem em um projeto comum, por meio de um planejamento que as integre, promovendo condições para o diálogo e a reciprocidade entre diferentes conteúdos, com troca de conhecimentos, enriquecendo ainda mais as possibilidades de produzir um novo saber, menos fragmentado e mais dinâmico, imprimindo, assim, significado às experiências escolares e à realidade global. Como observa Fazenda (1998, p. 13), exercer “uma forma interdisciplinar de teorizar e praticar a educação demanda, antes de mais nada, o exercício de uma atitude ambígua”, porque impele-nos, simultaneamente, a enfrentar o caos que a atividade interdisciplinar provoca e a buscar a organização e a lucidez que ela exige. Assim, o ensino no curso de Letras Libras do Parfor na UFPI procura ter uma visão mais ampla, diminuindo a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Implica um compromisso com a construção da cidadania e, assim sendo, requer a inclusão no currículo escolar das questões sociais que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Essa abordagem exige necessariamente uma prática educativa voltada para a compreensão e a crítica da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva, contribuindo, assim, para a formação integral e a atuação dos alunos na sociedade.

Por isso, na prática pedagógica, transversalidade e interdisciplinaridade nutrem-se mutuamente, tendo em vista que o tratamento das questões sociais incorporadas como temas transversais requer a inter-relação e a influência entre os campos de conhecimento, de forma que não é possível desenvolver um trabalho pautado na transversalidade tomando-se a visão compartimentada (disciplinar) da realidade na qual a escola está inserida.

Transversalidade e interdisciplinaridade fundamentam-se na crítica a uma epistemologia que defende o caráter estático da realidade, sujeita à fragmentação do saber nas situações de ensino. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a rede de relações entre os seus aspectos contraditórios. Transversalidade e interdisciplinaridade são complementares à medida que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade, porém diferem uma da outra:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a



influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 1997, p. 31).

A interdisciplinaridade diz respeito a uma relação entre disciplinas. Refere-se, portanto, a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Já a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática. É uma proposta metodológica que, integrando diversos conhecimentos, desencadeia metodologias transformadoras da prática pedagógica, possibilitando o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada, em direção a uma visão sistêmica.

Em consonância com o que preceitua a BNCC, os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Entre esses temas, destacam-se: *direitos da criança e do adolescente* (Lei n. 8.069/199016), *educação para o trânsito* (Lei n. 9.503/199717), *educação ambiental* (Lei n. 9.795/1999, Parecer CNE/CP n. 14/2012 e Resolução CNE/CP n. 2/201218), *educação alimentar e nutricional* (Lei n. 11.947/200919), *processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso* (Lei n. 10.741/200320), *educação em direitos humanos* (Decreto n. 7.037/2009, Parecer CNE/CP n. 8/2012 e Resolução CNE/CP n. 1/201221), *educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena* (Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP n. 3/2004 e Resolução CNE/CP n. 1/200422), *relações de gênero, violência contra a mulher* (Lei N. 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha), bem como *saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural* (Parecer CNE/CEB n. 11/2010 e Resolução CNE/CEB n. 7/201023)<sup>9</sup>.

A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento, que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. E essa reintegração possibilita intervir na realidade para transformá-la. Os

---

<sup>9</sup> Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BRASIL, 2017b).



objetivos e conteúdos dos temas transversais, quando pertinentes, devem estar inseridos em diferentes cenários de atividades. Têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Entendemos que o caminho mais viável para a inserção dos temas transversais no contexto escolar, coerente com os pressupostos da concepção de transversalidade apresentada anteriormente, é através de projetos, concebidos como estratégias pedagógicas para organizar os conhecimentos escolares (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998; ARAÚJO, 2003).

Em suma, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade implicam rever, quando da (re)construção do projeto pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, e, assim, reafirmar o diálogo entre as áreas do conhecimento, a ética e o trabalho coletivo e colaborativo.

#### **IV) Flexibilização curricular**

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da UFPI, no exercício de sua autonomia, deverão prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. A flexibilização curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária.

A flexibilização se propõe a desenvolver a socialização de conteúdo, desenvolver habilidades específicas e gerais, extrapolando áreas específicas de saber e adequar o currículo à evolução acelerada do conhecimento e das práticas profissionais, sobretudo atentando para o fato de que se trata de uma relação temporalmente delimitada entre o aluno e a universidade.

A flexibilização curricular deve incluir não apenas a oferta de disciplinas eletivas ou o aumento/redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, tampouco deve se limitar à inclusão de atividades complementares no decurso formativo dos estudantes. Deve se estender e se inserir em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Pode ser operacionalizada por meio do arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade de educação a distância; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas; pela mobilidade ou intercâmbio estudantil; pela incorporação de



experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular e pela previsão e oferta de atividades curriculares de extensão.

## V) Ética

A ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

A observância da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana e do meio ambiente, deve ocorrer, preferencialmente, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

Quando se pensam cursos de formação docente, deve-se apontar para a importância do estudo da ética em seus aspectos sistemáticos e quanto ao conhecimento das teorias filosóficas para a compreensão da prática dos professores como profissionais da educação autônomos e criteriosos em sua práxis e cientes da repercussão social e política de sua atuação. O olhar pedagógico pautado pela ética minimiza a possibilidade de desumanização das relações, de banalização, agressividade e violência nas relações cotidianas do ambiente educacional. A ética permite um movimento de alteridade que corrobora o cuidado com o eu, os outros e com mundo.

## 2.2 Objetivos do curso

O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Ante esse propósito, o curso de Letras Libras da UFPI ofertado pelo Programa tem como objetivo geral formar o professor em exercício na rede pública de Educação Básica, comprometido



com as questões educacionais locais, regionais e nacionais e com a realidade social de modo crítico e transformador. A partir desse objetivo central são definidos os seguintes objetivos específicos:

- Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de LIBRAS no Ensino Fundamental e no Médio.
- Promover e difundir conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura, fomentando a capacitação do futuro professor enquanto profissional competente, crítico e participativo.
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de LIBRAS compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa.
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

### **2.3 Perfil do egresso**

O professor é aqui concebido como um profissional que reflete criticamente sobre a prática cotidiana, visando compreender as características do processo de ensino e de aprendizagem e do contexto sócio-histórico no qual o trabalho ocorre, de modo que a compreensão crítica dos



problemas educacionais em sua totalidade favoreça a autonomia e emancipação dos atores que participam do processo educativo (PÉREZ-GÓMEZ, 1998).

Nessa perspectiva e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras (Resolução CNE/CP n. 2/2002) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, a formação de profissionais do magistério deve ser pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão, para que o(a) egresso(a) do curso de Letras Libras esteja apto a:

- I. Conhecimento e domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- II. Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de Letras;
- III. Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;
- IV. Domínio das metodologias de ensino-aprendizagem concentradas para o ensino de LIBRAS como L1 e L2;
- V. Aptidão para atuar em escolas e centros das redes pública e/ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- VI. Capacidade de trabalhar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- VII. Formação humanística, teórica e prática;
- VIII. Posicionamento investigativo importante para o processo continuado de construção do saber na área;



- IX. Habilidade de pautar-se em valores da educação multicultural que permitam a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- X. Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- XI. Domínio dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- XII. Aptidão crítica de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;
- XIII. Disposição para analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- XIV. Habilidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- XV. Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- XVI. Conhecimento seguro e profundo da língua brasileira de sinais, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- XVII. Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional
- XVIII. Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos
- XIX. Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adaptação dos conteúdos para os diversos níveis de ensino;
- XX. Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- XXI. Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- XXII. Aptidão para refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem

O estudante do curso de Letras Libras da UFPI ofertado por meio do Parfor trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e



práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, nos termos da Resolução CNE/CES n. 18/2002. Todos os esforços serão desenvolvidos para garantir o crescimento pessoal e, sobretudo, profissional do egresso, tornando-o mais competente na área de sua atuação profissional.

## 2.4 Competências e Habilidades

A noção de competência, comumente associada à perspectiva do professor reflexivo, foi amplamente difundida e apropriada por pesquisadores e pelos programas de formação inicial de professores em serviço, muitas vezes de forma descontextualizada, sem um estudo mais consistente e uma análise crítica das suas origens, como adverte Contreras (2012).

Cabe ressaltar que a chamada “Pedagogia das competências” passou a ser nuclear nos programas de formação de professores em razão dos imperativos postos pelo mercado globalizado que visa maior eficácia no processo de produção, face às inovações tecnológicas e ao agravamento do desemprego (BALL, 1994, 2001, 2016). Daí porque essa perspectiva tem sido alvo de muitas críticas quando praticada no campo da formação docente, uma vez que o discurso das competências colabora para o fortalecimento do modelo hegemônico de formação, que coloca em segundo plano o caráter crítico e emancipatório das práticas educativas.

Especificamente em relação à ampliação do enfoque das competências para os programas de formação inicial de professores que já atuam nos sistemas de ensino, como é o caso do Parfor, Libâneo (2002) ressalta o agravante de fazermos uma formação superior aligeirada em virtude da supervalorização da prática dos professores, considerada em si mesma, sem tomá-la como objeto de análise crítica (o que demandaria mais tempo para uma ampla e sólida formação teórica), sugerindo, assim, um investimento maior na certificação do que na qualidade da formação.

Convém advertir que nesse campo de disputas surgem propostas de superação do discurso dominante com o estabelecimento da noção de competências dialógicas, ou de pedagogia das competências contra-hegemônica. A partir do argumento da necessidade de desconstrução do termo polissêmico “competência”, autores como Tardif e Gauthier (2014), Perrenoud (1997, 1999, 2000, 2002) e Zabala (1998) propõem a superação da ideia de competências como um conjunto de

conhecimentos, habilidades e atitudes na condição de requisito individual para ingressar no mercado de trabalho, para assumir uma perspectiva crítico-emancipatória de educação, uma pedagogia da autonomia, fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando, nos termos de Freire (2015). Para os efeitos deste texto, denominamos essa concepção de “competências complexas”. Portanto, a expressão “competências e habilidades” deve ser aqui entendida, nesta perspectiva, como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2021).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) e com base nos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC-Educação Básica, é requerido do licenciando o desenvolvimento de competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, as quais compõem a BNC-Formação. As competências gerais docentes estão descritas no Quadro 3 a seguir:

### Quadro 3 – Competências gerais docentes estabelecidas na BNC-Formação

Competências Gerais Docentes
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.



7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: Brasil (2019)

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente, a saber: I - Conhecimento Profissional; II - Prática Profissional; e III - Engajamento Profissional. O Quadro 4, a seguir, apresenta as competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação.

**Quadro 4** – Competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação

Competências Específicas		
1. Conhecimento Profissional	2. Prática Profissional	3. Engajamento Profissional
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.

1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.
--	--	--

Fonte: Brasil (2019)

As competências específicas de cada dimensão do processo formativo, por sua vez, se desdobram em ações que caracterizam as habilidades que são necessárias ao exercício da docência, conforme discriminadas nos Quadros 5, 6 e 7, apresentados a seguir:

#### Quadro 5– Competências específicas e habilidades da dimensão conhecimento profissional

1. Conhecimento Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo. 1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares. 1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>

<p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.</p>	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.  1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.  1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.  1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.  1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.  1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>
<p>1.3 Reconhecer os contextos.</p>	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.  1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.  1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.  1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>
<p>1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.</p>	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.  1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.  1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.  1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p>

Fonte: Brasil (2019)

### Quadro 6 – Competências específicas e habilidades da dimensão prática profissional

2. Prática Profissional	
Competências Específicas	Habilidades



<p>2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.</p>	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático[1]pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p>
<p>2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.</p>	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>
<p>2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.</p>	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p>



<p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.</p>	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>
---	--

Fonte: Brasil (2019)

### Quadro 7 – Competências específicas e habilidades da dimensão engajamento profissional

3. Engajamento Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
<p>3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.</p>	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação. 3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>



<p>3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p>	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.  3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.  3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.  3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.  3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>
<p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.</p>	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.  3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.  3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.  3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>
<p>3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.  3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.  3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.  3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.  3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>

Fonte: Brasil (2019)

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência nos termos descritos supõe uma formação sólida, concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, que fortaleça sua base de conhecimentos, aperfeiçoe qualidades e habilidades e cresça na sua prática de sala de aula. Com base no pensamento de Flores (2014), ressaltamos que um



componente importante que influencia diretamente o perfil do professor que se pretende formar diz respeito à maneira como os professores formadores são selecionados e ao modo como as práticas de formação dos formadores são enunciadas na proposta pedagógica do curso.

Esse aspecto da formação precisa ser considerado na elaboração do PPC porque quem protagoniza as práticas no contexto da formação inicial é o professor formador, o que implica, segundo Gatti *et al* (2019, p. 274), “considerar que o professor formador, suas concepções, representações e formas de atuação, assim como as condições em que realiza seu trabalho interferem nas práticas de formação inicial [...]”, e também no desenvolvimento profissional do professor em formação.

O professor formador é aqui concebido, conforme Giroux (1997b), como “autoridade emancipadora”, cujo dever é problematizar os pressupostos que sustentam os discursos e valores que legitimam as práticas sociais, dentre elas a prática acadêmica, que se comprometem com um ensino pautado nos princípios de liberdade, igualdade e democracia, dirigido à formação de cidadãos críticos e ativos, capazes de atuarem na transformação da sociedade.

Essa concepção de professor formador que fundamenta o PPC do curso de Letras Libras está em consonância com o perfil do cursista que desejamos formar e, portanto, dialoga com uma pedagogia crítico-emancipatória, fundada nos princípios da ética, do respeito à voz, dignidade e autonomia do professor cursista. Face a essas considerações, apresentamos a seguir o perfil do corpo docente que pode atuar no curso de Letras Libras do Parfor / UFPI.

## **2.5 Perfil do corpo docente**

A forma de selecionar e conceber o trabalho docente pode sinalizar possibilidades de atuação no âmbito da formação inicial. Nesse sentido, os professores formadores vinculados ao Parfor / UFPI são adequadamente selecionados através de processo seletivo simplificado, realizado semestralmente por meio de edital, priorizando-se os professores do quadro permanente da UFPI que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor.



Os professores do curso de Letras Libras responsáveis pelas disciplinas de formação específica são selecionados, prioritariamente, entre os efetivos vinculados a Coordenação do Curso de Letras Libras (CCLL) pertencente ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). No Quadros 8, consta a relação nominal com titulação, regime de trabalho e CPF dos docentes efetivos que atuam na Coordenação

**Quadro 8** - Professores efetivos da CCLL/CCHL

Professores Efetivos – CCLL/CCHL			
Nome	Titulação	Regime de Trabalho	CPF
Ádila Silva Araújo Marques	MESTRE	DE	669.766.343-04
Clevisvaldo Pinheiro Lima	MESTRE	DE	015.765.163-00
Emanoel Barbosa de Sousa	DOUTOR	DE	021.088.043-07
Geisymeire Pereira do Nascimento	MESTRE	DE	830.661.363-53
Jonathan Sousa de Oliveira	ESPECIALISTA	DE	004.852.463-84
Leila Rachel Barbosa Alexandre	DOUTORA	DE	018.917.273-89
Luiz Claudio Nobrega Ayres	ESPECIALISTA	DE	028.175.474-89
Maraisa Lopes	DOUTORA	DE	325.809.178-10
Maria Lourdilene Vieira Barbosa	DOUTORA	DE	010.379.633-93
Natália de Almeida Simeão	MESTRE	DE	004.885.433-63
Rhuan Lucas Braz Silva	ESPECIALISTA	DE	044.435.553-74
Shisleny Machado Lopes	MESTRE	DE	034.332.103-30
Valdeny Costa de Aragão Campelo	MESTRE	DE	016.658.823-79

Fonte: Dados fornecidos pela CCLL

Além dos professores efetivos lotados na CCLL, integram o corpo docente do curso de Letras Libras do Parfor / UFPI professores lotados em outros departamentos e *Campi*, professores aposentados pela UFPI, docentes do quadro provisório e servidores técnico-administrativos efetivos da UFPI cuja área de atuação permita sua inserção no Curso. Também é admitida, quando necessária, a participação de docentes colaboradores e, neste caso, é dada preferência a professores



das escolas da rede pública da Educação Básica, com formação em nível de pós-graduação, em conformidade com o disposto no regulamento do Programa.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Silveira', located in the bottom right corner of the page.

### 3 PROPOSTA CURRICULAR

O Parfor destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e lotados nas salas AEE das redes públicas de ensino do país. Por isso, a prática pedagógica do professor cursista é ponto de partida para a teoria, que também se reformula a partir dela. Isso supõe a articulação dos conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática e assumir a capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico e reflexivo, como fonte de ação instituinte e transformadora do processo formativo (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, a proposta curricular do curso precisa ser organizada de modo a oferecer uma formação concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, oportunizando sua participação ativa no processo de organização da atividade pedagógica, bem como a aprendizagem dos conteúdos básicos da área em que atua, considerando a necessidade de planejar e efetivar seu trabalho didático-pedagógico na escola básica.

Para tanto, o projeto formativo do curso de Letras Libras do Parfor na UFPI está alicerçado nos preceitos da Pedagogia Crítica formulada por Henry Giroux, cujo pensamento, vinculado ao modelo contra-hegemônico de educação, orienta o desenvolvimento de um currículo crítico-emancipatório para o ensino e para os cursos de formação de professores, estruturado em torno de uma linguagem criticamente afirmativa que revitalize o conceito de cidadania e democracia de professores e reconheça a escola como centro de aprendizagem de conteúdos e propósitos democráticos.

À luz dessa perspectiva crítica, a educação é uma atividade ética e política e, por isso, não é possível concebê-la a partir de um de vazio social, preconizando a neutralidade e a objetividade do conhecimento. A prática educativa (e por extensão, a formação de professores) é uma prática social. Portanto, como agentes políticos, os professores devem assumir uma postura crítica nas práticas de sala de aula e o compromisso de transformar a sociedade em que vivem.

A exemplo de toda prática social, a educação não é neutra. É prática social e histórica, por isso, instável, que se transforma na e pela ação dos homens em relação (PIMENTA, 1998). Como tal, a educação é determinada por práticas materiais e ideológicas que incorporam uma multiplicidade de contradições e disputas dentro de relações assimétricas de poder que definem as



realidades vivenciadas das várias sociedades, como lembra Foucault (1998, 2014). Daí porque o ato de educar é sempre imbuído de intencionalidades, na medida em que exige tomada de decisão sobre concepção de educação, articulada a uma visão de homem e a um projeto de sociedade. O ato de educar é, portanto, um ato político porque visa à formação humana, o que implica definição de finalidades (por que, para que, o que e como ensinar), escolhas de valores, crenças e compromissos éticos (FREIRE, 2015).

Estamos atentas à recomendação de Giroux e Penna (1997) de que a escolarização não pode ajudar o professor a desenvolver todo o seu potencial como intelectual crítico, atuante e comprometido com o processo democrático somente alterando o conteúdo e a metodologia do programa de formação. Todavia, entendemos que uma proposta pedagógica não pode ser compreendida como um pacote vazio, pois o conteúdo a ser ensinado desempenha papel fundamental na socialização política dos estudantes. Como assinalam os referidos autores, “[...] o modo como o conhecimento é selecionado e organizado representa suposições apriorísticas por parte do educador acerca de seu valor e legitimidade. Em última análise, estas são considerações ideológicas que estruturam a percepção de mundo dos estudantes” (GIROUX; PENNA, 1997, p. 64). Com base nessas considerações passamos a apresentar a estrutura e organização curricular do curso de Letras Libras do Parfor / UFPI que consideramos capaz de aprimorar o processo formativo, de modo a possibilitar aos professores da Educação Básica a resignificação da prática docente por meio do exercício de uma ação crítico-emancipatória na realidade educativa na qual estão inseridos.

### **3.1 Estrutura e organização curricular**

O curso de Letras Libras da UFPI ofertado através do Parfor formará o profissional que atua no magistério nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nesse sentido, a sua estrutura e organização curricular alinha-se com os princípios e fundamentos definidos pela BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019), que focalizam a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e, sobretudo, a mobilização desses saberes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno



exercício da cidadania e do mundo do trabalho, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano global.

Articula-se com a LDB (Lei n. 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras Libras (Resolução CNE/CP n. 18/2002), e com as diretrizes e metas do PNE (2014-2024), mormente, no tocante à proposição de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, que perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir a escolaridade, na idade certa, com níveis satisfatórios de aprendizagem.

Em conformidade com os fundamentos pedagógicos da BNCC - Educação Básica (*foco no desenvolvimento de competências; compromisso com a educação integral*), o curso de Letras Libras deve organizar seus currículos de modo a considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.

Nesse sentido, o curso de Letras Libras delineado nesta proposta visa garantir formação inicial de professores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio que lhes qualifique para o exercício da docência com vistas a assegurar a todos os alunos as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com os preceitos do PNE (2014-2024), sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, em conformidade com as disposições da BNCC.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, aqui denominados núcleos de estudo, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, explicitadas na seção anterior. carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:



Grupo I - 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola;

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Itinerários formativos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – *conhecimento, prática e engajamento profissionais* – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, devendo ser incluídas, nas 1.600 horas, as habilidades indicadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 13 da Resolução CNE/CP n. 2/2019.

No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.

O curso de Licenciatura em Letras Libras da UFPI ofertado através do Parfor caracteriza-se por oferecer formação voltada especificamente para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, por isso o seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um período intensivo, que ocorrerá nas férias dos professores cursistas, e um período complementar, nos finais de semana, de acordo



com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas básicas públicas.

A estrutura curricular prevê a organização de três núcleos que integram todo o percurso formativo, cujo propósito é concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares no processo acadêmico de formação, nos termos da Resolução CNE/CES n. 18/2002 e em consonância com o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2019), visando propiciar formação mais dinâmica, contextualizada e compartilhada dos componentes curriculares propostos para o curso com a prática pedagógica dos professores cursistas. São eles: **núcleo de estudos básicos (base comum)**, **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** e **núcleo de estudos integradores (prática pedagógica)**.

O **núcleo de estudos básicos (base comum)** compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do contexto histórico e sociocultural da educação na sociedade contemporânea e dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no que concerne aos aspectos organizativos, didático-pedagógicos, metodológicos, tecnológicos, éticos e estéticos do trabalho pedagógico, por meio de reflexão e ações crítica.

O **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** reúne conhecimentos voltados para as áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades, a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, e o domínio pedagógico desses conteúdos, ampliando os conhecimentos do núcleo básico.

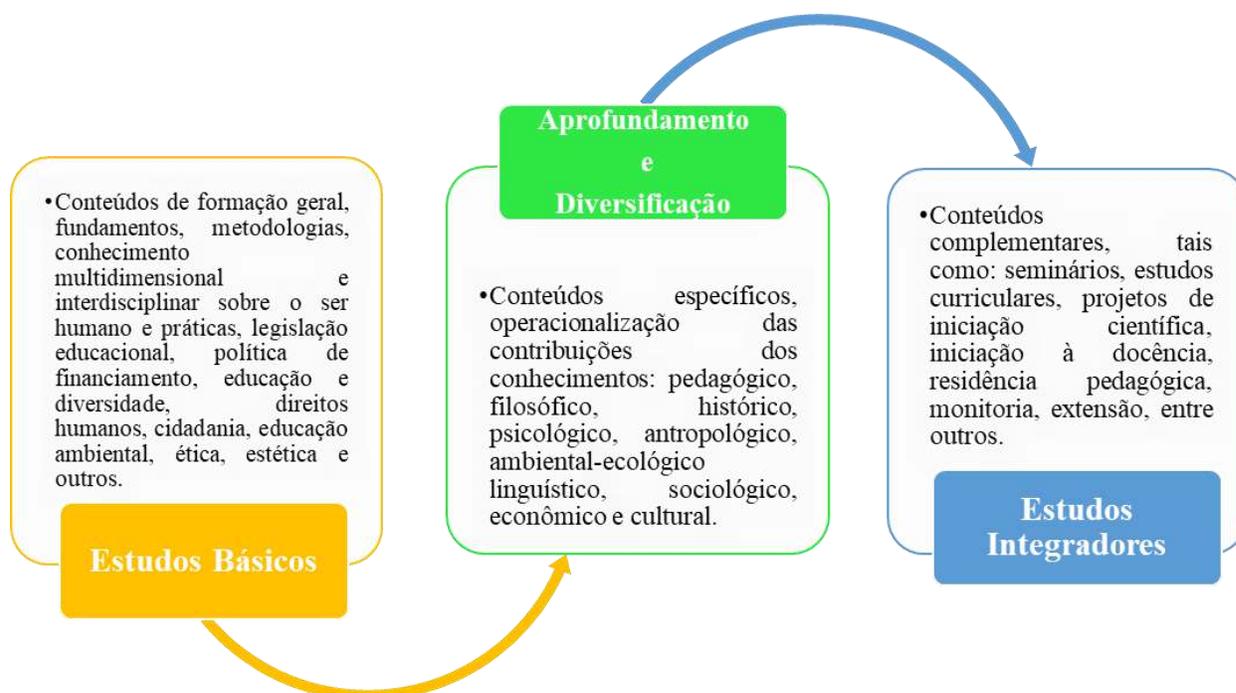
O **núcleo de estudos integradores (prática pedagógica)** reúne conhecimentos que proporcionarão enriquecimento curricular por meio da participação do cursista em atividades que compreendem áreas específicas de seu interesse, incluindo seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, estágios, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior; atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; atividades de comunicação e expressão



cultural (congressos, seminários, simpósios, colóquios, minicursos e mesas redondas, audiência de defesas de TCC, monografias de especialização, dissertação ou tese etc.).

Embora distintos, os núcleos formativos estão interconectados e são indissociáveis no movimento de efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, tendo em vista o fornecimento de elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. A figura 8, a seguir, ilustra a interação entre os três núcleos que constituem o processo formativo.

**Figura 8** - Interconexão entre os três núcleos do percurso formativo



Fonte: Comissão de elaboração do PPC (2022).

Os três núcleos formativos articulam e organizam as atividades curriculares segundo a sua especificidade, mas sem fragmentar e compartimentar o conhecimento. Constituem uma interação de áreas de conhecimento, condição para implementação do princípio da interdisciplinaridade, admite a diversificação curricular, à medida que engloba além das disciplinas, outras formas de atividades (oficinas, seminários, projetos, extensão etc.), possibilitando inovação curricular, e reconhece a especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática.

*Silviana*

Em sua organização, o currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de 3.230 (três mil duzentas e trinta) horas, assim distribuídas: 2055 (duas mil e cinquenta e cinco) horas de disciplinas obrigatórias, 120 (cento e vinte) horas de disciplinas optativas, 120 (cento e vinte) horas de TCC, 405 (quatrocentas e cinco) horas de Estágio Curricular Obrigatório, 330 (trezentas e trinta) horas de Atividades Curriculares de Extensão além de 200h de Atividades Complementares.

O currículo do curso de Letras Libras da UFPI por meio do Parfor foi planejado de modo a favorecer a interconexão entre dois processos essenciais da formação em serviço: o conhecimento que o professor cursista vem construindo ao longo da sua prática (*saberes da experiência/saberes pedagógicos*) e as novas elaborações teóricas construídas na formação (*saberes do conhecimento*). Para tanto, a organização curricular prevê eixos integradores, que constituem espaços de interdisciplinaridade em que os conteúdos das disciplinas das diferentes áreas são articulados em torno das experiências dos professores cursistas (BRASIL, 2004). Os eixos integradores são em número de oito (um por semestre letivo) e servirão como ponto de convergência das atividades, auxiliando o cursista na articulação dos conteúdos das áreas temáticas com sua prática pedagógica e na reflexão sobre ela de modo a aperfeiçoar a sua atuação docente.

As ações interdisciplinares são conduzidas por atividade de pesquisa/extensão com base em um tema gerador, abordado em diferentes enfoques disciplinares, tendo como eixo condutor uma disciplina integradora. O tema gerador escolhido é *Educação, Diversidades, Meio Ambiente e Cidadania*, que articula importantes aspectos da vida que se materializam no contexto escolar e possibilitam abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, em consonância com os princípios e fundamentos da BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2017).

A partir desse tema, podem ser estudadas diversas temáticas, tais como: educação ambiental, gênero e sexualidade, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática



da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) foram escolhidas como disciplinas integradoras ao longo dos oito semestres letivos que integram o percurso formativo do curso, pela maior porosidade e possibilidade de integração dos conteúdos entre as demais disciplinas que compõem a matriz curricular em cada semestre e, conseqüentemente, pela viabilidade de garantia da relação orgânica entre teoria e prática, concretizada pela estreita vinculação entre o espaço acadêmico e o *locus* de atuação docente (a escola básica) e pela possibilidade de fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em cada semestre letivo, há uma disciplina integradora que promove a articulação entre os conteúdos das diferentes áreas temáticas e a prática pedagógica do professor cursista, tomando como eixo temático um dos temas transversais contemporâneos, conforme veremos no trecho dedicado às ACE neste PPC.

O professor responsável pela disciplina integradora em cada semestre fará a articulação do trabalho interdisciplinar e será intitulado *professor articulador*, cujo papel é coordenar os demais professores do bloco e articular o trabalho de pesquisa para a realização de atividades propostas pelos professores das demais disciplinas do semestre. Em síntese, sua função é a de ser o articulador do Projeto de Trabalho Interdisciplinar (PTI), mantendo contato constante com os professores das outras disciplinas, auxiliando-os na consecução das atividades referentes ao trabalho. Os demais professores são denominados orientadores.

O Projeto de Trabalho é atividade de pesquisa e/ou ação pedagógica a respeito de algum aspecto (social, histórico, cultural, ecológico, etc.) da realidade local do professor cursista e será planejado de forma colaborativa pelos professores formadores devem focar os problemas que as várias disciplinas suscitam, a partir do tema gerador definido para o semestre, tendo como eixo condutor a disciplina integradora. O resultado do trabalho interdisciplinar previsto no PTI é socializado num evento protagonizado pelos professores cursistas, intitulado Seminário Interdisciplinar do Parfor (SIMPARFOR), que ocorre no encerramento do semestre letivo em todos os *Campi* e polos de realização do curso, conforme previsto no calendário acadêmico semestral do Parfor.



A organização dos componentes curriculares que integralizarão o curso é coerente com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular segue uma lógica formativa encadeada e consistente, visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao seu crescimento na sua prática de sala de aula da nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na organização curricular do curso de Letras Libras do Parfor/UFPI estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os conteúdos da Libras e das ciências afins, domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, necessários à concretização de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral. O Quadro 9, a seguir, apresenta os componentes curriculares obrigatórios e optativos que integram a matriz curricular do curso.

**Quadro 9 – Matriz curricular do curso de Letras Libras do Parfor da UFPI**

Período	Disciplina			
	Nome	Código	Crédito	CH
1º	Seminário de Introdução ao Curso		1.0.0	15
	História da Educação		3.1.0	60
	Filosofia da Educação		3.1.0	60
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas		2.2.0	60
	Língua Brasileira de Sinais I		1.3.0	60
	Leitura e Produção de Texto I		2.1.0	45
	Estudos Linguísticos I		2.1.0	45
	Atividades Curriculares de Extensão I		0.0.0.2	30



	<b>Total</b>		<b>25</b>	<b>375h</b>
2°	Sociologia da Educação		3.1.0	60
	Psicologia da Educação		3.1.0	60
	Leitura e Produção de Texto II		2.1.0	45
	Língua Brasileira de Sinais II		2.2.0	60
	Estudos Linguísticos II		2.1.0	45
	Escrita de sinais I		2.2.0	60
	Estudos Interculturais		1.1.0	30
	Atividades Curriculares de Extensão II		0.0.0.2	30
	<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>390</b>
3°	Legislação e Organização da Educação		3.1.0	60
	Didática Geral		2.2.0	60
	Língua Brasileira de Sinais III		2.2.0	60
	Linguística da LIBRAS I		3.1.0	60
	Teoria de Aquisição de Linguagem		2.1.0	45
	Escrita de Sinais II		2.2.0	60
	Atividades Curriculares de Extensão III		0.0.0.3	45
	<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>390</b>
4°	Avaliação da Aprendizagem		3.1.0	60
	Língua Brasileira de Sinais IV		2.2.0	60
	Introdução aos Estudos da Literatura		3.1.0	60
	Linguística da LIBRAS II		3.1.0	60
	Educação Bilíngue		2.1.0	45
	Estudos Surdos I		3.1.0	60
	Atividades Curriculares de Extensão IV		0.0.0.3	45



	<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>390</b>
5°	Ensino de Libras: teoria e prática		2.2.0	60
	Linguística da LIBRAS III		3.1.0	60
	Literatura em Língua Portuguesa		3.1.0	60
	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I		3.1.0	60
	Introdução aos Estudos da Tradução		3.1.0	60
	Atividades Curriculares de Extensão V		0.0.0.4	60
	<b>Total</b>		<b>24</b>	<b>360</b>
6°	Tradução e Interpretação da Língua de		2.2.0	60
	Literatura Surda I		3.1.0	60
	Linguística da LIBRAS IV		3.1.0	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I		0.0.9	135
	Atividades Curriculares de Extensão VI		0.0.0.4	60
	<b>Total</b>		<b>25</b>	<b>375</b>
7°	Produção de Materiais Didáticos para o		2.2.0	60
	Linguística da LIBRAS V		3.1.0	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II		0.0.9	135
	Trabalho de Conclusão de Curso I		0.0.4	60
	Atividades Curriculares de Extensão VII		0.0.0.3	45
	<b>Total</b>		<b>24</b>	<b>360</b>
8°	Linguística da LIBRAS VI		3.1.0	60
	Optativa I		3.1.0	60
	Optativa II		3.1.0	60
	Estágio Curricular Supervisionado		0.0.9	135



	Trabalho de Conclusão de Curso II		0.0.4	60
	Atividades Curriculares de Extensão VIII		0.0.0.1	15
	<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>390</b>
<b>Disciplinas Obrigatórias</b>			<b>137</b>	<b>2.055</b>
<b>Atividades Curriculares de Extensão</b>			<b>22</b>	<b>330</b>
<b>Estágio Supervisionado Obrigatório</b>			<b>27</b>	<b>405</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>			<b>08</b>	<b>120</b>
<b>Disciplinas Optativas</b>			<b>08</b>	<b>120</b>
<b>Atividades Complementares</b>			<b>-</b>	<b>200</b>
<b>Total Geral</b>				<b>3.230</b>

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

As disciplinas optativas destinam-se ao aprofundamento dos conteúdos próprios de um campo mais especializado da atuação do pedagogo, visando propiciar ao aluno outras possibilidades para a sua formação profissional, bem como o incentivo necessário para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, duas disciplinas optativas de sessenta (60) horas, totalizando 120h, as quais serão disponibilizadas para realização de matrícula pelos cursistas no oitavo período do curso. O Quadro 10, a seguir, apresenta as disciplinas optativas do curso de Letras Libras do Parfor da UFPI.

**Quadro 10** - Disciplinas optativas do curso de Letras Libras do Parfor da UFPI.

Disciplinas Optativas	Carga Horária	Créditos
Estudos Surdos II	60h	3.1.0
Estudo do Léxico	60h	3.1.0
Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores	60h	3.1.0
LIBRAS Acadêmica	60h	3.1.0
Educação de Surdos e Novas Tecnologias	60h	3.1.0



Ensino de Português como Língua Estrangeira	60h	3.1.0
Gêneros textuais e ensino de língua	60h	3.1.0
Letramento e multimodalidade	60h	3.1.0
Libras: transcrição e escrita	60h	1.3.0
Literatura Surda II	60h	3.1.0
Literatura e tecnologia	60h	2.2.0
Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	60h	2.2.0
Conversação Intercultural	60h	2.2.0
Libras em Contextos	60h	1.3.0
Análise de Discurso	60h	3.1.0
Educação Ambiental	60h	3.1.0
Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira	60h	1.3.0
Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	60h	1.3.0
Letramento e Surdez	60h	1.3.0

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

### 3.1.1 Prática como componente curricular

Neste projeto, julga-se necessário discriminar claramente as acepções referentes à prática de ensino ou à práxis didática. A delimitação conceitual se afigura como fundamental, em virtude de a praticidade não ser entendida estritamente como a avaliação de atuação do docente, ou aspirante a docente, em uma sala de aula. Assim praticidade para o ensino representa, em sentido lato, toda e qualquer atividade desenvolvida na condução das disciplinas que implique algum proveito para a atuação magisterial. Por conseguinte, a praticidade voltada para o ensino não se restringe, em termos curriculares, à avaliação *in loco*, em escolas da educação básica, de procedimentos relativos a qualquer espécie de aula. No Curso de Licenciatura em Letras Libras do Parfor, esse entendimento de praticidade, suas técnicas e concepções conexas serão levadas a cabo quando da realização das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e outras disciplinas pedagógicas específicas.



A praticidade, tal como aqui concebida, consubstancia-se por intermédio da produção de textos críticos relativos ao material didático da educação básica em que os profissionais de Letras atuam (prioritariamente, nas séries terminais do ensino fundamental e no ensino médio); por intermédio da produção de material didático – notas de aula, avaliações, etc – decorrente das discussões travadas em sala a respeito de temáticas específicas das disciplinas de língua e de literatura, sob um princípio de análise multiaxial, isto é, que contemple, tanto quanto possível, diversidade teórica e metodológica; por intermédio da apresentação de seminários, sob a supervisão do professor, cuja avaliação terá seus parâmetros devidamente explicitados, seus propósitos suficientemente declarados e seus objetivos, o mais possível, eficientemente operacionalizados. Em suma, a didatização das disciplinas de Letras obedece à impressão de uma concepção de pluralismo teórico-conceitual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguísticos e literários e à adoção de uma concepção geral de ensino multidisciplinar e transdisciplinar. De modo mais específico, em seus modos de condução, em se tratando de língua, visa à impressão de uma orientação variacionista e, em se tratando de literatura, à impressão de uma concepção multiangular, com vistas à construção de uma cultura de pluralismo ideológico, epistemológico e cultural, de tal sorte que o egresso reconheça, em função da compreensão do caráter plurívio do curso, as diversas oportunidades de ordem profissional. No gênero, esses são os aspectos da análise e da impressão de caráter didático às disciplinas do curso.

Há, naturalmente, embates político-acadêmicos cuja resolução não se encontra devidamente assentada. Por outras palavras, a definição geral de políticas curriculares e o enfoque teórico e didático de cada disciplina em particular são, e provavelmente sempre serão, alvo de discussão. Contudo, a eventual discordância teórica não é encarada como uma deficiência merecedora de extirpação. Esse tipo de divergência torna-se perfeitamente gerenciável e é, de fato, bem-vinda, desde que não implique prejuízo para os conteúdos indispensáveis para a construção de uma formação básica ou nuclear do aluno de Letras e desde que não implique a geração de sectarismo ideológico e acadêmico. A despeito do reconhecimento da inevitabilidade da diversidade de perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas e eventuais enfrentamentos correlatos, o entendimento predominante é de que a definição de uma diretriz – dotada, em princípio, de pluralismo teórico e metodológico – é salutar. Noutros termos, compreende-se que os alunos necessitam de uma orientação a respeito das perspectivas correntes do curso em confronto



prospectivo com as oportunidades laborais uma vez que o tenham concluído. Entende-se, portanto, que o tema da definição de uma diretriz curricular, de modo consensual, não deve ser corporificado de forma rígida, vez que as disciplinas têm conteúdos em formação em virtude de novas pesquisas trazerem a lume contribuições que ora confrontam, ora corroboram o legado da tradição do pensamento linguístico-literário.

Em suma, na espécie, a materialização ou a operacionalização do entendimento em gênero a respeito da didatização das disciplinas do currículo de Letras Libras toma corpo por meio de procedimentos fundamentais específicos, a saber: 1) avaliação crítica de material didático, em especial do livro destinado ao professor, em que há observações atinentes à condução das disciplinas de Libras; 2) produção de material didático aplicável nas séries costumeiramente ministradas pelos egressos dos cursos de Letras Libras; 3) apresentação de seminários, cujo desempenho representa, de forma concreta, uma preparação para a prática pedagógica *stricto sensu*, isto é, a desenvoltura oral em conformidade com um roteiro prévio de apresentação. Naturalmente, outras técnicas de ensino deverão ser discutidas e, em caráter eventual, experimentadas, tais como encenações, produção de jogos infanto-juvenis, etc. Porém, os pontos ressaltados acima são tidos como os mais usuais para a concepção de didatização aqui abraçada. Os procedimentos descritos supra definem, na espécie, o caráter prático do projeto curricular das habilitações de Letras.

Isso posto, convém explicitar a concepção geral relativa à formação pedagógica e sua contribuição para a sociedade em geral dos professores do curso de Licenciatura em Letras Libras.

Para o mestre Paulo Freire<sup>10</sup> “... *não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Essa relação homem-realidade, homem-mundo, (...) implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão*”. Assim, o homem deve ter em sua práxis os constituintes inseparáveis: **ação** e **reflexão**. Estabelecer um espaço de reflexão-ação, apresentar estratégias e recursos capazes de ajudar o homem na sua práxis, tanto individual quanto social, levando-o a “distanciar-se” do seu contexto para ter um olhar sobre, a fim de, assim, aproximar-se melhor deste meio histórico-social com uma perspectiva de apreciação, avaliação e transformação, constituem-se em objetivos do

---

<sup>10</sup> FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*, 23 ed., Paz e Terra, 1999, p.17.



Curso Licenciatura em Letras Libras do Parfor da Universidade Federal do Piauí, UFPI. Somos, portanto, um núcleo gerador de profissionais/cidadãos conscientes do seu papel social de agentes transformadores do real em que estão inseridos.

O curso de Licenciatura em Letras Libras Parfor/UFPI objetiva formar profissionais atuantes que se configurem em professores/agentes da reflexão sistemática acerca da linguagem, em especial, em sua expressão linguística e literária. Para tal, viabilizam-se recursos, estratégias e espaços para que os seus alunos desenvolvam aptidões relevantes para serem atuantes daquela área. E, nesse sentido, assumirem-se como agenciadores de cultura, considerando a Universidade como uma casa de cultura em que os preceitos de ética e de cidadania conduzam à informação qualificada, ao conhecimento e à formação do sujeito/aluno e do sujeito/profissional, pressupondo em seu currículo, no esforço para atender às recomendações do MEC: *flexibilidade de organização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios.*

De acordo com as expectativas e objetivos dos órgãos competentes de ensino e da sociedade letrada, o profissional de Letras deverá possuir conhecimentos que confluem na **compreensão, à luz de diferentes teorias, dos fatos linguísticos e literários**; deste profissional almeja-se, também, a **organização, a expressão e a comunicação do pensamento em situações formais e em língua culta**. A par destas ressalvas, os princípios que norteiam esta proposta de curso se convergem na formação de um profissional de linguagem que esteja atento às mutações e adequações necessárias à comunicação e que conceba a língua e o conhecimento linguístico como pilares para a sua atuação pedagógico-social. Nestes pressupostos, incluem-se os entrelaces necessários à história do conhecimento, à história da língua, à história da Língua Brasileira de Sinais, Ética e Política a fim de se estabelecerem relações de sentido e relações sociais produtivas entre a Universidade e a Sociedade.

Destas argumentações, conclui-se que os direcionamentos propostos para a Política Pedagógica do Curso em questão convergem num intento de homem e de sociedade construído da reflexão-ação que, no trasladar da teoria e da práxis educativa, almeje o discernimento no exercício social de interação com os demais sujeitos culturais. É imprescindível, ainda, dentro de tais expectativas, que o estudante de Letras Libras saiba: analisar criticamente as diferentes teorias que



fundamentam as investigações sobre a linguagem bem como a estrutura e o funcionamento da Língua Brasileira de Sinais; dominar as diferentes noções de gramática; situar e descrever as concepções de sujeito, língua, texto/discurso; ter domínio ativo e crítico destas capacidades para promover as intertextualidades possíveis à língua e ao conhecimento linguístico; compreender os fundamentos teóricos da reflexão relativa ao conhecimento literário. Com isto, espera-se que este profissional seja um produtor de saberes favorecendo o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias, o que envolve atividades de ensino, pesquisa e aplicação. Em assim sendo, em última análise, a impressão de uma concepção pluralista de ordem epistemológica, didática, linguística e literária confere um caráter aplicado ao ensino do curso em sua totalidade.

Na esteira dessa orientação geral, define-se o quadro de disciplinas que atenderá ao sujeito/aluno em nível de inteligência e à sociedade que precisa de um contínuo processo de desenvolvimento, compreendido pela elaboração de eventos internos e externos para promover uma aproximação entre a comunidade local e a Universidade, realizando o seu propósito de estender as suas produções, transformando-se num Polo de Construção e Divulgação/Popularização de Saberes.

Diante dos propósitos listados, é mister ressaltar o firmamento do entendimento de que a história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela permite a observação da história do País. Assim, acopla-se às disciplinas uma preocupação com trasladar teoria e prática; de modo a se abrirem espaços para que sejam apontados procedimentos didático-pedagógicos referentes aos conteúdos expostos. Estes procedimentos pedagógicos se diluem ao longo do curso e têm seu ponto de convergência nos estágios propostos na disciplina Prática de Ensino, cuidadosamente considerados os limites da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Preocupados com o crescente avanço tecnológico e com a demanda do mercado profissional, entendem os professores consignatários que esta Instituição almeja a formação de cidadãos que se adaptem, da forma mais ágil possível em conformidade com os preceitos da ética e da cidadania, a quaisquer mudanças em seu contexto histórico-social, dada a flexibilidade, a expressão crítica e inovadora que assumem as diversas temáticas constitutivas do curso em confronto com as mudanças de ordem socioeconômica e cultural. Entretanto, não se desvia da função primeira de difundir conhecimentos e viabilizar ferramentas para a pesquisa, o ensino e a



extensão, a fim de que o tripé *ensino-pesquisa-extensão* seja uma realidade; deste modo, seu propósito fundamental é *informar* e *formar* com destreza. Contará, para isto, com o apoio de um acervo bibliográfico atualizado, recursos que auxiliam no fazer pedagógico como, por exemplo, materiais de informática em um laboratório específico, tudo conduzido por profissionais habilitados: equipe técnica, bibliotecários e um quadro de professores compostos por mestres e doutores, conforme citado, empenhados em desenvolver atividades de pesquisa e de incentivo à cultura. Para tal, investe-se na formação de grupos que se inspirem nos conhecimentos adquiridos e sugiram propostas de trabalho e eventos científicos – cursos de idioma e de extensão, seminários, congressos, atendimento especializado – que envolvam não só a comunidade acadêmica como também a comunidade social.

A partir desta mobilização acadêmico-social, torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania, objetivando o aprimoramento e a modificação positiva do social.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular. O **Quadro 11** apresenta os componentes e a carga horária dedicada à prática como componente curricular.

**Quadro 11** – Componentes e carga horária dedicada à prática como componente curricular.

COMPONENTE	CH - PCC	Créditos
História da Educação	15h	3.1.0
Filosofia da Educação	15h	3.1.0
Língua Brasileira de Sinais I	45h	1.3.0
Sociologia da Educação	15h	3.1.0
Psicologia da Educação	15h	3.1.0
Língua Brasileira de Sinais II	30h	2.2.0
Escrita de sinais I	30h	2.2.0
Legislação e Organização da Educação Básica	15h	3.1.0
Didática Geral	30h	2.2.0



Língua Brasileira de Sinais III	30h	2.2.0
Avaliação da Aprendizagem	15h	3.1.0
Língua Brasileira de Sinais IV	30h	2.2.0
Educação Bilíngue	15h	2.1.0
Estudos Surdos I	15h	3.1.0
Ensino de Libras: teoria e prática	30h	2.2.0
Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I	15h	3.1.0
Literatura Surda I	15h	3.1.0
Produção de Materiais Didáticos para o Ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional	30h	2.2.0
<b>TOTAL</b>	<b>405h</b>	<b>----</b>

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC



### 3.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Letras Libras – Parfor / UFPI

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Atividade Curricular de Extensão I (30h – 0.0.0.2)	Atividade Curricular de Extensão II (30h – 0.0.0.2)	Atividade Curricular de Extensão III (45h – 0.0.0.3)	Atividade Curricular de Extensão IV (45h – 0.0.0.3)	Atividade Curricular de Extensão V (60h – 0.0.0.4)	Atividade Curricular de Extensão VI (60h – 0.0.0.4)	Atividade Curricular de Extensão VII (45h – 0.0.0.3)	Atividade Curricular de Extensão VIII (15h – 0.0.0.1)
História da Educação (60h – 3.1.0)	Sociologia da Educação (60h – 3.1.0)	Legislação e Organização da Educação Básica (60h – 3.1.0)	Avaliação da Aprendizagem (60h – 3.1.0)	Ensino de Libras: teoria e prática (60h – 2.2.0)	Estágio curricular supervisionado obrigatório I (135h – 0.0.9)	Estágio curricular supervisionado obrigatório II (135h – 0.0.9)	Estágio curricular supervisionado obrigatório III (135h – 0.0.9)
Filosofia da Educação (60h – 3.1.0)	Psicologia da Educação (60h – 3.1.0)	Didática Geral (60h – 2.2.0)	Educação Bilíngue (45h – 2.1.0)	Literatura em Língua Portuguesa (60h – 3.1.0)	Literatura Surda I (60h – 3.1.0)	TCC I (60h – 0.0.4)	TCC II (60h – 0.0.4)
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas (60h – 2.2.0)	Escrita de sinais I (60h – 2.2.0)	Escrita de sinais II (60h – 2.2.0)	Estudos Surdos I (60h – 3.1.0)	Introdução aos Estudos da Tradução (60h – 3.1.0)	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I (60h – 2.2.0)	Produção de Materiais Didáticos para o Ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional (60h – 2.2.0)	Optativa I (60h – 3.1.0)
Língua Brasileira de Sinais I (60h – 1.3.0)	Língua Brasileira de Sinais II (60h – 2.2.0)	Língua Brasileira de Sinais III (60h – 2.2.0)	Língua Brasileira de Sinais IV (60h – 2.2.0)	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I (60h – 3.1.0)	Linguística da LIBRAS IV (60h – 3.1.0)	Linguística da LIBRAS V (60h – 3.1.0)	Linguística da LIBRAS VI (60h – 3.1.0)
Leitura e Produção de Texto I (45h – 2.1.0)	Leitura e Produção de Texto II (45h – 2.1.0)	Linguística da LIBRAS I (60h – 3.1.0)	Linguística da LIBRAS II (60h – 3.1.0)	Linguística da LIBRAS III (60h – 3.1.0)			Optativa II (60h – 3.1.0)
Estudos Linguísticos I (45h – 2.1.0)	Estudos Linguísticos II (45h – 2.1.0)	Teoria de Aquisição de Linguagem (45h – 2.1.0)	Introdução aos Estudos da Literatura (60h – 3.1.0)				
Seminário de Introdução ao Curso (15h – 1.0.0)	Estudos Interculturais (30h – 1.1.0)						



### **3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso**

#### *3.3.1 Estágio Supervisionado Obrigatório*

Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho, nos termos do Art. 61 do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012.

À luz do pensamento de Pimenta e Lima (2012), o estágio curricular nos cursos de formação de professores que já exercem a docência (a exemplo dos cursos ofertados através do Parfor) se configura como espaço de reflexão de suas práticas a partir das elaborações teóricas construídas no processo formativo, de formação contínua, de ressignificação da identidade profissional docente e de produção de conhecimentos.

Ou seja, o estágio para quem já exerce a docência tem seu sentido e significado a partir da natureza do trabalho docente, que demanda “constante revisão das práticas, no sentido de tornar o professor um sujeito que constrói conhecimentos, com capacidade de fazer análise de sua prática fundamentado em um referencial teórico que lhe permita, como resultado, a incessante busca de uma educação de qualidade” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 139). Nesse processo, professor formador e cursista, sujeitos de experiência, constroem constantemente suas identidades, tanto na dimensão individual como na dimensão coletiva, e ressignificam seus saberes docentes.

O professor formador ao mediar, à luz da teoria, a discussão coletiva sobre as experiências dos colegas de profissão que atuam na escola básica trazem para o espaço da formação, articula a construção de novas elaborações teóricas favorecendo a transformação da consciência profissional do professor cursista e a ressignificação da sua prática. Ao colocar em pauta os dilemas e possibilidades do cotidiano escolar, o estágio abre possibilidade para o professor cursista se sentir coautor de sua formação. O estágio como espaço de diálogo e de reflexão também favorece o professor formador abrindo possibilidade para ressignificar sua identidade profissional, que está sempre em constante construção face às novas demandas sociais que são impostas à escola e à universidade.



Essa visão mais abrangente e contextualizada do estágio exige que os cursos de formação, em parceria com docentes da escola básica, desestabilizem modelos que apelam para a fragmentação do conhecimento e a separação entre teoria e prática. Pimenta (2002), em suas conclusões, sinaliza para a importância da pesquisa na formação de professores que exercem a docência a partir da compreensão de que eles podem construir coletivamente conhecimento sobre o ensinar refletindo criticamente sobre a sua atividade para transformar seu saber fazer docente, gerando novos contornos a sua identidade.

A referida autora acredita que a *pesquisa-ação*, a *pesquisa colaborativa* e a *pesquisa-ação crítico-colaborativa*<sup>11</sup> respondem bem ao propósito de ressignificar o Estágio Supervisionado como oportunidade de reflexão da prática docente e como possibilidade de formação contínua partindo do pressuposto de que a realização de pesquisas no contexto escolar investe na formação de qualidade de seus docentes, com vistas à transformação das práticas institucionais na direção da democratização da sociedade.

Considerando que o curso de Letras Libras ofertado no contexto do Parfor destina-se a formar professores que estão exercendo a docência na escola básica pública visando à melhoria da qualidade do ensino, o processo formativo deve favorecer o desenvolvimento de uma atitude permanente de ampliação, problematização e crítica dos conhecimentos pelos quais os professores cursistas compreendem a realidade educacional e concebem os modos de intervir sobre ela, promovendo seu desenvolvimento profissional.

Destarte, conforme determina a Resolução CNE/CP n. 1, de 11 de fevereiro de 2009, as atividades de estágio curricular supervisionado deverão ser, preferencialmente, realizadas na própria escola e com as turmas que estiverem sob responsabilidade do professor cursista. As atividades deverão ser orientadas por um projeto de melhoria e atualização do ensino, realizado sob supervisão concomitante da instituição formadora e da escola, devendo buscar a mobilização, integração e aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades reais vivenciadas no contexto da prática do cursista, articulando teoria e prática.

---

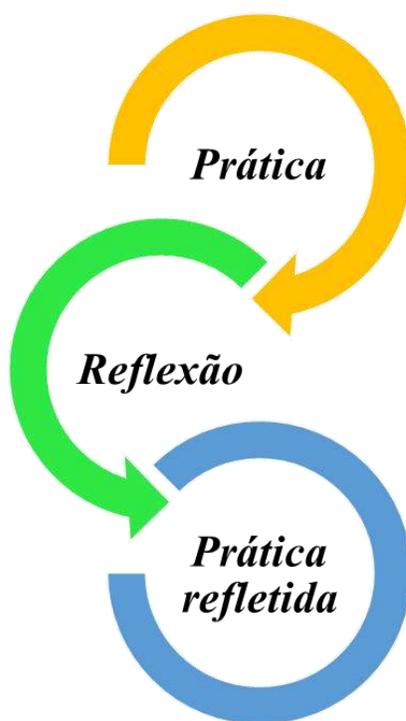
<sup>11</sup>Pesquisa denominada de *colaborativa*, realizada na relação entre pesquisadores-professores da universidade e professores-pesquisadores nas escolas, utilizando como metodologia a pesquisa-ação (PIMENTA, 2002).



À luz do exposto, consideramos o estágio no contexto do Parfor como espaço de reflexão ancorada na análise das dificuldades que o professor cursista enfrenta para realizar o seu trabalho e, ao mesmo tempo, no levantamento de atividades coletivas e individuais para a reelaboração das práticas e das finalidades educativas.

Entendemos, como Pimenta e Lima (2012), que a ressignificação do estágio como espaço de formação contínua e desenvolvimento profissional deve fundamentar-se em três pilares que configuram a atividade docente como práxis (Figura 9): análise da prática docente (*prática*), relação teoria e prática (*reflexão teórica*) e o trabalho docente na escola como categoria central dessa atividade (*prática refletida, analisada e contextualizada*). Em suma, o estágio supervisionado para quem já exerce a docência é circunstância de reflexão, ressignificação de saberes da prática docente e de formação contínua, realimentada por uma teoria que ilumina a prática, que, por sua vez, ressignifica a teoria.

**Figura 9** - Pilares do estágio na perspectiva da reflexão a partir da práxis docente



Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC com base em Pimenta e Lima (2012)

*Silviana*

Para tanto, é preciso lançar mão de metodologias que estejam a serviço da reflexão e da produção de conhecimentos capazes de oferecer a fundamentação teórica necessária para a compreensão da prática didático-pedagógica e da realidade social na qual essa prática está inserida. As metodologias de ensino e pesquisa como as **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*) e a **metodologia de projetos** (projeto didático de intervenção com vistas ao enfrentamento de um problema educacional específico, de natureza interdisciplinar voltado para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) são alguns exemplos de práticas coletivas que favorecem a emergência de experiências formativas inovadoras.

No curso de Letras Libras do Parfor, o estágio é componente curricular indispensável para integralização do curso e totaliza 405 horas de atividades em situação real de trabalho na escola básica de atuação do professor cursista distribuídas em três disciplinas: Estágio Supervisionado Obrigatório I - 135h; Estágio Supervisionado Obrigatório II - 135h; e Estágio Supervisionado Obrigatório III - 135h, em atendimento ao disposto na Resolução CNE/CP n. 2/2019.

Como o cursista já exerce a docência, a prática pedagógica permeia todo o processo de formação, a integralização desse componente no currículo do curso ocorrerá sob a forma de aproveitamento de experiências profissionais, por meio de ações que enfoquem planejamento, regência e a avaliação de aula, desenvolvimento de projetos escolares, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas sobre o processo de ensino e minicurso com as famílias dos estudantes e a comunidade, possibilitando ao professor cursista oportunidade de aprofundar a compreensão da sua prática, refletir sobre ela e tomar novas decisões.

A expectativa é que os professores cursistas possam alternar momentos de reflexão, análise e problematização da prática (tempo universidade) com momentos de planejamento e sistematização de estratégias de enfrentamento dos problemas que emergem do contexto escolar passíveis de intervenção pedagógica (tempo escola). Para isso, o professor formador deve promover encontros incluindo os demais profissionais das escolas envolvidas no estágio com o objetivo de discutir as problemáticas trazidas pelos cursistas para, colaborativamente, (re)definir as estratégias de ação.

No curso de Letras Libras do Parfor/UFPI, o estágio inicia no sexto semestre letivo, conforme desenho curricular anteriormente apresentado e será realizado sob a mentoria e acompanhamento efetivo do professor formador, que supervisionará um grupo de até 10 (dez)



professores cursistas, nos termos da Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021. Vislumbramos que o projeto de estágio dialogue com o projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

### 3.3.2 Atividades Complementares

As atividades complementares, consideradas estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico-culturais, se constituem em um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas durante a realização do curso de Licenciatura em Letras Libras, com possibilidade de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes realizadas no decorrer ou até o último período.

As atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos de Letras Libras, para efeito de integralização curricular, correspondem a 200 horas, as quais deverão ser registradas no Histórico Escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI a respeito do tema.

Considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

**Tabela 1 - Categoria: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA**  
**Carga horária máxima da categoria: 180 h**  
**Carga horária máxima do currículo na categoria: 180 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em grupo de estudo/pesquisa.	O aluno deverá participar de atividades/projetos de ensino ou pesquisa, orientado por docente da UFPI.	60 h	180 h	Relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade competentes.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC



**Tabela 2 - Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS**

**Carga horária máxima da categoria: 60 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação e Organização em evento científico	Participação e organização em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 h	30 h	Certificado de participação, organização ou declarações dos órgãos/unidade competentes.
	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, na área de Letras Libras ou áreas afins.	10 h	30 h	Certificado de apresentação de trabalho ou declarações dos órgãos/unidade competentes, referentes a apresentação do trabalho científico.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 3 - Categoria: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Publicação de artigo completo em periódico.	Publicação de artigo completo em revista nacional ou internacional, como autor ou co-autor.	10 h	20 h	Cópia de artigos ou página de título do artigo publicado ou carta de aceite da revista.
	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico na área de Letras Libras ou afins.	10 h	50 h	Cópia da capa dos anais do evento, bem como a página na qual conste o trabalho publicado.



	Aprovação em concurso	em	Aprovação em concurso para professor	20 h	20 h	Comprovante de aprovação ou nomeação
--	-----------------------	----	--------------------------------------	------	------	--------------------------------------

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 4 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**Carga horária máxima da categoria: 120 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Estágios não obrigatórios de 50 a 100 horas	Estágio realizado na área de Libras	30 h	30 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios de 101 a 200 horas	Estágio realizado na área de Libras	40 h	40 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios com mais de 200 horas	Estágio realizado na área de Libras	50 h	50 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 5 - Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES**

**Carga horária máxima da categoria: 120 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em projetos	Participação em projetos sociais governamentais e não-governamentais, voltado a área de Libras, com duração mínima de 60 dias.	30 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Experiência Profissional	Atuação como docente acima de 6 meses	60 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes



Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 6 - Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO—CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre a área de Libras	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre/para a atuação pedagógica (na área de Libras) nos Anos Finais do Fundamental e Ensino Médio.	30 h	30 h	Apresentação dos trabalhos produzidos ou produtos.
	Organizador e/ou participante de eventos artístico-culturais ou esportivos	Organização e/ou participação em eventos artístico-culturais e em torneios, campeonatos, olimpíadas, organizadas pela UFPI ou outras instituições.	30 h	60 h	Atestados/certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 7 - Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em Programas ou projetos de extensão	Participação em Programas ou projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo.	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. Se for grupo de estudo, este	10 h	30 h	Atestados ou certificados de participação



		deve ser orientador por professor da UFPI ou outra IES.			
	Participação em eventos junto à comunidade.	Participação em apresentações, eventos, projeções comentadas de vídeos técnicos à comunidade durante o período de integralização do curso.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Excursões científicas	Excursões científicas que estejam relacionadas com atividades de extensão.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Curso de extensão	Curso de extensão na área de Libras e/ou áreas afins	10 h	20 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em exposições e feiras.	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Libras.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

### **Tabela 8 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO**

**Carga horária máxima da categoria: 40 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 40 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em atividades de gestão	Participação em atividades de gestão no âmbito da escola em que o cursista atua.	15 h	30 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou
	Participação em comissões de trabalho na universidade.	Participação nas diversas comissões de trabalho da UFPI ou outra IES	10 h	10 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC



**Tabela 9 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS:**  
**Carga horária máxima da categoria: 10 h**  
**Carga horária máxima do currículo na categoria: 10 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Visitas técnicas na área do curso	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	5 h	10 h	Relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 10 - Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**  
**Carga horária máxima da categoria: 60 h**  
**Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Disciplina eletiva	Disciplina de graduação cursada em outro curso desta instituição ou em outras instituições de educação superior	30 h	60 h	Histórico escolar, no qual conste a disciplina cursada.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

### 3.3.3 Atividade Curricular de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024,



compreendendo, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do Parfor, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

As ACE têm por objetivos: I - reafirmar a articulação universidade/sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; II – fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão; III – contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica dos cursos de graduação; IV – estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e da sociedade; V – compartilhar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, da cultura, da tecnologia e das artes.

#### *3.3.3.1 Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão*

- O curso de Licenciatura em Letras Libras deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Letras Libras deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculado) até integralizar o total de 330h definido neste PPC;
- Os programas, projetos, cursos e eventos devem contemplar um conjunto articulado de ações, pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou a distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais;



- As ACE devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo;
- Os programas, projetos, cursos e eventos de extensão ofertados por meio de disciplinas do currículo de cada curso de graduação devem ser cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREX), após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular (disciplina);
- As ACE devem estar em consonância com a especificidade formativa de cada curso e envolver diversidade de ações;
- O Quadro 12 a seguir, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACE semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Letras Libras. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

**Quadro 12** - Atividades Curriculares de Extensão

Período	Carga horária	Atividades Curriculares de Extensão	Eixo temático
1º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Ética e Relações étnico-raciais
2º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Ciência e tecnologia
3º	45h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Meio Ambiente, Educação Ambiental e Educação para o consumo
4º	45h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Cidadania e Civismo, Vida Familiar e Social, Educação para o Trânsito, Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso



5º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
6º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Orientação Sexual
7º	45h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Saúde, Educação Alimentar e Nutricional
8º	15h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Economia, Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

### 3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência do Conselho Nacional de Educação e configura-se como um instrumento de iniciação científica. Constitui-se numa oportunidade privilegiada de desenvolvimento de um trabalho sistematizado e de natureza teórico-prática, por meio do planejamento da intervenção na prática, oportunizando ao aluno a investigação do funcionamento das organizações educativas e suas inter-relações com a comunidade.

O TCC é o espaço curricular destinado à realização de pesquisa e/ou publicação científica, representando a culminância da produção intelectual do aluno. Objetiva a consagração de um processo de maturidade intelectual e de autonomia do aluno em face do desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza teórico-investigativa sobre a educação e a docência (BRASIL, 2009). Constitui-se, assim, em instrumento de articulação entre teoria e prática, oportunizando a aproximação do ambiente acadêmico com as práticas realizadas nos espaços escolares, favorecendo a reflexão e aperfeiçoamento profissional e humano do fazer pedagógico.



Desse modo, o TCC envolve pesquisa, aqui entendida como atividade que envolve produção de conhecimento novo, que preenche uma lacuna em determinada área do conhecimento, fazendo avançar a ciência e, por isso, tem relevância teórica e social (SEVERINO, 2003).

Na mesma direção, Marques (2002) ressalta que a pesquisa envolve diálogo com a comunidade científica e com a teoria, resultando numa interlocução de vozes, ou seja, numa conversa que amplia perspectivas e horizontes, reconstrói e reformula os saberes. De acordo com o autor, pesquisar é:

[...] produzir um texto de rica intertextualidade no qual se conjuguem, em uma intersubjetividade sempre ativa e provocante desde suas bases socioculturais, as muitas vozes de uma comunidade argumentativa especialmente convocada para o debate em torno de uma determinada temática; sejam as experiências do pesquisador, sejam os testemunhos de um campo empírico, sejam os testemunhos de respectivo campo teórico (MARQUES, 2002, p.229).

A pesquisa é fundamental para a formação profissional do indivíduo, haja vista que as transformações ocorridas ao longo dos últimos tempos afetaram radicalmente vários campos sociais, notadamente, a educação, o ensino, exigindo profissionais com conhecimento do método científico para responder adequadamente às novas imposições da sociedade.

Nessa perspectiva, o TCC em nível de graduação é de grande relevância porque permite o contato do graduando com a pesquisa, atividade essencial que fornece os fundamentos científicos necessários para a materialização da sua formação acadêmica, podendo servir, assim, como contributo para trabalhos futuros.

No âmbito da UFPI, o TCC, conforme definido no Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012), corresponde à produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso. Poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico (PPC), sob a orientação de um docente designado para esse fim.

O TCC objetiva a produção acadêmica que expresse as aprendizagens e habilidades desenvolvidas pelo cursista no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso. Em virtude da especificidade da clientela do Parfor (professores



em exercício na Educação Básica), a produção do TCC deve ser orientada por um projeto investigativo que busque respostas para questões subjacentes à prática docente, priorizando o planejamento e intervenção na prática docente, com vista à melhoria e atualização do ensino. Desse modo, a atividade de investigação também deverá ser, preferencialmente, realizada na própria escola e com as turmas que estiverem sob a responsabilidade do professor cursista, na sua área ou disciplina de atuação, nos termos das normativas do Programa.

Se queremos formar professores, na perspectiva da formação contínua e do desenvolvimento profissional, com condições de fazer análise de sua prática de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos da Educação Básica (PIMENTA; LIMA, 2012), é preciso lançar mão de metodologias que reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Reiteramos a importância da integração do TCC com os demais componentes curriculares e a interconexão particular com as experiências resultantes do estágio supervisionado. Por isso, também devem ser priorizadas as metodologias de pesquisa que lançam mão da elaboração de **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*), que autorrevelam os vínculos com a profissão e, por meio das quais o professor cursista pode se reapropriar de sua experiência docente, e a **metodologia de projetos** com ênfase em projetos didáticos para intervenção em problemas educacionais específicos, de natureza interdisciplinar voltados para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

À vista disso, no curso de Letras Libras da UFPI ofertado através do Parfor a produção acadêmica do TCC deverá ser comunicada, preferencialmente, por meio de *artigo científico, relato de experiência, memorial de formação, projeto didático* ou outro instrumento de comunicação definido pelo Colegiado de curso.

No curso de Letras Libras do Parfor/UFPI, o TCC tem caráter obrigatório e totaliza 120 horas, distribuídas em dois componentes curriculares: TCC I (60 horas) e TCC II (60 horas). A matrícula em TCC I e TCC II será realizada no 7º e 8º semestres, respectivamente. A relação entre os dois componentes curriculares é de continuidade, articulada por duas importantes atividades: planejamento da pesquisa, culminando com a elaboração do projeto de pesquisa, no TCC I e



realização da pesquisa, conforme cronograma de execução no TCC II, exigindo-se apresentação e defesa do trabalho ao final do curso. Por essa razão, a matrícula no TCC II está diretamente condicionada à aprovação no TCC I.

A apresentação do trabalho ocorrerá publicamente e será avaliada por uma banca formada pelo professor orientador vinculado ao curso e dois pareceristas escolhidos, preferencialmente, entre os professores formadores que contribuíram no processo formação do cursista do aluno. Em consonância com o regulamento do Parfor, cada professor poderá orientar até 10 (dez) professores cursistas por semestre.

O Quadro 13, a seguir sintetiza a integralização curricular do curso de Letras Libras do Parfor, contabilizando disciplinas de formação obrigatória e optativa, estágio supervisionado obrigatório, trabalho de conclusão de curso, atividades curriculares de extensão e atividades complementares:

**Quadro 13 - Síntese da Integralização Curricular do Curso de Letras Libras Parfor**

<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Carga horária</b>
<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<b>2.055h</b>
<b>Atividades Curriculares de Extensão</b>	<b>330h</b>
<b>Estágio Supervisionado Obrigatório</b>	<b>405h</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>	<b>120h</b>
<b>Disciplinas Optativas</b>	<b>120h</b>
<b>Atividades Complementares</b>	<b>200h</b>
<b>Carga Horária Total</b>	<b>3. 230h</b>

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC



### 3.4 Metodologia

Compreendendo que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do conhecimento se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de alunos menos favorecidos economicamente presentes na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor destes alunos.

#### 3.4.1 *Material didático específico*

O material impresso deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora, para que, além dos momentos em sala de aula, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento.

Esse material será produzido pelo professor/autor e traduzido/interpretado pela equipe responsável para esse fim, adotando-se um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

O conteúdo-base é um material impresso-digital apresentado nas versões em Português e Libras para complementar a formação do alunado. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina. Esse



material poderá ser disponibilizado também em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através, por exemplo, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA.

Nesse ambiente, o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, com sua presença virtual ou não. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina também poderá acrescentar materiais complementares para serem acessados pelos alunos, tais como *links* para acesso a páginas ou outros materiais. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos para o Ambiente Virtual, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

O Ambiente Virtual visa a oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem do curso de Letras Libras, na modalidade Licenciatura. Nele, poderão ser depositados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, teleaula etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, esse espaço pode tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

As mídias utilizadas para o público alvo descrito, como foi anteriormente explicitado, serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, professores, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o aluno deverá ter à disposição um laboratório de informática equipado, ambiente que terá computadores conectados à Internet, acessando todos os recursos oferecidos por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tais como fórum, e-mail e *chat*.

A UFPI também deverá dispor de um Laboratório de Línguas, possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica.

Ressalta-se que todo o material didático, seja impresso ou virtual, deve passar por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.



### *3.4.2 Previsão de atendimento a estudantes com necessidades especiais*

Em virtude do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o Curso de Letras Libras promoverá ao estudante com necessidades especiais atendimento apropriado conforme tal necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos deficientes aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.



## 4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

### 4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

A promoção de oportunidades de aprendizagem é contemplada nas políticas institucionais definidas pelo PDI/UFPI (2020-2024) para ensino, pesquisa e extensão, conforme elencado a seguir.

#### **Para ensino de graduação:**

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFPI;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;
- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;
- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;
- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, em todos os PPCs da UFPI, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.



**Para pesquisa e inovação:**

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;
- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

**Para extensão e cultura:**

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias; para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais;
- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de



produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;

- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;

- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;

- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

- Promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

- Impactar e transformar o social, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, implementando o desenvolvimento regional e o desenvolvimento de políticas públicas;

- Corroborar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

#### **4.2 Apoio ao discente**

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Letras Libras.

No que tange ao apoio psicopedagógico, a UFPI dispõe de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade



Universitária. Esta Pró-Reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC\*), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos *Campi* do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes.



## 5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

### 5.1 Da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem em disciplinas do curso de Letras Libras atenderá às normas comuns a todos os cursos da UFPI, especificadas na Resolução CEPEX-UFPI n. 177/12, notadamente em seu Título VIII, que, dentre outras determinações, indica que:

[...]

Art. 101. Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de:

I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas;

II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas;

III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 102. A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina.

§1º Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§2º O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 103. A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso (PPC) e estar explícitos no plano de disciplina, de acordo com a especificidade.

§1º Nos instrumentos destinados às verificações parciais e exame final, deverão constar o valor correspondente a cada item.

§2º Em cada disciplina, é obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação escrita realizada individualmente.

Art. 104. As avaliações devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

Parágrafo único. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados, pelo professor, de forma clara para os alunos.

Art. 105. O professor deve discutir os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos.

Parágrafo único. A discussão referida no caput deste artigo será realizada por ocasião da publicação dos resultados e o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los após o fim da discussão.

Art. 106. O rendimento acadêmico é calculado a partir média dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação utilizados durante a disciplina.

§1º A divulgação do rendimento acadêmico é obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico. O professor responsável pela disciplina deverá fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico.

§2º É obrigatória a divulgação do rendimento da avaliação feita pelo professor da disciplina, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado este prazo a partir da realização da avaliação, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico.

[...]

Art. 110. Será “aprovado por média” o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), desde que os requisitos de assiduidade do Art. 117 sejam satisfeitos.

Art. 111. Será considerado “aprovado” no componente curricular o aluno que:



I – obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais;

II – submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112. Será considerado “reprovado” o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais;

III – obtiver média aritmética inferior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113. É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4 (quatro). Neste caso, o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114. A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 (sessenta) minutos de aula.

Art. 115. É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116. O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4 (quatro) e menor que 7 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Art. 117 terá direito à realização do exame final. Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117. O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação do Art. 1141 .

§2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a media final igual a zero.

Art. 118. A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Art. 117, é 6 (seis).

Respeitadas essas normas gerais, entende-se a avaliação da aprendizagem, no âmbito do curso de Letras Libras, como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso de Letras Libras, devendo, portanto, ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos e envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Assim, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem finalidades diagnóstico-formativas:

- Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- Detectar dificuldades na aprendizagem;
- Re-planejar;
- Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;



- Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto-Pedagógico.

No Curso de Letras Libras, entende-se que é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos cursistas frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico. Neste sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativa no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor formador/ professor cursista se torna fundamental. O trabalho do professor formador, portanto, ao organizar o material didático básico para a orientação do cursista deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber.

Para que isso ocorra, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como ocorre não só a aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira pelos alunos, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso. Por isso, a verificação da aprendizagem ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que exijam dos estudantes não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções

Esses instrumentos de avaliação (**tais como pesquisas, memorial, portfólio, projeto de trabalho, produções textuais escritas e orais, seminários, autoavaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros**) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento, que, juntamente com a Coordenação do Curso, ficarão responsáveis por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

Em suma, a avaliação no curso de Letras Libras do Parfor deve ser efetuada tendo em vista: o contexto em que o Programa se realiza; o perfil de professor que o Programa deseja formar e as competências que se pretendem desenvolver. Também deve levar em conta que todos os recursos técnicos, administrativos e pedagógicos têm papel mediador na construção do conhecimento pretendido e que as formas de avaliação são subsidiárias de uma forma determinada de trabalho, englobam uma concepção de aprendizagem, uma metodologia de ensino, de conteúdos e a relação professor-aluno e aluno-aluno (BRASIL, 2004). Seguindo a proposta pedagógica definida no Programa, a avaliação do professor cursista deve: ocorrer de maneira contínua e progressiva, e abranger todos os momentos do curso; envolver os múltiplos aspectos da aprendizagem do cursista,



ir além da aferição de conhecimentos, e considerar o conjunto das competências descritas no item "Competências e Habilidades" deste PPC; e utilizar diferentes procedimentos e instrumentos, contemplando a autoavaliação, a avaliação dos colegas e a do professor formador.

## 5.2 Do Projeto Pedagógico do Curso

Conforme especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024), o Projeto Pedagógico do Curso deve adotar como princípio, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade, a fim de que o estudante alcance sua autonomia intelectual.

Visando ao atendimento dessas exigências, o PPC do curso de Letras Libras estará em permanente avaliação com o objetivo de identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do curso, perfil, conteúdos, sequência das disciplinas, etc.), bem como para indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do PPC.

Essa avaliação, de caráter formativo, será realizada, principalmente, a partir das seguintes fontes: ao final de cada período letivo, através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da operacionalização do curso; pelo acompanhamento de egressos, através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Letras Libras Parfor/UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional; a partir dos resultados de cada ciclo avaliativo fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14.04.2004.

Os dados coletados dessas fontes serão periodicamente analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) para que seja verificado se o PPC continua atendendo satisfatoriamente às demandas relacionadas ao perfil dos licenciados em Letras Libras. A partir dessa análise, se for constatada a necessidade de modificação do PPC, serão seguidas as normas constantes no Art. 29 da Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012:

Art. 29. Todas as mudanças no projeto pedagógico (PPC) devem ser propostas pelo núcleo docente estruturante (NDE), deliberadas pelo colegiado do curso e, após análise pela Coordenação de Currículo da PREG (CC/PREG), homologadas pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) até 30 (trinta) dias antes da publicação da solicitação de oferta de componentes curriculares referente ao semestre letivo da sua implementação.



§1º A Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) será a instância final de aprovação de mudanças no projeto pedagógico (PPC), desde que tais mudanças não tenham como consequência alterações na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular.

§2º Havendo alteração na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular, ou ainda nos casos previstos no parágrafo único do Art. 10, a instância final de aprovação das mudanças será o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Silviana', located in the bottom right corner of the page.

## 6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

### 6.1 Disciplinas Obrigatórias

#### 1º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso</b>		<b>CÓDIGO: LIBRAS001</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.0.0	15h	---
<p><b>EMENTA:</b> Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS. O licenciado em Letras - LIBRAS. Instâncias do Centro de Ciências da Humanas e Letras e da UFPI e suas competências envolvidas com o Curso de Letras - LIBRAS.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>Normas e Funcionamento Dos Cursos de Graduação da UFPI. Disponível em: <a href="https://ufpi.br/images/CCE/RESOLU%C3%87%C3%95ES/resolucao177-12-cepex.pdf">https://ufpi.br/images/CCE/RESOLU%C3%87%C3%95ES/resolucao177-12-cepex.pdf</a> Data de acesso: 23.mar.2022</p> <p>Projeto Político Pedagógico Do Curso de Licenciatura em Letras Libras/Parfor/UFPI. REGIMENTO GERAL DA UFPI. Disponível em: <a href="http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/df/arquivos/files/regimento_geral_ufpi.pdf">http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/df/arquivos/files/regimento_geral_ufpi.pdf</a> Data de acesso: 23.mar.2022</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>DAMÁZIO, Mirlene. F. M. <i>Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez</i>. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.</p> <p>GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, R. M. Org.: <i>Letras Libras: ontem, hoje e amanhã</i> – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014</p> <p>SANTANA, Ana. P; BERGAMO, Alexandre. <i>Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas</i>. Educ. Soc. [online]. 2005, vol.26, n.91, pp.565-582.</p> <p>SKLIAR, Carlos de (org). <i>A surdez: Um olhar sobre as diferenças</i>. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p>		



<b>DISCIPLINA: História da Educação</b>		<b>CÓDIGO: DFE0097</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> História da educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>FÁVERO, O. (Org.). <i>A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988</i>. 2. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.</p> <p>FRANCISCO FILHO, G. <i>A educação brasileira no contexto histórico</i>. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.</p> <p>MOURA, Maria Cecília. <i>O Surdo, Caminhos para uma Nova Identidade</i>. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de educação</i>. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 251p</p> <p>GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (Org.). <i>Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação</i>. Uberlândia: EDUPU, 2007.</p> <p>LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. <i>500 Anos de Educação no Brasil</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>SAVIANI, D. <i>Escola e Democracia</i>. 42.ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2012.</p>		

<b>DISCIPLINA: Filosofia da Educação</b>	<b>CÓDIGO: DFE0095</b>
--	------------------------



<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão tecnológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professora.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>ADORNO, Theodor W. <i>Educação e emancipação</i>. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2020.            CHAUI, Marilena de Souza. <i>Convite a filosofia</i>. 13. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.            GHIRALDELLI JR. P. <i>O que é Filosofia da Educação?</i> Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2000.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>AHLERT, Alвори. <i>A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal</i>. 2. ed. Ijuí, RS: Unijui, 2003.            CHAUI, M. <i>Convite a Filosofia</i>. 13. ed. São Paulo: Atica, 2003.            MARCONDES, Danilo. <i>Iniciação a história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</i>. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000.            SAVIANI, D. <i>Educação: do senso Comum à consciência filosófica</i>. 19.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.            SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>A Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação</i>. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p>		

<b>DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.3.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Uso do corpo e do espaço na sinalização com ênfase em mímicas e gestos; Parâmetros de formação do sinal; Expressões faciais gramaticais e afetivas; Construções frasais afirmativas, negativas e interrogativas; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; Práticas sinalizadas.</p>		



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. Tenho um aluno surdo e agora? *Introdução à Libras e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *LIBRAS em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001

ANDREIS-WITKOSKI, Silvia. *Introdução à Libras: língua, história e cultura*. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAMPELO, A. R. et al. *Libras fundamental: livro didático de língua de sinais brasileira para crianças e adultos, surdos ou ouvintes*. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.

GARCIA, Eduardo de Campos. *O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais*. 2 ed. Wak Editora, Rio de Janeiro, 2015.

MARCON, Andréia Mendiola ... [et. al.]. *Estudos da língua brasileira de sinais*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. *Libras: conhecimento além dos sinais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

<b>DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento em Ciências Humanas: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		



ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.  
 RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.  
 SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Como ordenar as ideias*. 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010  
 HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola. 2010.  
 MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; TARDELLI, Lília Santos Abreu. *Planejar Gêneros Acadêmicos: Leitura e Produção de Textos Acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2010.  
 PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. São Paulo: Rêspel, 2012.  
 PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

<b>DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b> Estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa em textos escritos. Mecanismos de textualidade em textos escritos em Língua Portuguesa. Estratégias de leitura e produção de textos escritos em língua portuguesa.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
GUEDES, P. C. <i>Da redação à produção textual: o ensino da escrita</i> . São Paulo: Parábola, 2009.		



KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Coesão Textual*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Prática de Textos: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.

KLEIMAN, Angela. *Oficina de Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port\\_surdos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf)>.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC, SEESP, 2004. v. 2 (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>>.

<b>DISCIPLINA: Estudos linguísticos I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<p><b>EMENTA:</b> O conceito de Linguagem e língua. Origem e características das línguas naturais. Linguística como Ciência. O objeto da Linguística. Relação da Linguística com outras ciências. Contribuição de Saussure. Estruturalismo europeu e norte - americano. Fundamentos da linguística gerativa: pressupostos teóricos, surgimento e desenvolvimento do gerativismo. As noções de Faculdade da Linguagem, Gramática Universal e Competência Linguística. Arquitetura da Linguagem em diferentes modelos gerativistas.</p>		



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOMSKY, N. *Sobre Natureza e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. Vol.1. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. Vol.2. 8.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. Vol.3. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística*. Vol.1. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística*. Vol.2. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.2	30h	---
<b>EMENTA:</b> Preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino. Origem histórica e social do preconceito racial/étnico brasileiro. Legislação brasileira sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais. Práticas educativas envolvendo a Educação para as Relações Étnico-Raciais.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
PEGORARO, Olinto. <i>Ética através dos maiores mestres da história</i> . Petrópolis: Vozes, 2006.		



PLETSCH, Marcia Denise. *Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas*. Rio de Janeiro: Editora Nay, 2013.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica*. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. Edusp: São Paulo, 2003.

GIROUX, Henri A. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HERMANN, Nadja. *Pluralidade e ética em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e Competência*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

## **2º PERÍODO**

<b>DISCIPLINA: Estudos Interculturais</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Conceitos de comunidade e cultura surda. Biculturalismo. Interação intercultural surda-ouvinte.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALBRES, N. de A.; NEVES, S. G. <i>Libras em estudo: política linguística</i> - São Paulo: FENEIS, 2013.		
FELIPE, T. <i>Libras em Contexto</i> (exemplar do aluno), MEC, 2001.		



QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Artmed: Porto Alegre, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngüe da Língua de Sinais Brasileira*, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GESSER, A. *Libras: que língua é essa?* São Paulo Parábola Editorial. 2009.

LEITE, E. M. C. *Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. Coleção cultura e diversidade. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul. 2005.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível Básico I. 2007.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Editora da UFSC: Florianópolis. 2009

<b>DISCIPLINA: Sociologia da Educação</b>		<b>CÓDIGO: DFE235</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas; a escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas; o campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ARON, Raymond. <i>As etapas do pensamento sociológico</i> . 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.		
BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos da Educação</i> . 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.		
CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da. <i>Sociologia e educação: leituras e interpretações</i> . São Paulo, SP: Avercamp, 2011.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de educação</i> . 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 251p.		
COSTA, Maria Cristina Castilho. <i>Sociologia: introdução a ciência da sociedade</i> . 5.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2016.		



DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2011.  
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, MA; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (orgs.). *Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

<b>DISCIPLINA: Psicologia da Educação</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. <i>Temas em psicologia e educação</i>. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.          COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. <i>Desenvolvimento psicológico e educação</i>. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. 3v.          FURTADO, Odair et al. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i>. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio. <i>Psicologia geral</i>. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.          DAVIDOFF, Linda L. <i>Introdução a psicologia</i>. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2006.          GONÇALVES, M. Graça M; FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia. <i>Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia</i>. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.          GONZALEZ REY, Fernando Luís. <i>Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural</i>. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2005.          VIGOTSKI, Lev Semenovich. <i>A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores</i>. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>		



<b>DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b> Noções de linguagem, texto, gênero e discurso. Prática de leitura e de produção de textos acadêmicos. Estratégias de leitura e de produção de textos acadêmicos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. <i>Ler e escrever: estratégias de produção textual</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; TARDELLI, Lília Santos Abreu; LOUSADA, Eliane. <i>Planejar gêneros acadêmicos</i>. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. <i>Produção textual na universidade</i>. São Paulo: Parábola, 2010.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>ABREU, Antônio Suárez. <i>Curso de redação</i>. 12. ed. 3. impr. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>CAVALCANTE, Mônica Magalhães. <i>Os sentidos do texto</i>. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Para entender o texto</i>. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>KOCH, Ingedore G. Villaça. <i>Desvendando os segredos do texto</i>. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 168 p.</p> <p>KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>A coerência textual</i>: São Paulo, Contexto, 2009..</p>		

<b>DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Uso de expressões não-manuais; Construções frasais com aspecto, tópico, foco; Exploração do espaço de sinalização; Diferenças de perspectivas na sinalização e o		



particionamento do corpo do sinalizante. Vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FELIPE, T. A. *Libras em contexto*. Brasília: TvIEC/SEES, Ed. 7, 2007.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua sinais*. [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARROTEIA, J. *O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005. Disponível em <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270807/1/Arroteia\\_Jessica\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270807/1/Arroteia_Jessica_M.pdf)>.

FELIPE, T.A. *Libras em contexto: curso básico*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GESSER, A. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. *Curso de LIBRAS 2 – Iniciante*. 3 ed. rev., e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008

<b>DISCIPLINA: Escrita de Sinais I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Aspectos históricos e culturais da escrita. Compreensão do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não-manuais. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. A alfabetização na escrita da língua de sinais. Atividades práticas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		



BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. *Escrita de Sinais sem mistérios*. 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.

PICARD, Georges. *Todo mundo devia escrever: a escrita como disciplina de pensamento*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

STUMPF, M. Sistema SignWriting: por uma escrita funcional para o surdo. In THOMA, Adriana da Silva. (Org). *A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Editora Edunisc, 2004

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D.. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira*, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. *Educação infantil para surdos*. In: In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Canoas. 2001.

GIORDANI, Liliane F. *"Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

WANDERLEY, D. C. *A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

<b>DISCIPLINA: Estudos Linguísticos II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<p><b>EMENTA:</b> As principais correntes dos estudos enunciativos e discursivos da linguagem. Fundamentos epistemológicos em teorias da enunciação. Os desdobramentos teóricos em enunciação: a heterogeneidade discursiva. O discurso citado. Conceitos básicos em Pragmática. Teoria dos atos de fala. Princípio da cooperação e implicatura conversacional. Dêixis. A teoria da polidez. Contexto e contextualização. Princípios e mecanismos da organização global e local da fala em interação. Fundamentos de significado e de produção de sentidos. Discurso e Texto. Análise de Discurso. Análise da Conversação.</p>		

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

ILARI, R. *Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

RAJAGOPALAN, K. *Nova Pragmática: Fases e Feições de um Fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

OLIVEIRA, L. A. *Manual de Semântica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

KEBRAT- ORECCHIONI, C. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.2	30h	---
<b>EMENTA:</b> Advento do campo da CTE (Ciência, Tecnologia e Educação). Conceituação e definição a respeito do que é técnica e tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Ciência, Tecnologia e Formação de Professores. Controvérsias científicas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		



ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ANGOTTI, José A.P.; AUTH, Milton A. *Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação*. Ciência e Educação, v.7, n.1, p.15-27, 2001.

BAZZO, W. A. *Ciência, tecnologia e sociedade: o contexto da educação tecnológica*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CUPANI, Alberto. *Filosofia da Tecnologia: um convite*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas: UNICAMP, 2008.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Editora 34, 2008.

### **3º PERÍODO**

<b>DISCIPLINA:</b> Legislação e Organização da Educação Básica		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Abordagem da dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. Estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº. 9394/96) e demais documentos pertinentes. Ética e legalidade. Aspectos éticos e legais relacionados à Educação Básica.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		



LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, Joao Ferreira de. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAES, Alexandre de. *Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988*. 29.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

PINTO, Jose Marcelino. *Para onde vai o dinheiro? Caminhos e descaminhos do financiamento da educação*. São Paulo, SP: Xama, 2014

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARELARO, Lisete. *FUNDEF: uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação*. 2008. 16 f. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3866--Int.pdf>>. Acesso em: 22.mar.2022.

CRUZ, Rosana Evangelista da. *Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União - o FNDE em destaque*. São Paulo: 2009. 434f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2009.

CURY, C.R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N.S.C. & AGUIAR, M.A. da S. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. Campinas: Cortez, 2000.

DUARTE, Marisa R. T; FARIA, Geniana Guimaraes. *Recursos públicos para escolas públicas: as políticas de financiamento da educação básica no Brasil e a regulação do sistema educacional federativo*. Belo Horizonte, MG: RHJ, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. *Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação*. Brasília, DF: INEP, 2007.

<b>DISCIPLINA:</b> Didática Geral		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Fundamentos epistemológicos da Didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Educação de surdos com base na experiência visual: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante. O currículo na educação de surdos. Propostas de ensino para educação de surdos com enfoque nas experiências visuais. Didática e dinâmica na aula de/com surdos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BARREIRO, I. M.de F.; GEBRAN, R. A.. <i>Prática de ensino e estágio obrigatório na formação de professores</i> . São Paulo: Avercamp, 2006.		
BEHRENS, Marilda Aparecida. <i>O paradigma emergente e a prática pedagógica</i> . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		



CORDEIRO, J. <i>Didática</i> . São Paulo: Contexto, 2007.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
CASTRO, A. D. et al. <i>Ensinar a Ensinar</i> : didática para escola fundamental e médio. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
COUTINHO, R. M. T. <i>Pedagogia do ensino superior</i> : formação inicial e formação continuada. Teresina: Editora Halley, 2007.
LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i> . 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.
MARTINS, P. L. O. (org.). <i>Conhecimento local e conhecimento universal</i> : pesquisa didática e ação. Curitiba: Champagnat, 2004.
RIOS, T. A. <i>Compreender e ensinar</i> : por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

<b>DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais III</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Classificadores: tipos, uso na língua de sinais. Os verbos classificadores. Sistemas de transcrição em LIBRAS, Estudo das situações prático-discursivas da Libras Atividades de prática como componente curricular; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. <i>O uso de classificadores na língua de sinais brasileira</i> . ReVEL, v. 10, n. 9, 2012.		
BARRETO, Madson, BARRETO, Raquel. <i>Escrita de sinais sem mistérios</i> . v.1: LIBRAS Escrita, 2. Ed. Ver.atual. e ampl – Salvador, 2015.		
QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de sinais brasileira</i> : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ARROTEIA, J. <i>O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)</i> . Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.		



CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. *Dicionário enciclopédico ilustrado Trilíngue da língua de sinais*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FELIPE, Tanya. *Sistema de flexão verbal na Libras: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero*. In: Congresso Internacional do INES, 2002, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Internacional do INES, v. 1, 2002.

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R (organizadoras). *Estudos Surdos III*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R (organizadoras). *Estudos Surdos IV*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

<b>DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Diferenças e semelhanças entre a materialidade linguística das línguas orais e a das línguas de sinais. Características da materialidade gestual que compõe a LIBRAS. Mecanismos articulatórios envolvidos na produção dos sinais: parâmetros. Traços distintivos das unidades mínimas que produzem diferença de significado na LIBRAS. Variação linguística na LIBRAS. Princípios para descrição linguística da LIBRAS.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Análise fonológica</i>. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004..</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>COUTINHO, D. <b>Libras e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças</b>. João Pessoa: Arpoador, 2000.</p> <p>McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. <i>Alfa</i>, São Paulo, v. 54, n.1, p. 265-289, 2010.</p>		



QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SILVA, Thaís C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

XAVIER, André Nogueira. *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua brasileira de sinais (Libras)*. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<b>DISCIPLINA: Teorias de Aquisição de linguagem</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b> Aquisição da linguagem pela criança: teorias e conceitos. Relação entre aquisição e desenvolvimento da língua materna e aquisição da escrita. Aquisição de língua estrangeira: teorias e conceitos. Bilinguismo.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
FAYOL, Michel. <i>Aquisição da escrita</i> . São Paulo: Parábola, 2014.		
KAIL, Michèle. <i>Aquisição de linguagem</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2013.		
PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. <i>Aquisição de Segunda Língua</i> . São Paulo: Parábola, 2014.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
LURIA, Alexander Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: Vigotski Lev Semenovich et al. <b>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem</b> . 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010		
RE, A. del. <i>Aquisição de Linguagem</i> . São Paulo: Contexto, 2006.		
SÁ, N. R. L. de. <i>Cultura, Poder e Educação de Surdos</i> . Manaus: INEP, 2002.		
SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. (org). <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras</i> . São Paulo: Cortez, 2006. p. 203-232		
THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). <i>A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos</i> . Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.		



<b>DISCIPLINA: Escrita de Sinais II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de textos utilizando o sistema de escrita da língua de sinais.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i>. 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.</p> <p>STUMPF, M.R.. Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting. In LODI, Ana Cláudia B. (Org) <i>Letramento e minorias</i>. Porto Alegre. Editora Mediação, 2002</p> <p>WANDERLEY, D. C. <i>A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica</i>. Curitiba: Editora Prismas, 2015.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Alfabetização e Lingüística</i>. São Paulo. Editora Scipione, 2002.</p> <p>KATO, M. <i>No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística</i>. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) <i>A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado</i>. Canoas. 2001.</p> <p>SÁ, N. R. L. de. <i>Cultura, Poder e Educação de Surdos</i>. Manaus: INEP, 2002.</p> <p>STUMPF, M.R. Letramento na língua de sinais escrita para surdos. In MOURA, Maria Cecília de (Org). <i>Educação para surdos: práticas e perspectivas II</i>. 1 Ed. São Paulo: Santos, 2011</p>		

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão III</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	---



**EMENTA:** Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação para o consumo e cidadania. Políticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental e o Ensino de Libras. Projetos de Educação Ambiental.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. São Paulo: Papyrus, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. [et al.] *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. *Atividades interdisciplinares de educação ambiental*. São Paulo: Gaia, 2006.

PENTEADO, Heloisa Dupas. *Meio ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. *Educação ambiental e sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2004.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental?* São Paulo: Brasiliense, 2009.

#### 4º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Estudos Surdos I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---



**EMENTA:** Identidade e cultura surda; Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Artefatos culturais e a língua de sinais; Abordagens tradicionais do currículo na escolarização dos surdos: práticas e discursos; Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, faixas geracionais etc. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. Relações éticas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DORZIAT, A. (Org.) *Estudos Surdos: diferentes olhares*. Porto Alegre : Mediação, 2011.

KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (ORG.) *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas : Ed. ULBRA, 2011.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos 1*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006.  
QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. *Estudos Surdos 2*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação 2011. SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

<b>DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais IV</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos.		

Exploração avançada das boias no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MACHADO, Flavia Medeiros Alvaro. *Conceitos abstratos: escolhas interpretativas de portuges para Libras*. Curitiba: Appris, 2014.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível I. 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. *Libras / Ronice Müller de Quadros*; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BASSNETT, Susan. *Estudos de tradução*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena. *Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia*. Livpsic, 2013.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua sinais*– [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

NASCIMENTO, S.P.. de F.do. *Representações lexicais da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6547>.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

<b>DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		



VASCONCELOS, Ednelza Maria Pereira e. *Avaliação da Aprendizagem*. Teresina: EDUFPI, 2010.  
 HAYDT, Regina Celia Cazaux. *A avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6. ed. São Paulo, Ática, 2008.  
 LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. *Educação de Jovens e adultos*. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). *Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação - mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

HOFFMANN, Jussara. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade*. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

<b>DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Léxico e gramática. Modelos de análise morfológica e sua aplicação ao estudo da morfologia da LIBRAS. Relação entre a morfologia da língua portuguesa e a da LIBRAS. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes da LIBRAS. Formação e classes de palavras da LIBRAS.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BASÍLIO, M. <i>Formação e classes de palavras no português do Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: ArtMed, 2004.</p>		



ROSA, M. C. <i>Introdução à morfologia</i> . São Paulo: Contexto, 2000.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
KEHDI, V. <i>Morfemas do português</i> . São Paulo: Ática, 2001.
MACAMBIRA, J.R. <i>Português estrutural</i> . 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
QUADROS, Ronice Müller de. <i>Libras / Ronice Müller de Quadros</i> ; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019
ROCHA, L. C. <i>Estruturas Morfológicas do Português</i> . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

<b>DISCIPLINA: Educação Bilíngue</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b> Estudo de conceitos básicos na área de bilinguismo, bidialetalismo e educação bilíngue. Políticas e planejamentos linguísticos. Modelos e programas de educação bilíngues em contextos multiculturais. Considerações sobre biletamento. Contextos bilíngues e bidialetais no país.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
FERNANDES, E.; LODI, A. C. B.; DORZIAT, A. (orgs.). <i>Letramento, bilinguismo e educação de surdos</i> . Porto Alegre: Mediação, 2012.		
FERNANDES, E. <i>Surdez e Bilinguismo</i> . Porto Alegre: Mediação, 2005.		
SILVA, S. de S. <i>Línguas em Contato</i> . Campinas: Pontes, 2011.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		



BRASIL, SEESP/SEED/MEC. *Atendimento Educacional Especializado-Pessoa com Surdez*. Mirlene Ferreira Macedo Damázio. Brasília/DF, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. *Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos*. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.

LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F. *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KEMP, Mike. *Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais*. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.

SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

<b>DISCIPLINA: Introdução aos Estudos da Literatura</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Introdução aos conceitos fundamentais da literatura. Abordagem dos gêneros literários. Estudos e discussões sobre as noções de poema, narrativa e drama em diferentes correntes e contextos literários.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
CALVINO, Ítalo. <i>Por que ler os clássicos</i> . Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007		
EAGLETON. <i>Teoria da literatura: uma introdução</i> . Tradução de Waltenir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
REIS, Carlos. <i>O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários</i> . Coimbra: Almedina, 2001.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ALVAREZ, A. <i>A voz do escritor</i> . Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.		
MENEGAZZO, Maria Adélia. <i>A poética do recorte: estudos de literatura brasileira contemporânea</i> . Campo Grande: Editora da UFMS, 2004		



MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária: poesia e prosa*. São Paulo: Cultrix, 2012.

JOBIM, J. L. (Org.). *Introdução aos termos literários*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

STALLONI, Y. *Os gêneros literários*. Trad. Flávia nascimento. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão IV</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	---
<b>EMENTA:</b> Cidadania e Civismo. Vida Familiar e Social. Educação para o Trânsito. Educação em Direitos Humanos. Direitos da Criança e do Adolescente. Processo de Envelhecimento. Respeito e valorização do Idoso.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BRASIL. <i>Estatuto da criança e do adolescente</i> . Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.		
BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Estatuto do Idoso</i> . 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.		
MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). <i>A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4</i> . Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). <i>A escola cidadã no contexto da globalização</i> . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.		
BONETI, Lindomar Wessler; BLEY, Regina Bergamaschi; SILVEIRA, André Bakker da; SCHIO, Murillo Amboni (org.). <i>Educação em direitos humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas</i> . Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019.		
CARVALHO, Lucas Pelegriani Nogueira de; NOVAES, Areta Dames Cachapuz; GRAMANI-SAY, Karina; ORLANDI, Fabiana de Souza; CASEMIRO, Francine Golghetto;		



SANTOS-ORLANDI, Ariene Angelini dos (org.). *Temas sobre envelhecimento – atividades cognitivas para idosos*. São Carlos: RiMa, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina (org.). *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: FEUSP, 2022.

VIEIRA, Ana Luisa; PINI, Francisca; ABREU, Janaina (org.). *Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

### 5º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Caracterização da área científico-acadêmica de Linguística Aplicada. Teorias da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem de línguas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
MOITA LOPES, L. P. <i>Linguística Aplicada na Modernidade Recente</i> . 1ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2013.		
PEREIRA, R. C.; ROCA, P. <i>Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos</i> . São Paulo: Contexto, 2009.		
GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. S (Orgs.). <i>Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas</i> . Campinas-SP: Pontes editores, 2014.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BARBOSA, Eva dos Reis Araujo. <i>Navegando no universo surdo: a multimodalidade a favor do ensino de português como segunda língua em um curso EAD</i> . 2016. 344 f. Dissertação		



(Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). *Aspectos da linguística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000.

DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. *Linguagem e Ensino*, Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.

KLEIMAN, A. B. O estatuto disciplinar da linguística aplicada: o traçado de um percurso. Um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SALLES, H. Maria M. L. [et al.]. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

<b>DISCIPLINA: Introdução aos Estudos da Tradução</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Mapeamento dos Estudos da Tradução. Estudo da atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Conceitos de língua fonte e língua alvo. As relações entre tradução, original, tradutor e autor.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BARBOSA, H. G. <i>Procedimentos técnicos da tradução: Uma nova proposta</i> . 2ª edição, Campinas, SP – Pontes, 2004.		
OUSTINOFF, Michaël. <i>Tradução: história, teorias e métodos</i> . São Paulo: Editora Parábola, 2011.		
RONAI, P. <i>Escola de Tradutores</i> . – 7ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		

BASSNETT, S. *Estudos da Tradução*. Porto Alegre: Editora UFGS, 2005.

BERMAN, A. A tradução em manifesto. In: *A prova do estrangeiro*. Bauru: EDUSC, 2002.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUIMARÃES, Newton S. *Tradução: da sua importância e dificuldade. Reflexões sobre a filosofia da tradução*. Curitiba: Juruá, 2010.

MILTON, J. Clubes de livros e o Clube do Livro. In: *O clube do livro e a tradução*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

<b>DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS III</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Teorias sintáticas com base na análise de fenômenos linguísticos de línguas naturais. Relação entre a sintaxe da língua portuguesa e a sintaxe da LIBRAS. Descrição e análise da estrutura sintática espacial da LIBRAS. Descrição sintática e ensino de LIBRAS.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
FRANCHI, C.; NEGRAO, E. V.; MULLER, A. L. <i>Mas o que é mesmo gramática?</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.		
PERINI, Mário A. <i>Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical</i> . São Paulo: Parábola, 2006.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2004.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. Sintaxe. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). <i>Introdução à Linguística</i> . São Paulo: Cortez, 2001.		
FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.		

FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Linguística I: Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

FIORIN, José Luiz. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. *Libras / Ronice Müller de Quadros; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr.* 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019

<b>DISCIPLINA: Ensino de Libras: teoria e prática</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem de línguas. Aspectos teóricos e práticos do ensino de LIBRAS como L1 e L2. O ensino de LIBRAS e a variação linguística. Análise de materiais didáticos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALBRES, Neiva de Aquino. <i>De sinal em sinal: comunicação em LIBRAS para educadores</i> . São Paulo, SP: Editora Duas Mãos – Apoio FENEIS/SP, 2008		
BAKHTIN, M. <i>Marxismo e Filosofia da linguagem</i> . São Paulo: Hucitec. 2004.		
GESSER, Audrei. <i>Libras: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda</i> . São Paulo: Parábola, 2009.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
QUADROS, R. M. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997..		
GESSER, A. “Um olho no professor surdo e outro na caneta”: Ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese de doutorado inédita, Campinas: Unicamp. 2006		
Gesser, A. Learning about hearing people in the land of the deaf: An ethnographic account. <i>Sign Language Studies</i> , 7(3): 269-283. Washington: Gallaudet University Press. 2007		
LODI, A. C.B., HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. (org). <i>Leitura e escrita no contexto da diversidade</i> . Porto Alegre. Editora Mediação, 2004.		



PERLIN, G. T. SURDOS: cultura e pedagogia. In: THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.63-84.

<b>DISCIPLINA: Literatura em Língua Portuguesa</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Estudo dos principais estilos e períodos literários Luso-Brasileiros e de suas características básicas, mediante a análise de autores e obras representativas da literatura ocidental. Além da construção de reflexões sobre o ensino da literatura.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>MOISES, Massaud. <i>A literatura portuguesa</i>. São Paulo: Cultrix, 2008.</p> <p>MONGELLI, L. M. de M. <i>A Literatura Portuguesa em Perspectiva (2) Classicismo, Barroco, Arcadismo</i>. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>VECHI, C. A. <i>A Literatura Portuguesa em Perspectiva (3) Romantismo, Realismo</i>. São Paulo: Atlas, 1994.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>LAPA, M. R. <i>Lições de Literatura Portuguesa: época medieval</i>. São Paulo: Difusão, 1973.</p> <p>MONGELLI, L. M. de M. et alli. <i>A Literatura Portuguesa em Perspectiva (1) Trovadorismo e Humanismo</i>. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>SARAIVA, A. J. <i>História da Literatura Portuguesa</i>. Porto: Almedina, 1982.</p> <p>SPINA, S. <i>Presença da literatura Portuguesa I</i>. São Paulo: Difel, s/d.</p> <p>SPINA, S. <i>A lírica trovadoresca</i>. São Paulo: EDUSP, 1990.</p>		



<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão V</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.4	60h	---
<b>EMENTA:</b> Multiculturalismo. Diversidade Cultural. Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>LOEWE, Daniel. <i>Multiculturalismo e direitos culturais</i>. Tradução: Paulo César Nodari e Elsa Mónica Bonito Basso. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.</p> <p>MORAES, Elisângela Lambstein Franco de. <i>Diversidade Cultural: 18 anos da Lei 10.639</i>. São Carlos: Pedro &amp; João Editores, 2021.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). <i>Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas</i>. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). <i>Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões</i>. Vitória, ES: Edifes, 2018.</p> <p>COSTA, Rodriana Dias Coelho; SANTOS, Edinei Carvalho dos; SILVA, Kleber Aparecido da (org.) <i>Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente</i>. Campinas, SP: Abralim, 2021.</p> <p>GUILHERME, Willian Douglas (org.). <i>A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 5</i>. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>SILVA, G. F. da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). <i>Educação intercultural: mediações necessárias</i>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.</p> <p>TRINDADE, Azoilda L. da; SANTOS, Rafael. <i>Multiculturalismo: mil e uma faces da escola</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003.</p>		



## 6º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Estágio Curricular Obrigatório I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.9	135h	---
<b>EMENTA:</b> Projeto de Estágio; Estágio Observacional da Educação Escolar (Ensino Fundamental e Médio) e da Educação não-escolar.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i>. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Cláudia B. <i>Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos</i>. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.</p> <p>BRITO, Antônia Edna; MONTEIRO, Heloiza Ribeiro de Sena; VERDE, Eudócio Soares Lima. <i>Escritos de professores: pesquisas sobre ensino, formação e práticas pedagógicas</i>. Teresina, PI: EDUFPI, 2009.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. <i>A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente</i>. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. ]</p> <p>PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHALIER, Ê. <i>Formando Professores Profissionais</i>. Quais estratégias? Quais competências? 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>RÉ, Alessandra Del. <i>A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática</i>. Ed. Contexto, São Paulo (2006).</p> <p>SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In.: BOHN, H; VANDRESEN, P. <i>Tópicos de lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras</i>. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação do profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>VENTURI, Maria Alice. <i>Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados</i>. Ed. Contexto, São Paulo (2006).</p>		



<b>DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Teorias e modelos de interpretação. Processos cognitivos, linguísticos e culturais. Tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução e Interpretação.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>BARRETO, A.; BUSTOS, O. <i>Teorías de la Traducción/Interpretación en plastilina</i>. Bogotá: ANISCOL, 2012.</p> <p>NORD, C. <i>Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática</i>. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.</p> <p>SANTOS, Silvana Aguiar. <i>Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação</i>. Cadernos de Tradução, v. 2, p. 145-164, 2010</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <i>Letramento e Minorias</i>. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.</p> <p>PAGANO, A., Magalhães, C., &amp; Alves, F. (orgs.). <i>Competência em tradução: cognição e discurso</i>. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina Pires. <i>Testagem Linguística em Língua de Sinais: as possibilidades para os intérpretes de Libras</i>. Dissertação (mestrado em Linguística Aplicada) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2008. 180p.</p> <p>REICHERT, André Ribeiro. <i>Intérpretes, Surdos e negociações culturais</i>. (Tradução de Luiz Daniel Rodrigues). In: Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas/ Gládis Perlin, Marianne Stumpf (org.). Curitiba: CRV, 2012.</p>		



STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

<b>DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS IV</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Conceituação, objeto e domínios da Semântica. Semântica Formal. Semântica da Enunciação. Semântica Cognitiva. Semântica Lexical. Construção de significados na LIBRAS. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Semântica.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
OLIVEIRA, Luciano Amaral. <i>Manual de semântica</i> . Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.		
CANÇADO, M. <i>Manual de Semântica: noções básicas e exercícios</i> . São Paulo: Contexto, 2013.		
ILARI, Rodolfo. <i>Introdução à semântica: brincando com a gramática</i> . São Paulo: Contexto, 2001.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
COSTA, Josiane Marques. <i>Leitura e compreensão de expressões metafóricas em português como L2 por surdos sinalizadores</i> . 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.		
FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística II: princípios de análise</i> . 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.		
MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras 2</i> . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17-46.		
NUNES, V. F. Iconicidade e corporificação em sinais de Libras: uma abordagem cognitiva. In: CARVALHO, Gisele; ROCHA, Décio; VASCONCELLOS, Zinda. (Org.). <i>Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações (7)</i> . Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras/UERJ, 2013. p. 245-253.		

WILCOX, S. Cognitive iconicity: Conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages. *Cognitive Linguistics*, v. 15, n. 2, p. 119-147, 2004.

<b>DISCIPLINA: Literatura Surda I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> História da literatura em LIBRAS. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em LIBRAS.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. <i>Literatura surda: ver histórias em língua de sinais</i>. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.</p> <p>SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i>. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.</p> <p>KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (ORG.) <i>Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações</i>. Canoas : Ed. ULBRA, 2011.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>JAUSS, Hans R. <i>A história da literatura como provocação à teoria literária</i>. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.</p> <p>LOWENFELD, V. &amp; BRITAIN, W.L. <i>Desenvolvimento da capacidade criadora</i>. São Paulo: Mestre Jou, 1977.</p> <p>MOURÃO, C.H.N. <i>Literatura Surda: Produções Culturais de Surdos em Língua de Sinais</i>. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2011. Disponível em <a href="http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequence=1">http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequence=1</a></p> <p>ROSA, F. S. Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. In.: <i>ETC – Educação Temática Digital</i>, Campinas, v. 7, n. 2, p. 58-64, jun. 2006.</p> <p>WILCOX, S.; WILCOX, P. <i>Aprender a ver</i>. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.</p>		

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VI</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.4	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Sexualidade – aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e discursivos. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Recursos didático-metodológicos para o trabalho de Educação Sexual na Educação Básica. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>FURLANI, Jimena. <i>Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). <i>Homofobia e educação: um desafio ao silêncio</i>. Brasília: Letras Livres/ Editora UnB, 2009.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). <i>Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação</i>. Petrópolis: Vozes, 2003.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual</i>. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). <i>Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos</i>. Brasília: MEC/SECAD; 2007.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual</i>. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. <i>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</i>. Petrópolis: Vozes, 1997.</p>		

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

### 7º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS V</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Fronteiras entre Semântica e Pragmática. A relação entre linguagem e contexto. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Teorias e fenômenos pragmáticos aplicados à LIBRAS: dêixis; atos de fala; implicaturas conversacionais; pressupostos e subentendidos. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Pragmática.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).</p> <p>ESPÍNDOLA, Lucienne. Pragmática da língua portuguesa. In: ALDRIGUE, Ana C. de Souza; LEITE, JanEdson Rodrigues (orgs.). <i>Linguagens: usos e reflexões</i>. v. 6, João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.</p> <p>PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (orgs.). <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras</i>. São Paulo: Cortez, 2001. V. 2, p. 47-68</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística II: princípios de análise</i>. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p>		



MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Renata Lúcia. *Uma descrição da Dêixis da pessoa na Língua de Sinais Brasileira: Pronomes Pessoais e verbos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.

<b>DISCIPLINA: Produção de Materiais Didáticos para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Conceito, fundamentos, características e concepções de material didático. Concepção de linguagem e de educação e sua relação com os materiais didáticos para ensino de LIBRAS. Planejamento e elaboração de material didático para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
LEFRANÇOIS, Guy R. <i>Teorias de aprendizagem</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
OLIVEIRA, Luciano Amaral. <i>Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.		
TOMLINSON, Brian. <i>A elaboração de materiais para curso de idiomas</i> . São Paulo: Special Book Services Livraria, 2005.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
AYRES, A. T. <i>Prática Pedagógica Competente</i> . 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.		

MILITÃO, Albigenor. *Jogos, Dinâmicas; Vivências Grupais*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2000.

PACHECO, J. A.; OLIVEIRA, M. R. N.S. (orgs). *Currículo, didática e formação de professores*. São Paulo: Papirus, 2013.

PIMENTA, Nelson. *Curso de LIBRAS I*. Rio de Janeiro: LSB, vídeo, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

<b>DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.4	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>GOLDENBERG, Mirian. <i>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais</i>. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.          RODRIGUES, André Figueiredo. <i>Como elaborar e apresentar monografias</i>. 3. ed. São Paulo, SP: Humanitas, 2008.          GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>FAZENDA, Ivani (Org.). <i>A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento</i>. 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.          KOICHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i>. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.          MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados</i>. 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.</p>		

MOROZ, Melânia, GIANFOLDONI, Mônica Helena T. Alves. *O processo de pesquisa: iniciação*. 2. ed. Brasília: Líber, 2006.  
 RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

<b>DISCIPLINA: Estágio Curricular</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Supervisionado Obrigatório II</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.9	135h	---
<b>EMENTA:</b> Projeto de estágio; Estágio de Regência no Ensino Fundamental.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i>. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.&amp; LODI, Ana Claudia B. <i>Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos</i>. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.</p> <p>BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. <i>Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores</i>. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>PAQUAY, L; PERRENOUD, P.; ALTET, M; CHARLIER, È. <i>Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências?</i> 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>RÉ, Alessandra Del, <i>A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática</i>. Ed. Contexto, São Paulo (2006).</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. <i>Estágio e docência</i>. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012  TARDIF, M. <i>Saberes docentes e formação profissional</i>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>		



VENTURI, Maria Alice. *Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VII</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	---
<p><b>EMENTA:</b> Saúde no contexto social, econômico e ambiental. Responsabilidades do Poder Público. Direitos e alternativas para os cuidados com a saúde individual e coletiva. Hábitos necessários para manter a saúde e o bem-estar. Educação Alimentar e Nutricional. Prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Problemáticas brasileiras referentes à má nutrição.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <i>Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas</i>. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.</p> <p>LANCHA Jr, Antonio Herbert; LONGO, Sueli. <i>Nutrição: do exercício físico ao esporte</i>, 1.ed. São Paulo – SP, Manole, 2019.</p> <p>VASCONCELLOS, Marcelo Barros. <i>Atividade Física, Nutrição e Saúde: Políticas Públicas de Prevenção e Controle de Obesidade em Adolescente</i>, 1.ed. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2017.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <i>Política Nacional de Alimentação e Nutrição</i>. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <i>Caderno Teórico. Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais</i>. Brasília - DF: MDS; 2014.</p>		

JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. *Nutrição no esporte: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício*, 3.ed. São Paulo – SP, Manole, 2021.

McARDLE, William D; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. *Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano*, 8.ed. Rio de Janeiro – RJ, Guanabara Koogan, 2016.

MELLO, Ana Paula de Queiroz; DAMASCENO, Nágila Raquel Teixeira. *Educação alimentar e nutricional como estratégia para a prevenção da obesidade e seus agravos: práticas pedagógicas aplicadas à escola*. 1.ed. São Paulo – SP: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2022.

### 8º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Estágio Curricular</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Supervisionado Obrigatório III</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.9	135h	---
<b>EMENTA:</b> Projeto de Estágio; Estágio de Regência no Ensino Médio.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. <i>Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores</i>. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. <i>Estágio e docência</i>. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.</p> <p>PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. <i>Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?</i> 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas &amp; GEBRAN, Raimunda Abou. <i>Prática de Ensino e estágio obrigatório na formação de professores</i>. São Paulo: Avercamp, 2006.</p>		

QUELUZ, A. G. (ORIENT.); ALONSO, M(ORG.). *O trabalho docente: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, N. *Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

<b>DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.4	60h	---
<b>EMENTA:</b> Desenvolvimento da pesquisa. Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Redação de relatório de pesquisa.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados</i> . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.		
MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. <i>Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso</i> . 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
FAZENDA, Ivani (Org.). <i>A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento</i> . 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.		
GOLDENBERG, Mirian. <i>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais</i> . 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.		
KOCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i> . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.		

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. *Metodologia da Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2021.

SILVA, Reia Sílvia Rios Magalhães e; FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. *A Monografia na prática do graduando: como elaborar um trabalho de conclusão de curso - TCC*. Teresina, PI: CEUT, 2002.

<b>DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS VI</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> As relações entre língua e sociedade. Língua e dialeto. Variação linguística: definição e classificações. Preconceito Linguístico. Mudança linguística. Variação linguística em LIBRAS. O surdo como minoria linguística e social. Ética e educação linguística.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. <i>Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação</i>. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>BAGNO, M. <i>Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística</i>. São Paulo: Parábola, 2007.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>CASTRO, A. R.; CARVALHO, I. S. <i>Comunicação por língua brasileira de sinais</i>. 2. ed. Brasília: Senac, 2005.</p> <p>CICCONE, M. <i>Comunicação Total</i>. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.</p> <p>CALVET, J. L. <i>Sociolinguística: uma introdução crítica</i>. São Paulo: Parábola, 2002.</p> <p>BAGNO, M. <i>Norma lingüística</i>. São Paulo: Loyola, 2001.</p>		



LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1975].

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VIII</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.1	15h	---
<p><b>EMENTA:</b> Economia. Educação Financeira. Educação Fiscal. Preparo para a sustentabilidade financeira. Equilíbrio financeiro. Dificuldades de planejamento. Direitos e deveres fiscais dos cidadãos. Trabalho. Inserção social e técnica no mundo do trabalho. Desemprego e reflexos sobre as relações sociais e familiares.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. <i>Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho</i>, 2.ed. São Paulo – SP, Boitempo, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Caderno Economia: educação financeira, educação fiscal, trabalho</i>. Brasília, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série: temas contemporâneos transversais: Base Nacional Comum Curricular – BNCC).</p> <p>SINGER, Paul. <i>Aprender economia</i>. 20 ed. São Paulo, Contexto, 2001.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. <i>Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais</i>. Brasília: BCB, 2013.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. <i>Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria</i>. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Fazenda. <i>Educação fiscal no contexto social</i>, Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).</p> <p>BRASIL. <i>Código de defesa do consumidor e normas correlatas</i>. 2. ed. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.</p>		



FERREIRA, Vera Rita de Mello. *Decisões econômicas: você já parou para pensar?* São Paulo: Saraiva, 2007.

## 6.2 Disciplinas optativas

<b>DISCIPLINA: Estudos do léxico</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Significado lexical e relações lexicais. Lexicologia, lexicografia, Terminologia e Terminografia. A construção de dicionários. Léxico e ensino.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ANTUNES, I. <i>Território das Palavras: estudo do léxico em sala de aula</i> . São Paulo: Parábola editorial, 2012.		
BASÍLIO, M. <i>Teoria Lexical</i> . São Paulo: Ática. 1987.		
ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G (Orgs). <i>As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia</i> . v. II. UFMS/UFRGS: Campo Grande/Porto Alegre, 2004.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BEVILACQUA, Cleci Regina; FINATTO, Maria José Bocorny. Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais. <i>Alfa</i> , v. 50, p. 41-52, 2006. Disponível em: <a href="http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1410/1111">http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1410/1111</a> .		
BIDERMAN, M. T. C.. <i>Terminologia e Lexicografia</i> . Tradterm, São Paulo, p. 153-181, 2002.		
BORBA, F. S. <i>Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia</i> . São Paulo; Ed. Da UNESP, 2003.		
ILARI, R. <i>Introdução ao estudo do Léxico: brincando com as palavras</i> . São Paulo: Contexto, 2002.		



KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

<b>DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Debate teórico clássico sobre ética e seus reflexos na carreira profissional do tradutor intérprete. Posturas, atitudes, decisões e encaminhamentos nas relações de trabalho. Elementos cognitivos, linguísticos, culturais e políticos no ato tradutório. Demandas e papéis em diferentes espaços de atuação.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. <i>Libras em estudo: tradução/interpretação</i>. São Paulo: FENEIS, 2012.</p> <p>LACERDA, C. B. F. de. <i>Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental</i>. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>PAGANO, Adriana. <i>Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação</i>. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BOFF, L. <i>Ética e moral: a busca dos fundamentos</i>. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.</p> <p>LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.) O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <i>Letramento e Minorias</i>. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.</p> <p>PAGANO, A., Magalhães, C., &amp; Alves, F. (orgs.). <i>Competência em tradução: cognição e discurso</i>. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.</p> <p>SEGALA, R. R. <i>Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais</i>. Dissertação. UFSC, Florianópolis, 2010.</p>		



STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

<b>DISCIPLINA: Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Reflexões sobre concepções de língua materna, processo de ensino-aprendizagem e crenças de aprender e ensinar línguas. Ética no processo de formação do professor e em sua atividade docente.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALMEIDA FILHO, J.C.P. <i>O professor de Língua materna em Formação</i> . Campinas: Pontes, 1999.		
BARCELOS, A.M.F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M.H. (org.) <i>Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores</i> . Campinas, SP: Pontes, 2006.		
CANDLIN, C. Notes for a definition of applied linguistics in the 21 century. <i>AILA Review</i> , 14, 2001.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: Fortkamp, M. B. M. & Tomitch, L. M. B. (orgs.). <i>Aspectos da linguística aplicada</i> . Florianópolis: Insular, 2000.		
CELANI, M.A.A. <i>Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar</i> . São Paulo: EDUC, 1992.		
DAMIANOVIC, M. C. <i>O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político</i> . <i>Linguagem e Ensino</i> , Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.		
MOITA LOPES, L.P. da. <i>Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas</i> . Campinas: Mercado de Letras, 1996.		

PEREIRA, R. C.; ROCA, P. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009

<b>DISCIPLINA: Educação de Surdos e Novas Tecnologias</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, cultura digital e educação. Letramentos Digitais e educação de surdos. Educação de surdos mediada por novas tecnologias: recursos oferecidos pelo computador, pelo celular e pela internet. Educação de surdos mediada por recursos tecnológicos especializados: softwares para tradução, softwares para escrita de sinais e softwares para interação.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>COSCARELLI, C. V. (Org.) <i>Tecnologias para aprender</i>. São Paulo: Parábola: 2016.</p> <p>DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky.; PEGRUM, Mark. <i>Letramentos Digitais</i>. São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>SANTAELLA, Lucia. <i>Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação</i>. São Paulo: Editora Paulus, 2013.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>COSTA, Maria Stela Oliveira. Os benefícios da informática na educação dos surdos. <i>Momento</i>, Rio Grande, v. 20, n. 1, p. 101-122, 2011.</p> <p>FINAU, Rossana. Letramento digital em espaços de aprendizagem bilíngue para formação do aluno surdo. In: BIDARRA, J.; MARTINS, T. A.; SEIDE, M. S. (Org.). <i>Entre a Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo</i>. Cascavel, PR: EDUNIOESTE; LONDRINA: EDUEL, 2016. p. 117-145.</p> <p>JONSON, Steve. <i>Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar</i>. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.</p> <p>LÉVY, Pierre. <i>O que é o Virtual?</i>. São Paulo: Editora 34, 1996.</p>		

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34. 1999.

<b>DISCIPLINA: Letramento e multimodalidade</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> : Identidades, discursos e multimodalidades. Letramento e multimodalidade: leitura e produção de textos multimodais. Pedagogia dos multiletramentos: multimodalidade e multiculturalidade. Multimodalidade e ensino de línguas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
RIBEIRO, Ana Elisa. <i>Textos multimodais: leitura e produção</i> . São Paulo: Parábola, 2016.		
ROJO, R. H. R; MOURA, E. (Org.). <i>Multiletramentos na escola</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.		
SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i> . São Paulo: Autêntica, 1999.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BARBOSA, Eva dos Reis Araujo. <i>Navegando no universo surdo: a multimodalidade a favor do ensino de português como segunda língua em um curso EAD</i> . 2016. 344 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.		
BEZEMER, Jeff; KRESS, Gunther. <i>Multimodality, Learning and Communication: a social semiotic frame</i> . London and New York: Routledge, 2016.		
COPE, B; KALANTZIS, M. (Eds.). <i>Multiliteracies: Literacy learning and the design of social futures</i> . London/NY: Routledge, 2006[2000].		
KRESS, Gunther. <i>Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication</i> . USA and Canada: Routledge, 2010.		
SANTAELLA, Lucia. <i>Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação</i> . São Paulo: Editora Paulus, 2013.		

<b>DISCIPLINA: Gêneros textuais e ensino de língua</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Percurso histórico. Conceito de texto. Recursos de organização textual e de sua função na construção do sentido. Gêneros de texto. Conceitos de gêneros textuais/discursivos. A tipologia dos gêneros textuais nos PNC. Estudo dos diferentes fatores que intervêm na organização textual-discursiva. O texto como centro do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa como primeira e como segunda língua.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BEZERRA, B. G. <i>Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais</i>. São Paulo: Parábola, 2017.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. São Paulo, Parábola, 2008.</p> <p>SALLES, H. Maria M. L. [et al.]. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica</i>. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BAKHTIN, M. <i>Estética da criação verbal</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].</p> <p>BATISTA, R. de O. <i>O texto e seus conceitos</i>. São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>KOCH, I. G. V. <i>A interação pela linguagem</i>. São Paulo: Contexto, 1992.</p> <p>KOCH, I. G. V. <i>O texto e a construção dos sentidos</i>. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). <i>Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva</i>. Araraquara, SP: Junqueira &amp; Marins, 2010.</p>		

<b>DISCIPLINA: Ensino de Português como Língua Estrangeira</b>	<b>CÓDIGO:</b>
--	----------------



<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Ensino/aprendizagem da língua portuguesa sob a ótica das teorias de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. <i>Dimensões comunicativas do ensino de línguas</i> . Campinas: Pontes, 1993.		
BROWN, H. Douglas. <i>Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy</i> . New Jersey, Prentice Hall Regents, 1994.		
JÚDICE, N. <i>O ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros: pesquisas e ações</i> . Niterói: Intertexto, 2005.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
LIMA, Emma E. O. F. & IUNES, Samira A. <i>Falar... ler... escrever... português</i> . Um curso para estrangeiros. São Paulo: EPU, 1999.		
LIMA, Emma E. O. F. e IUNES, Samira A. <i>Português via Brasil</i> . Um curso avançado para estrangeiros. São Paulo, EPU, 1990.		
MASIP, Vicente. <i>Gramática do português como língua estrangeira</i> . Fonologia, ortografia e morfossintaxe. São Paulo: EPU, 2000.		
NEVES, Maria Helena de Moura. <i>Gramática de usos do português</i> . São Paulo: UNESP, 2000.		
UR, Penny. <i>A course in language teaching: theory and Practice</i> . Great Britain, Cambridge University Press, 1996		

<b>DISCIPLINA: Estudos Surdos II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---



**EMENTA:** História educação de surdos. História cultural. Literatura surda. Política surda. Resistências surdas. Pedagogia surda. Legislação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DORZIAT, Ana. *Estudos Surdos: diferentes olhares*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos 3*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. 2.ed. Brasília: SENAC, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos 1*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. *Estudos Surdos 2*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação 2011.

<b>DISCIPLINA: LIBRAS Acadêmica</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Normatização de trabalhos acadêmicos em LIBRAS. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em LIBRAS.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
CLARK, Walter; LIMA, Fernando Barbosa. Um Pouco de História e Reflexão sobre a Televisão Brasileira. In: MACEDO, Cláudia; FALCÃO, ângela; ALMEIDA, Cândido José Mendes. <i>TV ao Vivo: Depoimentos</i> . Rio de Janeiro, Brasiliense, 1988.		



DUBOIS, Philippe. <i>Cinema, Vídeo, Godard</i> . São Paulo, Cosac-Naify, 2004.
FELLIPPE, T. <i>Libras em contexto</i> . MEC/FENEIS, Brasília, 2006.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
CHION, Michel. <i>Audio-Vision: Sound on Screen</i> . New York, Columbia, 1994.
ELLIS, John. <i>Visible Fictions - Cinema: Television: Video</i> . London, Routledge, 2003.
LACERDA, C. B. F. de. <i>Surdez, processos educativos e subjetivos</i> . Editora Lovise, São Paulo, 2000.
LIBRAS. <i>Dicionário</i> . Disponível em: <a href="http://www.acessobrasil.org.br/Libras/">http://www.acessobrasil.org.br/Libras/</a> . Acesso em: janeiro de 2009.
QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P.. <i>Idéias para ensinar português para alunos surdos</i> . SEESP, Brasília, 2006

<b>DISCIPLINA: Literatura Surda II</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Poesia em LIBRAS. Produções poéticas sinalizadas. Discussões sobre o empoderamento do sujeito surdo por meio de criações poéticas. Uso da tecnologia para manifestações poéticas em LIBRAS.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BENASSI, Claudio Alves. Poiesis da LIBRAS e da escrita das línguas de sinais (ELiS): A utilização da visualidade da língua e da ELiS na poética de Duarte. In.: <i>Anais do I Círculo de Estudos de Escrita das Línguas de Sinais (CEELiS)</i> . 04 de dez. de 2015. Disponível em <a href="http://www.codimus.net/anais/iceelis/">www.codimus.net/anais/iceelis/</a> . Consulta em 20 de abril de 2016.		
MACHADO, F. <i>A árvore de Natal</i> . Rio de Janeiro (RJ): LSB Vídeo, 2005. 1 DVD (20 min), som, cor.		
SUTTON-SPENCE, Rachel. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i> . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.		



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

*LITERATURA surda em LSB*. Produção: Joe Dannis. Direção: Yon Lee. Criação: Nelson Pimenta. Tradução (LIBRAS-Português): Luiz Carlos Freitas. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 1999. 1 DVD (60 min).

LOWENFELD, V. & BRITTAIN, W.L. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MASON, Rachel. *Por uma arte-educação multicultural*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

MÜLLER, Ana Cláudia. *Narrativas surdas: entre representações e traduções*. dissertação de Mestrado. Puc- Rio de Janeiro, 2002.

PORTO, Shirley B. das Neves. *De poesia, muitas vozes, alguns sinais: vivências e descobertas na apreciação e Leitura de poemas por surdos*. Dissertação de mestrado/ Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino – UFCG, 2007.

<b>DISCIPLINA: Conversação Intercultural</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Princípios organizatórios da conversação em LIBRAS. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALMEIDA, E. C. <i>Atividades ilustradas em sinais da Libras</i> . Rio de Janeiro: Revinter, 2004.		
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. <i>Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo dos Surdos em Libras</i> . São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.		
PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras</i> . Nível I. 2009.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
MARCHUSCHI, L. A. <i>Análise da conversação</i> . São Paulo: Editora Ática, 2006.		



PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível II. 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos III*. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2008.

SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

<b>DISCIPLINA: Literatura e Tecnologia</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Uso de ferramentas tecnológicas para análise literária. Laboratório de construção literária através do uso da tecnologia. Produções literárias em língua de sinais e tecnologia.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BARBOSA, R. M. <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i>. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>FREITAS, L. C. <i>A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil</i>. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007.</p> <p>MERTZANI, M. Reflexões sobre a língua de sinais e a cultura surda em ambientes de comunicação mediada por computador (CMC): explorações e considerações iniciais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i>. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 367-380.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>ARAÚJO, Júlio César (org.) <i>Internet &amp; Ensino: novos gêneros, outros desafios</i>. Lucerna. Rio de Janeiro. 2007.</p> <p>COSCARELLI, C. V. <i>Letramento Digital</i>. Autêntica, 2007.</p> <p>GEE, James Paul. <i>What vídeo games have to teach us about learning and literacy</i>. Palgrave Macmillian, 2003.</p> <p>JONSON, Steve. <i>Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar</i>. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.</p>		



PRETTO, N. *Uma escola sem/com futuro, educação e multimídia*. São Paulo, Papirus, 2001.

<b>DISCIPLINA: LIBRAS: Transcrição e escrita</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.3.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Transcrição de enunciados em LIBRAS por meio de glosas. Uso sistema de escrita de sinais para o registro de enunciados em LIBRAS. Legendagem.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>ARAÚJO, V. L. S. <i>Por um modelo de legendagem para Surdos no Brasil</i>. In VERAS, V. (org.). Tradução e Comunicação, Revista Brasileira de Tradutores, São Paulo: UN BERO, n. 17, p. 59–76, 2008.</p> <p>BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i>. 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.</p> <p>STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. de; LEITE, T. de A. (Orgs.) <i>Estudos da língua brasileira de sinais</i>. Série Estudos de Língua de Sinais. V.II. Florianópolis: Insular. 2014.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Decreto n. 5.626</i> - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm</a>&gt;, acesso em set de 2016.</p> <p>CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D.. <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira</i>, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>CHAVES, É. G. <i>Legendagem para Surdos e Ensurdidos: Um estudo Baseado em Corpus da Segmentação nas legendas de filmes brasileiros em DVD</i>. 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.</p> <p>PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. <i>Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas</i>. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.</p>		



QUADROS, R. M. de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília: MEC; SEESP, 2004.

<b>DISCIPLINA: LIBRAS em contextos</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.3.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Aprimoramento da estrutura linguística da LIBRAS através de práticas conversacionais; aperfeiçoamento da compreensão e produção em língua de sinais.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BERNARDINO, Elideia Lucia. <i>Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo</i> . Belo horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.		
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. <i>Libras: conhecimento além dos sinais</i> . São Paulo: Pearson Brasil, 2011.		
RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia Valente. <i>Aspectos linguísticos das Libras</i> . São Paulo: Iesde, 2011.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. <i>LIBRAS em contexto</i> . Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.		
QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . ArtMed: Porto Alegre, 2004.		
QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. <i>Língua de sinais: instrumentos de avaliação</i> . Porto Alegre: Artmed, 2011.		
ALMEIDA, E. C. <i>Atividades ilustradas em sinais da Libras</i> . Rio de Janeiro: Revinter, 2004.		
CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkíria Duarte. <i>DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: Libras</i> . 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 2. v. ESPAÇO. Rio de Janeiro, RJ: INES, 1990.		



<b>DISCIPLINA: Análise de Discurso</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<p><b>EMENTA:</b> Perspectiva histórica da Análise do Discurso. Filiações teóricas. A AD de linhas francesa e anglo-saxônica. O Discurso. A noção de sujeito. As condições de produção do discurso. Conceitos para mobilização e possibilidade de análise.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>BRANDÃO, Helena H. Nagamine. <i>Introdução à análise do discurso</i>. Campinas: ed. da UNICAMP, 2002.</p> <p>ORLANDI, Eni P. <i>Análise de Discurso: princípios e procedimentos</i>. Campinas: Pontes, 2011.</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique. <i>Novas Tendências em Análise do Discurso</i>. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>FIORIN, José Luiz. <i>Elementos de Análise do Discurso</i>. 2. ed., São Paulo. Contexto: 1998</p> <p>MAINGUENEAU, Dominique &amp; CHARAUDEAU, Patrick. <i>Dicionário de Análise do Discurso</i>. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda &amp; BENTES, Anna Christina. <i>Introdução à Lingüística</i>. Vol. 2. 3ª ed. São Paulo. Cortez: 2003.</p> <p>ORLANDI, E. P. <i>Análise de Discurso: Michel Pêcheux</i>. Campinas, Pontes: 1999.</p> <p>PÊCHEUX, M. <i>O discurso</i>. 5.ed. Campinas, Pontes: 2009.</p>		

<b>DISCIPLINA: Educação Ambiental</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---



**EMENTA:** As principais causas de problemas ambientais; efeitos da degradação ambiental do meio ambiente; a importância da conservação ambiental; queimadas; desmatamento; lixo; poluição ambiental; impacto ambiental das grandes barragens; problemas de impacto ambiental no Piauí. Fundamentos teórico-metodológicos da Educação ambiental. Educação Ambiental: conceito e importância no ensino fundamental e médio. Relação entre saúde, educação e meio ambiente. As dimensões do desenvolvimento sustentável.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DIAS, Genebaldo Freire. *Atividades interdisciplinares de educação ambiental*. 2. ed. São Paulo, SP: Gaia, 2006.

GUIMARAES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Brasília: 2012.

SANTOS, Ethynna Marina Correa. *Abordagem em educação ambiental: elaboração de um guia ilustrado da fauna do parque Zoobotânico de Teresina - PI*. Teresina, PI: EDUFPI, 2012.

ISAIA, Enise Bezerra Ito (org). *Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola*. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

NEAD, O. *Ensino de ciências e educação ambiental*. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT (CDROM) 2001.

<b>DISCIPLINA: Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Educação para as relações sócio-étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-		

brasileira. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural. As questões éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva (org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. Edusp: São Paulo, 2003

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005.

BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da educação, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdade nas questões racial e social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

<b>DISCIPLINA: Letramento e Surdez</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.1.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> O processo de aquisição de língua pelo sujeito surdo. O processo de ensino-aprendizagem de língua pelo sujeito surdo. Conceitos de letramento. Estudo das práticas sociais de leitura e escrita e análise de sua relação com as práticas escolares. Letramento e Surdez. Práticas de letramento na relação LIBRAS/Português.		



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. *A escola e o público alvo da educação especial: apontamentos atuais*. São Carlos: ABPEE/Marquezine & Manzini Editora, 2014.

SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

FERNANDES, E. (Org.). *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Meditação, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FERNANDES, Sueli. Letramento na Educação Bilíngue para Surdos. In: BERBERIAN, Ana Paula; MASSI Giselle; DE ANGELIS, Cristiane C. Mori (orgs.) *Letramento: referências em Saúde e Educação*. São Paulo: Plexus, 2006.

FERNANDES, Sueli. *Educação bilíngue para surdos: trilhando caminhos para a prática pedagógica*. Curitiba: SEED/DEE, 2004.

SKLIAR, Carlos. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

LODI, A. C. et al. (Org.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. *Libras / Ronice Müller de Quadros; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr.* 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019

<b>DISCIPLINA:</b> Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	<b>CÓDIGO</b>
<b>PRÉ-REQUISITOSREQUISITO:</b>	-----
<b>EMENTA:</b> Estudo da prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de expressão portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História das literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	



ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De Vãos e Ilhas: literatura e comunitarismos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano* – Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica USP, 1999.

HAMILTON, Russell - *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Ed. 70, 1981

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARBEITOS, Arlindo; APA, Livia e DÁSKALOS, Maria Alexandre (Org). *Poesia africana de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2003.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique*. Experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê editorial, 2005.

DOSSIÊ de LITERATURAS AFRICANAS. Revista *Via Atlântica*. Programa de Pós-graduação em Estudos comparados da FFLCH da USP/São Paulo (Vários números)

MACEDO, Tania. *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Via Atlântica, 2002.

MADRUGA, Elisalva. *Nas trilhas da descoberta: a repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.



## 7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

### 7.1 Infraestrutura Física e Acadêmica

Considerando a estrutura física do *Campus* sede, curso de Letras Libras é vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras e possui particularidades que necessitam ser destacadas.

Por ser um curso que desenvolve estudos linguísticos que envolvem uma língua de modalidade viso-espacial, o uso de instrumentos e recursos visuais é recorrente. Portanto, nesse ambiente acadêmico, é corriqueira a realização de atividades e pesquisas com o uso de vídeos e a produção de material didático visualmente adaptado.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01.	Sala de aula	05
02.	Laboratório de edição	01
03.	Gabinete de professor	14
04.	Sala de Intérpretes	01
05.	Miniauditório	01
06.	Secretaria	01
07.	Coordenação	01
08.	Copa	01
09.	Banheiro	04
10.	Banheiro PNE	02



11.	Projektor multimídia	04
12.	Câmera fotográfica Sony	01
13.	Aparelho gravador	04
14.	Microfone estúdio yoga ygm-400	02
15.	Filmadora fotográfica digital	01
16.	Filmadora digital	02
17.	Computador tipo 1	03
18.	No-break 1.400 VA	03
19.	Desktop – CPU	01
20.	Tela tipo 1	01
21.	Impressora Lexmark MS610de	01

## 7.2 Biblioteca

As demandas bibliográficas do curso de Licenciatura em Letras Libras são atendidas pela Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), a qual contém atualmente, em seu acervo, apresenta obras constantes nas bibliografias obrigatórias e complementares utilizadas nas disciplinas do curso em quantidade suficiente de exemplares para atender tanto aos alunos do Curso de Letras Libras. Complementarmente, também podem ser considerados os exemplares existentes em todas as bibliotecas setoriais da UFPI.

Quanto às solicitações à BCCB para atualização do acervo bibliográfico referente ao curso, são seguidas as orientações contidas no PDI sobre a política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes Sistema de Bibliotecas da UFPI.

## **8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

### **8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos**

Não haverá equivalência entre projetos pedagógicos de Letras Libras Parfor/UFPI, uma vez que o projeto que se apresenta difere substancialmente dos anteriormente implementados.

### **8.2 Cláusula de vigência**

Este PPC entrará em vigor a partir da implantação da primeira turma aprovada pelo Edital Capes nº 8/2022, no segundo semestre do ano de 2022.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de (org.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Cortez: 2011. p. 19-43.

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. A construção da pedagogia universitária no âmbito da Universidade de São Paulo. *In: PIMENTA, Selma Garrido; ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (org.). Práticas inovadoras na formação de professores*. Campinas: Papyrus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

BALL, Stephen J. Cidadania global, consumo e política educacional. *In: SILVA, Luiz Heron da (org.). A escola cidadã no contexto da globalização*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. 23. ed. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm). Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Fundação CAPES**. Nossas ações. Formação de professores da educação básica. Parfor, 2019. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=lei-no-12711-de-29-de-agosto-de-2012>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jan. 2009a. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=decreto+n.+6.755+de+29+de+janeiro+de+2009>. Acesso em: 1 fevereiro 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC n. 09**, de 05 de maio de 2017, altera a Portaria Normativa MEC n. 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC n. 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 21 jul. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Portaria Capes n. 220**, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor. Disponível em <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3785/portaria-capes-n-220>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC n. 9**, de 30 de junho de 2009, que institui o Parfor no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port\\_normt\\_09\\_300609.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização,



reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.752**, de 09 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8752-9-maio-2016-783036-publicacaooriginal-150293-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02/97**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf). Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 11 de fevereiro de 2009, estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 4**, de 17 de dezembro de 2018, institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019. Republicada em 15.04.2020.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011.



Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3489-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-61-de-11-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2. ed. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2004.

FAZENDA, Ivani. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. *In: FAZENDA, Ivani (org.). Didática e interdisciplinaridade*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-20.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In: FAZENDA, Ivani (org.). O que é interdisciplinaridade?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 21-32.

FERRO, Maria da Glória Duarte. Formação interdisciplinar de professores da educação básica: o projeto formativo do Parfor/UFPI em foco. *In: MOURA, João Benvindo de; FERRO, Maria da Glória Duarte; VIANA, Bartira Araújo da Silva (org.). Professores em formação: saberes e práticas - interdisciplinaridade em foco*. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 99-122. (Coleção Professores em Formação).

FERRO, Maria da Glória Duarte. Projeto formativo interdisciplinar: a experiência do Parfor no contexto da UFPI. *In: SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira; FRISSELLI, Rosângela Ramsdorf Zanetti (org.). O Parfor, a formação e a ação dos professores da educação básica*. v. 2. Londrina: PARFOR/UDEL, 2017. p. 335-348.

FLORES, Maria Assunção. Desafios atuais e perspectivas futuras na formação de professores: um olhar internacional. *In: FLORES, Maria Assunção (org.). Formação e desenvolvimento profissional de professores: contributos internacionais*. Tradução: Liliana Fernandes. Coimbra: ALMEDINA, 2014. p. 217-238. (Coleção de Ciências da Educação e Pedagogia).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 17. ed. Tradução: Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1998.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução: Moacir Gadotti, Lilian Lopes Martin. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Campus Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan.-jun./ 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 8 mar. 2019.

GATTI, Bernardete Angelina *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GIROUX, Henry A. Pedagogia crítica, política cultural e o discurso da experiência. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997c. p. 123-144.

GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997b. p. 157-164.

GIROUX, Henry A. Repensando a linguagem da escola. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 33-41.

GIROUX, Henry A.; MACLAREN, Peter. A educação de professores e a política de reforma democrática. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 194-212.

GIROUX, Henry A.; PENNA, Anthony N. Educação social em sala de aula: a dinâmica do currículo oculto. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 55-77.

GIROUX, Henry A.; SHUMWAY, David; SMITH, Paul; SOSNOSKI, James. A necessidade de estudos culturais. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma**



pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 179-193.

GIROUX, Henry A.; SIMON, Roger. Estudo curricular e política cultural. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 165-178.

GOMES, Marineide de Oliveira; PIMENTA, Selma Garrido. Unidade teoria e prática e Estágios Supervisionados na formação de professores polivalentes: indícios de inovação em cursos de pedagogia no Estado de São Paulo. *In*: PEDROSO, Cristina Cinto Araújo *et al* (org.). **Cursos de pedagogia**: inovações na formação de professores polivalentes. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 61-111.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 45-75.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHENDIN, Evandro. (org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um contexto. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-79.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-61.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

NÓVOA, António. **O regresso dos professores**. Pinhais: Melo, 2011.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018

PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 353-379.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.



PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2. ed. Tradução: Helena Faria, Helena Tapada, Maria João Carvalho, Maria Nóvoa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. (Nova Enciclopédia; Temas de educação -3).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia, ciência da educação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 39-70.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – Série saberes pedagógicos).

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória).

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. *In*: VEIGA, Ilma Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-60. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SEVERINO, Antonio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. *In*: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 71-89.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Tradução: Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. A pedagogia de amanhã. *In*: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 423-436.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **RBE - Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>. Acesso em: 8 mar. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 15. ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Tradução: Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2011.

UFPI. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004.

UFPI. **Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330**, de 22 de junho de 2017, que aprova as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI. Teresina, PI:UFPI, 2017.

UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia da UFPI**. Teresina, PI, 2018.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019**, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 076**, de 20 de maio de 2019, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes público-alvo da educação especial. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 115**, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2005.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 148**, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 177**, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e suas alterações. Teresina, PI: UFPI, 2012.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 220**, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2016.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 35/2014**, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2014.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 53**, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 20**, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024). Teresina, PI: UFPI, 2020.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 21**, de 21 de setembro de 2000, aprova o Regimento Geral da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Campinas: Papirus, 2010. p. 13-27. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação superior: políticas educacionais, currículo e docência**. Curitiba: CRV, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social? *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 61-86. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 61-83

ZEICHNER, Kenneth M. A pesquisa-ação e a formação docente voltada para a justiça social: um estudo de caso dos Estados Unidos. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio;  
ZEICHNER, Kenneth M. Alternative paradigms of teacher education. **Journal of Teacher Education**. v. XXXIV, number 3, p. 3-9, may/June. 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002248718303400302>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ZEICHNER, Kenneth M. Formação de professores para a justiça social em tempos de incerteza e desigualdades crescentes. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **Justiça social: desafio para a formação de professores**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-34.





Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI N° 509, DE 30 DE MAIO DE 2023

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, a ser implantado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, no município de Luzilândia.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho e, considerando:

- o processo eletrônico n° 23111.026995/2023-47;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (1ª Licenciatura), da Universidade Federal do Piauí, junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, referente a 1(uma) turma a ser implantada no município de Luzilândia, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando a urgência para que sejam adotadas as medidas prévias necessárias à oferta de disciplinas e à matrícula curricular, de modo a se cumprirem os prazos previstos no Calendário Acadêmico do PARFOR/UFPI para os períodos letivos 2023.1 e 2023.2.

Teresina, 30 de maio de 2023

  
GILDASIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR



**PROJETO PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO  
FÍSICA**

**PARFOR**

TERESINA- 2022

*Silviana*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí (Polo Luzilândia), a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no primeiro semestre de 2023.

TERESINA- 2022

**REITOR**

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

**VICE-REITOR**

Prof. Dr. Viriato Campelo

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Prof. Dr. Luis Carlos Sales

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Dr.<sup>a</sup> Evangelina da Silva Sousa

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Beatriz Sousa Gomes

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deborah Dettmam Mattos

**PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Arrivabene



**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Beatriz Sousa Gomes**  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Santiago da Rocha**  
Coordenadora Geral de Graduação

**Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Rosália Ribeiro Brandim**  
Coordenadora Geral de Estágio

**Prof. Me. Francisco Newton Freitas**  
Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

**Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos**  
Diretor de Administração Acadêmica

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva**  
Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

**Prof. Me. Francisco Eduardo De Oliveira Cunha**  
Coordenador de Seleção e Programas Especiais

**Ana Caroline Moura Teixeira**  
Assistente do Pró-Reitor



**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**DIRETOR:**

Prof. Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso

**VICE-DIRETORA:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Maria de Carvalho Leite

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dionis de Castro Dutra Machado

**SUB-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

Prof. Dr. Sérgio Luis Galan Ribeiro

**COORDENADOR DO CURSO:**

Prof. Dr. Ahécio Kleber Araújo Brito

**SUB-COORDENADORA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Jordana Magalhães Costa

**COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO**

Prof. Dr. Ahécio Kleber Araújo Brito

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janete de Páscoa Rodrigues

Prof. Dr. Marco Antônio Pereira dos Santos

Prof. Dr. João Paulo Jacob Sabino

Prof. Dr. Osmar de Oliveira Cardoso

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Maria Sousa de Araújo

Prof. Me. Pedro Pereira dos Santos

Prof. Dr. Cássio Eduardo Soares Miranda

Prof. Dr. Martin Adam Motloch

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Dias

Prof. Dr. Luiz Cláudio Demes de Mata Sousa

Prof. Me. Wesley Emmanuel Martins Lima



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liana Maria Medeiros de Vasconcelos  
Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Helena de Rezende Brito Portela  
Prof. Me. Anselmo Alves Lustosa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karinn de Araújo Soares Bastos  
Prof. Dr. Mesaque Silva Correia  
Prof. Dr. Fábio Soares da Costa  
Prof.<sup>a</sup> Me. Natália de Almeida Simeão  
Prof.<sup>a</sup> Me. Valdeny Costa de Aragão Campelo  
Susí Oliveira da Silva Brito – Representante discente  
Milena de Sousa Moraes – Representante discente

### **COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO**

Prof. Me. David Marcos Emérito de Araújo  
Prof. Dr. Fabrício Eduardo Rossi  
Prof. Me. José Carlos Pereira Soares  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Jordana Magalhães Costa  
Prof. Me Raul Alves Feitosa  
Prof. Dr. Sérgio Luiz Galan Ribeiro  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Silva Macedo Orsano

### **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

Prof. Dr. Ahécio Kleber Araújo Brito  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dionis de Castro Dutra Machado  
Prof. Dr. Fabrício Eduardo Rossi  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janete de Páscoa Rodrigues  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Jordana Magalhães Costa  
Prof. Dr. Sérgio Luis Galan Ribeiro  
Profa. Dra. Maria da Glória Duarte Ferro  
Profa. Dra. Maraisa Lopes

### **ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO**

Portaria nº012/2020 – CCS/UFPI



## IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

**MANTENEDORA:** FUFPI

**RAZÃO SOCIAL:** Universidade Federal do Piauí

**SIGLA:** UFPI

**NATUREZA JURÍDICA:** Pública

**CNPJ:** 06.517.387/0001-34

**ENDEREÇO:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP:  
64049-550

**CIDADE:** Teresina

**TELEFONE:** (86) 3215-5511

**E-MAIL:** scs@ufpi.edu.br

**PÁGINA ELETRÔNICA:** [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br)



## **IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

### **DENOMINAÇÃO DO CURSO:**

Licenciatura em Educação Física

### **CÓDIGO DO CURSO (INEP): 487**

### **CRIAÇÃO DO CURSO:**

*Resolução N° do CONSUN/UFPI*

*Publicação: n° 01 05/01/1977*

### **RECONHECIMENTO DO CURSO:**

*Portaria MEC N° n° 323 de 20/05/1980*

*Publicação: DOU de 23/05/1980*

### **TÍTULO ACADÊMICO FEMININO**

Licenciada em Educação Física

### **TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO**

Licenciado em Educação Física

### **MODALIDADE:**

Ensino Presencial

### **DURAÇÃO DO CURSO:**

Mínima: 8 semestres

Média: 10 semestres

Máxima: 12 semestres

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

### **ACESSO AO CURSO:**

Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da UFPI.

**REGIME LETIVO** - Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

**VAGAS AUTORIZADAS e-MEC** - 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

**OFERTA DO CURSO - Anual**

SEMESTRE LETIVO	TURNOS	VAGAS
1º período	Matutino e vespertino	55
2º período	Matutino e vespertino	55
3º período	Matutino e vespertino	55
4º período	Matutino e vespertino	55
5º período	Matutino e vespertino	55
6º período	Matutino e vespertino	55
7º período	Matutino e vespertino	55
8º período	Matutino e vespertino	55

**ESTRUTURA CURRICULAR:**

Ano/ período de implantação	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2022 / 2º semestre	255 h	360 h	465 h

**RIO**

COMPONENTES CURRICULARES								
1º ao 4º período	Detalhamento	Disciplinas obrigatórias	Disciplinas optativas	Atividade de Trabalho de Conclusão de	Atividade de Estágio Curricular Supervisionad	Atividades complementar	Atividades Curriculares de Extensão	TOTAL
		Carga horária	1365 h	30 h	---	---	60 h	180 h
	Créditos	91	02	---	---	04	---	97
5º ao 8º período	Carga horária	675 h	60 h	105 h	690 h	60 h	180 h	1760 h
	Créditos	45	04	07	46	04	---	106
Carga horária total do curso							3405 h	

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO .....	13
1. INTRODUÇÃO .....	14
1.1 Justificativa .....	14
1.2 Contexto regional e local .....	15
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso .....	20
2. CONCEPÇÃO DO CURSO .....	34
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso .....	34
2.2 Objetivos do curso .....	38
2.3 Perfil do egresso .....	39
2.4 Competências e habilidades .....	40
2.5 Perfil do corpo docente .....	50
3. PROPOSTA CURRICULAR .....	53
3.1 Estrutura e organização curricular .....	53
3.2 Fluxograma .....	62
3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão .....	62
3.4 Metodologia .....	76
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS .....	78
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão .....	78
4.2 Apoio ao discente .....	81
5. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO .....	84
5.1 Da aprendizagem .....	84
5.2 Do Projeto Pedagógico do Curso .....	84
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS / BIBLIOGRAFIA .....	84
6.1 Disciplinas obrigatórias .....	84
6.2 Disciplinas optativas .....	120
7. INFRAESTRUTURA .....	130
7.1 Instalações e equipamentos .....	130
7.2 Biblioteca .....	137
8. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....	140
8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos .....	140
8.2 Cláusula de vigência .....	142
8.3 Requisitos para a dupla formação .....	143

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	145
<b>ANEXOS</b> .....	153

*Silvana*

## APRESENTAÇÃO DA REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO

Constantes transformações acontecem tanto na sociedade como na forma em que a percebemos. A formação profissional requer o acompanhamento de tais transformações e frequentes aperfeiçoamentos a fim de conceber recursos humanos que estejam aptos a lidar com novas tecnologias e a atuar numa sociedade cujo estilo de vida e comportamento passam por contínuos ajustes. Recentemente, as Resoluções CNE/CES nº6/2018 e CNE/CP nº2/2019 apresentaram novas diretrizes para a formação do profissional de Educação Física e para a formação inicial de professores para a Educação Básica, respectivamente.

As diretrizes curriculares nacionais para o curso de Educação Física, instituídas na Resolução CNE/CES nº6/2018 estabeleceu que a formação do graduado em Educação Física tenha ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura. Neste sentido, a presente reformulação curricular propõe o atendimento a esta demanda, bem como implementar as adequações curriculares previstas para a formação inicial de professores para a educação básica, constantes da Resolução CNE/CP nº2/2019. Entretanto, em virtude de o Plano nacional de formação de professores da educação básica – PARFOR ter sido instituído para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício nas escolas públicas sem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB de dezembro de 1996, este Projeto Pedagógico do Curso (PPC) corresponde uma adaptação do PPC do curso de Licenciatura/Bacharelado em Educação Física, que é ofertado no Centro de Ciências da Saúde no Campus de Teresina. Neste sentido, somente o eixo do curso de Licenciatura será utilizado.

Esta reformulação curricular também apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, em virtude da especificidade do público-alvo do Parfor, efetivando o compromisso com diversas linguagens, tecnologias, projetos interdisciplinares, metodologias inovadoras e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2019; 2021).

Nessa direção, este PPC apresenta um currículo atualizado, no qual conhecimentos (científicos, educacionais e pedagógicos), temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania e conteúdos específicos de formação de professores que constituem a matriz curricular do curso foram articulados de modo que os percursos formativos favoreçam o desenvolvimento, pelo cursista, dos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática docente comprometida com as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral, em conformidade com o que preceituam as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O novo PPC do curso de Educação Física do Parfor está em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica e os princípios fundantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e objetiva garantir aos professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica formação ampla e cidadã por meio de um projeto formativo com sólida base teórica e fundamentado em princípios norteadores da interdisciplinaridade, de modo a provocar mudanças significativas na prática pedagógica dos cursistas.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Justificativa**

Em 2018, foram instituídas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Educação Física, por meio da Resolução CNE/CES nº06. As diretrizes curriculares orientam a elaboração dos currículos e devem ser adotadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a fim de garantir a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, preparando-os para enfrentar desafios decorrentes das rápidas transformações sociais, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional. A reformulação curricular com base nas DCN permite romper concepções antigas e herméticas das matrizes curriculares, estimulando sólida formação geral e específica, construída a partir de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação. Neste sentido, a presente reformulação do PPC justifica-se para dar atendimento às demandas da sociedade e de mercado, bem como para cumprir o dispositivo legal.

Esta versão atualizada do PPC igualmente atende às novas DCN definidas para a formação inicial de professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum (BNC-formação) estabelecidas hodiernamente pela Resolução CNE/CP nº2 de 20/12/2019. A formação docente requer o desenvolvimento das competências gerais e aprendizagens essenciais previstas na Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC) de 2019. Tal formação, admite, entre outros princípios, o compromisso do Estado para uma formação docente direcionada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, garantindo o direito à uma educação de qualidade para crianças, jovens e adultos, considerando as demandas coletivas e individuais dos estudantes.

Neste contexto, o corpo docente do Departamento de Educação Física, contando com a colaboração do Colegiado e de representantes discentes do Curso, debruçou-se sobre as novas diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNE/CES nº6/2018 e CNE/CP nº2/2019 na busca pela construção coletiva de um projeto pedagógico que assegure o cumprimento legal das novas determinações e que garanta a valorização da formação docente, bem como um padrão de excelência na qualidade desta formação.



Assim, os representantes discentes apresentaram as principais demandas vivenciadas em sua atual formação, as quais foram ponderadas pelo corpo docente e alinhadas à reformulação curricular em consonância com os dispositivos legais.

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física do Parfor, da Universidade Federal do Piauí - UFPI busca apresentar-se como uma base para a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar os professores que se encontram em exercício, mas carecem de formação acadêmica e conhecimento de novas discussões teórico-metodológicas.

A implantação do Curso de Licenciatura em Educação Física do Parfor, em uma nova formulação, visa a, em primeiro lugar, contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente, e, por conseguinte, corrobora os preceitos educacionais de melhora da qualidade de ensino geral, ao qualificar professores em exercício, fornecendo-lhes a oportunidade de participar de um curso de graduação que respeite as especificidades do professor que já está em sala-de-aula, tome suas experiências como ponto de partida para a qualificação, progressão e construção de conhecimentos.

Os egressos deste curso de Educação Física preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal e estadual de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do Ensino Superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da UFPI.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o currículo deste curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, possam desenvolver a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos, além de colocarem-se em posição de ampliar e melhorar sua prática pedagógica.

## **1.2 Contexto regional e local**



O Piauí<sup>1</sup> está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km<sup>2</sup>). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros territórios. Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

De acordo com último censo demográfico (2010), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolínia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato. As Mesorregiões, os Territórios e as Microrregiões geográficas do Piauí estão ilustrados nas Figuras 1, 2 e 3, respectivamente, a seguir.

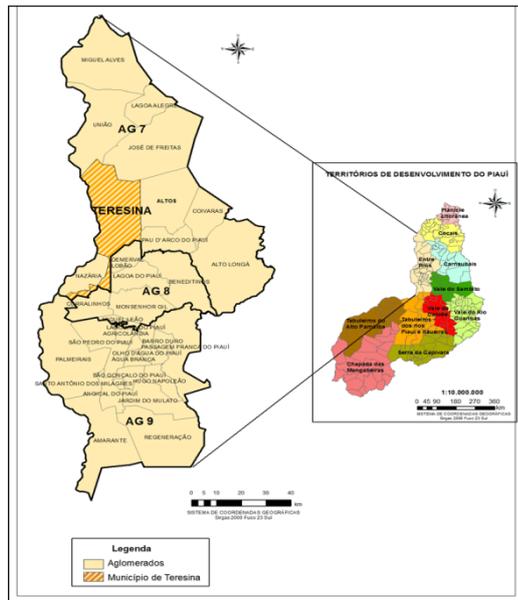
---

<sup>1</sup> O vocábulo Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subfluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos pias, rio dos peixes pintados (SEPLAN-PI).



**Figura**  
IBGE

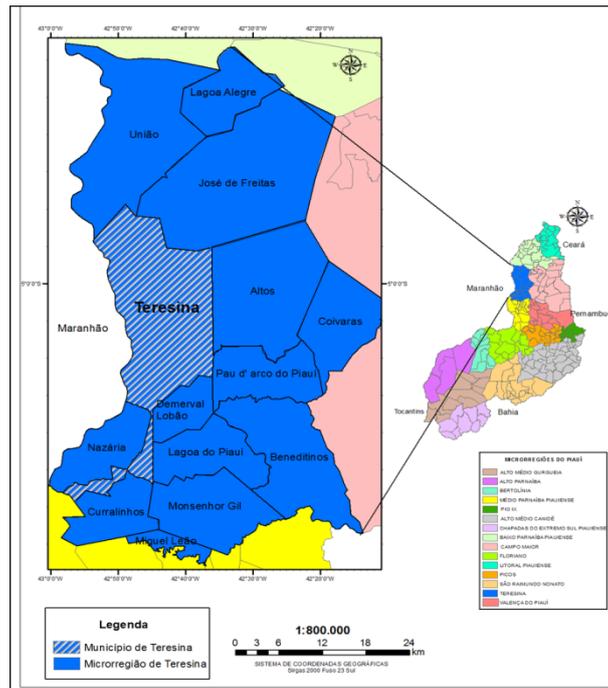
**1** – Mesorregiões geográficas piauienses. Fonte: (2010).



**Figura 2** – Territórios de Desenvolvimento do Piauí, com destaque para Teresina

Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

*Silvana*



**Figura 3** – Microrregiões geográficas piauienses, com destaque para Teresina. Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo<sup>2</sup>. Em 16 de agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

<sup>2</sup> A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

*Silva*

As principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas-, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, a pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

No ranking do país é o 18º estado mais populoso, o 17º em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11º em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25ª colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas.

Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de um terço da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima da média nacional que é 15,2%, enquanto no Piauí é mais que o dobro, chegando a 34,1%. A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6%.

Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira geram reflexos em outros indicadores sociais, como, por exemplo, a esperança de vida, de aproximadamente 71 anos do estado, contra 74 da média do país, e a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de 9,2 anos, também menor que a do país, que é de 9,5 anos. Apesar da pequena diferença de 0,3 é o estado brasileiro com o índice mais baixo no tocante a anos de estudos.

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) está inserida. Instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968, assinada pelo presidente Costa e Silva, que autorizou seu funcionamento sob forma de Fundação, a sua criação é resultante de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade piauiense que acalentaram por décadas o sonho de se instalar uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí.

Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC n.. 453, de 30 de maio de 1978, publicado no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC n.. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação desse documento objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) foi autorizada pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n.. 147-E, de 03 de agosto de 1999, e pelas Resoluções CONSUN/UFPI n.. 15, de 25 de março de 1999 e n. 45, de 16 de dezembro de 1999. A última alteração do regimento da UFPI foi aprovada pela Resolução CONSUN/UFPI n.. 21, de 21 de setembro de 2000.

Segundo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao seu PDI/2020-2024, a UFPI deseja ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável, e, para tanto, define a sua missão nos seguintes termos: “[...] promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (UFPI, 2020, p. 31), por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFPI e o seu papel como instituição pública, e representam, portanto, os seus valores, a saber: I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (UFPI, 2020, p. 32).

Assim, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

### **1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso**

A UFPI surgiu a partir da junção de unidades isoladas de Ensino Superior existentes na época de sua fundação: Faculdades de Direito, de Filosofia, de Odontologia e de Medicina, localizadas em Teresina e Faculdade de Administração, em Parnaíba. É a principal Instituição de Educação Superior (IES) do estado do Piauí e o seu *Campus* sede, intitulado *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga.

O credenciamento da UFPI ocorreu em 1945, através do Decreto n. 17.551, de 09 de janeiro, como Faculdade isolada, e foi credenciada em 1968 como Universidade pela Lei n. 5.528, de 12 de novembro, englobando as unidades isoladas de Ensino Superior até então existentes no Piauí. Apesar de ter recebido visita de credenciamento em março de 2009, o documento regulatório só foi editado em 18 de maio de 2012, através da Portaria MEC n. 645, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 97, de 21 de maio

de 2012 (Secção 1, página 13), através da qual a UFPI foi recredenciada por um período de dez anos. Adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo, e é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

O seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações através das Portarias MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02/06/78, e n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU n. 26, de 08/02/1993.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC n. 265, de 10 de abril de 1978 (BRASIL, 1978a) e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

A reformulação do Estatuto da UFPI, objetivando a adaptação à LDB/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer CNE n. 665/95, aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03/08/99.

Nos termos do seu Estatuto, a UFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução. Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal n. 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário

Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí n. 209, em 22 de dezembro de 1969.

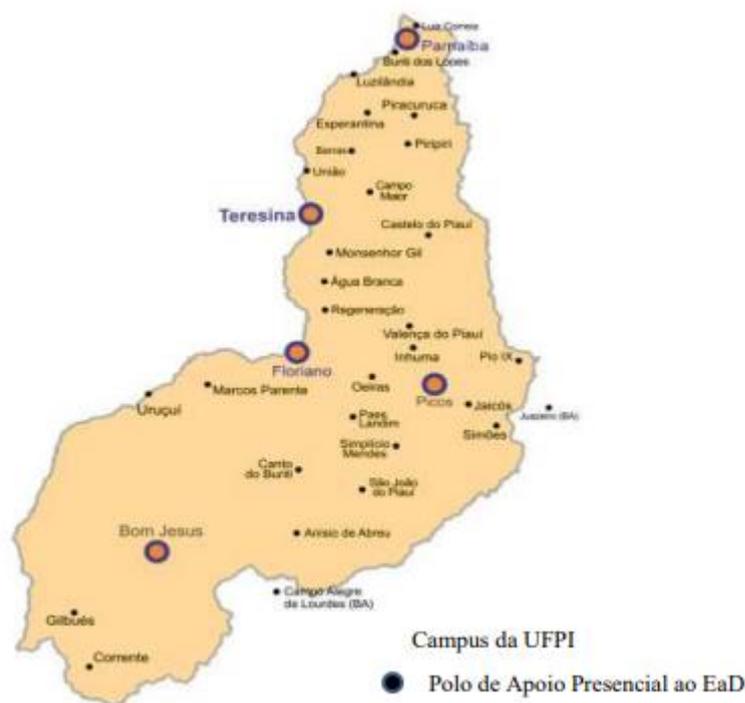
A UFPI é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação que atua em todos os ramos do saber e adota decisões colegiadas, pautando-se em princípios democráticos e de justiça social. Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN). As reuniões ordinárias dos conselhos superiores da UFPI são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas (CONSUN - primeira quinta-feira de cada mês; CAD - primeira terça-feira de cada mês; CEPEX - segunda quarta-feira de cada mês).

A administração da UFPI em nível central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias (de Ensino de Graduação - PREG; de ensino de Pós-Graduação - PRPG; de Pesquisa e Inovação - PROPESQI; de Extensão e Cultura - PREXC; de Administração - PRAD; de Planejamento e Orçamento - PROPLAN; e de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC) e, em nível setorial, por seis Unidades de Ensino do *Campus* de Teresina: Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT). Possui ainda um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

À luz das disposições estatutárias, a UFPI é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), possuindo além do campus sede, três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (*Campus* Profa. Cinobelina Elvas) e Floriano (*Campus* Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o *Campus* Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651, de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Existem ainda órgãos suplementares e de apoio de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para os corpos docentes, discentes e administrativos da UFPI: STI - Superintendência de Tecnologia da Informação; BCCB - Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco; AUDIN - Auditoria Interna; HU - Hospital Universitário; HVU - Hospital Veterinário Universitário.

Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 4, a seguir.



**Figura 4** – Municípios de atuação da UFPI na educação presencial e a distância.

Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *Campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, de extensão, de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, e de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O **ensino técnico** em nível médio é oferecido nos Colégios Técnicos (CT) e propõe a qualificação profissional de jovens buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo. Embora, ainda, não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser também incentivados durante os cursos de nível médio.

Os Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Acerca do sistema de reserva de vagas, a UFPI, através de seus Colégios Técnicos, destina 80% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral

e exclusivamente em Escolas Públicas e para estudantes oriundos de famílias com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa, em observância às disposições da política de inclusão social, através da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Portaria Normativa MEC n. 18 de outubro de 2012, da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e da Portaria Normativa MEC n. 09, de 05/05/2017.

A UFPI, através de seus Colégios Técnicos, oferece três cursos (Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática) e até 2015 tinha alcançado um total de 1.674 alunos matriculados: 589 em Bom Jesus, 651 em Floriano e 434 em Teresina.

Os  **cursos de extensão**  englobam atividades de natureza acadêmica, técnica ou cultural, que obrigatoriamente estarão presentes em no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução CNE/MEC n. 7/2018.

Em conformidade com o PDI (2020-2024), os cursos de extensão também poderão não estar inclusos como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação, tendo como objetivo apenas complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante.

As ações de extensão e cultura são realizadas pela interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e a socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais do estado do Piauí, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social. Essas ações geram uma relação dialógica de troca de saberes e de impacto social entre a academia e a comunidade, propiciando transformações sociais mútuas e inclusão social.

A execução da política universitária de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) é fundamentada na Resolução 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI, na Resolução CNE/MEC n. 7 de dezembro de 2018 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p.123). Busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.



A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, tem estimulado o desenvolvimento de programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disso, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnicos-administrativos, como meio de fomentar o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A UFPI organiza seus  **cursos de graduação**  em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e à distância. O ensino de graduação confere os graus de bacharel e licenciado, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais, ou de vagas reservadas a ações afirmativas e programas especiais, a exemplo do Parfor, visando à obtenção de qualificação universitária específica.

Até a criação da Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPAr), a UFPI ofertava 83 cursos presenciais cadastrados no sistema e-MEC. Com a criação da UFDPAr, atualmente encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais. O ingresso aos cursos de graduação na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de vestibular e de processos seletivos especiais, a exemplo do Parfor. Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas.

No período de 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI (2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), conhecido como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual a UFPI ministra cursos de bacharelado e licenciatura, perseguindo os mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial. Inicialmente, foi criado o curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.

A partir de 2006 ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de formação de docentes da UFPI, em decorrência da adesão ao Programa de Apoio a Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>3</sup>, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações que dotem as universidades federais das condições necessárias para garantir o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação

---

<sup>3</sup> O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no país, de forma a consubstanciar o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE - Lei n. 10.172/2001) (BRASIL, 2011a).

Nesse sentido, considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de Ensino Superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Com a adesão ao REUNI, a UFPI expandiu sua oferta, com reestruturação de dois *Campi* do interior (Parnaíba e Picos) e implantação de dois novos *Campi*, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, estando a 635 km de Teresina, e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, ficando a 234 km da capital. O início das atividades do *Campus* de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e, em Floriano, se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura.

Em 2015, as vagas para o ensino de graduação foram elevadas e no primeiro semestre de 2018 a UFPI ofereceu mais de 3000 (três mil) vagas no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação no período letivo 2018.1, através do SISU, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, distribuídas nos seus *Campi*.

Atualmente, são ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Durante a vigência do seu novo PDI (2020-2024) a UFPI pretende, continuamente, avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades. O Quadro 1, a seguir, demonstra o número de alunos ingressantes, matriculados e egressos durante a vigência do PDI 2015-2019.

**Quadro 1** – Número de alunos ingressantes, matriculados e egressos, quinquênio 2015-2019.

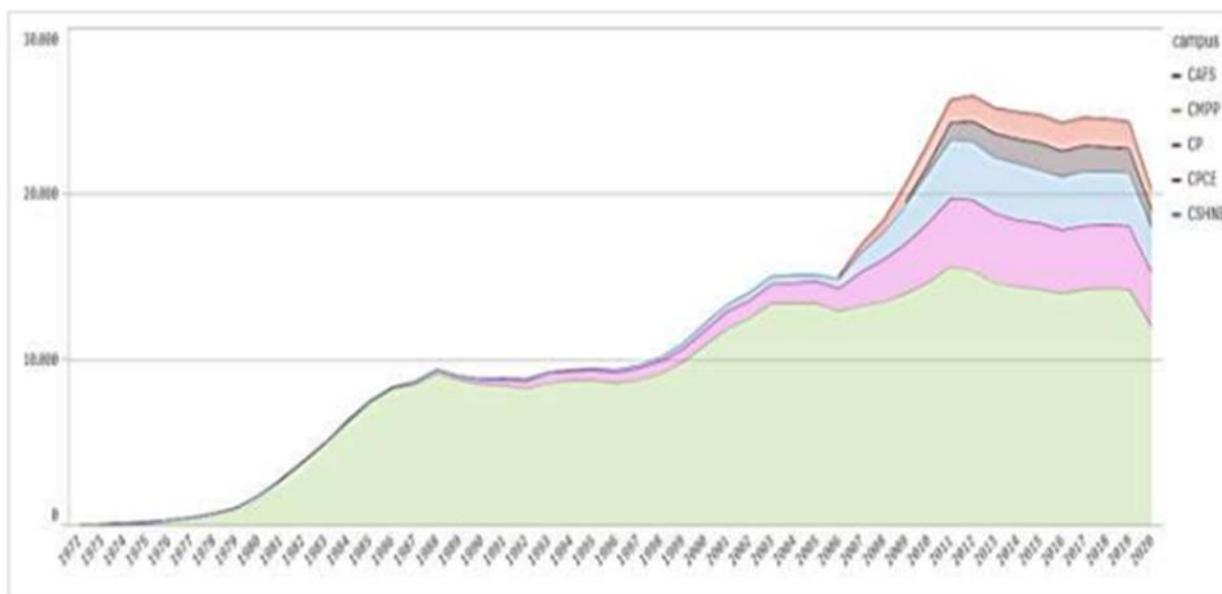
Ano	Ingressantes	Matriculados	Egresso
2015	5.237	23.579	3.004

2016	5.807	23.447	2.714
2017	5.549	23.955	2.848
2018	5.467	23.987	2.889
2019	5.556	24.171	2.799

Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

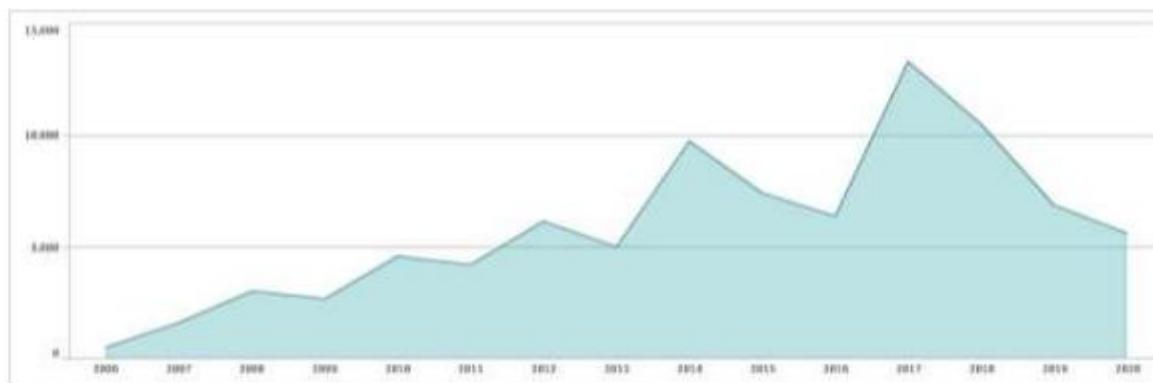
Para a EaD, foram oferecidas nesse mesmo ano um total de 3.000 (três mil) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, tanto na sede dos *Campi* como em outros municípios, perfazendo 316 (trinta e seis) polos situados em 36 (trinta e seis) diferentes cidades do Estado do Piauí. Na vigência do PDI 2015-2019 (UFPI, 2015), na modalidade de educação a distância, havia 15 cursos de graduação em 48 polos de apoio presencial, distribuídos no Piauí e na Bahia.

Até 2019 a UFPI contabilizou 24.171 alunos de graduação matriculados no ensino presencial e cerca de 11.054 na modalidade EaD. As figuras 5 e 6 ilustram, respectivamente, a evolução do número de alunos matriculados na graduação na modalidade presencial por ano e *Campus* e na modalidade a distância, por ano, no *Campus* Ministro Petrônio Portella.



**Figura 5** – Evolução de alunos matriculados por ano e campus – modalidade de ensino de graduação presencial. Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

*Silviana*



**Figura 6** – Evolução de alunos matriculados por ano – modalidade de ensino de graduação a distância, no CMPP. Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Importante ressaltar também que projetos previstos no PDI anterior e, em andamento, deverão ter continuidade, como os programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Parfor, quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender demandas sociais importantes.

O **ensino de pós-graduação** na UFPI contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, cursos de doutorado) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização), visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional.

Nesse sentido, a UFPI, na condição de encarregada de propor políticas de ensino de pós-graduação, viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, com o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado nos últimos anos.

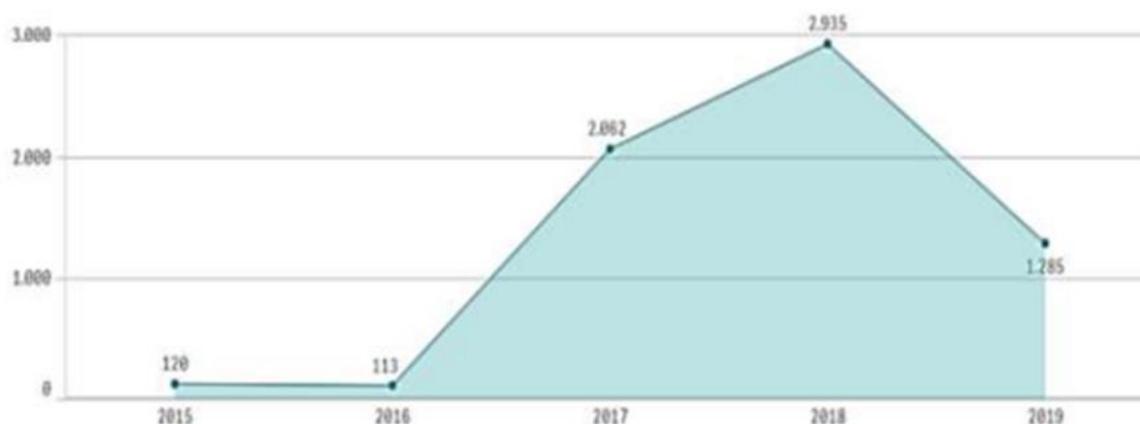
A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção dos programas, atualmente existentes, seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que preveem em seus documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

Para ingresso nos cursos de pós-graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Florianópolis e Bom Jesus.

Em 2015, as vagas foram gradativamente aumentadas e nos últimos 5 anos, de forma sustentável e contínua, a pós-graduação na UFPI atingiu um patamar superior a 60% no número de alunos matriculados em programas de Mestrado e Doutorado. Embora o número de Bolsas Demanda Social – CAPES de Mestrado tenha praticamente se mantido, houve um incremento considerável de Bolsas para Doutorado, mantendo-se, contudo, sem alteração a quantidade de Bolsas do CNPq, entre os dois quinquênios.

Em relação aos conceitos dos cursos dos programas de pós-graduação da UFPI, verifica-se que houve uma evolução na qualidade da oferta dos cursos de nível *stricto sensu*. Houve um incremento considerável nos conceitos 04 e 05 atribuídos pela Capes, tendo em vista que o conceito máximo atribuído por essa agência de fomento é 07.

Em 2018, a UFPI possuía 30 (trinta) Cursos de Especialização em funcionamento, totalizando 2.763 (duas mil, setecentos e sessenta e três) matrículas, sendo 23 (vinte e três) cursos e 808 (oitocentas e oito) matrículas no ensino presencial e 07 (sete) cursos e 1.955 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco) matrículas no ensino a distância. Em 2019, estavam em execução, 40 (quarenta) Cursos de Especialização nas diversas áreas. Na Figura 7, a seguir, tem-se a evolução das matrículas dos cursos *lato sensu* no quinquênio 2015-2019.



**Figura 7** – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019. Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Na Pós-Graduação *stricto sensu* contabilizavam-se 42 Programas, nos quais são desenvolvidas as atividades de 34 mestrados Acadêmicos, um mestrado profissional, 07 doutorados institucionais, além de dois doutorados em rede. Também mantinha parcerias responsáveis por 13 Doutorados Interinstitucional (DINTER), 02 Mestrado Interinstitucional (MINTER) e 21 Programas de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Entre 2010 e 2019, contabilizou 16.041 alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, sendo 12.661 em nível de mestrado e 3.380 em nível de doutorado.

A UFPI considera que as áreas prioritárias definidas pelas políticas públicas do estado do Piauí merecem atenção especial. Assim, tem incentivado a criação de novos programas em áreas não contempladas e a consolidação daqueles existentes nessas áreas, para sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas regionais.

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional de modo a fortalecer os Temas Estratégicos definidos nos marcos do seu PDI (ensino, pesquisa, extensão e cultura, gestão e governança, tecnologia e comunicação, infraestrutura, sustentabilidade, gestão de pessoas, internacionalização e assistência estudantil), operacionalizando objetivos e metas<sup>4</sup>. Os objetivos gerais e objetivos específico para cada tema estratégico podem ser visualizados no Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2 - Temas Estratégicos e objetivos para o quinquênio 2020-2024**

Temas Estratégicos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Ensino	Promover uma educação de excelência e princípios inovadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Melhorar os indicadores de qualidade de curso.</li> <li>● Melhorar os indicadores de desempenho de curso.</li> <li>● Aumentar a oferta de cursos de graduação e vagas com foco no estímulo regional, social e socioeconômico.</li> <li>● Institucionalizar e sistematizar programa de acompanhamento de egressos.</li> <li>● Institucionalizar prática de atualização periódica dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) com base em metodologias ativas e diretrizes do governo federal.</li> <li>● Fortalecer a integração com o mercado de trabalho por meio de parcerias para estágio.</li> <li>● Implementar e/ou reestruturar programas de pós-graduação lato sensu (especializações e residências em saúde) e stricto sensu (mestrado e doutorado acadêmico e profissional) em áreas prioritárias e estratégicas, considerando demandas sociais, econômicas, ambientais e educacionais emergentes na realidade local e regional.</li> <li>● Melhorar os conceitos dos programas na avaliação da capes e o desempenho da UFPI nas avaliações nacionais e internacionais.</li> <li>● Implantar novos cursos na modalidade a distância</li> <li>● Fortalecer o ensino básico, técnico e tecnológico.</li> </ul>
Pesquisa	Fortalecer a pesquisa e inovação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implantar programas de valorização da inovação.</li> <li>● Incrementar e diversificar os mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, através dos programas de pós-graduação stricto sensu, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes.</li> <li>● Mapear e diagnosticar a pesquisa na UFPI.</li> </ul>

<sup>4</sup> Dada a limitação de espaço gráfico deste documento, recomendamos ao leitor à conferência das metas estabelecidas para o quinquênio 2020-2024 disponíveis em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PrestacaodeContas/Arquivos/capitulo-13.2.pdf>.

Extensão e Cultura	Desenvolver políticas de extensão e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Valorizar as práticas extensionistas nos planos de carreira docente e nos processos seletivos da UFPI.</li> <li>● Ampliar a quantidade de bolsas de extensão (PIBEX).</li> <li>● Regulamentar e incentivar a criação e o funcionamento de núcleos de extensão na UFPI.</li> <li>● Estimular a proposição de ações de extensão por docentes, técnico-administrativos e discentes.</li> <li>● Promover capacitação presencial e/ou a distância para o desenvolvimento de ações de extensão.</li> <li>● Incentivar e promover ações de extensão voltadas para a economia solidária, prática profissional, o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho.</li> <li>● Prestar serviços que beneficiam setores e comunidades sociais.</li> <li>● Incentivar a inserção de ações de extensão nos curso de graduação e programas de pós-graduação, sobretudo nos mestrados profissionais, melhorando a articulação pesquisa-extensão.</li> <li>● Aumentar a oferta de ações e atividades culturais, lazer e esporte.</li> </ul>
Gestão e Governança	Aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fortalecer os índices de governança institucional conforme levantamento do TCU.</li> <li>● Prover uma gestão moderna, eficiente, transparente e desburocratizada.</li> <li>● Potencializar o uso dos resultados das atividades de auditoria interna da AUDIN no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento da gestão da UFPI, agregando valor à instituição.</li> <li>● Fortalecer as boas práticas de governança, transparência da informação e gestão orientada a resultado.</li> <li>● Fortalecer os canais de comunicação com público interno e externo.</li> </ul>
Gestão de Pessoas	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementar programas de desenvolvimento de equipe e capacitação, visando fortalecer as habilidades e a qualificação e crescimento profissional dos servidores.</li> <li>● Desenvolver programas de atenção ao servidor.</li> <li>● Descentralizar atividades de gestão de pessoas para os campi do interior.</li> <li>● Gerir a contratação de pessoal, carga horária docente e jornada de trabalho de técnicos administrativos.</li> </ul>
Sustentabilidade	Consolidar a política de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acompanhar, publicitar e atualizar o plano de sustentabilidade da UFPI.</li> <li>● Atender as metas definidas no plano de sustentabilidade da UFPI.</li> </ul>
Tecnologia e Comunicação	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implantar processo eletrônico e gestão eletrônica de documentos.</li> <li>● Promover transparência da informação, dinamizar a comunicação interna e informatizar rotinas administrativas.</li> <li>● Atualizar o planejamento estratégico de ti e elaborar artefatos de gestão.</li> <li>● Fortalecer o gerenciamento de suporte ao usuário alinhado com as boas práticas definida na biblioteca itil (information technology infrastructure library).</li> <li>● Promover comunicação social estratégica voltada a noticiar a dinâmica institucional.</li> </ul>



Internacionalização	Oportunizar a internacionalização universitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Firmar novos acordos e convênios de cooperação com instituições estrangeiras.</li> <li>● Regularizar programa de acreditação de disciplinas cursadas em instituições estrangeiras.</li> <li>● Fortalecer o enriquecimento cultural e a formação global dos discentes.</li> <li>● Desenvolver projetos de extensão relacionados à cultura estrangeira.</li> <li>● Aumentar a inserção científica internacional da instituição através da exploração de convênios e parcerias de cooperação internacional estratégicas à instituição.</li> <li>● Criar oportunidades de cooperação com instituições estrangeiras, envolvendo docentes e discentes, por meio de intercâmbios, acreditação e/ou oferta de disciplinas em língua estrangeira, publicações, colaboração e parcerias em projetos de pesquisa, de modo a favorecer o enriquecimento científico-cultural e a formação global dos alunos.</li> <li>● Propor ações estratégicas de fomento à internacionalização institucional.</li> </ul>
Infraestrutura	Promover melhorias na infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Prover e gerir os projetos de ampliação de área construída da UFPI.</li> <li>● Prover e gerir a gestão ambiental e segurança da UFPI.</li> <li>● Desenvolver, implantar e executar projeto institucional de eficiência energética.</li> <li>● Projetar infraestrutura predial e viária voltada à acessibilidade.</li> <li>● Elaborar planos de manutenção preventiva.</li> <li>● Atender as solicitações de melhorias e ampliação de infraestrutura física, elétrica, água e esgoto.</li> <li>● Executar melhorias de infraestrutura predial.</li> </ul>
Assistência Estudantil	Fortalecer os programas de assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fortalecer os programas de ação afirmativa voltados para igualdade social, racial e diversidade cultural.</li> <li>● Ampliar as ações de assistência estudantil e dos serviços prestados aos discentes.</li> <li>● Estimular ações de apoio a permanência de alunos de baixa renda.</li> <li>● Promover projetos de assistência moradia, alimentação e transporte.</li> <li>● Promover o acompanhamento do rendimento acadêmico e dos fatores que impactam no índice de evasão dos estudantes beneficiários.</li> </ul> <p>Fortalecer o acompanhamento pedagógico, social e psicológico dos estudantes público-alvo da educação especial (deficientes, pessoas com transtorno do espectro autista, e altas habilidades/superdotação).</p>

Fonte: PDI/UFPI (2020-2024)

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde a sua fundação, a instituição tem se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Em relação aos recursos humanos, a UFPI possui atualmente de 1.800 docentes (1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e 1.148 servidores técnico-administrativos, em sua maioria com pós-graduação (38,2% especialistas e 17,5% mestres) e somente 16,8% com graduação.



A interligação entre as distintas instâncias da UFPI é feita, principalmente, através da ferramenta de gestão denominada Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), administrada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que contempla os portais: acadêmico, administrativo, recursos humanos e administração e comunicação, visualizáveis no sítio eletrônico da UFPI (<https://www.sigadmin.ufpi.br/admin/login.jsf>).

Como instituição de Ensino Superior integrante do sistema federal de Ensino Superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da UFPI, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que esse órgão já constatou o crescimento expressivo do trabalho desenvolvido na IES, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais do dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

Em novembro de 2022, a UFPI completará 54 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2014 da 69ª posição nacional para a 45ª, segundo o Ranking Universitário Folha (UFPI, 2014). Acerca do resultado do Índice Geral de Cursos (IGC), a UFPI apresentou resultados crescentes no último quinquênio. Ao longo de sua existência, a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

É nesse contexto que a UFPI aderiu ao Parfor, renovando o compromisso com o desenvolvimento da sociedade piauiense por meio da garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica. Aderindo ao Programa, a UFPI reafirma seu compromisso com a educação do estado do Piauí comprometendo, também, com a revisão e avaliação dos seus cursos de licenciatura e com a aproximação de seus currículos das demandas concretas da Educação Básica.

### **Breve histórico do curso de Educação Física**



O Curso de Educação Física da UFPI funciona no campus sede (Teresina) e foi criado em 1975 como Licenciatura Curta vinculado ao Departamento de Medicina Comunitária do CCS, sendo autorizado a funcionar como Licenciatura Plena em 1977, com a implantação do Departamento de Educação Física por meio da Resolução N.º 101/77-CEPEX. Em meados de 2006 o curso passou por uma reformulação curricular, deixando de ser licenciatura Plena e passando a ser somente Licenciatura em Educação Física, seguindo a resolução n.º 7/2004 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior (CNE/CES), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

Em 2018, o curso passou por mais uma importante reformulação curricular, que foi alavancada pelas decisões decorrentes dos debates realizados durante o Fórum das Licenciaturas da UFPI (FORLIC); pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no ano de 2017; pelo parecer do CNE/CES 492/2001 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Educação Física e outros cursos; pela Resolução CNE/CP n.º 02/2015, que definiu as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior; pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), instituído pela Lei n.º 13.005/2014; pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância (INEP, 2015); pela Resolução 177/2012 do CEPEX de 05.11.2012, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí; pela Resolução n.º 220/2016 do CEPEX, que definiu as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para a Educação Básica na UFPI e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019.

Apesar da recente reformulação, o PPC da licenciatura em Educação Física ainda não atendia a Resolução CNE/CES n.º7/2018 que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira. Ao final do ano 2018 foi estabelecida a Resolução CNE/CES n.º6 que institui as atuais DCN para os cursos de Educação Física. Com base nestas duas Resoluções, fez-se necessária nova adequação do Curso de Educação Física da UFPI. As reformulações e ajustes curriculares ocorridos ao longo da existência deste curso constitui um meio para adequar sua proposta pedagógica à formação de profissionais aptos a atuarem como docentes em uma sociedade cada vez mais dinâmica.

## **2. CONCEPÇÃO DO CURSO**

### **2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso**

Sendo a Educação Física a área de conhecimento e intervenção profissional cujo objeto de estudo e de aplicação consiste na motricidade ou movimento humano e na cultura do movimento corporal, o curso de Educação Física da UFPI destina-se à formação de profissionais com ampla cultura geral e específica, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do



esporte, das lutas e da dança, com o objetivo de dar atendimento às necessidades sociais no campo da saúde, educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.

O currículo do Curso de Educação Física da UFPI está organizado com base nos oito princípios curriculares citados abaixo, referenciados na Resolução 220/16 do CEPEX. Na concepção do PPC da UFPI estão presentes elementos que evidenciam a condução do estudante no aprender, prevendo a formação de um profissional construtor do conhecimento, capaz de entender e buscar a formação continuada; com habilidade para empreender a partir de vivências que a educação superior proporciona; apto a atuar em equipes multidisciplinares indispensáveis para interferir no desenvolvimento de uma região; com o entendimento da necessidade das experiências, dos contatos com estudantes, professores e profissionais de outras regiões do país e do mundo. Os seguintes princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública, são:

- a) **Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana**, levando em consideração os pressupostos axiológicos-éticos, a dimensão sócio-política a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional;
- b) **Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente**, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação;
- c) **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, considerando-se que só se adquire competência científica se cada curso de graduação conseguir trabalhar no sentido de que os alunos consolidem conhecimentos a partir de fundamentos que sustentam a parte científica pertinente a cada área do conhecimento. É na base destes fundamentos que se pode construir o “aprender a aprender”, condição essencial para o exercício profissional.
- d) **Interdisciplinaridade e multireferencialidade**, a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, ela deve ser compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. No curso de Educação Física a interdisciplinaridade será realizada por meio das unidades temáticas destacadas na BNCC (2019). O quadro 1 mostra a relação dessas unidades e as disciplinas do curso.

A diversidade de componentes curriculares assume então a característica de viabilizar não apenas o projeto pedagógico específico do curso, mas também sua dimensão ética, valor fundamental na construção da autonomia do aluno capaz de saber pensar de modo sistemático e flexível; ela implica, em rever, quando da construção do Projeto Pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares. A multireferencialidade, também, pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico.

**Quadro 1.** Interdisciplinaridade e sua relação com as disciplinas do curso e unidades temáticas baseadas na BNCC.

UNIDADES TEMÁTICAS	DISCIPLINAS DO CURSO
Brincadeiras e Jogos	Recreação e lazer
Esportes	Introdução ao esporte individual I (atletismo) Introdução ao esporte coletivo I (futebol e futsal) Introdução ao esporte coletivo II (vôlei: quadra e areia) Introdução ao esporte individual II (natação) Introdução ao esporte individual III (lutas) Introdução ao esporte coletivo III (basquete) Introdução ao esporte coletivo IV (handebol) Esportes coletivos na escola (futebol, futsal, basquete, vôlei e handebol) Esportes individuais na escola (atletismo, lutas e natação) Esportes de raquete
Ginásticas	Introdução às ginásticas Dança e ginástica na escola
Danças	Dança Dança e ginástica na escola.
Lutas	Introdução ao esporte individual III (lutas)
Práticas corporais de aventura	Higiene, saúde e meio ambiente Motricidade humana Esportes de aventura

- e) **Uso de tecnologias de comunicação e informação**, objetiva a comunicação entre as tecnologias inteligentes e a construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior. As mediações e as proposições hipertextuais emergentes de ensino/aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), assim como, sua dinâmica de acompanhamento, sistematização e avaliação são, também, pertinentes a este eixo;
- f) **Avaliação**, neste item incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. Assim como, a tomada de decisão planejada e alinhada com as mudanças que afetam a formação profissional. Cabem os relatos de atividades que compreendam a avaliação como um valor, um dispositivo formativo;
- g) **Articulação entre teoria e prática**, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da construção desse conhecimento. Sabe-se que, toda e qualquer prática implica uma ação reflexiva, uma atividade de atuação consciente em que se delimitam planos de ação visando a determinados resultados.

Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a construção de conhecimentos, um exercício por meio do qual o aluno poderá teorizar e analisar o objeto de estudo sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos. É necessário superar a concepção de que a prática se limita ao estágio, que se restringe ao espaço das práticas profissionais previstas para uma determinada área. Para tal, o Plano de Curso de cada disciplina deve adotar o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade a fim de que o educando alcance uma autonomia intelectual. Assim, a formação acadêmica, em sentido lato, deve se preocupar com o desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania.

- h) **Flexibilização curricular**, a partir da realidade da UFPI, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

A flexibilização curricular não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas e nem se reduz ao aumento ou redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, nem tampouco se limita à inclusão de atividades complementares; ela se estende e se insere em toda a estruturação curricular,

permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Ela exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do PPC, que deverá prever o apoio às iniciativas que promovam a interface entre as diversas áreas do conhecimento, buscando aproximar experiências e sujeitos oriundos dos diversos espaços intra e interinstitucionais.

A flexibilização curricular pressupõe, sobretudo, a revisão criteriosa da necessidade ou não de pré-requisitos em cada estruturação curricular, considerando a possibilidade de o aluno organizar o seu currículo com maior autonomia, de o aluno buscar a própria direção de seu processo formativo. Essa flexibilização poderá ser operacionalizada em diferentes níveis, por meio do (a):

- Arejamento do currículo
- Respeito à individualidade no percurso de formação
- Incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação
- Adoção de formas diferenciadas de organização curricular
- Flexibilização das ações didático-pedagógicas
- Programa de mobilidade ou intercâmbio estudantil

## 2.2 Objetivos do curso

O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Ante esse propósito, o curso de Educação Física da UFPI ofertado pelo Programa tem como objetivo geral formar o professor em exercício na rede pública de Educação Básica, comprometido com as questões educacionais locais, regionais e nacionais e com a realidade social de modo crítico e transformador. A partir desse objetivo central são definidos os seguintes objetivos específicos:

- Promover o acesso dos professores de Educação Física das redes públicas de ensino que atuam no Ensino Fundamental ao Ensino Superior, gratuito e de qualidade, em consonância com a legislação vigente;
- Oferecer sólida formação teórica e interdisciplinar aos professores da rede pública de Educação Básica para atender às especificidades do exercício de suas atividades, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

- Contribuir para ampliar a visão e a atuação dos professores multidisciplinares de Educação Física, por meio do domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações;
- Elevar o nível de conhecimento e de competência profissional dos docentes em exercício na Educação Básica pública, com vista à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos das redes estaduais e municipais;
- Assegurar ao professor cursista o desenvolvimento das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes da escola básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral;
- Valorizar o magistério através do resgate da profissionalização da função docente e da melhoria da qualidade do ensino.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

### **2.3 Perfil do egresso**

O professor é aqui concebido como um profissional que reflete criticamente sobre a prática cotidiana, visando compreender as características do processo de ensino e de aprendizagem e do contexto sócio-histórico no qual o trabalho ocorre, de modo que a compreensão crítica dos problemas educacionais em sua totalidade favoreça a autonomia e emancipação dos atores que participam do processo educativo (PÉREZ-GÓMEZ, 1998).

O licenciado em Educação Física pela UFPI terá formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética que o qualifique para intervenção profissional pautada pelo rigor científico, pela reflexão filosófica e pela conduta ética no magistério. O Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI formará professores para atuar na docência da Educação Básica e da Educação Profissional. Com isso observa-se que o perfil do licenciado será designado pela área de atuação, bem pelo conteúdo de ensino e pela docência nos vários campos dos saberes em Educação Física. Em conformidade com o PDI (2015-2019) destacam-se alguns tópicos relevantes quanto ao perfil do egresso da UFPI. Assim, espera-se que ele tenha a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional;



- b) possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são conferidas por meio de legislação específica em consonância com sua área de atuação;
- d) despertar para atitudes inovadoras e criativas;
- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir o conhecimento;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar em busca de uma educação inclusiva;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

O campo de atuação do professor de Educação Física no âmbito escolar será caracterizado pela análise, ensino e aplicação do conjunto de conhecimentos sobre o movimento humano intencional e consciente nas suas dimensões biológica, comportamental, sociocultural e corporeidade. Os conteúdos programáticos das disciplinas devem atentar para as características dos alunos em todas as suas dimensões (afetiva, cognitiva, corporal, social). A Educação Física Escolar contemporânea deve tratar, pedagogicamente, da reflexão e da prática de conhecimentos e habilidades dentro de uma área denominada de cultura corporal, que se sedimenta por meio de temas particularmente corporais como: jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas, brincadeiras populares e outros. A atuação do Professor de Educação Física no âmbito escolar deve contribuir também para a qualidade de vida dos escolares tendo em vista o aumento da prevalência de sérios problemas de saúde pública como a obesidade, diabetes, hipertensão, depressão etc.

#### **2.4 Competências e habilidades**

A noção de competência, comumente associada à perspectiva do professor reflexivo, foi amplamente difundida e apropriada por pesquisadores e pelos programas de formação inicial de



professores em serviço, muitas vezes de forma descontextualizada, sem um estudo mais consistente e uma análise crítica das suas origens, como adverte Contreras (2012).

O Licenciado em Educação Física deverá possuir competências técnico-científicas, ético-políticas e socioeducativas contextualizadas, que permita:

**Atenção à educação:** o trabalho dos professores de Educação Física no âmbito escolar deve estar norteado nos fins e objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos projetos pedagógicos de cada Instituição de Ensino, nas Políticas Públicas e Planos de cada Instituição. A formação dos licenciados para atuar com a disciplina Educação Física deverá seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

**Tomada de decisões:** o trabalho dos professores de Educação Física deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, de recursos humanos, de equipamentos, de materiais, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os profissionais devem possuir habilidades e conhecimentos atualizados para avaliar, sistematizar e decidir a conduta mais apropriada no seu campo de atuação.

**Comunicação:** Os professores de Educação Física devem ser acessíveis e devem tratar com ética a confidencialidade das informações a eles confiadas na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve as diferentes formas de linguagem, a comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de tecnologias e informação.

**Liderança:** Os professores de Educação Física deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade e do seu ambiente de trabalho. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz no seu campo de atuação.

**Planejamento, Supervisão e Gerenciamento:** Os professores de Educação Física devem estar aptos a fazer o gerenciamento, administração e orientação dos recursos humanos, das instalações, equipamentos e materiais técnicos, bem como de informação no seu campo de atuação. Além disso, devem estar aptos a fazer planejamento e supervisão a partir da identificação de necessidades, e serem gestores de programas de atividades físicas e desportivas, treinamento esportivo, bem como, elaborar calendários de competições, orientar a compra, manutenção de equipamentos e instalações de prática esportiva e outras ações necessárias no sentido de otimizar ou maximizar o seu uso e garantir boas condições de segurança e conforto aos usuários.

**Educação Continuada:** Os professores de Educação Física devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na área de formação quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais do campo da Educação Física devem aprender a aprender e ter responsabilidades e compromissos com a educação

e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais em serviços.

As habilidades a serem desenvolvidas no curso de licenciatura em Educação Física da UFPI consistem em:

- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus beneficiários quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- Desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação;
- Compreender a política de saúde, de educação e de esporte no contexto das políticas sociais;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza bio-psico-sócio-ambiental subjacentes à prática do Profissional de Educação Física e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática profissional e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnicos-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de saúde, educação e esporte;
- Ter visão do papel social do professor de Educação Física;
- Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- Responder às especificidades regionais de saúde, educação e esporte por meio de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção e prevenção da saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação como de comunicação;
- Gerenciar o processo de trabalho na Educação Física com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo, no âmbito escolar;
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- Respeitar e zelar pelos princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

- Reconhecer o papel social do Profissional de Educação Física para atuar em atividades de política e planejamento em saúde, educação e esporte.

O egresso do curso de licenciatura da UFPI apresentará sólida formação nas áreas de conhecimentos que formam a identidade do curso, capacitando-o para compreensão, análise, transmissão e aplicação dos conhecimentos da Atividade Física/ Motricidade Humana/ Movimento Humano com competências decorrentes das relações com a pesquisa e a prática social. Tal formação permitirá ao egresso desenvolver competências para atuar no universo do movimento humano envolvendo os exercícios físicos, a ginástica, o jogo, o esporte, a luta/arte marcial, a dança, visando enriquecimento cultural das pessoas para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. Além disso, estará capacitado para intervir em todas as dimensões de seu campo, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento da Educação Física e das práticas essenciais de sua produção e socialização e de competências técnico- instrumental a partir de uma atitude crítico-reflexiva.

O licenciado em Educação Física pela UFPI terá como responsabilidade disseminar e aplicar conhecimentos teóricos e práticos sobre a Motricidade Humana/ Atividade Física/ Movimento Humano, devendo analisar esses significados na relação dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente. Sua formação o permitirá dominar um conjunto de competências de natureza técnico-instrumental, humana e político-social, nas dimensões que privilegiam o saber, o saber aprender, o saber pensar, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, para atuar nos campos identificados com as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/ Movimento Humano/ Motricidade Humana considerando o contexto histórico-cultural, as características regionais e os diferentes interesses e necessidades identificados com o campo de atuação profissional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) e com base nos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC-Educação Básica, é requerido do licenciando o desenvolvimento de competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, as quais compõem a BNC-Formação. As competências gerais docentes estão descritas no Quadro 4 a seguir:

#### **Quadro 4 – Competências gerais docentes estabelecidas na BNC-Formação**

##### **Competências Gerais Docentes**



1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: Brasil (2019)

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente, a saber: I - Conhecimento Profissional; II - Prática Profissional; e III - Engajamento Profissional. O Quadro 5, a seguir, apresenta as competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação.

#### **Quadro 5 – Competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação**

<b>Competências Específicas</b>
---------------------------------

1. Conhecimento Profissional	2. Prática Profissional	3. Engajamento Profissional
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

Fonte: Brasil (2019)

As competências específicas de cada dimensão do processo formativo, por sua vez, se desdobram em ações que caracterizam as habilidades que são necessárias ao exercício da docência, conforme discriminadas nos Quadros 6, 7 e 8, apresentados a seguir:

#### Quadro 6– Competências específicas e habilidades da dimensão conhecimento profissional

##### 1. Conhecimento Profissional

Competências Específicas	Habilidades
<p>1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.</p>	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>
<p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.</p>	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>
<p>1.3 Reconhecer os contextos.</p>	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>

<p>1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.</p>	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais. 1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p>
---	--

Fonte: Brasil (2019)

### Quadro 7 – Competências específicas e habilidades da dimensão prática profissional

2. Prática Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
<p>2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.</p>	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático[1]pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p>
<p>2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.</p>	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>



<p>2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.</p>	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p>
<p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.</p>	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>

Fonte: Brasil (2019)

3. Engajamento Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>
3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>

<p>3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.  3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.  3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.  3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.  3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>
---	--

Fonte: Brasil (2019)

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência nos termos descritos supõe uma formação sólida, concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, que fortaleça sua base de conhecimentos, aperfeiçoe qualidades e habilidades e cresça na sua prática de sala de aula. Com base no pensamento de Flores (2014), ressaltamos que um componente importante que influencia diretamente o perfil do professor que se pretende formar diz respeito à maneira como os professores formadores são selecionados e ao modo como as práticas de formação dos formadores são enunciadas na proposta pedagógica do curso.

Esse aspecto da formação precisa ser considerado na elaboração do PPC porque quem protagoniza as práticas no contexto da formação inicial é o professor formador, o que implica, segundo Gatti *et al* (2019, p. 274), “considerar que o professor formador, suas concepções, representações e formas de atuação, assim como as condições em que realiza seu trabalho interferem nas práticas de formação inicial [...]”, e também no desenvolvimento profissional do professor em formação.

O professor formador é aqui concebido, conforme Giroux (1997e), como “autoridade emancipadora”, cujo dever é problematizar os pressupostos que sustentam os discursos e valores que legitimam as práticas sociais, dentre elas a prática acadêmica, que se comprometem com um ensino pautado nos princípios de liberdade, igualdade e democracia, dirigido à formação de cidadãos críticos e ativos, capazes de atuarem na transformação da sociedade.

## 2.5 Perfil do corpo docente

A forma de selecionar e conceber o trabalho docente pode sinalizar possibilidades de atuação no âmbito da formação inicial. Nesse sentido, os professores formadores vinculados ao Parfor / UFPI são adequadamente selecionados através de processo seletivo simplificado, realizado semestralmente por meio de edital, priorizando-se os professores do quadro permanente da UFPI que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura, que possuam título de mestre

ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor.

O corpo docente do Departamento de Educação Física da UFPI é composto por 15 docentes efetivos, dos quais 13 encontram-se ativos, um docente à disposição da UFPB por decisão judicial e uma vaga destinada à contratação de mais um docente por meio de concurso público cujo edital encontra-se publicado e previsão de realização do certame ainda no primeiro semestre de 2020. Do grupo atual, 69% são doutores, 23% mestres e 8% especialistas.

**Quadro 2:** Docentes vinculados ao Departamento de Educação Física

<b>Docente / CPF</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime de trabalho</b>	<b>Disciplinas cujas expertises permitem ministrar</b>
Ahécio Kleber Araújo Brito 337517303-20	Doutor	DE	Biomecânica Esportes de aventura Estágio supervisionado obrigatório Higiene, saúde e meio ambiente TCC I, II e III
David Marcos Emérito de Araújo 130484493-53	Mestre	DE	Estágio supervisionado obrigatório Introdução ao esporte coletivo II (voleibol: quadra e areia) Esporte coletivo II (voleibol: quadra e areia) TCC I, II e III
Dionis de Castro Dutra Machado 027463857-67	Doutora	DE	Neurociência aplicada à Educação Física Patologia humana (optativa) Práticas integrativas e complementares (optativa) Primeiros socorros Psicologia do exercício físico e do esporte TCC I, II e III
Emídio Marques de Matos Neto 823013793-53	Doutor	DE	Atletismo Esporte coletivo IV (handebol) Estágio supervisionado obrigatório Introdução ao esporte individual I (atletismo) Introdução ao esporte coletivo IV (handebol) Esportes individuais na escola (atletismo, lutas e natação)

			Modalidades esportivas alternativas e radicais TCC I, II e III
Eugênio Rebouças de Castro Fortes 227630743-91	Especialista	DE	Estágio supervisionado obrigatório Ginástica de academia Introdução ao esporte individual III (lutas) TCC I, II e III
Fabício Eduardo Rossi 357448378-33	Doutor	DE	Análise e interpretação de dados em EF Esportes aquáticos Introdução ao esporte individual II (natação) Nutrição aplicada ao exercício físico Prescrição de treinamento resistido TCC I, II e III
Janete de Páscoa Rodrigues 286821573-49	Doutora	DE	Análise e interpretação de dados em EF Estágio supervisionado obrigatório Introdução às ginásticas Dança Dança e ginástica na escola TCC I, II e III
José Carlos Pereira Soares 560566647-91	Mestre	DE	Estágio supervisionado obrigatório Esportes coletivos na escola (futsal, futebol, basquetebol, voleibol e handebol) Recreação e lazer TCC I, II e III
Mara Jordana Magalhães Costa 024256403-80	Doutora	DE	Antropologia e sociologia da EF Desenvolvimento humano e aprendizagem motora Motricidade humana EF adaptada Saúde coletiva TCC I, II e III
Moisés Tolentino Bento da Silva 837322843-87	Doutor	DE	Esporte coletivo III (basquetebol) Estágio supervisionado obrigatório Introdução ao esporte coletivo III (basquetebol) Prescrição de exercícios para grupos especiais



			Farmacologia nos esportes (optativa) TCC I, II e III
Raul Alves Feitosa 036224523-15	Mestre	DE	Esporte coletivo I (futebol e futsal) Estágio supervisionado obrigatório Introdução ao esporte coletivo I (futebol e futsal) Esportes coletivos na escola (futsal, futebol, basquetebol, voleibol e handebol) TCC I, II e III
Sérgio Luiz Galan Ribeiro 928297328-04	Doutor	DE	Empreendedorismo e marketing pessoal Estágio supervisionado obrigatório Esportes de raquete Esportes de raquete Gestão e organização de eventos em EF TCC I, II e III
Vânia Silva Macedo Orsano 396140183-72	Doutora	DE	Cineantropometria Estágio supervisionado obrigatório Programa de exercícios físicos para idosos Programa de exercícios físicos na infância e adolescência Treinamento desportivo TCC I, II e III

DE: Dedicção exclusiva

### 3. PROPOSTA CURRICULAR

#### 3.1 Estrutura e organização curricular

A carga horária será de 1625 horas nos primeiras quatro períodos do curso, distribuídas em disciplinas obrigatórias, optativas, atividades complementares e atividades curriculares de extensão. Nesta etapa são desenvolvidos os conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano; além do conhecimento das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais do movimento humano. Igualmente contempla conhecimentos instrumentais e tecnológicos relacionados à Educação Física e conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção promovida pelo profissional de Educação Física.

A partir do quinto período será ofertado conteúdos específicos da licenciatura em Educação Física, dispondo 1760 horas que contemplam disciplinas obrigatórias e optativas; atividades de estágio curricular na área específica; TCC; atividades complementares; e atividades curriculares de extensão. Na etapa específica da licenciatura em Educação Física devem ser desenvolvidos os conteúdos referentes às normas para formação de profissionais do magistério da educação básica; à diversidade e complexidade da educação brasileira frente aos níveis, modalidades e contextos socioculturais apresentados; ao conceito de docência como ação educativa; além de permitir a apropriação de valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos inerentes à formação.

A seguir é apresentada a matriz curricular do curso.

### 1º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
Departamento de Morfologia	Disciplina		Anatomia geral	60 h	2.2.0	-
DEF	Disciplina		Desenvolvimento e aprendizagem motora	60 h	2.2.0	-
DEF	Disciplina		Antropologia e sociologia da EF	60 h	4.0.0	-
DEFE	Disciplina	DFIL/CCHL010	Introdução à metodologia científica	60 h	2.2.0	-
DEF	Disciplina		Introdução às ginásticas	45 h	2.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte individual I (atletismo)	45 h	2.1.0	-
DEF	Disciplina		Recreação e lazer	45 h	2.1.0	-
DEF	Disciplina	DEF0027	Seminário de introdução ao Curso	15 h	1.0.0	-
			Atividades Curriculares de Extensão I	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>435 h</b>	<b>29</b>	<b>-</b>

## 2º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
Departamento de Morfologia	Disciplina		Anatomia do sistema locomotor	60 h	2.2.0	Anatomia geral
DEF	Disciplina		Motricidade humana	30 h	1.1.0	Desenvolvimento e aprendizagem motora
Departamento de Bioquímica e Farmacologia	Disciplina		Bioquímica para EF	60 h	2.2.0	Anatomia geral
DEF	Disciplina		Higiene, saúde e meio ambiente	45 h	2.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte coletivo I (futebol, futsal)	45 h	2.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte coletivo II (vôlei: areia e quadra)	30 h	1.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte individual II (natação)	30 h	1.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte individual III (lutas)	30 h	1.1.0	-
			Atividades Curriculares de Extensão II	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>375</b>	<b>25</b>	<b>-</b>

## 3º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
DEF	Disciplina		Cineantropometria	60 h	2.2.0	Anatomia do sistema locomotor
DEF	Disciplina		EF adaptada	45 h	2.1.0	-
Departamento de Biofísica e Fisiologia	Disciplina		Fisiologia humana	75 h	3.2.0	Anatomia geral Bioquímica para EF
DEF	Disciplina		Fundamentos históricos e ética da Educação Física	30 h	2.0.0	-
DEF	Disciplina		Gestão e organização de eventos em EF	45 h	2.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte coletivo III (basquete)	30 h	1.1.0	-
DEF	Disciplina		Introdução ao esporte coletivo IV (handebol)	30 h	1.1.0	-
DEF	Disciplina		Psicologia do EF e do esporte	45 h	2.1.0	-
			Atividades Curriculares de Extensão III	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>405 h</b>	<b>27</b>	<b>-</b>

## 4º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
DEF	Disciplina		Biomecânica	60 h	2.2.0	Anatomia do sistema locomotor
DEF	Disciplina		Dança	45 h	2.1.0	-
CCHL	Disciplina	LIBRAS010	LIBRAS	60 h	3.1.0	-
DEF	Disciplina		Treinamento desportivo	60 h	2.2.0	Fisiologia humana
DEF	Disciplina		Primeiros socorros em EF	60 h	2.2.0	Fisiologia humana
CCN / DEF	Disciplina		Optativa I	30 h	2.0.0	-

			Atividades Curriculares de Extensão IV	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>360</b>	<b>24</b>	<b>-</b>

### 5º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
DEF	Disciplina		Dança e ginástica na escola	45 h	2.1.0	Introdução as ginásticas
DEF	Disciplina		Esportes coletivos na escola (futsal, futebol, basquete, vôlei e handebol)	60 h	2.2.0	Introdução ao esporte coletivo I, II, III e IV
DMTE	Atividade		Estágio supervisionado obrigatório I	165 h	0.11.0	-
DEFE	Disciplina	DEFE/CCE052	Filosofia da Educação	60 h	4.0.0	-
DEFE	Disciplina	DEFE/CCE055	Legislação e Organização da Educação Básica	60 h	4.0.0	-
DEFE	Disciplina	DEFE/CCE056	Sociologia da Educação	60 h	4.0.0	
			Atividades Curriculares de Extensão V	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>495 h</b>	<b>33</b>	<b>-</b>



## 6º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
DMTE	Atividade		Estágio supervisionado obrigatório II	180 h	0.12.0	Estágio I
DEF	Disciplina		Esportes de Raquete	30 h	1.1.0	-
DEF	Disciplina		Esportes individuais na escola (atletismo, lutas e natação)	30 h	1.1.0	Introdução ao esporte individual I, II e III
DEF/DMTE	Disciplina		Optativa II	30 h	2.0.0	-
DEFE	Disciplina	DEFE/CCE053	Psicologia da Educação	60 h	4.0.0	Filosofia da Educação
DEF	Atividade		TCC I	45 h	1.2.0	-
			Atividades Curriculares de Extensão VI	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>420 h</b>	<b>28</b>	<b>-</b>

## 7º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
DEF	Disciplina		Análise e interpretação de dados em Ed Física	30 h	1.1.0	-
DMTE	Disciplina	DMTE/CCE048	Didática geral	60 h	4.0.0	Psicologia da Educação
DEF	Disciplina		Esportes de aventura	30 h	1.1.0	-
DMTE	Atividade		Estágio supervisionado obrigatório III	165 h	0.11.0	Estágio II
DMTE	Disciplina		Neurociência aplicada à EF	30 h	2.0.0	-
DEF	Atividade		TCC II	45 h	1.2.0	TCC I
			Atividades Curriculares de Extensão VII	45h	0.0.3	

<b>TOTAL</b>	<b>405 h</b>	<b>27</b>	<b>-</b>
--------------	--------------	-----------	----------

### 8º NÍVEL

COMPONENTES CURRICULARES						
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (DISCIPLINA OU ATIVIDADE)	CÓDIGO	NOME	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO	REQUISITO
DMTE	Disciplina	DMTE/CCE049	Avaliação da aprendizagem	60 h	4.0.0	Didática geral
DMTE	Atividade		Estágio supervisionado obrigatório IV	180 h	0.12.0	Estágio III
DMTE	Disciplina	DMTE/CCE050	Metodologia do ensino da Educação Física	60 h	2.2.0	Didática geral
DEF/DMTE	Disciplina		Optativa III	30 h	2.0.0	-
DEF	Atividade		TCC III	15 h	0.1.0	TCC II
			Atividades Curriculares de Extensão VIII	45h	0.0.3	
<b>TOTAL</b>				<b>390 h</b>	<b>26</b>	<b>-</b>

**Quadro 3:** Distribuição dos componentes curriculares.

GRUPO I	
Componente curricular	CH
Antropologia e sociologia da EF	60 h
Atividades de extensão	170 h
Avaliação da aprendizagem	60 h
Didática geral	60 h
Filosofia da Educação	60 h
Introdução à metodologia científica	60 h
Legislação e Organização da Educação Básica	60 h
Libras	60 h
Metodologia do ensino da Educação Física	60 h
Neurociência aplicada à Educação Física	30 h
Optativa III	30 h
Psicologia da educação	60 h
Sociologia da Educação	60 h
<b>Total = 830 h</b>	
GRUPO II	
Componente curricular	CH
Análise e interpretação de dados em Ed Física	30 h
Anatomia do sistema locomotor	60 h
Anatomia geral	60 h
Atividades de extensão	170 h
Biomecânica	60 h
Bioquímica para EF	60 h
Cineantropometria	60 h
Dança	45 h



Dança e ginástica na escola	45 h
Desenvolvimento e aprendizagem motora	30 h
Educação Física adaptada	45 h
Esportes coletivos na escola (futsal, futebol, basquete, vôlei e handebol)	60 h
Esportes de aventura	30 h
Esportes de Raquete	30 h
Esportes individuais na escola (atletismo, lutas e natação)	30 h
Fisiologia humana	75 h
Fundamentos históricos e ética da Educação Física	60 h
Gestão e organização de eventos em Educação Física	45 h
Higiene, saúde e meio ambiente	45 h
Introdução ao esporte coletivo I (futebol, futsal)	45 h
Introdução ao esporte coletivo II (vôlei: areia e quadra)	30 h
Introdução ao esporte coletivo III (basquete)	30 h
Introdução ao esporte coletivo IV (handebol)	30 h
Introdução ao esporte individual I (atletismo)	45 h
Introdução ao esporte individual II (natação)	30 h
Introdução ao esporte individual III (lutas)	30 h
Introdução às ginásticas	45 h
Motricidade humana	30 h
Optativa I	30 h
Optativa II	30 h
Primeiros socorros em EF	60 h
Psicologia do Exercício Físico e do esporte	45 h
Recreação e lazer	45 h
Treinamento desportivo	60 h
	<b>Total = 1625 h</b>
<b>GRUPO III</b>	
<b>Componente curricular</b>	<b>CH</b>
Estágio supervisionado I	165 h
Estágio supervisionado II	180 h
Estágio supervisionado III	165 h
Estágio supervisionado IV	180 h
Seminário de introdução ao Curso	15 h
TCC I	45 h
TCC II	45 h
TCC III	15 h
	<b>Total = 810 h</b>

**Quadro 4:** Disciplinas optativas previstas para o curso.

Disciplinas Optativas						
	Disciplina	Código	Unidade responsável	Carga horária	Créditos	Requisito
Optativas vinculadas ao 4º nível	<b>Algoritmos e programação</b>		CCN	30 h	1.1.0	----
	<b>Felicidade</b>		DEF	30 h	2.0.0	----
	<b>Introdução à computação</b>		CCN	30 h	1.1.0	----
	<b>Inglês</b>		CCHL	30 h	2.0.0	----
	<b>Mídia e esportes</b>		DEF	30 h	2.0.0	----

	<b>Português e técnicas de redação</b>		CCHL	30 h	2.0.0	----
	<b>Relações étnico-raciais, gênero e diversidade</b>		CCHL	30 h	2.0.0	----
Optativas vinculadas ao 7º e 8º Nível	<b>Educação física escolar e promoção da saúde</b>		DMTE	30 h	2.0.0	----
	<b>Educação física escolar somática</b>		DMTE	30 h	2.0.0	----
	<b>Educação física na EJA</b>		DMTE	30 h	2.0.0	----
	<b>Empreendedorismo e marketing pessoal</b>		DEF	30 h	1.1.0	----
	<b>Ginástica artística</b>		DEF	30 h	1.1.0	----
	<b>Nutrição aplicada ao exercício físico</b>		DEF	30 h	1.1.0	Bioquímica para EF
	<b>Patologia humana</b>		DEF	30 h	2.0.0	Fisiologia humana
	<b>Práticas integrativas e complementares</b>		DEF	30 h	2.0.0	----
	<b>Saúde coletiva</b>		DEF	30 h	2.0.0	----
	<b>Sociopoética e Educação física</b>		DMTE	30 h	2.0.0	----

**Quadro 5:** Disciplinas que compõem a Prática como Componente Curricular (PCC) na licenciatura

<b>Disciplinas</b>	<b>Período</b>	<b>Carga horária prática (PCC)</b>
Anatomia geral	1º	30 h
Desenvolvimento e aprendizagem motora	1º	30 h
Introdução à metodologia científica	1º	30 h
Introdução às ginásticas	1º	15 h
Introdução ao esporte individual I (atletismo)	1º	15 h
Introdução recreação e lazer	1º	15 h
Anatomia do sistema locomotor	2º	30 h
Motricidade humana	2º	15 h
Bioquímica para EF	2º	30 h
Higiene, saúde e meio ambiente	2º	15 h
Introdução ao esporte coletivo I (futebol, futsal)	2º	15 h
Introdução ao esporte coletivo II (voleibol: areia e quadra)	2º	15 h
Introdução ao esporte individual II (natação)	2º	15 h
Introdução ao esporte individual III (lutas)	2º	15 h
Cineantropometria	3º	30 h
Educação Física Adaptada	3º	15 h
Fisiologia humana	3º	30 h
Gestão e organização de eventos em EF	3º	15 h
Introdução ao esporte coletivo III (basquetebol)	3º	15 h
Introdução ao esporte coletivo IV (handebol)	3º	15 h
Psicologia do exercício físico e do esporte	3º	15 h
Biomecânica	4º	30 h
Dança	4º	15 h

LIBRAS	4º	60 h
Treinamento desportivo	4º	15 h
Primeiros socorros	4º	30 h
Dança e ginástica na escola	5º	15 h
Esportes coletivos na escola (futsal, futebol, basquete, vôlei e handebol)	5º	15 h
Estágio supervisionado obrigatório I	5º	165 h
Didática geral	6º	30 h
Estágio supervisionado obrigatório II	6º	180 h
Metodologia do Ensino da Educação Física	6º	30 h
Esportes individuais na escola (atletismo, lutas e natação)	6º	15 h
TCC I	6º	30 h
Análise e interpretação de dados em Ed Física	7º	15 h
Esportes de aventura	7º	15 h
Esportes de raquete	7º	15 h
Estágio supervisionado obrigatório III	7º	165 h
TCC II	7º	30 h
Estágio supervisionado obrigatório IV	8º	180 h
Avaliação da aprendizagem	8º	15 h
TCC III	8º	15 h

### 3.2 Fluxograma

O anexo I fornece uma representação gráfica que facilita a compreensão da estrutura curricular do curso em Licenciatura em Educação Física.

#### Prática como componente curricular

### 3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão

#### Estágio curricular supervisionado obrigatório

O estágio curricular supervisionado obrigatório contempla o conjunto de atividades práticas realizadas ao longo do curso e deve ser ofertado de forma articulada com as políticas e as atividades de extensão da instituição. A Resolução CNE/CES nº6/2018, estabelece que o Estágio Supervisionado para a formação em Licenciatura em Educação Física, deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física, viabilizando aprendizado em ambiente de prática real, e deverá considerar as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola e às políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.

A carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI dispõe de 690 horas, o que representa 20,38% da carga horária total do curso. Esta carga horária está de acordo com o determinado pela Resolução CNE/CES nº6/2018, que estabelece

as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física. Igualmente atende as orientações contidas nas Resoluções CEPEX-UFPI 177/12 e CEPEX-UFPI 220/16 que estipulam o mínimo de 400 horas para os estágios curriculares obrigatórios nos cursos de Licenciatura. Do mesmo modo, atende à Resolução CNE/CP nº 2/2019, que prevê 400 horas em situação real de trabalho na escola para estágio supervisionado, contemplando o grupo III da distribuição a qual a carga horária do curso de licenciatura deve ser distribuída.

Os estágios supervisionados nos cursos de Licenciatura seguem regulamento próprio (anexo IV) e em conformidade com o art.82 da Resolução CEPEX-UFPI 177/12, serão realizados, de preferência, em instituições conveniadas com esta IES, sendo o Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE), do Centro de Ciências da Educação (CCE), a unidade responsável para coordenar, supervisionar e avaliar os estágios supervisionados dos cursos de licenciatura (Art. 83). O estágio será acompanhado pelo docente durante a prática do estágio e contará com a participação do professor supervisor para auxiliar os discentes nas atividades e dificuldades encontradas durante o estágio curricular. Os discentes em atividades de estágio deverão ter seu desempenho e aproveitamento avaliado por metodologia própria que se encontra descrita a seguir:

**Quadro 7:** Critérios avaliativos para o estágio supervisionado obrigatório da Licenciatura

<b>CRITÉRIOS AVALIATIVOS – ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (LICENCIATURA)</b>	
<b>Preparação teórico-observacional</b>	<b>Vivência observacional educativa</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades individuais e em grupo;</li> <li>- Observação do desempenho e interesse do estudante em sala de aula e todos os trabalhos realizados durante a disciplina;</li> <li>- Instrumentos avaliativos: resumos, sínteses e resenhas; seminários, workshops, rodas de conversa, GD – grupos de discussão; mini testes; avaliações objetivas e subjetivas e criação de materiais pedagógicos;</li> <li>- Elaboração do Plano de Atividades de Estágio Observacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preenchimento de Ficha Cadastral para Termo de Compromisso;</li> <li>- Preenchimento e assinatura de Termo de Compromisso entre as partes;</li> <li>- Cumprimento da carga horária do estágio observacional;</li> <li>- Ficha de Frequência devidamente assinada pelo Professor Supervisor atestando a carga horária cumprida;</li> <li>- Preenchimento de Roteiro de Observação;</li> <li>- Construção de Relatório descritivo e analítico das atividades de estágio; e</li> <li>- Participação em atividade de culminância do estágio – decisão coletiva entre professor e alunos – portfólio, seminário, webnário, mostra cultural esportiva, exposição fotográfica ou de produtos pedagógicos, evento esportivo, aula de campo, teatralização, produção bibliográfica de cartilha, livro, e-book, manual, curso técnico, entre outras.</li> </ul>

O estágio terá início a partir do 5º período por meio do estágio I, com carga horária de 165 horas e cuja atuação contemplará a Educação Infantil e o Ensino fundamental Menor, considerando o que percurso prático será desenvolvido por meio da participação em atividades escolares de natureza observacional. O estágio II ocorrerá no 6º período com 180 horas, tem como pré-requisito o estágio I e consistirá na atuação no Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio. O estágio II contempla o planejamento e desenvolvimento de atividades observacionais, incluindo: observação da escola e da comunidade; coleta de dados institucionais e da comunidade; acompanhamento de atividades de ensino; análise da realidade escolar e do currículo. No 7º período ocorrerá o estágio III, tendo como pré-requisito o estágio II, apresentando carga horária de 165 h a serem efetivadas na Educação Infantil e o Ensino fundamental Menor, sendo o percurso prático desenvolvido por meio da realização de atividades de regência na escola campo. Por fim, tendo cumprido o estágio III como pré-requisito, no 8º período sucederá o estágio IV que corresponde às atividades de regência na escola campo, tendo 180 horas de carga horária no Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio.

A cada semestre, a atividade de estágio será constituída por dois percursos interdependentes e dialógicos: Teoria e Prática/Observação. Quanto ao aspecto teórico, o acadêmico deverá ser apresentado ao Estágio Supervisionado como campo de conhecimento que potencializa a construção de saberes de estudantes e professores, sendo orientado à análise e reflexão do cotidiano educacional com vistas à problematização das práticas pedagógicas circulantes em seu espaço/tempo, assim como de sua própria prática. Para a realização dos Estágios, o discente deverá conhecer a legislação educacional da Educação Física na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; além de reconhecer as atividades da cultura corporal de movimento indicadas em documentos oficiais orientadores e normatizadores da trajetória metodológica e curricular nestas etapas de escolarização, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Teorias educacionais relacionadas à educação física, o conceito e concepção de Escola, além de discussões sobre a identidade profissional do licenciado em educação física e a formação docente na área: seus conflitos, dilemas e perspectivas, também constituirão a disciplina. O percurso prático será desenvolvido por meio da participação em atividades escolares de natureza observacional. Constituir-se-á de observação da realidade escolar por meio de atividades de ensino (observação e participação do cotidiano escolar, construção de plano de estágio observacional e relatório das atividades de estágio), bem como análise crítica das mesmas, proporcionando experiência teórica e prática, orientadas e supervisionadas tanto pelo professor orientador de estágio como pelo supervisor de estágio da escola campo. Planejamento com reconhecimento da diferença, atinente às práticas inclusivas, sobremaneira a considerar alunos especiais, a diversidade étnico-racial, de gênero, infância e adolescência, em direção à formação de um Professor Experiencial-Colaborativo-Reflexivo.

O Estágio Supervisionado é uma possibilidade de formação contínua para professores formadores e em formação, pois é campo de conhecimento e espaço de formação, ainda, possível de pesquisa. Neste contexto, é intento deste momento formativo a aproximação da realidade em que o aluno atuará, em uma perspectiva de epistemologia da prática em Educação Física. Integrado em momentos de natureza teórica e prática (observação, planejamento, avaliação e socialização), o componente curricular é orientado para a discussão e aprofundamento analítico e crítico de temáticas abordadas a cada semestre de Estágio Supervisionado Obrigatório, notadamente sobre o estágio e a construção da identidade docente do licenciado em Educação Física, o planejamento e a avaliação do estágio e a formação inicial e contínua de professores. Temas relacionados ao planejamento, ao desenvolvimento metodológico das aulas e à avaliação da aprendizagem, protagonizam o núcleo temático da disciplina. O percurso da disciplina será constituído de atividades que envolvam: Planejamento e desenvolvimento de atividades observacionais: observação da escola e da comunidade; coleta de dados institucionais e da comunidade; acompanhamento de atividades de ensino; análise da realidade escolar e do currículo; Elaboração e desenvolvimento de projeto de estágio observacionais em turmas de Educação Física; e Relatório técnico-científico de estágio: Elaboração de documento e socialização das experiências de estágio.

Como o cursista do Parfor já exerce a docência, a prática pedagógica permeia todo o processo de formação, a integralização desse componente no currículo do curso ocorrerá sob a forma de aproveitamento de experiências profissionais, por meio de ações que enfoquem planejamento, regência e a avaliação de aula, desenvolvimento de projetos escolares, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas sobre o processo de ensino e minicurso com as famílias dos estudantes e a comunidade, possibilitando ao professor cursista oportunidade de aprofundar a compreensão da sua prática, refletir sobre ela e tomar novas decisões.

A expectativa é que os professores cursistas possam alternar momentos de reflexão, análise e problematização da prática (tempo universidade) com momentos de planejamento e sistematização de estratégias de enfrentamento dos problemas que emergem do contexto escolar passíveis de intervenção pedagógica (tempo escola). Para isso, o professor formador deve promover encontros incluindo os demais profissionais das escolas envolvidas no estágio com o objetivo de discutir as problemáticas trazidas pelos cursistas para, colaborativamente, (re)definir as estratégias de ação.

No curso de Educação Física do Parfor/UFPI, o estágio será realizado sob a mentoria e acompanhamento efetivo do professor formador, que supervisionará um grupo de até 10 (dez) professores cursistas, nos termos da Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021. Vislumbramos que o projeto de estágio dialogue com o projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Atividades complementares



As atividades complementares de graduação, conforme o que estabelece a Resolução 177/12 - CEPEX/UFPI, constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação. Estas atividades devem ser desenvolvidas na área de Educação Física e/ou áreas afins, integralizadas ao longo do curso, contemplando carga horária mínima de 120 horas, das quais 60 horas durante a etapa comum do curso (do 1º ao 4º período) e as demais 60 horas ao longo da etapa específica do curso (do 5º até, preferencialmente, o 7º período). A carga horária correspondente às atividades complementares constituem critério indispensável para a obtenção do diploma de graduado.

Para o curso de Educação Física são propostas as seguintes atividades complementares, com respectivas cargas horárias:

**Tabela 1 - Categoria: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA**

**Carga horária máxima da categoria: 120 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em grupo de estudo/pesquisa.	O aluno deverá participar de atividades/projetos de ensino ou pesquisa, orientado por docente da UFPI.	120 h	120 h	Relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade competentes.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 2 - Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS**

**Carga horária máxima da categoria: 60 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação e Organização em evento científico	Participação e organização em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 h	30 h	Certificado de participação, organização ou declarações dos órgãos/unidade competentes.
	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, na área de Educação Física ou áreas afins.	10 h	30 h	Certificado de apresentação de trabalho ou declarações dos órgãos/unidade competentes, referentes a apresentação do trabalho científico.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 3 - Categoria: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Publicação de artigo completo em periódico.	Publicação de artigo completo em revista nacional ou internacional, como autor ou co-autor.	10 h	20 h	Cópia de artigos ou página de título do artigo publicado ou carta de aceite da revista.
	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico na área de Educação Física ou afins.	10 h	50 h	Cópia da capa dos anais do evento, bem como a página na qual conste o trabalho publicado.
	Aprovação em concurso	Aprovação em concurso para professor	20 h	20 h	Comprovante de aprovação ou nomeação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 4 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Estágios não obrigatórios de 50 a 100 horas	Estágio realizado na área da Educação Física	20 h	20 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios de 101 a 200 horas	Estágio realizado na área da Educação Física	30 h	30 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios com mais de 200 horas	Estágio realizado na área da Educação Física	40 h	40 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 5 - Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES**

**Carga horária máxima da categoria: 120 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em projetos	Participação em projetos sociais governamentais e não-governamentais, voltado a área de Educação Física, com duração mínima de 60 dias.	30 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Experiência Profissional	Atuação como docente acima de 6 meses	60 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 6 - Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO—CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre a área de Educação Física	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre/para a atuação pedagógica (área de Educação Física) na Educação Infantil e Anos Iniciais do Fundamental.	30 h	30 h	Apresentação dos trabalhos produzidos ou produtos.
	Organizador e/ou participante de eventos artístico-culturais ou esportivos	Organização e/ou participação em eventos artístico-culturais e em torneios, campeonatos, olimpíadas, organizadas pela UFPI ou outras instituições.	30 h	60 h	Atestados/certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 7 - Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Carga horária máxima da categoria: 90 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em Programas ou projetos de extensão	Participação em Programas ou projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo.	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. Se for grupo de estudo, este deve ser orientador por professor da UFPI ou outra IES.	10 h	30 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em eventos junto à comunidade.	Participação em apresentações, eventos, projeções comentadas de vídeos técnicos à	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação

		comunidade durante o período de integralização do curso.			
	Excursões científicas	Excursões científicas que estejam relacionadas com atividades de extensão.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Curso de extensão	Curso de extensão na área de Educação Física e/ou áreas afins	10 h	20 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em exposições e feiras.	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Educação Física.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

### Tabela 8 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO

Carga horária máxima da categoria: 40 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 40 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em atividades de gestão	Participação em atividades de gestão no âmbito da escola em que o cursista atua.	15 h	30 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou
	Participação em comissões de trabalho na universidade.	Participação nas diversas comissões de trabalho da UFPI ou outra IES	10 h	10 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

### Tabela 9 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS:

**Carga horária máxima da categoria: 10 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 10 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Visitas técnicas na área do curso	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	5 h	10 h	Relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

**Tabela 10 - Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**Carga horária máxima da categoria: 60 h**

**Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Disciplina eletiva	Disciplina de graduação cursada em outro curso desta instituição ou em outras instituições de educação superior	30 h	60 h	Histórico escolar, no qual conste a disciplina cursada.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Cabe ao Coordenador do Curso orientar o aluno na frequência e certificação dessas atividades, com recurso, em instância final, para o Colegiado do Curso. A cada semestre, a PREG divulga, por meio do calendário acadêmico, o período de cadastro (via SIGAA) das atividades complementares realizadas pelo estudante, bem como o período para que a coordenação do curso valide tais atividades para inclusão no histórico acadêmico. O cadastro via SIGAA é feito pelo discente, devendo o mesmo inserir arquivo digital que comprove a realização da atividade. No período determinado, a coordenação do curso validará as atividades, podendo solicitar o documento original de certificação da participação discente para conferência. É recomendável que o discente conclua a carga horária mínima exigida em até um semestre

antes da conclusão do curso para evitar possíveis contratempos no cadastro e validação das mesmas que possam repercutir sobre a integralização curricular, comprometendo a colação de grau em prazo previsto.

### Extensão

O processo de formação do profissional de Educação Física, nem sempre se mostra suficiente para proporcionar um processo de formação de fato, efetivo, qualificado e diferenciado. A universidade, como instituição social, não é uma realidade apartada, mas antes uma instituição que deve estar integrada à sociedade da qual faz parte. Assim sendo, o presente currículo busca, desde a sua concepção, um meio de interação social via extensão universitária. Por meio da extensão universitária, um momento extremamente importante se consolida como fazer acadêmico; ela permite que a Universidade vá até a comunidade, ou a receba em seus *campi*, disseminando o conhecimento de que é detentora. Por meio da extensão, a universidade socializa e democratiza o conhecimento, levando-o aos não universitários. A inserção da extensão universitária permite transformações na formação do acadêmico estabelecendo uma relação entre a universidade e outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas.

No curso de Educação Física da UFPI, a oferta sistemática de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) será efetivada por meio de projetos de extensão de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ou não, estar vinculado a um programa. Os projetos dos licenciados do curso de Educação Física promoverão, em conjunto, a vivência e a experiência docente responsável e comprometida. Serão ofertados nas áreas da Educação Física Escolar, na Recreação Infantil e no Esporte, fundamentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para os bacharéis, a extensão estará voltada à saúde e bem estar das pessoas, preservação e interação com meio ambiente, com o lazer, com o envelhecimento saudável, entre outros. Assim, as atividades desenvolvidas nos projetos buscarão oferecer aos estudantes uma gama de atividades que contemplem o desenvolvimento harmônico dos aspectos físicos/motores, cognitivos, afetivos e sociais, os quais servirão de eixo temático para as ações.

Os resultados encontrados trarão uma relevante contribuição por parte dos projetos de extensão no processo de formação acadêmica e na relação entre a teoria-prática, conhecimento da realidade do âmbito escolar, na sociedade no qual estiver inserido, e o retorno às produções de conhecimento científico para as ações na escola, na saúde, no esporte e no lazer. As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, estarão inseridas nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços, de acordo com

o artigo 8º da Resolução Nº 7 do CNE. Aos estudantes, será permitida a participação em quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. As atividades de extensão poderão ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

Este currículo seguirá as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, conforme a Resolução Nº 7 do CNE, de 18 de dezembro de 2018, a qual define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. A previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão, presencialmente e tipificadas no artigo 8º desta Resolução, as quais farão parte da matriz curricular dos cursos, e serão integralizadas como componentes curriculares obrigatórios respeitando as transferências internas de créditos e a interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

As ACE serão ofertadas a cada semestre, seguindo os eixos temáticos e o perfil de cada curso. Especificamente, no curso de Educação Física da UFPI, as ACE contemplam 360 horas, sendo 180 horas disponibilizadas para a etapa comum do curso e as demais 180 horas para a etapa específica (licenciatura). O cumprimento da carga horária das ACE constitui requisito para a integralização curricular e embasará o processo de escolha pela modalidade do curso a ser efetivada no quarto semestre do curso. O regulamento das ACE consta em anexo a este PPC e apresenta demais diretrizes e normativas para a realização destas atividades no curso de Educação Física.

#### Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência do Conselho Nacional de Educação e configura-se como um instrumento de iniciação científica. Constitui-se numa oportunidade privilegiada de desenvolvimento de um trabalho sistematizado e de natureza teórico-prática, por meio do planejamento da intervenção na prática, oportunizando ao aluno a investigação do funcionamento das organizações educativas e suas inter-relações com a comunidade.

O TCC é o espaço curricular destinado à realização de pesquisa e/ou publicação científica, representando a culminância da produção intelectual do aluno. Objetiva a consagração de um processo de maturidade intelectual e de autonomia do aluno em face do desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza teórico-investigativa sobre a educação e a docência (BRASIL, 2009). Constitui-se, assim, em

instrumento de articulação entre teoria e prática, oportunizando a aproximação do ambiente acadêmico com as práticas realizadas nos espaços escolares, favorecendo a reflexão e aperfeiçoamento profissional e humano do fazer pedagógico.

Desse modo, o TCC envolve pesquisa, aqui entendida como atividade que envolve produção de conhecimento novo, que preenche uma lacuna em determinada área do conhecimento, fazendo avançar a ciência e, por isso, tem relevância teórica e social (SEVERINO, 2002).

Na mesma direção, Marques (2002) ressalta que a pesquisa envolve diálogo com a comunidade científica e com a teoria, resultando numa interlocução de vozes, ou seja, numa conversa que amplia perspectivas e horizontes, reconstrói e reformula os saberes. De acordo com o autor, pesquisar é:

[...] produzir um texto de rica intertextualidade no qual se conjuguem, em uma intersubjetividade sempre ativa e provocante desde suas bases socioculturais, as muitas vozes de uma comunidade argumentativa especialmente convocada para o debate em torno de uma determinada temática; sejam as experiências do pesquisador, sejam os testemunhos de um campo empírico, sejam os testemunhos de respectivo campo teórico (p.229).

A pesquisa é fundamental para a formação profissional do indivíduo, haja vista que as transformações ocorridas ao longo dos últimos tempos afetaram radicalmente vários campos sociais, notadamente, a educação, o ensino, exigindo profissionais com conhecimento do método científico para responder adequadamente às novas imposições da sociedade.

Nessa perspectiva, o TCC em nível de graduação é de grande relevância porque permite o contato do graduando com a pesquisa, atividade essencial que fornece os fundamentos científicos necessários para a materialização da sua formação acadêmica, podendo servir, assim, como contributo para trabalhos futuros.

No âmbito da UFPI, o TCC, conforme definido no Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012), corresponde à produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso. Poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico (PPC), sob a orientação de um docente designado para esse fim.

O TCC objetiva a produção acadêmica que expresse as aprendizagens e habilidades desenvolvidas pelo cursista no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso. Em virtude da especificidade da clientela do Parfor (professores em exercício na Educação Básica), a produção do TCC deve ser orientada por um projeto investigativo que

busque respostas para questões subjacentes à prática docente, priorizando o planejamento e intervenção na prática docente, com vista à melhoria e atualização do ensino. Desse modo, a atividade de investigação também deverá ser, preferencialmente, realizada na própria escola e com as turmas que estiverem sob a responsabilidade do professor cursista, na sua área ou disciplina de atuação, nos termos das normativas do Programa.

Se queremos formar professores, na perspectiva da formação contínua e do desenvolvimento profissional, com condições de fazer análise de sua prática de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos da Educação Básica (PIMENTA; LIMA, 2012), é preciso lançar mão de metodologias que reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Reiteramos a importância da integração do TCC com os demais componentes curriculares e a interconexão particular com as experiências resultantes do estágio supervisionado. Por isso, também devem ser priorizadas as metodologias de pesquisa que lançam mão da elaboração de **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*), que autorrevelam os vínculos com a profissão e, por meio das quais o professor cursista pode se reapropriar de sua experiência docente, e a **metodologia de projetos** com ênfase em projetos didáticos para intervenção em problemas educacionais específicos, de natureza interdisciplinar voltados para a Educação Infantil e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental.

À vista disso, no curso de Educação Física da UFPI ofertado através do Parfor a produção acadêmica do TCC deverá ser comunicada, preferencialmente, por meio de *artigo científico, relato de experiência, memorial de formação, projeto didático* ou outro instrumento de comunicação definido pelo Colegiado de curso.

No curso de Educação Física do Parfor/UFPI, o TCC tem caráter obrigatório e totaliza 120 horas, distribuídas em dois componentes curriculares: TCC I (60 horas) e TCC II (60 horas). A matrícula em TCC I e TCC II será realizada no 7º e 8º semestres, respectivamente. A relação entre os dois componentes curriculares é de continuidade, articulada por duas importantes atividades: planejamento da pesquisa, culminando com a elaboração do projeto de pesquisa, no TCC I e realização da pesquisa, conforme cronograma de execução no TCC II, exigindo-se apresentação e defesa do trabalho ao final do curso. Por essa razão, a matrícula no TCC II está diretamente condicionada à aprovação no TCC I.

A apresentação do trabalho ocorrerá publicamente e será avaliada por uma banca formada pelo professor orientador vinculado ao curso e dois pareceristas escolhidos, preferencialmente, entre os professores formadores que contribuíram no processo formação do cursista do aluno. Em consonância

com o regulamento do Parfor, cada professor poderá orientar até 10 (dez) professores cursistas por semestre.

### 3.4 Metodologia

O processo pedagógico tem como eixo central a aprendizagem significativa que permita ao estudante adotar uma mudança de comportamento, em termos de conhecimento, habilidades, atitudes, valores e relacionamento interpessoal. Para tal, o processo educativo deve considerar as dimensões cooperativas e participativas, envolvendo os membros da comunidade acadêmica. A metodologia aspirada por meio da aprendizagem interdisciplinar respeita as ideologias e tendências pedagógicas manifestadas por cada docente, exigindo, dessa forma, o exercício da tolerância, do respeito e da ética por parte de todos os integrantes do Curso. A tentativa de romper com as perspectivas tradicionais de ensino, abraçando uma proposta metodológica que caminhe no sentido da construção democrática da cidadania converge para o objetivo de formação de profissionais qualificados comprometidos com a melhoria da qualidade da educação brasileira.

No início de cada sequência de atividades, os estudantes serão informados sobre os desempenhos e conteúdos mínimos, bem como critérios, instrumentos, formas e datas das avaliações. Para a garantia do *feedback* mútuo e maior objetividade possível, são registrados a evolução e o desenvolvimento gradual do estudante, com a finalidade de subsidiar o acompanhamento da sua aprendizagem o que possibilitará a interferência imediata no caso da identificação de defasagens. A avaliação será realizada de acordo com as normas editadas pelo Regimento vigente da IES (Resolução CEPEX nº177/12). Os procedimentos específicos e critérios de cada disciplina estarão sob responsabilidade do professor.

O Curso de Educação Física da UFPI promoverá esforços no sentido da construção de uma experiência interdisciplinar, partindo do pressuposto de que a análise fragmentada do conhecimento promovida pela tradicional perspectiva pluridisciplinar não é suficiente para responder às demandas atuais. A produção do conhecimento deve ser analisada a partir da integração dos diversos saberes inerentes a cada componente curricular atreladas às novas tecnologias. Neste sentido, os componentes curriculares serão desenvolvidos considerando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes essenciais ao bom desempenho no curso e para o futuro exercício profissional; a demanda social e as tecnologias e inovações no campo da pesquisa científica.

*Pedagogia da Alternância*



Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que esta se trata de uma proposta educacional que pensa a relação entre os espaços formativos e a realidade de atuação dos cursistas, como possibilidade de formação centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas e se adequa à nossa proposta na medida em que ressaltamos a necessidade de que os cursistas voltem ao seu lócus de atuação para a reflexão sobre sua prática.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiares Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo tomada como uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos cursistas a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas que aquelas de aluno-professor, já que se trata de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com um grande número de ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação a aqueles que atuam sem terem tido a oportunidade de cursar uma graduação, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.



Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse cursista, definindo-se as atividades intensivas que ocorrem no tempo-escola, as ações do tempo-comunidade e as atividades integradoras, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

#### **4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS**

##### **4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão**

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) supervisiona e coordena o ensino de graduação da UFPI. Em conjunto com as Coordenações de Curso, é responsável por relevantes aspectos da vida do aluno de graduação da UFPI: assuntos relacionados à matrícula institucional e curricular, monitoria, estágio, atividades complementares e diploma. Além das ações vinculadas à PREG, estão relacionados ao ensino de graduação outros quatro programas autônomos: o Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), as ações remanescentes do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO/LEDOC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / Residência Pedagógica (PIBID/RP).

Para nortear o alcance de suas atribuições em busca da excelência, a PREG implantou Sistema de Gestão Acadêmica–SIGAA permitindo que a tecnologia assumisse uma importante função no apoio pedagógico visando ao desenvolvimento do potencial humano. Esta ação vem sendo desenvolvida, apoiando o ensino de graduação, visando um ensino inovador, foco da UFPI, para os anos vindouros. Assim, é meta da UFPI promover a convergência do ensino presencial com o ensino à distância, incluindo 20% da carga horária dos cursos de graduação, desenvolvidos à distância via SIGAA. Outra política, implementada no ensino de graduação, foi a correção do fluxo curricular objetivando a redução da retenção e a elevação da taxa de sucesso.

As políticas de extensão universitária da UFPI consideram quatro pilares essenciais: 1- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2-interdisciplinaridade; 3- impacto social; e 4-relação dialógica com a sociedade. O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, este saber



retorna à universidade, testado e reelaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão, como via de interação entre universidade e sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

Quanto à formação do estudante, propõe-se uma relação com impacto técnico-científico e sociopessoal, fruto da existência de projeto didático-pedagógico com atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação e avaliação de docente-tutor, que facilite a flexibilização da formação e a integralização curricular, estabelecendo uma relação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar. Possibilita intensas trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além da integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional, que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo a tendência comum, nas universidades, de compartimentação do conhecimento da realidade.

Por meio da extensão, propõe-se uma relação entre universidade e outros setores da sociedade, que seja transformadora, um instrumento de mudança em busca de melhoria da qualidade de vida. Uma atuação voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada a movimentos sociais de superação de desigualdades, de exclusão e implementadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas. Igualmente é por meio da extensão que ocorre a troca entre os saberes sistematizado-acadêmico e o popular, que possibilita a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, propiciando a efetiva participação da comunidade na atuação da universidade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais.

A UFPI tem investido em pesquisa e inovação por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI) cuja missão institucional consiste em promover a construção do conhecimento por meio da pesquisa, potencializando o desenvolvimento humano, científico e tecnológico, de forma sustentável. A PROPESQI apresenta como diretrizes a ampliação e o fortalecimento as políticas/ações de apoio à pesquisa e inovação tecnológica; o acompanhamento, fiscalização e apoio às atividades de pesquisa que envolvem os projetos e os grupos de pesquisa da UFPI; a coordenação e execução dos programas PIBIC e PIBITI, e sua interação com as políticas acadêmicas da PROPESQI; o fortalecimento do programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV); e a intensificação de estratégias de incentivo à participação de pesquisadores nas chamadas públicas de órgãos de fomento à P, D & I.

Ressalta-se ainda outras ações da PRPG no sentido de estimular a pesquisa, a produção científica e a internacionalização do conhecimento para a formação de recursos humanos de alto nível de excelência. Destaque ao Edital 41/2018 - Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior - 2018/2019



(PDSE) da CAPES. Além da viabilização de oferta de vagas para professores visitantes, permitindo a solidificação de programas já existentes e estreitamento de laços com pesquisadores renomados de diversas IES do país.

Igualmente a disponibilização de edital para elaboração de propostas de Mestrado Interinstitucional (MINTER), de Doutorado Interinstitucional (DINTER) e de turma fora de sede, regulamentado pela Resolução nº 283/2018 CEPEX/UFPI, com finalidade de planejar a formação de novos mestres e doutores, em projetos interinstitucionais da UFPI, visando promover a capacitação de docentes fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa para atuação na docência e/ou na pesquisa; induzir o aumento da oferta de novos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu; subsidiar a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa; estimular a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa; possibilitar a criação e o fortalecimento, nas instituições atendidas, de linhas de pesquisas que respondam às necessidades regionais; e incentivar a capacitação de servidores das organizações públicas ou privadas para atuar no mercado de trabalho. Outra ação da PRPG para fortalecimento das ações consolidadas ou incipientes de colaboração internacional foi o Programa Institucional de Incentivo a Missões no Exterior (PROMISSÃO). O edital 010/2018 selecionou propostas buscando promover o avanço da inserção dos grupos de pesquisa da UFPI nos centros consolidados fora do País. Finalmente, salienta-se a atuação desta PRPG na elaboração da Resolução 042/2018 CEPX-UFPI que dispõe sobre carga horária docente e garante a redução de carga horária docente em sala de aula para dedicação às atividades de pesquisa, assegurando a distribuição de carga horária que possibilite o docente dedicar-se à Pós-Graduação, servindo de estímulo à produção científica e tecnológica de seu corpo docente.

A perspectiva da internacionalização na UFPI, advinda desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do Programa “Ciência sem Fronteira”, programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira. A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento. Para isso, algumas ações estão sendo viabilizadas, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL, a qual está aprovada, porém aguardando os recursos financeiros para sua construção; a instituição do programa de “auxílio à tradução de artigos científicos”, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de países mais desenvolvidos. De 2012 a 2016, 440 discentes e docentes da UFPI receberam bolsas do Programa Ciência



sem Fronteiras (430 de Graduação Sanduíche no Exterior, 3 de Doutorado Sanduíche no Exterior, 4 de Doutorado Pleno no Exterior e 3 de Pesquisador Visitante Especial). Outros programas importantes para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior igualmente contaram com a participação da UFPI: Erasmus Mundus, Santander Universidades, BRACOL (Brasil-Colômbia), PAEC (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação) e BRAMEX (Brasil-México).

#### **4.2 Apoio ao discente**

No âmbito da UFPI, a Resolução 049/19 regulamenta a política de Assistência Estudantil (AE), estabelecendo seus princípios e diretrizes. A referida resolução estabelece que a gestão da AE será exercida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), por meio da Coordenação de Assistência Comunitária (CACOM) e da Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND). Estabelece ainda que o público-alvo consiste prioritariamente em estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, oriundos da rede pública de educação básica e/ou com vulnerabilidade socioeconômica. Esta política de AE é exercida por meio de:

I – Concessão de bolsas/auxílios (detalhados a seguir);

II – Serviço de atendimento e acompanhamento psicológico, pedagógico, social, odontológico e serviço de apoio a amamentação;

III – Acompanhamento de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação no ensino superior, por meio do Núcleo de Acessibilidade da UFPI;

IV – Ações que visem a promoção da saúde física e psicológica, cultura, esporte e inclusão social.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) disponibiliza, no primeiro semestre do ano, inscrições para os benefícios de permanência (bolsas e auxílios), com possibilidade de abertura de inscrições no segundo semestre (em caso de disponibilidade de vagas), destinando-se exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de todos os Campi da UFPI.

As inscrições, a seleção e o acompanhamento dos estudantes são regulamentados conforme critérios estabelecidos no Decreto Federal nº 7.234/2010 e nos Editais da PRAEC, divulgados nas páginas da UFPI ([www.ufpi.br](http://www.ufpi.br)) e da PRAEC ([www.ufpi.br/praec](http://www.ufpi.br/praec)). É fundamental que o interessado leia os editais com atenção para obter todas as informações necessárias para subsidiar a sua solicitação. Além disso, para ser beneficiário, o estudante deve estar matriculado em no mínimo 4 disciplinas ou ter carga horária de 300 horas (por semestre), além de não ser portador de diploma de curso superior.

A PRAEC também oferece serviços de assistência ao estudante, para além das bolsas e auxílios, que contribuem significativamente para o sucesso acadêmico do estudante e seu bem-estar, tais como assistência odontológica, pedagógica, psicológica e alimentação nos Restaurantes Universitários.

Os benefícios de permanência (bolsas e auxílios) oferecidos pela PRAEC/UFPI exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (conforme critérios estabelecidos no Decreto nº 7.234/2010 e nos Editais da PRAEC) são:

- **BOLSA DE APOIO ESTUDANTIL – BAE**

Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais, concedido por 24 meses.

- **ISENÇÃO DA TAXA DE ALIMENTAÇÃO – ITA**

Isenção do valor cobrado para acesso aos Restaurantes Universitários.

- **AUXÍLIO CRECHE – AC**

Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais concedido a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças de até 3 anos e onze meses de idade.

- **RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA – REU**

Residência e alimentação para estudantes oriundos de outros municípios do Piauí ou outros estados da Federação, em relação ao Campus onde o mesmo está matriculado.

- **BOLSA DE INCLUSÃO SOCIAL (BINCS)**

A Bolsa de Inclusão Social (BINCS) é um auxílio financeiro de valor correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição. O auxiliar é indicado pelo estudante com NEE, com quem tenha afinidade e manifeste habilidades para assisti-lo durante o curso.

- **BOLSA DE INCLUSÃO SOCIAL (BINCS - ESTUDANTES SURDOS)**

A Bolsa de Inclusão Social (BINCS-ES) é um auxílio financeiro de valor correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante surdo, desta Instituição. Para concorrer à BINCS o candidato deve ter habilidades em LIBRAS.

- **APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS – APEC**

Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do Campus onde cursa a graduação. O estudante deve encaminhar solicitação à PRAEC, com requerimento contendo programação do evento, carta de aceite do trabalho, comprovação da inscrição, histórico escolar e atestado de matrícula, documentação socioeconômica referente a família. O mesmo deve verificar os editais da PRAEC para consulta da documentação e formulários necessários.

- **BOLSA DE INCENTIVO A ATIVIDADES ESPORTIVAS – BIAE**

Mobiliza o corpo discente da UFPI em torno do esporte, estimulando sua prática em prol do desenvolvimento da personalidade integral do estudante e melhoria da sua qualidade de vida. Requer os seguintes critérios para concessão: apresentar tempo disponível para se dedicar às atividades previstas sem prejudicar suas atividades acadêmicas; ter IRA igual ou superior a 6,0; ter um supervisor (docente ou técnico da UFPI) qualificado para acompanhar seu treinamento; participar pelo menos uma vez por ano dos Jogos Universitários da UFPI ou de outras competições oficiais; e estar dentro dos critérios socioeconômicos estabelecidos em edital.

- **KIT LUPAS MANUAIS**

O kit de lupas manuais é um conjunto de lupas que potencializa o desempenho acadêmico de estudantes com baixa visão, auxiliando-os no processo de leitura. O kit lupas é disponibilizado através de termo de cessão com validade até o término do curso.

- **AUXÍLIO AO ESTUDANTE ESTRANGEIRO**

Atendimento odontológico; psicossocial e pedagógico; e Bolsa de Apoio Estudantil (desde que se enquadre nos requisitos exigidos pelo Decreto nº 7.234/2010 e no Edital da PRAEC/UFPI).

- **BOLSA PERMANÊNCIA (PBP) PARA QUILOMBOLAS E INDÍGENAS**

Bolsa de R\$ 900,00 reais mensais, até a conclusão do curso, paga pelo Programa Bolsa Permanência do Governo Federal (PBP/MEC), com recursos oriundos do FNDE, depositados diretamente na conta do estudante, desde que o mesmo se cadastre no Sistema PBP ([bolsas.mec.gov.br](http://bolsas.mec.gov.br)) e seja aprovado em seleção socioeconômica (análise documental, entrevista etc) feita pelo Serviço Social da PRAEC/UFPI, após comprovação de sua situação de renda familiar e a descendência quilombola e indígena.

Além das modalidades de AE acima descritas, o Departamento de Educação Física dispõe de projetos de extensão nos quais os alunos podem praticar exercícios físicos regularmente, desde o primeiro período do curso, contribuindo assim para a melhoria de sua qualidade de vida.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) oferta, semestralmente, vagas para monitoria remunerada seguindo critérios estabelecidos em seus editais. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPESQI) promove subsídio para Iniciação Científica mediante participação em edital específico. Assim como a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), por meio de editais, concede bolsa para a participação discente em projetos de extensão.

Além disso, o coordenador do Curso executará apoio permanente ao discente para assuntos da área acadêmica; atendimento quanto às dúvidas do PPC e outras referentes ao curso; orientações quanto as atividades que Universidade oferece quanto a projetos de pesquisa e extensão; orientação quanto aos serviços para o atendimento ao estudante que a Universidade oferece. Igualmente, o corpo docente do curso é capacitado para o esclarecimento de dúvidas relacionadas aos conteúdos de cada eixo pedagógico,

oferecendo a orientação direcionada à realização de pesquisa e de atividades extracurriculares, bem como atuando como orientador acadêmico.

## **5. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO**

### **5.1 Da aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem a seguirá ao disposto na Resolução CEPEX nº177/12, a qual considera aprovado nas disciplinas, o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) da carga horária total. Caso obtenha faltas acima de 25% (vinte e cinco) de frequência ou média inferior a 4,0 (quatro) o aluno será considerado reprovado. Caso obtenha média inferior a 7,0 (sete) e superior a 4,0 (quatro) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) da carga horária total, o aluno poderá realizar Exame Final (EF) visando lograr sua aprovação.

As avaliações da aprendizagem serão realizadas de forma contínua, por meio de instrumentos avaliativos tradicionais ou não, que sejam adequados as características de cada disciplina. O processo de avaliação deverá ser realizado de forma a fortalecer o aprendizado, incluindo avaliações seriadas por meio de provas, apresentação de estudos individuais ou coletivos, relatórios de atividades práticas, textos escritos e/ou fichamento bibliográfico. No caso de atividades práticas, o uso de portfólio contribui para o registro das mesmas e evidencia o nível de aprendizagem alcançado pelo discente.

### **5.2 Do Projeto Pedagógico do Curso**

Este PPC será acompanhado e avaliado durante sua implantação e execução (avaliação em processo) e após a conclusão da primeira turma (avaliação do processo). A avaliação em processo será realizada por meio da aplicação de questionários junto aos professores e aos alunos, abordando sobre a eficiência e pertinência do PPC na formação profissional e acadêmica dos alunos. Esta avaliação será realizada no final de cada semestre e os resultados deverão ser analisados e discutidos pelo corpo docente e NDE. A avaliação do produto será realizada por meio de questionários aos egressos do curso, a cada quatro anos.

## **6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS / BIBLIOGRAFIA**

### **6.1 Disciplinas obrigatórias**

#### **1º PERÍODO**



<b>DISCIPLINA: Anatomia geral</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Aspectos anatômicos dos seres humanos referentes à morfologia macroscópica e funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano e seus mecanismos reguladores, descrevendo os aspectos morfofuncionais dos sistemas nervoso, cardiocirculatório, respiratório, digestório, urinário, reprodutor e endócrino.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
MOORE, Keith L; DALLEY II, Arthur F. <b>Anatomia orientada para a clínica</b> . 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. 1101 p.		
ROHEN, Johannes W; YOKOCHI, Chihiro; LUTJEN-DRECOLL, Elke. <b>Anatomia humana</b> : atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2010. 531 p.		
SOBOTTA, Johannes; PAULSEN, F; WASCHKE, J. <b>Sobotta</b> : atlas de anatomia humana. 23.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2012. 3v.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BEAR, M. F.; CONNORS, B.W.; PARADISCO, M.A. <b>Neurociências: desvendando o sistema nervoso</b> . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.		
DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. <b>Anatomia humana básica</b> . 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu, 2011. 184 p.		
DIDIO, L.J.A. <b>Tratado de Anatomia Sistêmica Aplicada</b> . 2.ed. São Paulo: Manole, 2002. 2002.		
TORTORA, Gerard J; NIELSEN, Mark T. <b>Princípios de anatomia humana</b> . 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013. 1092 p.		
WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. <b>Wolf-Heidegger atlas de anatomia humana</b> . 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2016. 3 v.		

<b>DISCIPLINA: Desenvolvimento e aprendizagem motora</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> O processo de desenvolvimento motor. Domínio motor e aprendizagem. Fases do processo de aprendizagem motora. Conhecimento de Resultados. Transferência de Aprendizagem. Papel da aprendizagem motora na formação técnica desportiva.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
GALLAHUE, David L. <b>Compreendendo o desenvolvimento motor</b> : bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.		
HAYWOOD, Kathleen M.; GETCHELL, Nancy. <b>Desenvolvimento motor ao longo da vida</b> . 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
MAGILL, Richard. <b>A aprendizagem motora</b> : conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
FERNANDES, JM de A. GUTIERRES FILHO, PJB. <b>Psicomotricidade: abordagens emergentes</b> . Manole, 2012.		
ROSA NETO, Francisco. <b>Manual de avaliação motora</b> . Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 136 p.		
ROSA NETO, F. <b>Manual de Avaliação Motora Terceira Idade</b> . Artmed, 2009.		

TANI, Go et. all. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** São Paulo: EPU, 1998.  
 SCHMITH, Richard A; WRISBERG, Craig. **Aprendizagem e performance motora dos princípios à prática.** São Paulo: Artmed, 2010.

<b>DISCIPLINA: Antropologia e sociologia da Educação Física</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
4.0.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> Estudo dos aspectos relacionados à sociodiversidade (relações étnico-raciais e gênero), saúde, doença e qualidade de vida sob o ponto de vista das Ciências Sociais. Bases antropológicas e sociológicas da Educação Física. Antropologia do movimento humano. O fenômeno social do esporte e suas representações e/ou implicações na sociedade. Os direitos humanos no contexto da Educação Física.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
FERREIRA, Delson. <b>Manual de sociologia: dos clássicos a sociedade da informação.</b> 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247p. LARAIA, Roque de Barros. <b>Cultura: um conceito antropológico.</b> 22.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. 117p. LE BRETON, David. <b>Antropologia do corpo e modernidade.</b> 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BRACH, Valter. <b>Sociologia crítica do esporte.</b> 3 ed. Ijuí: Ed Unijuí, 2005 CARVALHO, YM de; RUBIO, K. <b>Educação física e ciências humanas.</b> Hucitec, 2001. DAOLIO, Jocimar. <b>Educação Física e o conceito de cultura: polêmicas no nosso tempo.</b> Campinas, SP: Autores associados, 2004. MURAD, Mauricio. <b>Sociologia e Educação Física: Diálogos, Linguagens do Corpo, Esportes.</b> Editora: FGV, 2009. MARCHI JUNIOR, W; ALMEIDA, BD de; SOUZA, J de. <b>Introdução à sociologia do esporte.</b> InterSaberes, 2018.		

<b>DISCIPLINA: Introdução à metodologia científica</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	---
<b>EMENTA:</b> As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. O método científico. Tipos de trabalhos acadêmicos, normatização e instrumentos de coleta de dados.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
KOCHÉ, José Carlos. <b>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa.</b> 34. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Fundamentos de metodologia científica.</b> 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ANDRADE, Maria Margarida de. <b>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.</b> 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		

GAIO, Roberta (Org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica: inclui exercício prático: conforme NBR 15287/2005**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PICCOLI, João Jaccottet. **Normalização para trabalhos de conclusão em Educação Física**. 2. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.

<b>DISCIPLINA: Introdução às ginásticas</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b>		
<p>Conceitos, história e evolução das ginásticas. Ginástica de competição e ginástica de educação. Princípios orientadores e estratégias de ensino dos métodos e sistemas ginásticos. Conhecimentos básicos e abordagens didático-metodológicas dos fundamentos das ginásticas. Classificação e manuseio dos aparelhos ginásticos.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>GOMES DA SILVA, Pierre Normando. <b>Cultura corporal burguesa: história e sistematizações pedagógicas</b>. João Pessoa, PB: UFPB, 2012. 321 p.</p> <p>MARTIN-LORENTE, Encarna. <b>Mil exercícios ginásticos com acessórios fixos e móveis</b>. São Paulo, SP: Zamboni, 2002. 305 p.</p> <p>POLITO, Eliane ver Ferreira Eliane Polito; BERGAMASCHI, Elaine Cristina. <b>Ginástica laboral: teoria e prática</b>. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2003. 76 p.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>ARTAXO, Ines; MONTEIRO, Gisele de Assis. <b>Movimento e Ritmo: teoria e prática</b>. 5ª ed. São Paulo: Phorte, 2013.</p> <p>AYOUB, Eliana. <b>Ginástica geral e educação física escolar</b>. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.</p> <p>GAIO, R.; GÓIS, A. A.; BATISTA, J. C. de F. <b>A ginástica em questão: corpo e movimento</b>. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2010.</p> <p>NUNOMURA, Myrian; NISTA-PICOLLO, Vilma Leni. <b>Compreendendo a ginástica artística</b>. São Paulo: Phorte, 2008</p> <p>PEREIRA, Sissi a Martins. <b>Ginástica Rítmica Desportiva - Aprendendo Passo</b>. São Paulo: Shape, 2001.</p>		

<b>DISCIPLINA: Introdução ao esporte individual I (atletismo)</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b>		
<p>Contextualização histórica do atletismo no mundo e no Brasil. Aspectos metodológicos do ensino do Atletismo e fundamentos técnicos dos lançamentos, saltos e corridas. Regras do Atletismo.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>FERNANDES, José Luis. <b>Atletismo: lançamentos e arremesso</b>. São Paulo: EPU, 2003.</p> <p>FERNANDES, José Luis. <b>Atletismo: corridas</b>. São Paulo: EPU, 2003.</p>		

Confederação Brasileira de Atletismo. **Atletismo: regras oficiais de competição 2006-2007** / Confederação Brasileira de Atletismo. - São Paulo, SP: Phorte, 2006.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COICEIRO, G.A. **1000 exercícios e jogos para o atletismo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.  
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Atletismo Regras Oficiais de Competição 2010/2011**.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras oficiais de Atletismo: 2004-2005**.

EVANGELISTA, A. L. **Treinamento de corrida de rua: uma abordagem fisiológica e metodológica**. São Paulo: Phorte, 2009.

LOHMAN, Liliana Adiers. **Atletismo: manual técnico para atletas iniciantes**. Rio de Janeiro: Sprint, 2011.

**DISCIPLINA: Recreação e lazer**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---

**EMENTA:**

Contextualização histórica, conceitos e classificação das atividades recreativas e de lazer. Orientação para as atividades de recreação e lazer nos espaços públicos e privados, com o pensamento em preservação ambiental. Aspectos sociais, educacionais e lúdicos do lazer na sociedade contemporânea.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FERREIRA Neto, Raul. **Recreação na escola**. Editora: Sprint. 2 ed. 2002.

FRITZEN, Silvino Jose. **Jogos dirigidos: para grupos, recreação e aulas de educação física**. Editora: Vozes; 34 ed. 2009.

LORDA, C. Raul. **Recreação na terceira idade**. Editora: Sprint; 4. ed. 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, 2017.

CATUNDA, R. **Brincar, criar, vivenciar na escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

MELLO, A. M. de. **Psicomotricidade, educação física e jogos infantis**. 6 ed. São Paulo: IBRASA, 1999.

MELO, R. S. de. **Jogos recreativos para futebol**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

PINTO, L. M. S. de M.; ZINGONI, P.; MARCELLINO, N. C. **Como fazer projetos de lazer: Elaboração, execução e avaliação**. 3 ed. Campinas/SP: Papirus, 2010

**DISCIPLINA: Seminário de introdução ao curso**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.0.0	15h	---

**EMENTA:**

Regimento da UFPI: instâncias e competências. Normas de graduação da UFPI (Resolução 177/12). Currículo do Curso de Educação Física. Mercado de trabalho na área de Educação Física. Abrangência da atuação profissional do Bacharel e do Licenciado em Educação Física.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

UFPI, Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.

UFPI, Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física: 2020.

UFPI, Resolução CEPEX nº177/12, institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação no âmbito da UFPI.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior **CNE/CES Resolução nº6**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física de 18 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP-2, de 20/12/2019**. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica.

Portaria PREG/CAMEN nº330/17, de 22 de junho de 2017 – DIRETRIZES GERAIS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 220/16, de 28 de setembro de 2016 – DIRETRIZES CURRICULARES PARA FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão I</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45	---
<p><b>EMENTA:</b> Preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino. Origem histórica e social do preconceito racial/étnico brasileiro. Legislação brasileira sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais. Práticas educativas envolvendo a Educação para as Relações Étnico-Raciais.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>PEGORARO, Olinto. <b>Ética através dos maiores mestres da história</b>. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>PLETSCH, Marcia Denise. <b>Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas</b>. Rio de Janeiro: Editora Nay, 2013.</p> <p>ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. <b>Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica</b>. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Edusp: São Paulo, 2003.

GIROUX, Henri A. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

## 2º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Anatomia do sistema locomotor</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	Anatomia geral
<b>EMENTA:</b>		
Aspectos anatômicos dos seres humanos referentes à morfologia macroscópica e funcional do sistema locomotor, descrevendo os aspectos dos sistemas esquelético, articular, muscular e nervoso.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
MOORE, Keith L; DALLEY II, Arthur F. <b>Anatomia orientada para a clínica</b> . 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. 1101 p.		
ROHEN, Johannes W; YOKOCHI, Chihiro; LUTJEN-DRECOLL, Elke. <b>Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional</b> . 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2010. 531 p.		
SOBOTTA, Johannes; PAULSEN, F; WASCHKE, J. <b>Sobotta: atlas de anatomia humana</b> . 23.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2012. 3v.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BLANDINE, C. G. <b>Anatomia para o movimento</b> . São Paulo: Manole, 2010.		
DANGELO, J.G; FATTINI, C.A. <b>Anatomia humana básica</b> . 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu, 2011. 184 p.		
ROHEN, Johannes W; YOKOCHI, Chihiro; LUTJEN-DRECOLL, Elke. <b>Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional</b> . 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2010. 531 p.		
PLATZER, W. <b>Anatomia texto e atlas: sistema locomotor</b> . 9.ed. Vol 1. Porto Alegre: Artmed, 2008.		
WOLF-HEIDEGGER, Gerhard. <b>Wolf-Heidegger atlas de anatomia humana</b> . 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2016. 3 v.		

<b>DISCIPLINA: Motricidade humana</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	Desenvolvimento e aprendizagem motora
<b>EMENTA:</b>		

Motricidade humana e suas dimensões sociológicas e filosóficas. O estudo da corporeidade na produção de conhecimento na área da motricidade. Aspectos epistemológicos e pedagógicos da motricidade e psicomotricidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 581 p.

GONÇALVES, Maria Augusta S. **Sentir, Pensar, Agir: corporeidade e educação**. Campinas/SP: Papirus, 2012.

MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. **Pensar o corpo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BETTI, Mauro; GOMES-DA-SILVA, Pierre Normando. **Corporeidade, jogo, linguagem: A educação física nos anos iniciais ao Ensino Fundamental**. Cortez: 2019.

GAIARSA, José Ângelo. **O que é corpo**. São Paulo: Brasiliense/Primeiros Passos, 2001

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O Corpo Fala: A Linguagem Silenciosa da Comunicação Não-Verbal**. Editora Vozes, 2009.

MOREIRA, Wagner Wey. **Educação Física e Esporte No Século XXI**. Editora Papirus, 2016.

NÓBREGA, TP da; CAMINHA, I de O. **Merleau-Ponty e a Educação Física**. LiberArs, 2019.

**DISCIPLINA: Bioquímica para Educação Física**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Anatomia geral

**EMENTA:**

Química de biomoléculas: carboidratos, lipídios, proteínas e ácidos nucleicos. Enzimas, bioenergia e metabolismo oxidativo, fosforilação oxidativa, metabolismo dos carboidratos, lipídeos, aminoácidos, proteínas e inter-relações metabólicas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CHAMPE, Pamela C; HARVEY, Richard A; FERRIER, Denise R. **Bioquímica ilustrada**. 4.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. 520 p.

CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 8 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

NELSON, D. L.; COX, Michael M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 5 ed. São Paulo: Sarvier, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAYNES, John W; DOMINICZAK, Marek H. **Bioquímica médica**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015. 636 p.

DEVLIN, THOMAS M. **Manual de bioquímica com correlações clínicas**. 7 ed. São Paulo: Blucher, 2011.

HOLLMANN, w., HETTINGER, T. **Medicina do esporte**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2005.

MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. **Bioquímica básica**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2016. 392 p.

MURRAY, Robert K. **Harper: bioquímica ilustrada**. 27. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

**DISCIPLINA: Higiene, saúde e meio ambiente**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---

<b>EMENTA:</b> Compreensão de aspectos que relacione a higiene, a saúde e o meio ambiente à Educação Física tendo em consideração temas como: higiene e saúde humana, higiene e o ecossistema, atividade física como profilaxia e uso de drogas.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
GOMES, Romeu. <b>A Saúde do homem em foco</b> . São Paulo: Editora UNESP, 2010. 91 p. EVANGELISTA, Cristiane Raquel Silvia Burlamaqui. <b>A Abordagem do tema meio ambiente em livros didáticos do segundo ciclo do ensino fundamental</b> . Teresina, PI: 2007. 50 f. KAMWA, Elis Bernard. <b>Biossegurança, higiene e profilaxia</b> . Belo Horizonte, MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2010. 103 p.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BENSOUSSAN, E.; ALBIERI, S. <b>Manual de higiene, segurança e medicina do trabalho</b> . São Paulo: Atheneu, 2004. JR., ARLINDO (Org.). <b>Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca</b> . São Paulo: Manole, 2016. KLOETZEL, K. <b>Temas de saúde: higiene física e do ambiente</b> . São Paulo: EPU, 2004. GUISELINI, M. <b>Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos</b> . 2. ed. São Paulo, Phorte, 2006. NAHAS, M. V. <b>Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo</b> . 4. ed. Londrina, Miodiograf, 2006.

<b>DISCIPLINA: Introdução ao esporte coletivo I (futebol e futsal)</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b> Contextualização histórica do futebol e futsal no mundo e no Brasil. Conhecimento dos aspectos básicos e fundamentos técnicos das modalidades com vistas ao desenvolvimento da capacidade do aluno de ensinar, organizar, coordenar e treinar estes esportes. Regras básicas do futebol e do futsal.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
KUNZ, Elenor. <b>Didática da educação física 3: futebol</b> . Ijuí: Unijuí, 2013. REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José. <b>Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão</b> . São Paulo: Phorte, 2009. SALES, Ricardo Moura. <b>O Futsal &amp; futebol: bases metodológicas</b> . São Paulo: Ícone, 2011.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
CAPA, Jonathan Wilson. <b>A pirâmide invertida: A história da tática no futebol comum</b> . Campinas: Grande Área, 2016. COTTA, Rafael Martins. <b>Análise de Desempenho no Futebol</b> . Entre a Teoria e a Prática. Curitiba: Appris, 2018. COTTA, Rafael Martins. <b>Treino é jogo! Jogo é treino!</b> A especificidade do treinamento no futebol atual. São Paulo: Phorte, 2014. GALATTI, Larissa Rafaela et. al.. <b>Desenvolvimento de Treinadores e Atletas: Pedagogia do Esporte</b> . Campinas: Unicamp, 2017. QUEIROZ, Renan Monteiro. <b>Profissão Goleiro: da iniciação ao alto rendimento</b> . São Paulo: Phorte, 2012.		

**DISCIPLINA: Introdução ao esporte coletivo II (voleibol: areia e quadra)**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Contextualização histórica do voleibol de quadra e areia. Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos das modalidades. Estratégias pedagógicas para o ensino das modalidades. Compreensão das regras oficiais.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BORSARI, José Roberto. <b>Voleibol:</b> aprendizagem e treinamento em todos os níveis - um desafio constante: volei de praia, volei quarteto, futevolei, minivolei, regras atualizadas 2010-2012. São Paulo: EPU, 2010.		
SUVOROV, Y. P.; GRISHIN, O. N. <b>Voleibol iniciação.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 2010.		
KUNZ, Elenor. <b>Didática da educação física:</b> educação física e esportes na escola. Ijuí: Unijui, 2012.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BIZZOCCHI, Carlos. <b>O voleibol de alto nível:</b> Da iniciação à competição. Barueri: Manole, 2016.		
BIZZOCCHI, Carlos. <b>Voleibol:</b> A excelência na formação integral de atletas. Barueri: Manole, 2018.		
MACHADO, Afonso Antônio. <b>Voleibol:</b> do aprender ao especializar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		
NAVARRO, Antonio Coppi; ALMEIDA, Roberto de; SANTANA, Wilton Carlos de. <b>Pedagogia do Esporte:</b> Jogos Esportivos Coletivos: São Paulo: Phorte, 2015.		
SADI, Renato Sampaio; SANTOS, Ivan dos; ARAUJO, Rafael Vieira de. <b>Pedagogia do Esporte:</b> Explorando os Caminhos da Formação. São Paulo: Ícone, 2017.		

<b>DISCIPLINA: Introdução ao esporte individual II (natação)</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Evolução histórica e discussão sobre a variedade de métodos existentes de ensino, progressões e exercícios no meio líquido. Discussão sobre o conhecimento dos princípios físicos que envolvam a permanência do corpo humano na água e segurança em piscina. Procedimentos pedagógicos para o seu ensino dos quatro estilos de nado. Regras que regem a natação e os esportes aquáticos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
COUNSILMAN, J. E. <b>A Natação: ciência e técnica.</b> Editora Livro Íbero-Americano, Rio de Janeiro, 1980.		
MACHADO, D. C. <b>Metodologia da natação.</b> Editora EPU. São Paulo-SP, 1984.		
MAGLISCHO, E. W. <b>Nadando ainda mais rápido.</b> Editorial Manole. São Paulo, SP, 1999.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos. <b>Regras Oficiais de Natação 2017 – 2021.</b> <a href="https://www.cbda.org.br/_uploads/natacao/RegrasOficiaisNatacao2017_2021.pdf">https://www.cbda.org.br/_uploads/natacao/RegrasOficiaisNatacao2017_2021.pdf</a>		
DA COSTA, Paula Hentschel Lobo. Pedagogia da natação: uma revisão sistemática. <b>Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte</b> , v. 9, n. 1, 2010.		
DARIDO, Suraya Cristina; FARINHA, Fernando Kovacs. Especialização precoce na natação e seus efeitos na idade adulta. <b>Motriz. Journal of Physical Education.</b> UNESP, p. 59-70, 1995.		

MANOEL, E. de J. et al. Desenvolvimento do comportamento motor aquático: implicações para a pedagogia da natação. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 10, n. 2, p. 85-94, 2008.

FERNANDES, Josiane Regina Pejon; DA COSTA, Paula Hentschel Lobo. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006.

**DISCIPLINA: Introdução ao esporte individual III (lutas)**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.1.0	30h	---

**EMENTA:**

Aspectos históricos, filosóficos e culturais das diversas lutas praticadas no Brasil e no Mundo. Conhecimento teórico e prático dos fundamentos das lutas e regras da modalidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRITO, Celso de. **A Roda do mundo: a Capoeira Angola em tempos de globalização**. Curitiba, PR: Appris, 2017. 220 p.

CALLEJA, Carlos Catalano. **Judô: caderno técnico-didático**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, s.d. 99 p.

TEGNER, Bruce. **Karatê: de principiante a faixa-preta**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1996. 238 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COSTA, Lamartine P. **Capoeira sem mestre**. São Paulo: Tecnoprint, 2000. D'URBANO, Francisco. **Kung-fu: técnicas de pernas para lutas e competições**. São Paulo: Tecnoprint, 1999.

FARIAS, A Latorre. **Boxe ao alcance de todos**. São Paulo: Tecnoprint, 1980.

LEE, Wotae. **Aprenda Taekwon-dô**. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1982. PAULA, Geraldo G. de. **Karatê esporte: táticas e estratégias**. São Paulo: Ibrasa, 2000.

SILVA, José Milton da. **A linguagem do corpo na capoeira**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.0.3	45	
<p><b>EMENTA:</b> Advento do campo da CTE (Ciência, Tecnologia e Educação). Conceituação e definição a respeito do que é técnica e tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Ciência, Tecnologia e Formação de Professores. Controvérsias científicas.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ANGOTTI, José A.P.; AUTH, Milton A. **Ciência e tecnologia**: implicações sociais e o papel da educação. *Ciência e Educação*, v.7, n.1, p.15-27, 2001.

BAZZO, W. A. **Ciência, tecnologia e sociedade**: o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia**: um convite. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**: um debate sobre a tecnociência. Campinas: UNICAMP, 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

### **3º PERÍODO**

<b>DISCIPLINA: Cineantropometria</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	Anatomia do sistema locomotor
<b>EMENTA:</b>		
Origem e evolução histórica da cineantropometria. Medidas antropométricas. Seleção e administração dos testes e instrumentos de avaliação física aplicada ao esporte e a saúde. Avaliação da composição corporal. Avaliação das qualidades físicas. Elaboração de fichas e formulários para avaliação em Educação Física.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
GUEDES, Dartagnan Pinto. <b>Manual prático para avaliação em educação física</b> . Barueri – SP: Manole, 2006.		
HEYWARD, Vivian H & STOLARCZYK, Lisa M. <b>Avaliação da Composição Corporal Aplicada</b> . São Paulo: Manole, 2000.		
ROCHA, Paulo Eduardo Carnaval P da. <b>Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte</b> . 6ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE – ACSM. <b>Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição</b> . 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.		
HEYWARD, Vivian H. <b>Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas</b> . 6ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2013.		

PITANGA, Francisco José Gondim. <b>Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes</b> . 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2008.
PETROSKI, Edio Luiz. (Org.). <b>Antropometria: Técnicas e Padronizações</b> . 5ª ed. Porto Alegre: Ed. Fontoura, 2011.
POMPEU, Fernando Augusto Monteiro Saboia. <b>Manual de cineantropometria</b> . Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2004. 181 p.

<b>DISCIPLINA: Educação física adaptada</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b> Contextualização histórica das deficiências. Conceituação, classificação, características, causas e implicações das deficiências: Intelectual/Mental, Física/Motora, Auditiva e Visual. Questões legais, educacionais, culturais, sociais e psicológicas relacionadas à pessoa com deficiência. Inclusão social da pessoa com deficiência por meio do paradesporto. Atividades paradesportivas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BRASIL Ministério Da Saúde. <b>Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência</b> . 2.ed. Brasília,DF: Ministério da Saúde, 2006. 368 p.		
COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. <b>Educação, educação especial e inclusão: fundamentos, contextos e práticas</b> . Appris, 2012.		
WINNICK, Joseph P. <b>Educação física e esportes adaptados</b> . Manole, 2004.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
DIEHL, Rosilene Moraes. <b>Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência</b> . São Paulo: Phorte, 2006.		
FERREIRA, Vanja. <b>Educação física adaptada: atividades especiais</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2010.		
GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (orgs.). <b>Atividade física adaptada</b> . Barueri, SP: Manole, 2005.		
GORLA, José Irineu; OLIVEIRA, Luciana Zande; CAMPANA, Matheus Betanho. <b>Teste e avaliação em esporte adaptado</b> . São Paulo: Phorte, 2009.		
SILVA, Rita de Fátima da; SEABRA JUNIOR, Luiz (Colab.); ARAÚJO, Pulo Ferreira de (Colab.). <b>Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional</b> . São Paulo: Phorte, 2008.		

<b>DISCIPLINA: Fisiologia humana</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
3.2.0	75h	Anatomia geral / Bioquímica para EF
<b>EMENTA:</b> Fenômenos fisiológicos ocorrentes no organismo tais como, funcionamento de órgãos, transporte através da membrana celular, potenciais de membrana e potenciais de ação, contração muscular, líquidos do organismo, sistemas nervoso, cardiovascular, respiratório, digestório, endócrino e renal.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
AIRES, Margarida de Mello. <b>Fisiologia</b> . 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018. 1376 p.		
GUYTON, Arthur C; HALL, John E. <b>Tratado de fisiologia médica</b> . 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, c2006. 1115 p.		

SILVERTHORN, D.U. <b>Fisiologia humana: Uma Abordagem Integrada</b> - 7º Ed. 2017.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
ANDREW DAVIES; ASA G.H; BLAKELEY; CECIL KIDD. <b>Fisiologia Humana</b> . Porto Alegre: Artmed, 2002.
CONSTANZO, L. S. <b>Fisiologia</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
CURI, R. <b>Fisiologia Básica</b> . 2ª edição Guanabara Koogan, 2017.
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. <b>Fisiologia Humana e Mecanismos de Doenças</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
McARDLE, W. D., KATCH, V. L. <b>Fisiologia do exercício e do esporte</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

<b>DISCIPLINA: Fundamentos históricos e ética da Educação Física</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Aspectos históricos da Educação Física no Brasil e no mundo. Pressupostos e relações que permeiam o papel do profissional de Educação Física e os direitos humanos. Conceitos de ética, moral e deontologia relacionados ao cotidiano do profissional de Educação Física. Código de ética dos profissionais de Educação Física e pressupostos legais que embasam o agir profissional na Educação Física.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
HEROLD JUNIOR, Carlos. <b>A Educação física na história do pensamento educacional:</b> apontamentos. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2008. 197 p.		
TOJAL, João Batista; BARBOSA, Alberto Puga. <b>A Ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de educação física</b> . Belo Horizonte, MG: Casa da Educação Física, 2006. 166 p.		
SOARES, Carmen Lúcia. <b>Educação física: raízes europeias e Brasil</b> . 5.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 119 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do Ensino da Educação Física</b> . 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.		
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs. Resolução n. 307, de 09 de novembro de 2015.		
MELO, Victor de Andrade. <b>História da Educação Física e do Desporto no Brasil:</b> panorama e perspectivas. São Paulo: IBRASA, 1999.		
SÁ, Antônio Lopes de. <b>Ética profissional</b> . 9.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 312 p.		
SILVA, Francisco Martins da (organizador). <b>Recomendações sobre Condutas e Procedimentos do Profissional de Educação Física</b> . Rio de Janeiro: CONFEF, 2010. 48p.		

<b>DISCIPLINA: Gestão e organização de eventos em Educação Física</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---
<b>EMENTA:</b>		
Análise das atuais políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. Funcionamento, operacionalização, administração e gerenciamento do desporto e do lazer nos diversos ramos de abrangência e aplicação profissional. Conhecimento básico sobre organização e gestão voltadas à área de Educação Física e Esportes. Eventos e preservação ambiental.		

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
MELO NETO, Francisco Paulo de. <b>Marketing de eventos</b> . 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2007. 235 p.
ORGANIZAÇÃO de competições: torneios e campeonatos. 17.ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, s.d.
CARDIA, Wesley. <b>Marketing e patrocínio esportivo</b> . Porto Alegre, RS: Bookman, 2004. 261 p.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
Coutinho, Helen Rita Menezes Organização de Eventos. <a href="http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_org_eventos.pdf">http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_hosp_lazer/061112_org_eventos.pdf</a>
Veras, Manoel. <b>Toques de cerimonial</b> Teresina, PI: EDUFPI, 2007. 84 p.
Cardia, Wesley. <b>Marketing e patrocínio esportivo</b> Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.261 p
DINIZ, A. <b>Líder do Futuro: A transformação em Líder Coach</b> . 1. ed. São Paulo: Espaço Editorial, 2010.
PITTS, B. G.; STOTLAR, D. <b>Fundamentos do Marketing Esportivo</b> . 1. ed. São Paulo: Phorte, 2002.

<b>DISCIPLINA: Introdução ao esporte coletivo III (Basquetebol)</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
Contextualização histórica do basquetebol no Brasil e no mundo. Conhecimento e aplicação dos fundamentos da modalidade. Atividades teórico-práticas, visando o desenvolvimento dos domínios motores, cognitivos e afetivo-sociais no contexto pedagógico do ensino do basquetebol. Regras do esporte.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALMEIDA, Marcos Bezerra de. <b>Basquetebol: 1000 exercícios</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2009.		
COUTINHO, Nilton Ferreira. <b>Basquetebol na escola</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2003.		
REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José. <b>Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão</b> . São Paulo: Phorte, 2009.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
COUTINHO, Nilton Ferreira. <b>Basquetebol na escola: da iniciação ao treinamento</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2001.		
FERRARI, G. S. L.; FERRARI, C. K. B. Ensino do basquetebol na escola: aspectos atuais. <b>Lecturas Educación Física y Deportes</b> (Buenos Aires), v.18, p. 1-4, 2013.		
GALATTI, Larissa Rafaela et al. <b>Desenvolvimento de Treinadores e Atletas: Pedagogia do Esporte</b> . Campinas: Unicamp, 2017.		
NAVARRO, Antonio Coppi; ALMEIDA, Roberto de, SANTANA, Wilton Carlos de <b>Pedagogia do Esporte: Jogos Esportivos Coletivos</b> . São Paulo:Phorte, 2015.		
ROSE JUNIOR, Dante de; TRICOLI, Valmor. <b>Basquetebol: Do treino ao jogo</b> . Barueri: Manole, 2017.		

<b>DISCIPLINA: Introdução ao esporte coletivo IV (handebol)</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Contexto histórico do handebol no Brasil e no mundo. Conhecimentos teórico-práticos acerca dos fundamentos e das regras básicas do handebol. Perspectivas pedagógicas de ensino do handebol no contexto do processo de aprendizagem. Diferentes manifestações do esporte na cultura regional, nacional e mundial.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		

REIS, Lucas Cabral. **Comparação da prática habitual de atividade física entre atletas de badminton e handebol.** Teresina: 2018. .

SANTOS, Lúcio Rogério Gomes dos. **Handebol: 1000 exercícios.** Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

TENROLER, Carlos. **Handebol: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MENEZES, R. P.; REIS, H. H. B.; MORATO, M. P. O handebol, seu cenário imprevisível e os métodos de ensino-aprendizagem-treinamento. **Revista de Ciências del Deporte**, v. 12, n. 3, p. 165-176, 2016.

NAVARRO, Antonio Coppi; ALMEIDA, Roberto de; SANTANA, Wilton Carlos de. **Pedagogia do Esporte: Jogos Esportivos Coletivos.** São Paulo: Phorte, 2015.

REIS, Heloisa; GRECO, Pablo. **Handebol: uma nova proposta metodológica.** Porto Alegre: Simplíssimo, 2018.

ROTH, Klaus; SCHUBERT, Renate; MEMMERT, Daniel. **Escola da Bola: Jogos de Arremessos.** São Paulo: Phorte, 2016.

SIMÕES, A.C. **Handebol defensivo: conceitos técnicos e táticos.** São Paulo: Phorte, 2008.

#### **DISCIPLINA: Psicologia do Exercício Físico e do Esporte**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.1.0	45h	---

#### **EMENTA:**

Fatores psicológicos e socioculturais associados às atividades físicas relacionadas à educação, esporte, lazer e a promoção e manutenção da saúde. Variáveis psicológicas associadas ao rendimento esportivo. Análise das relações entre desempenho esportivo, ansiedade, estresse, depressão, estados de humor e motivação. A promoção da saúde mental por meio da atividade física. Os direitos humanos no contexto da prática desportiva.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. **Psicologia geral.** 31.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 235 p.

LOBOSQUE, Ana Marta; SILVA, Celso Renato. **Saúde mental: marcos conceituais e campos de prática.** Belo Horizonte, MG: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2013. 218 p.

SAMULSKI, Dietmar Martin. **Psicologia do esporte: manual para a educação física, psicologia e fisioterapia.** Barueri, SP: Manole, 2002. 380 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARRETO, J. A. **Psicologia do esporte para o atleta de alto rendimento: teorias e técnicas.** Rio de Janeiro: Shape, 2003. 430 p.

CÁRDENAS, Ramón Núñez; FREIRE, Ivete de Aquino; PUMARIEGA, Yesica Núñez.

**Preparação psicológica no esporte.** Curitiba: Appris, 2017.

GAERTNER, G. **Psicologia e ciências do esporte.** Curitiba: Juruá Ed., 2007. 259 p.

COZAC, j. R. L. **Psicologia do esporte: clínica, alta performance e atividade física.** São Paulo: Annablume, 2004. 153 p.

WEINBERG, Robert S. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício.** 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

#### **DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão III**

<b>Créditos:</b>		
0.0.0.3		
<b>EMENTA:</b> Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação para o consumo e cidadania. Políticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental e o Ensino de Educação Física. Projetos de Educação Ambiental.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
DIAS, Genebaldo Freire. <b>Educação ambiental:</b> princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010.		
GUIMARÃES, Mauro. <b>A dimensão ambiental na educação.</b> São Paulo: Papyrus, 1995.		
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. [et al.] <b>Sociedade e meio ambiente:</b> a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. <b>Desenvolvimento sustentável:</b> dimensões e desafios. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2005.		
DIAS, Genebaldo Freire. <b>Atividades interdisciplinares de educação ambiental.</b> São Paulo: Gaia, 2006.		
PENTEADO, Heloisa Dupas. <b>Meio ambiente e formação de professores.</b> São Paulo: Cortez, 2003.		
PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. <b>Educação ambiental e sustentabilidade.</b> São Paulo: Manole, 2004.		
REIGOTA, Marcos <b>O que é educação ambiental?</b> São Paulo: Brasiliense, 2009.		

#### 4º PERÍODO

<b>DISCIPLINA: Biomecânica</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	Anatomia do sistema locomotor
<b>EMENTA:</b> Fatores relacionados ao movimento humano, no campo da Educação Física e dos esportes, levando-se em consideração conhecimentos sobre a mecânica aplicada em sistemas biológicos, relações de força, posicionamento e ações funcionais do corpo humano.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		

AABERG, Everett. **Musculação**: biomecânica e treinamento. Barueri, SP: Manole, 2001. 216 p.  
 DELAMARCHE, Paul; DUFOUR, Michel; MULTON, Franck. **Anatomia, fisiologia e biomecânica**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006. 273 p.  
 MCGINNIS, Peter M. **Biomecânica do esporte e exercício**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 403 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FLOYD, R.T. **Manual de Cinesiologia Estrutural**. 16. ed. Barueri: Manole, 2011.  
 HAMILL, Joseph; KNUTZEN Kathleen M. DERRICK, TIMOTHY R. Bases **Biomecânicas do movimento Humano**. São Paulo: 4ª ed. Manole, 2016.  
 KENDALL, F. P.; MCCREARY, E. K. **Músculos, provas e funções**. 5. ed. Barueri: Manole, 2002.  
 NEUMAN, Donald, A. **Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.  
 NORDIN, MARGARETA; FRANKEL, VICTOR H. **Biomecânica Básica do Sistema Musculoesquelético**. Rio de Janeiro: 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2014.

**DISCIPLINA: Dança**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---

**EMENTA:**

Contexto histórico-cultural e elementos técnicos da dança moderna e contemporânea. Estudo e treinamento dos elementos corporais e expressivos. Matrizes gestuais e de movimento de danças brasileiras e de raízes populares, tradicionais e religiosas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

NORA, Sigrid. **Humus**. Caxias do Sul, RS: Lorigraf, 2007. 3v.  
 ROSA, Maria Cristina; BERGAMINI, Juliana Castro. **Corpo e movimento**. Ouro Preto, MG: UFOP, 2012. 142 p.  
 SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 234 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KATZ, H. **Brasil descobre a dança, a dança descobre o Brasil**. São Paulo: DBA, 1999.  
 KATZ, H. **Um, dois, três. A dança é o pensamento do corpo**. BH: FID, 2005.  
 LEPECKI, A. **Planos de composição**. SP: Rumos Itaú Cultural – Cartografia da Dança, 2010.  
 ROMANO, L. **O teatro do corpo manifesto: teatro físico**. SP: Perspectiva, 2008.  
 VIANNA, K. **A Dança**. São Paulo: Editora Summus, 2005.

**DISCIPLINA: LIBRAS**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---

**EMENTA:**

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos linguísticos da LIBRAS e o uso da língua. Pedagogia surda.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo dos surdos em LIBRAS. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Editora Autêntica. Minas Gerais, 712, 1998.

FERNANDES, Eulália, org: QUADROS, Ronice Muller de ... [et al.] **Surdez e bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIMA, MSC. **Surdez, bilinguismo e inclusão:** entre o dito, o pretendido.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes:** uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.

#### **DISCIPLINA: Treinamento desportivo**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	Fisiologia humana

#### **EMENTA:**

Evolução histórica do treinamento desportivo. Princípios Científicos. A preparação física, técnica, tática e a preparação psicológica. Capacidades Físicas. Métodos de Treinamento. Periodização. Fatores que influenciam a capacidade de performance esportiva.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DANTAS, Estelio H. M. **A Prática da preparação física.** 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Shape, 2003. 463 p.

GRANELL, Jose Campos; CERVERA, Victor Ramon. **Teoria e planejamento do treinamento desportivo.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. 129 p.

WEINECK, Jurgem. **Treinamento ideal:** instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil. 9.ed. Barueri, SP: Manole, 2003. 740 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARBANTI, Valdir José. **Teoria e Prática do Treinamento Desportivo.** 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BOMPA, Tudor O; HAFF. G. Gregory. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento.** 5ª ed. Guarulhos: Phorte ed., 2012.

FLECK, Steven; SIMÃO Roberto. **Força: Princípios metodológicos para o treinamento.** São Paulo: Phorte, 2008.

TUBINO, Manuel Gomes. **Metodologia Científica do Treinamento Desportivo.** 13ª ed. São Paulo: IBRASA, 2003.

WEINECK, Jurgem. **Biologia do Esporte.** São Paulo: Manole, 2000.es

#### **DISCIPLINA: Primeiros socorros**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	Fisiologia humana

<b>EMENTA:</b> Conceitos de emergência e urgência e detalhamento das condutas a serem adotadas nas respectivas situações. Atuação do profissional de Educação Física como socorrista nas lesões relacionadas às práticas de exercícios e atividades físicas. Educação para a prevenção de acidentes.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
ATENDIMENTO pré-hospitalar ao traumatizado, PHTLS: prehospital trauma life support. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012. MARTINS, Herlon Saraiva et al. <b>Emergências clínicas: abordagem prática</b> . 9.ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 1328 p. FLEGEL, Melinda J. <b>Primeiros socorros no esporte</b> . Barueri, SP: Manole, 2002. 189 p.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
ALBA MARTIN, R. Educación para la salud en primeros auxilios dirigida al personal docente del ámbito escolar. <b>Enferm. univ</b> , México , v. 12, n. 2, p. 88-92, jun. 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. BRASIL. Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018. Institui a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. <b>Diário Oficial da União</b> : seção 1, Brasília, DF, p.2, 05 out. 2018. BORTOLOTTI, Fábio. <b>Manual do socorrista</b> . 3 ed. Porto Alegre, RS: Expansão, 2012. 608p. KARREN, Keith J; HAFEN, Brent Q; LIMMER, Daniel; MISTOVICH, Joseph J. <b>Primeiros socorros para estudantes</b> . 10.ed. São Paulo: Manole, 2013. 592p.

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão IV</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	
<b>EMENTA:</b> Cidadania e Civismo. Vida Familiar e Social. Educação para o Trânsito. Educação em Direitos Humanos. Direitos da Criança e do Adolescente. Processo de Envelhecimento. Respeito e valorização do Idoso.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BRASIL. <b>Estatuto da criança e do adolescente</b> . Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Estatuto do Idoso</b> . 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.		

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). **A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.

BONETI, Lindomar Wessler; BLEY, Regina Bergamaschi; SILVEIRA, André Bakker da; SCHIO, Murillo Amboni (org.). **Educação em direitos humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019.

CARVALHO, Lucas Pelegrini Nogueira de; NOVAES, Areta Dames Cachapuz; GRAMANI-SAY, Karina; ORLANDI, Fabiana de Souza; CASEMIRO, Francine Golghetto; SANTOS-ORLANDI, Ariene Angelini dos (org.). **Temas sobre envelhecimento – atividades cognitivas para idosos**. São Carlos: RiMa, 2020.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina (org.). **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022.

VIEIRA, Ana Luisa; PINI, Francisca; ABREU, Janaina (org.). **Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

### 5º PERÍODO – LICENCIATURA

DISCIPLINA: Dança e ginástica na escola		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Introdução às ginásticas
<b>EMENTA:</b> Dança popular, clássica e moderna: dimensões pedagógicas no ambiente escolar. Dança como linguagem expressiva e elemento das manifestações artístico-culturais. Dança nas questões de gênero e etnia. A ginástica nas propostas pedagógicas da Educação Física. O ensino da ginástica na escola, seus conteúdos, objetivos e recursos didático-metodológicos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BARRETO, Débora. <b>Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola</b> . Campinas: Autores Associados, 2005.		
CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. <b>Ginástica escolar</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2003.		
FERREIRA NETO, Raul. <b>Recreação na escola</b> . Rio de Janeiro: Sprint, 2002.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
AYOUB, E. <b>Ginástica geral e educação física escolar</b> . Campinas: Unicamp, 2007.		
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. <b>Base Nacional Comum Curricular – BNCC</b> , 2017.		
NANNI, D. <b>Dança Educação: Pré-escola à Universidade</b> . São Paulo: Sprint, 2001.		

VERDERI, E. **Dança na escola: uma Proposta Pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2009.  
 COSTA, F. S. da. **Educação Física Escolar Somática**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS: Porto Alegre, 2018.

**DISCIPLINA: Esportes coletivos na escola (futsal, futebol, basquetebol, voleibol e handebol)**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Introdução ao esporte coletivo I, II, III e IV

**EMENTA:**

Pedagogia dos esportes coletivos no processo de ensino/aprendizagem na Educação Física escolar. Identificação dos espaços físicos para a prática dos esportes coletivos, materiais específicos e alternativos utilizados nas aulas. Entendimento dos esportes coletivos como componentes da cultura local, regional e nacional. Papel do esporte coletivo na formação cidadã dos alunos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

REVERDITO, Riller Silva; Scaglia, Alcides José. **Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão**. São Paulo: Phorte, 2009.

KUNZ, Elenor. **Didática da educação física 3: futebol**. Ijuí: Unijuí, 2013

TENROLER, Carlos. **Handebol: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MOREIRA, Wagner Wey. **Educação Física e Esporte no Século XXI**. Campinas: Papyrus, 2016.

NOGUEIRA, C. Zeros a direita: **Marketing e mídia no esporte**. Rio de Janeiro: Ventura, 2010.

SANTOS, A.L.P. **Manual de Mini Handebol**. São Paulo: Phorte, 2015.

VOSER, R. C; GIUSTI, J. G. M. **O futsal e a escola: Uma perspectiva pedagógica**. Porto Alegre: Penso, 2015.

SADI, Renato Sampaio; SANTOS, Ivan dos; ARAUJO, Rafael Vieira de. **Pedagogia do Esporte: Explorando os Caminhos da Formação**. São Paulo: Ícone, 2017.

**DISCIPLINA: Estágio Supervisionado Obrigatório I**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.11.0	165h	---

**EMENTA:**

Participação em atividades escolares de natureza observacional na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Menor. Observação e participação no cotidiano escolar, construção de plano de estágio observacional e relatório das atividades de estágio. Práticas inclusivas, sobremaneira a considerar alunos especiais. Diversidade étnico-racial, de gênero, infância e adolescência.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 8ª. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013. (Série legislação; n. 102).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BLUMENTHAL, Ekkehard. **Brincadeiras de movimento para a pré-escola**. 7.ed. Barueri-SP: Manole, 2005.

BRAZ, Greicy Rose de Carvalho. **Brincando e aprendendo com jogos sensoriais**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância**. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

MOREIRA, Evandro Carlos; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení (Orgs.). **O quê e como ensinar educação física na escola**. Jundiaí – SP: Fontoura, 2009.

NISTA-PICCOLO, Vilma, MOREIRA, Wagner Wey (Orgs.). **O esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Cortez 2012.

**DISCIPLINA: Filosofia da educação**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

**EMENTA:**

Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidade. Tarefas da filosofia da educação. Pedagogia, ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (orgs.). **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002.

BULCÃO, E. B. M. **Bachelard: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

IMBERNÓN, F. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

IMBERT, F. **A questão da ética no campo educativo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

**DISCIPLINA: Legislação e organização básica da educação brasileira**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

**EMENTA:**

A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.  
 \_\_\_\_\_. Decreto n. 5.154/2004.  
 \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n 14/96.

_____.Lei n. 9.394/96.; Lei n. 9.424/96. ; Lei n. 9.131/95.; Lei n. 9.766/98.
_____.Lei n. 5.101/99.; Lei n. 10.172/2001.; Pareceres nº 10/97 e CNE nº 03/97.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BRANDÃO, Carlos da Fonseca. <b>Estrutura e funcionamento do ensino</b> . São Paulo: Editora Avercamp. 2.ed. 2017.
BRASIL. Resolução n. 02/97.; Resolução n. 03/97.
BREZENZISKI, I. (Org). <b>LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam</b> . São Paulo: Cortez, 1997.
PIAUI. <b>Constituição Estadual</b> de 1989.
OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. <b>Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB</b> . São Paulo: Xamã, 2002.

<b>DISCIPLINA: Sociologia da educação</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
4.0.0	60h	---
<b>EMENTA:</b>		
Estrutura social. Estratificação e Classe social. Educação e Classe Social. Mobilidade Social. Educação e Mobilidade Social. Mudança Social e Educação. Evolução Social. Modernização. Discussões sobre políticas públicas e fundamentos dos direitos humanos assim como diversidade religiosa e sexual no ambiente escolar. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
APPLE, Michael W. <b>Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação</b> . Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995. 218 p.		
DAYRELL, Juarez org. <b>Múltiplos Olhares: sobre educação e cultura</b> . Belo Horizonte, MG: UFMG, 1996. 194 p.		
DURKHEIM, Émile. <b>Educação e sociologia</b> . São Paulo: Melhoramentos, 2010.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
DEMETERCO, Solange Menezes da Silva. <b>Sociologia da educação</b> . 2. ed. Curitiba: IESDE, 2007.		
ENQUITA, Mariano F. <b>A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.		
LIMA, Licínio C. <b>A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica</b> . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.		
MARX, Karl, ENGELS, F. <b>A ideologia alemã</b> . 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.		
PETER L. Berger, Thomas Luckmann. <b>A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento</b> . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.		

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão V</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	

**EMENTA:** Multiculturalismo. Diversidade Cultural. Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LOEWE, Daniel. **Multiculturalismo e direitos culturais**. Tradução: Paulo César Nodari e Elsa Mónica Bonito Basso. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.

MORAES, Elisângela Lambstein Franco de. **Diversidade Cultural: 18 anos da Lei 10.639**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; BECALLI, Fernanda Zanetti (org.). **Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões**. Vitória, ES: Edifes, 2018.

COSTA, Rodriana Dias Coelho; SANTOS, Edinei Carvalho dos; SILVA, Kleber Aparecido da (org.) **Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente**. Campinas, SP: Abralim, 2021.

GUILHERME, Willian Douglas (org.). **A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

SILVA, G. F. da. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. *In*: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TRINDADE, Azoilda L. da; SANTOS, Rafael. **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

### **6º PERÍODO – LICENCIATURA**

<b>DISCIPLINA: Estágio Supervisionado Obrigatório II</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.12.0	180h	Estágio I

<b>EMENTA:</b> Planejamento e desenvolvimento de atividades observacionais: observação da escola e da comunidade; coleta de dados institucionais e da comunidade; acompanhamento de atividades de ensino; análise da realidade escolar e do currículo; elaboração e desenvolvimento de projeto de estágio observacionais em turmas de Educação Física no Ensino Fundamental Maior e no Ensino Médio
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BRASIL. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:</b> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8ª. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013. (Série legislação; n. 102). BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. <b>Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica.</b> Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. <b>Base Nacional Comum Curricular – BNCC,</b> 2017.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
DARIDO, Suraya Cristina. <b>Para ensinar educação física:</b> possibilidades de intervenção na escola. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 2013. MOREIRA, Evandro Carlos. <b>O que é e como ensinar educação física na escola.</b> Judiaí-SP: Fontoura, 2009. NEIRA, Marcos Garcia. <b>Ensino da educação física.</b> São Paulo: Thomson Learning, 2007. SOARES, Sandra Tereza Souza; CARVALHO, Marina Tereza Soares. <b>Conteúdo e metodologia de educação física.</b> Teresina-PI: EDUFPI, 2010. VAGO, Tarcício Mauro. <b>Educação física na escola:</b> enriquecer a experiência da infância e da juventude. Belo Horizonte: Maza, 2012.

<b>DISCIPLINA: Esportes de raquete</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Histórico, conceitos e características dos esportes de raquetes. Processo de ensino e aprendizagem das modalidades esportivas de raquetes: Badminton, Tênis de Mesa, Tênis de campo, Mini-Tênis, Squash, Padle e outros. Regras das modalidades.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BATALHA-LEMKE, Jozilma. <b>Tênis de mesa:</b> para "todos" em "todo" lugar e por "toda" vida. Manaus: Editora Valer, 2019. DE LA ROSA, Armando Forteza; FARTO, Emerson Ramirez. <b>Treinamento desportivo:</b> do ortodoxo ao contemporâneo. São Paulo: Phorte, 2007. MELO, Victor Andrade de. <b>Dicionário do esporte no Brasil:</b> do século XIX ao início do século XX. Campinas: Autores Associados, 2007.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
BROWN, Jim M.; SOULIER, Camille M. <b>Tennis:</b> Steps to Success (Steps to Success Activity) (English Edition) e Book Kindle Editora: Human Kinetics, 4.ed., 2012. MAIA, LuísMendes. <b>O Ensino do Badminton na Escola.</b> FADEUP, 2012 FONTOURA, Fernando. <b>Tênis para todos.</b> São Paulo: Phorte, 2003. PISTORIO, Santo C.. <b>Tênis:</b> noções básicas para leigos e principiantes. Porto Alegre: Literalis, 2004.		

ROTH, Klaus; KROGER, Christian; MEMMERT, Daniel. **Escola da Bola** - Jogos de Rede e Raquete. São Paulo: Phorte, 2017.

**DISCIPLINA: Esportes individuais na escola (atletismo, lutas e natação)**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.1.0	30h	Introdução ao esporte individual I, II e III.

**EMENTA:** Ensino do atletismo, das lutas e da natação no contexto das aulas de Educação Física. Usos e adequações dos diversos espaços físicos para a prática desses esportes na escola, bem como utilização de materiais específicos e alternativos. O atletismo, as lutas e a natação como componentes da cultura e ferramentas sociais na formação cidadã de crianças e adolescentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

KIRSH, A. **Antologia do atletismo:** metodologia para iniciação em escolas e clubes. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

KUNZ, Elenor. **Didática da educação física:** educação física e esportes na escola. Ijuí: Unijui, 2012.

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação.** São Paulo: EPU, 1984.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DE SOUZA JUNIOR, Tácito Pessoa; DOS SANTOS, Sérgio Luiz Carlos. **Jogos de Oposição:** nova metodologia de ensino dos esportes de combate. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - nº 141, 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>

NASCIMENTO, Paulo Rogério Barbosa. Organização e trato pedagógico do conteúdo de lutas na Educação Física escolar. **Motrivivência**, v. 20, n. 31, p. 36-49, 2008.

GOMES, Mariana Simões Pimentel. **Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas:** contextos e possibilidades. Dissertação de mestrado, universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas/SP, 2008 Disponível em: <http://www.repositório.unicamp.br/handle/reposip/274808>.

NETTO, Reynaldo Seifert; PIMENTEL, G. G de A. **O ensino do atletismo nas aulas de educação física.** Curitiba: SEED/PR, 2009.

FERNANDES, Josiane Regina Pejon; COSTA, Paula Hentschel Lobo da. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006.

**DISCIPLINA: Psicologia da educação**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Filosofia da Educação

**EMENTA:** Ciência psicológica. Desenvolvimento e aprendizagem. Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Temas Transversais

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CABRAL, Carmem Lucia de Oliveira. **Filosofia da educação.** Teresina, PI: EDUFPI, 2010. 88 p.

CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org). **Psicologia da educação:** teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão. Fortaleza, CE: EDUECE, 2015. 271 p.

COSTA, Belarmino Cesar G. da; PUCCI, Bruno; DURÃO, Fabio A. **Teoria crítica e crises:** reflexões sobre cultura, estética e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 282 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CARRARA, K. (org). **Introdução à Psicologia da Educação:** seis abordagens. São Paulo: AVERCAMP, 2004.

FÁVERO, M. H. **Psicologia e conhecimento: subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise de ensinar e aprender**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

FERRO-SILVA M. da Glória D.; LEAL-PAIXÃO, M. do S. S. Aprendizagem: processo básico do comportamento humano. IN: CARVALHO, M. V. C. de (org). **Temas em Psicologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MACEDO, R. M. de A. O processo de desenvolvimento humano: explicando porque somos tão iguais e tão diferentes. IN: CARVALHO, M. V. C. de. (org). **Temas em Psicologia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Cleânia de Sales Silva. **Psicologia da Educação**. UFPI/UAPI, 2009.

<b>DISCIPLINA: TCC I</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.2.0	45h	---
<b>EMENTA:</b>		
Bioética. Projeto de pesquisa. Submissão do projeto ao Comitê de Ética.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b> . 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016. 184 p.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <b>Técnicas de pesquisa</b> : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.		
RODRIGUES, Janete de Páscoa e RIBEIRO, Sérgio Luiz Galan. <b>O Ensino da Educação Física escolar no Piauí</b> . Teresina: EDUFPI, 2019.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
CIOMS, Conselho das Organizações Internacionais de Ciências Médicas. <b>Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas a saúde envolvendo seres humanos</b> . 4.ed. Genebra: CIOMS, 2018. 244 p.		
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.		
GUSTAVII, Bjorn. <b>Como escrever e ilustrar um artigo científico</b> . São Paulo, SP: Parábola, 2017. 232p.		
MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. <b>Pesquisa</b> : orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. 6.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.		
PEREIRA, Mauricio Gomes. <b>Artigos científicos</b> : como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 383 p.		

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VI</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	
<b>EMENTA:</b> Sexualidade – aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e discursivos. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Recursos didático-metodológicos para o trabalho de Educação Sexual na Educação Básica. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.		

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula:** Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia e educação:** um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres/ Editora UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia:** programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD; 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado:** Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**7º PERÍODO – LICENCIATURA**

<b>DISCIPLINA: Análise e interpretação de dados em Educação Física</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
<p>Pesquisa quantitativa: Obtenção e organização de dados (desenho de pesquisa e amostragem). Apresentação de banco de dados (estatística descritiva). Análise paramétrica. Análise não paramétrica. Pesquisa qualitativa: Organização e tratamento de dados por meio de métodos descritivos, análise de conteúdo, análise de discurso, estudo de caso entre outros. Interpretação de dados em pesquisa científica.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BARDIN, Laurence. <b>Análise de conteúdo.</b> São Paulo: Edições 70, 2016.            CALLEGARI-JACQUES, S. <b>Bioestatística:</b> Princípios e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.            VIEIRA, S. <b>Introdução à bioestatística.</b> Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p>		

<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
<p>BERQUÓ, Elza Salvatori; SOUZA, José Maria Pacheco de; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. <b>Bioestatística</b>. 2006.</p> <p>SOUZA JÚNIOR, M. de; MELO, M. S. T. de; SANTIAGO, M. E.. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. <b>Movimento</b>. Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 31-49, jul./set. 2010.</p> <p>SOUZA-JÚNIOR, Paulo Roberto Borges de et al. Desenho da amostra da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. <b>Epidemiologia e Serviços de Saúde</b>, v. 24, p. 207-216, 2015.</p> <p>SILVA, M.; VALDEMARIN, VT., (orgs). <b>Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer</b> [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 134 p. Available from SciELO Books.</p> <p>DAMACENA, Giseli Nogueira et al.. O processo de desenvolvimento da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. <b>Epidemiologia e Serviços de Saúde</b>, v. 24, p. 197-206, 2015.</p>

<b>DISCIPLINA: Didática geral</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
4.0.0	60h	Psicologia da Educação
<b>EMENTA:</b>		
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BEHRENS, Marilda Aparecida. <b>O paradigma emergente e a prática pedagógica</b>. Curitiba: Champagnat, 2010.</p> <p>CORDEIRO, Jaime. <b>Didática</b>. 2.ed. São Paulo, SP: Contexto, 2015. 189 p.</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: MARTINS. Pura Lúcia Oliver: JUNQUEIRA, Sérgio R.A&gt; (Orgs) <b>Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente</b>. Curitiba: Champagnat, 2004.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>CANDAU, Vera Maria. <b>A didática em questão</b>. Petrópolis: Vozes, 1984.</p> <p>HERNANDEZ, Fernando. <b>A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um calendoscópio</b>. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>HYDE, Regina Célia Cazaux. <b>Curso de didática geral</b>. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. <b>Metodologia do ensino superior</b>. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Didática</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</p>		

<b>DISCIPLINA: Esportes de aventura</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Esportes de aventura: surgimento, tipos, modalidades, características e aplicações. Cuidados na segurança dos participantes e manutenção dos equipamentos. Riscos na execução. Prática esportiva sustentável.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>NOGUEIRA, Ecio Madeira. <b>Alongamento para todos os esportes</b>. 4.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. 225 p.</p> <p>SEABRA, Giovanni de Farias. <b>Ecoss do turismo: o turismo ecológico em área protegidas</b>. Campinas, SP: Papirus, 2001. 95 p.</p>		

WATT, David C. **Gestão de eventos em lazer e turismo**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004. 206 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRUHNS, Heloisa T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. São Paulo: Manole, 2009. 191 p.

COSTA, Vera Lúcia de Menezes. **Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.

DUARTE, Orlando. **Todos os esportes**. São Paulo: Makron Books, 2000.

MARINHO, Alcyane; UVINHA, Ricardo Ricci (Org.) **Lazer: esporte, turismo e aventura**. Campinas: Alínea, 2009. 264 p.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.]

**DISCIPLINA: Estágio Supervisionado Obrigatório III**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.11.0	165h	Estágio II

**EMENTA:**

Realização de atividades de regência na escola, em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental Menor. Planejamento de aulas com reconhecimento da diferença, atinente à práticas inclusivas, sobremaneira a considerar alunos com necessidades educativas especiais, a diversidade étnico-racial, de gênero, infância e adolescência. Execução das aulas, registro das aulas ministradas e relatório das atividades de estágio.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORREIA, Mesaque Correia. (Organizador). **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO LUGAR DE FALA DO LICENCIANDO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: narrativas de aprendizagens**. Teresina – PI: Edufpi, 2019.

DARIDO, Suraya Cristina. **PARA ENSINAR EDUCAÇÃO FÍSICA: possibilidades de intervenção na escola**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância**. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

FERREIRA, Vanja. **Educação física: recreação, jogos e desportos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

MOREIRA, Evandro Carlos; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení (Orgs.). **O quê e como ensinar educação física na escola**. Jundiaí – SP: Fontoura, 2009.

NISTA-PICCOLO, Vilma, MOREIRA, Wagner Wey (Orgs.). **O esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Cortez 2012.

ZUHRT, Renate. **Desenvolvimento motor da criança deficiente**. São Paulo: Manole, 1983.

**DISCIPLINA: Neurociência aplicada à Educação Física**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30h	---

**EMENTA:**

Bases neurobiológicas da aprendizagem. O SN e suas implicações pedagógicas. Papel da neurociência na educação física.

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
LENT, Roberto. <b>Cem bilhões de neurônios</b> : conceitos fundamentais de neurociências. São Paulo, SP: Atheneu, 2005. 697 p.
PUEBLA, Ricardo; TALMA, M. Paz. Educación y neurociencias: La conexión que hace falta. <b>Estudios pedagógicos</b> (Valdivia), v. 37, n. 2, p. 379-388, 2011.
RESTAK, Richard. <b>Seu Cérebro nunca envelhece</b> . São Paulo, SP: Gente, 2006. 223 p.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BEAR, M. F.; CONNORS, B.W.; PARADISCO, M.A. <b>Neurociências: desvendando o sistema nervoso</b> . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
CARVALHO, Fernanda Antoniolo Hammes de. Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente. <b>Trabalho, Educação e Saúde</b> , v. 8, n. 3, p. 537-550, 2010.
GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro et al. Uma reflexão sobre a neurociência e os padrões de aprendizagem: A importância de perceber as diferenças. <b>Debates em Educação</b> , v. 6, n. 12, p. 93, 2014.
RAMOS, Daniela Karine; LORENSET, Caroline Chioquetta; PETRI, Giani. Jogos educacionais: contribuições da neurociência à aprendizagem. <b>Revista X</b> , v. 2, n. 1.2016, 2016.
SOUSA, Anne Madeliny Oliveira Pereira de; ALVES, Ricardo Rilton Nogueira. A neurociência na formação dos educadores e sua contribuição no processo de aprendizagem. <b>Revista Psicopedagogia</b> , v. 34, n. 105, p. 320-331, 2017.

<b>DISCIPLINA: TCC II</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.2.0	45h	TCC I
<b>EMENTA:</b>		
Orienta a coleta e análise de dados do trabalho de conclusão de curso.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
GIOLO, Suely Ruiz. <b>Introdução à análise de dados categóricos com aplicações</b> . São Paulo: Blucher, 2017.		
PEREIRA, Mauricio Gomes. <b>Artigos científicos</b> : como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013.		
VIEIRA, Sônia. <b>Introdução à bioestatística</b> . 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. <b>Comunicação e Ciência</b> : iniciação à ciência, redação científica e oratória científica. Recife: Nuppea, 2014. 209 p.		
CASTRO, Silvia Pereira de, et al. <b>TCC: Trabalho de conclusão de curso</b> . São Paulo, SP: Saraiva Educação. 2019. 320 p.		
MARTINEZ, Edson Z. <b>Bioestatística para os cursos de graduação da área de saúde</b> . São Paulo: Blucher, 2015. 345 p.		
RODRIGUES, Janete de Páscoa e RIBEIRO, Sérgio Luiz Galan. <b>O Ensino da Educação Física escolar no Piauí</b> . Teresina: EDUFPI, 2019.		
SUCHMACHER, Mendel; GELLER, Mauro. <b>Bioestatística passo a passo</b> . 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Thieme Revinter, 2019. 285 p.		

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VII</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>

0.0.0.3	45h	
<p><b>EMENTA:</b> Saúde no contexto social, econômico e ambiental. Responsabilidades do Poder Público. Direitos e alternativas para os cuidados com a saúde individual e coletiva. Hábitos necessários para manter a saúde e o bem-estar. Educação Alimentar e Nutricional. Prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Problemáticas brasileiras referentes à má nutrição.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <b>Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas</b>. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.</p> <p>LANCHA Jr, Antonio Herbert; LONGO, Sueli. <b>Nutrição: do exercício físico ao esporte</b>, 1.ed. São Paulo – SP, Manole, 2019.</p> <p>VASCONCELLOS, Marcelo Barros. <b>Atividade Física, Nutrição e Saúde: Políticas Públicas de Prevenção e Controle de Obesidade em Adolescente</b>, 1.ed. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2017.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <b>Política Nacional de Alimentação e Nutrição</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno Teórico. <b>Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais</b>. Brasília - DF: MDS; 2014.</p> <p>JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. <b>Nutrição no esporte: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício</b>, 3.ed. São Paulo – SP, Manole, 2021.</p> <p>McARDLE, William D; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. <b>Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano</b>, 8.ed. Rio de Janeiro – RJ, Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>MELLO, Ana Paula de Queiroz; DAMASCENO, Nágila Raquel Teixeira. <b>Educação alimentar e nutricional como estratégia para a prevenção da obesidade e seus agravos: práticas pedagógicas aplicadas à escola</b>. 1.ed. São Paulo – SP: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2022.</p>		

### 8º PERÍODO – LICENCIATURA

<b>DISCIPLINA: Avaliação da aprendizagem</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
4.0.0	60h	Didática geral

<b>EMENTA:</b> Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
HAYDT, Regina C. <b>A avaliação do processo ensino-aprendizagem.</b> São Paulo: Ática, 2008. HOFFMANN, Jussara. <b>Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.</b> 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.</b> 1ed. São Paulo: Cortez, 2011.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
DALBEN, Ângela ILF. <b>Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola.</b> Campinas, SP: Papirus, 2004. DEPRESBITERIS, Lea. <b>Avaliação educacional em três atos.</b> São Paulo: Editora SENAC, 1999. HOFFMANN, Jussara. <b>Avaliar para promover: as setas do caminho.</b> Porto Alegre: Mediação, 2010. MELCHIOR, Maria Celina. <b>Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação.</b> Porto Alegre: Premier, 2001. 101p. MORETTO, Vasco Pedro. <b>Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

<b>DISCIPLINA: Estágio Supervisionado Obrigatório IV</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.12.0	180h	Estágio III
<b>EMENTA:</b> Realização de atividades de regência na escola, no Ensino Fundamental maior e Ensino Médio. Planejamento de aulas com reconhecimento da diferença, atinente à práticas inclusivas, sobremaneira a considerar alunos com necessidades educativas especiais, a diversidade étnico-racial, de gênero, infância e adolescência. Execução das aulas, registro das aulas ministradas e relatório das atividades de estágio.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
COLETIVO DE AUTORES. <b>Metodologia do ensino da educação física.</b> São Paulo: Cortez, 1992. CORREIA, Mesaque Correia. (Organizador). <b>O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO LUGAR DE FALA DO LICENCIANDO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: narrativas de aprendizagens.</b> Teresina – PI: Edufpi, 2019. MOREIRA, Evandro Carlos. <b>O que é e como ensinar educação física na escola.</b> Judiaí-SP: Fontoura, 2009.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
DARIDO, Suraya Cristina. <b>PARA ENSINAR EDUCAÇÃO FÍSICA: possibilidades de intervenção na escola.</b> 7. ed. São Paulo: Papirus, 2013. MOREIRA, Evandro Carlos. <b>O que é e como ensinar educação física na escola.</b> Judiaí-SP: Fontoura, 2009. NEIRA, Marcos Garcia. <b>Ensino da educação física.</b> São Paulo: Thomson Learning, 2007. SOARES, Sandra Tereza Souza; CARVALHO, Marina Tereza Soares. <b>Conteúdo e metodologia de educação física.</b> Teresina-PI: EDUFPI, 2010.		

VAZ, Alexandre Fernandez; SAYÃO, Deborah Thomé; PINTO, Fábio Machado. (Orgs.). **Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a prática de ensino de educação física**. Florianópolis: UFSC, 2002.

<b>DISCIPLINA: Metodologia do ensino da Educação Física</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.2.0	60h	Didática geral
<b>EMENTA:</b>		
<p>Conceitos, importância, aspectos legais e objetivos da Educação Física Escolar. Conteúdos, estratégias metodológicas e dinâmicas avaliativas da Educação Física na Educação nos diferentes níveis de escolarização. Práticas pedagógicas utilizando recursos metodológicos do campo das Metodologias Ativas. Planejamento pedagógico e execução de aulas específicas para a Educação Física nos diferentes níveis de ensino, coerentes com as Abordagens de Ensino da Educação Física e Métodos de Ensino para os Esportes, alicerçadas nos pressupostos e fundamentos das Metodologias Ativas de Aprendizagem.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>MOREIRA, Evandro Carlos. <b>O que é e como ensinar educação física na escola</b>. Jundiaí-SP: Fontoura, 2009.</p> <p>NEIRA, Marcos Garcia. <b>Ensino da educação física</b>. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>VAZ, Alexandre Fernandez; SAYÃO, Deborah Thomé; PINTO, Fábio Machado. (Orgs.). <b>Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a prática de ensino de educação física</b>. Florianópolis: UFSC, 2002.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
<p>DAÓLIO, Jocimar. <b>Da cultura do corpo</b>. Campinas-SP: Papyrus, 2011.</p> <p>HEROLD JUNIOR, Carlos. <b>Educação física na história do pensamento educacional: apontamentos</b>. Guarapuava-PR: UNICENTRO, 2008.</p> <p>SOARES, Carmem. <b>Educação física: conhecimento e saber escolar</b>. João Pessoa-PB: UFPB, 2009.</p> <p>SOARES, Carmem. <b>Educação física: Raízes Europeias e Brasil</b>. Rio de Janeiro-RJ: Autores Associados, 2012.</p> <p>TUBINO, Manoel José Gomes. <b>As Teorias da educação física e do esporte: uma abordagem epistemológica</b>. Barueri, SP: Manole, 2002. 67 p.</p>		

<b>DISCIPLINA: TCC III</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.1.0	15h	TCC II
<b>EMENTA:</b>		
<p>Orienta a redação científica do trabalho de conclusão de curso e sua respectiva apresentação oral.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
<p>BLIKSTEIN, Izidoro. <b>Como falar em público: técnicas e habilidades de comunicação para apresentações</b>. São Paulo, SP: Ática, 2007. 167 p.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <b>Didática do ensino superior</b>. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 283 p.</p> <p>MANZANO, André Luiz N. G. <b>Estudo dirigido de Microsoft Office Power Point 2003</b>. São Paulo: Érica, 2004. 214 p.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. *Comunicação e Ciência: iniciação à ciência, redação científica e oratória científica*. Recife, PE: Nuppea, 2014. 209 p.

CASTRO, Silvia Pereira de, et al. **TCC: Trabalho de conclusão de curso**. São Paulo, SP: Saraiva Educação. 2019. 320 p.

GUSTAVII, Bjorn. **Como escrever e ilustrar um artigo científico**. São Paulo, SP: Parábola, 2017. 232p.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 215 p.

PEREIRA, Mauricio Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013. 383 p.

<b>DISCIPLINA: Atividades Curriculares de Extensão VIII</b>		<b>CÓDIGO:</b>
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
0.0.0.3	45h	
<p><b>EMENTA:</b> Economia. Educação Financeira. Educação Fiscal. Preparo para a sustentabilidade financeira. Equilíbrio financeiro. Dificuldades de planejamento. Direitos e deveres fiscais dos cidadãos. Trabalho. Inserção social e técnica no mundo do trabalho. Desemprego e reflexos sobre as relações sociais e familiares.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p>		
<p>ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. <b>Os sentidos do trabalho</b>: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2.ed. São Paulo – SP, Boitempo, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. <b>Caderno Economia</b>: educação financeira, educação fiscal, trabalho. Brasília, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série: temas contemporâneos transversais: Base Nacional Comum Curricular – BNCC).</p> <p>SINGER, Paul. <b>Aprender economia</b>. 20 ed. São Paulo, Contexto, 2001.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p>		
<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. <b>Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais</b>. Brasília: BCB, 2013.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. <b>Vida para Consumo</b>: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2008.</p>		

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Educação fiscal no contexto social**, Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).

BRASIL. **Código de defesa do consumidor e normas correlatas**. 2. ed. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Saraiva, 2007.

## 6.2 Disciplinas optativas

### Etapa Comum

<b>DISCIPLINA: Algoritmos e programação</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Algoritmos: estruturas sequenciais, de seleção e repetição. Tipos estruturados básicos: vetores e matrizes. Funções. Conceitos sobre tipos abstratos de dados. Estruturas de dados estáticas e dinâmicas. Algoritmos de pesquisa e de ordenação. Implementação dos algoritmos: emprego de linguagem de programação.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
DEITEL, P.; DEITEL, H. C: <b>Como programar</b> . 6.ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011. MIZRAHI, Victorine Viviane. <b>Treinamento em linguagem C</b> . 2.ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2008. SCHILDT, Herbert. <b>C, completo e total</b> . 3.ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 1996. 827 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ASCENCIO, A. F. G.; CAMPUS, E. A. V. <b>Fundamentos da Programação de Computadores</b> : Algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 2 ed. Pearson: Prentice Hall. 2008. BACKES, André. <b>Linguagem C: Completa e Descomplicada</b> . Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012. EDELWEISS, Nina; LIVI, Maria Aparecida Castro. <b>Algoritmos e Programação com exemplos em Pascal e C</b> . Porto Alegre: Bookman, 2014. FARRER, H. <b>Algoritmos Estruturados</b> . 3.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2011. MOKARZEL, Fabio Carneiro; SOMA, Nei Yoshihiro. <b>Introdução à Ciência da Computação</b> . Campus, 2008.		

<b>DISCIPLINA: Felicidade</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> Autoconhecimento como premissa para a felicidade. Aspectos do conhecimento socioemocional, reflexões filosóficas e desenvolvimento das relações humanas. A felicidade como precursora do sucesso. Estratégias de enfrentamento aos fatores psicológicos que interferem no desempenho acadêmico (insegurança, desamparo, ansiedade, depressão, timidez...). Vivências geradoras de felicidade.		

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BASTAN-DZIN-RGYA-MTSHO, Dalai Lama. <b>A Arte da felicidade:</b> uma manual para a vida. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001. 364 p.		
BOSCH, Philippe van den. <b>A Filosofia e a felicidade.</b> São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998. 274 p.		
SÊNECA. <b>A Vida feliz.</b> Blumenau - SC: Editora Eko, 2006. 95 f.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ACHOR, S. <b>O Jeito Harvard de Ser Feliz</b> - o Curso Mais Concorrido de Uma Das Melhores Universidades do Mundo. Editora: Saraiva. Ano: 2012		
BEN-SHAHAR, T. <b>Aprenda a Ser Feliz</b> - O curso de felicidade da Universidade de Harvard. Editora: Luade Papel. Ano: 2015. 176 págs.		
LENOIR, Frederic. <b>Sobre a felicidade:</b> Uma Viagem Filosófica. Editora: Objetiva, 2016.		
COLETA, José Augusto Dela; COLETA, Marília Ferreira Dela. Felicidade, bem-estar subjetivo e comportamento acadêmico de estudantes universitários. <b>Psicologia em Estudo, Maringá</b> , v. 11, n. 3, p. 533-539, set./dez. 2006.		
NASCIMENTO, Roberta; LOPES, Regina Lopes e Paulo. <b>Psicologia positiva.</b> Editora Matrix, 2017.		

<b>DISCIPLINA: Introdução à computação</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Conceitos básicos em sistemas computacionais: hardware e software; Principais aplicativos; Internet e crimes informáticos; Noções de algoritmos: estruturas sequenciais, de seleção e repetição; Tipos estruturados básicos: vetores e matrizes; Funções; Implementação dos algoritmos: emprego de linguagem de programação.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. <b>Introdução a informática.</b> 8.ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2013. 350 p.		
FOINA, P. R. <b>Tecnologia de informação:</b> planejamento e gestão. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
CAPUANO, Francisco Gabriel; IDOETA, Ivan Valeije. <b>Elementos de eletrônica digital.</b> 42.ed. São Paulo, SP: Erica, 2019. 439 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
DEITEL, P.; DEITEL, H. C. <b>Como programar.</b> 6.ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.		
KISCHNEVSKY, M.; SILVEIRA FILHO, O. T. da. <b>Introdução a informática.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2004.		
NORTON, P. <b>Introdução à Informática.</b> São Paulo: Makron Books. 1996.		
SOUSA, Francisco Vieira de. <b>Linguagens de programação.</b> Teresina, PI: EDUFPI, 2011. 114 p.		
VELLOSO, Fernando de Castro. <b>Informática:</b> conceitos básicos. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2011. 385 p.		

<b>DISCIPLINA: Inglês</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---

<b>EMENTA:</b> Estratégias de Leitura. Termos Técnicos na área de Educação Física e áreas afins. Tradução de Textos Científicos e Técnicos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> GADELHA, Isabel Maria Brasil. <b>Inglês instrumental: leitura, conscientização e prática.</b> Teresina, PI: UFPI, 2000. 148 p. SANTOS, Marion de Almeida; SANTOS, Osmar de Almeida. <b>Inglês em medicina: manual prático.</b> Baurer, SP: Manole, 2008. 160 p. TORRES, Nelson. <b>Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado.</b> 11. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2014. 445 p.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> AGUIAR C. C. <i>et al.</i> <b>Inglês instrumental – abordagens x compreensão de textos.</b> Fortaleza: Premium, 2002. GUANDALINI, E.O. <b>Técnicas de leitura em inglês: ESP – English for Specific Purposes.</b> São Paulo: Textonovo Editora, 2002. OLIVEIRA, S. <b>Leitura crítica de textos.</b> Brasília: Edição Independente, 2005. PEREIRA, Carlos Augusto. <b>Iglês para concursos: gramática.</b> Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2007. SILVA, S.M.S & ARAÚJO, A.D.(org). <b>Inglês instrumental: caminhos para leitura.</b> Teresina: Alínea Publicações Editora, 2002.

<b>DISCIPLINA: Mídia e esportes</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b> O esporte espetáculo contemporâneo sob o enfoque da mídia e suas influências na Educação Física. A cultura esportiva midiaticizada e o profissional de Educação Física - análise crítico-social dos meios de comunicação no esporte como recurso didático para a intervenção pedagógica. Fatores que produzem mídia esportiva. Controle social e político por meio do esporte na mídia. Esporte performance e esporte lazer. Processos educativos e mediados por tecnologias e suas implicações na educação física.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> COELHO, Paulo Vinicius. <b>Jornalismo esportivo.</b> São Paulo, SP: Contexto, 2008. 120 p. LINHARES, Marcos. <b>Nos bastidores do jornalismo esportivo: a magia da cobertura esportiva mundial.</b> São Paulo, SP: Celebris, 2006. 109 p. PETARNELLA, Leandro; SOARES, Eliana Maria do Sacramento. <b>Cotidiano escolar e tecnologias: tendências e perspectivas.</b> Campinas, SP: Alínea, 2012. 165 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> GASTALDO, E. L. <b>Comunicação e Esporte: explorando encruzilhadas, saltando cercas. Comunicação, mídia e consumo.</b> São Paulo, v.8, 2011. HELAL, R. e GASTALDO E. (Org.). <b>Copa do mundo 2014: Futebol, mídia e identidades nacionais.</b> 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Iamaparina, 2017. LOVISOLO, H. e STIGGER, M. P. <b>Esporte de rendimento e esporte na escola.</b> Rio de Janeiro: Editora amigos associados, 2009. NOGUEIRA, C. Zeros a direita: <b>Marketing e mídia no esporte.</b> Rio de Janeiro: Editora Iventura, 2010. SILVA, W. N. L. da e PACHECO NETO, M. <b>A mídia esportiva e a sua relação com a Educação Física escolar.</b> Horizontes – Revista de educação. v.4, n.8, jul./ a dez., 2016.		

<b>DISCIPLINA: Português e técnicas de redação</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
A Língua Portuguesa na comunicação oral e escrita. A linguagem falada, escrita e habilidades linguísticas de produção textual oral e escrita. Variedade linguística. Concepções e estratégias de leitura. O processo de produção textual. Diversidade dos gêneros textuais. Aspectos linguístico-gramaticais aplicados aos textos. A argumentação nos textos orais e escritos. Os gêneros textuais da esfera acadêmica. Redação oficial.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
AZEVEDO, José Carlos de. <b>Gramática Houaiss da língua portuguesa</b> . São Paulo, SP: PubliFolha, 2012. 583 p.		
BELTRÃO, Odair; BELTRÃO, Mariúsa. <b>Correspondência: linguagem &amp; comunicação</b> - oficial, empresarial e particular. 24.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2011. 335 p.		
FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. <b>Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários</b> . 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 383 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BECHARA, Evanildo. <b>Gramática escolar da língua portuguesa</b> . 2.ed. Ampliada e atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.		
BELTRÃO, Odair; BELTRÃO, Mariúsa. <b>Correspondência: Linguagem &amp; comunicação oficial, empresaria e particular</b> . 23 ed. São Paulo, Atlas S. A., 2005.		
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b> . 17.ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 431 p.		
_____. <b>Lições de texto: leitura e redação</b> . São Paulo: Ática, 2009.		
MARCUSCHI, Luiz Antônio. <b>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</b> . São Paulo: Parábola Editorial, 2009.		

<b>DISCIPLINA: Relações étnicos raciais, gênero e diversidade</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. As relações étnico-raciais, diversidade de gênero e direitos humanos.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
BOAKARI, Francis Musa ; GOMES, Ana Beatriz Sousa ; BOMFIM, Maria do Carmo Alves (Org). <b>Gênero e diversidade na escola</b> . Teresina, PI: EDUFPI, 2011. 343 p.		
EDUCAÇÃO anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.		
FERNANDES, Gildásio Guedes ; OLIVEIRA, Cleidinalva Maria Barbosa ; GOMES, Ana Beatriz Sousa (Org). <b>Educação para as relações étnico-raciais</b> . Teresina, PI: EDUFPI, 2011. 175 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ARANDA, Virginia. Reflexión y análisis de políticas y prácticas innovadoras a la luz de las representaciones sociales y de la necesidad de una educación intercultural en la formación inicial docente. <b>Estudios pedagógicos</b> (Valdivia), v. 37, n. 2, p. 301-314, 2011.		

DA SILVA, Nanicleison José et al. Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. **Revista Exitus**, v. 10, p. e020074-e020074, 2020.

DEROSSI, Ingrid Nunes; FREITAS-REIS, Ivoni. Uma educadora científica do século XIX e algumas questões sexistas por ela enfrentadas: Marie Curie superando preconceitos de gênero. *Educación química*, v. 30, n. 4, p. 89-97, 2019.

OLTRAMARI, Leandro Castro; GESSER, Marivete. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, 2019.

SOUZA, Maria Thereza Oliveira; CAPRARO, André Mendes. Atletas femininas relembando o futebol na infância - a transposição das fronteiras de gênero. **Journal of Physical Education**, v. 28, 2017.

#### Etapa Específica – Licenciatura (Optativas)

<b>DISCIPLINA: Educação física escolar e promoção da saúde</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Contextualização da Educação e Saúde no Brasil com ênfase no Estado do Piauí. Políticas Públicas de Educação e Saúde. Elaboração de Programas de Educação e Saúde na Escola. Educação Permanente em Saúde para manutenção de uma vida fisicamente ativa. Desenvolvimento da Educação e Saúde ancorado na perspectiva sócio-ambiental, com ênfase na dimensão sócio-política e seus determinantes. Noção de saúde persecutória e promoção de saúde em diferentes contextos sócio-culturais.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
CARVALHO, Graca Simoes de; SILVA, Alberto Nidio; PEREIRA, Beatriz Oliveira. <b>Atividade física, saúde e lazer: o valor formativo do jogo e da brincadeira</b> . Minho Portugal: Universidade do Minho, 2012. 286 p.		
NISTA-PICCOLO, Vilma Leni; MOREIRA, Wagner Wey. <b>Esporte para a saúde: nos anos finais do ensino fundamental</b> . São Paulo, SP: Cortez, 2012. 159 p.		
VAGO, Tarcísio Mauro. <b>Educação física na escola: para enriquecer a experiência da infância e da juventude</b> . Belo Horizonte, MG: Mazza, 2012. 199 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BRASIL, Ministério da Educação. <b>Manual operacional para os profissionais da Saúde e Educação – Promoção da alimentação saudável nas escolas</b> . Brasília 2016.		
BAGRICHEVSKY, M; ESTEVÃO, A; PALMA, A. (organizadores). <i>A saúde em debate na Educação Física</i> . Ilhéus: Editus, 2007.		
NAHAS, M. V. <b>Atividade física; saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo</b> . Londrina: Midiograf, 2013.		
RODRIGUES, Ana Maria da Silva; OLIVEIRA, Edvaldo César da Silva; FEITOSA, Raul Alves (Org). <b>Educação física e saúde: o pensar do coletivo de professores</b> . Teresina: EDUFPI, 2017. 300 p.		
SILVA, Tiago Aquino da Costa. <b>Educação física escolar: práticas baseadas na BNCC</b> . São Paulo: Supimpa, 2019.		

<b>DISCIPLINA: Educação física escolar somática</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---

**EMENTA:**

Introdução ao campo da Educação Somática. Consciência sobre potencialidades expressivas e limites corporais. Propriocepção e uso de objetos. Investigação do corpo: percepção corporal como forma de comunicação, concentração, tensão, relaxamento e sensibilização. Movimentos globais e segmentados. Respiração, Concentração e Movimento. A qualidade do movimento: precisão, foco, prontidão. Percursos espaço/temporais. Coordenação motora/rítmica. Compreensão de estruturas corporais para respirar, alongar, equilibrar, mobilizar articulações e ampliar o gesto motor. A criação de movimentos. Relações de ensino e aprendizagem, escolar e não-escolar, a partir da Educação Somática.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

COSTA, Fábio Soares da. **Educação Física Escolar Somática**. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em Educação. Porto Alegre-RS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. 2019. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8390>>

COSTA, Fábio Soares da, SANTOS, Andreia Mendes dos; RODRIGUES, Janete de Páscoa. **Educação somática como perspectiva inclusiva nas aulas de educação física escolar**. Rev. Bras. Estud. Presença, Porto Alegre, v. 9, n. 1, e79769, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-266079769>>

FREITAS, Giovanina Gomes de. **O Esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. 2.ed. Ijuí, RS: UNIJUI, 1999. 96 p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano; VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs.). **Corporeidade**: ensaios que envolvem o corpo. Fortaleza-CE: UFC, 2004.

MOREIRA, Wagner Wey. **Educação física escolar**: uma abordagem fenomenológica. 3 ed. Campinas-SP: UNICAMP, 1995.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corporeidade e educação física**: do corpo-objeto ao corpo-sujeito. 2 ed. EDUFRRN, 2005.

SANTOS, Andreia Mendes dos; COSTA, Fábio Soares da. **Filosofia da corporeidade**: transversalizações de um corpo intenso de devir. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 223-237, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623663733>>

VARGAS, Ângelo Luís de Souza. **O corpo e o movimento**: a educação física em reflexão. Rio de Janeiro: Faculdades Moacyr S. Bastos, 1993.

**DISCIPLINA: Educação física na EJA**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---

**EMENTA:**

Contextualização histórica e educacional da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. As políticas públicas para a modalidade da EJA no Brasil. Aspectos legais da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Planejamento do ensino da Educação Física na EJA através de “Círculos de Cultura” e de metodologias inventivas e empoderadoras. Caracterização da EJA em seus aspectos teórico-metodológicos. A perspectiva Freireana na Educação de Jovens e Adultos. Desenvolvimento social, físico, afetivo, emocional, espiritual e cognitivo dos alunos e alunas da EJA.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de jovens e adultos**: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014. 213p. (Docência em formação. Educação de jovens e adultos).

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; SOARES, Rosângela de Fatima Rodrigues. **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012. 191 p.

SOARES, Lêoncio; Gionanetti Maria Amélia Gomes de Castro; Gomes Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte, RS: Autêntica, 2011. 296 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François. **Saber, Formar e Intervir para uma Educação Física em mudança**. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.

CORREIA, Mesaque Silva. **A educação física escolar no contexto da educação popular na escola pública: A construção da realidade desejada na imperfeição do fazer diário**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu – USJT. (Tese de Doutorado em Educação Física), 2014. [https://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/2014/259.php](https://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2014/259.php)

CORREIA, Silva Correia; MIRANDA, Maria Luiza de Jesus; VELARDI, Marília. A prática da educação física para idosos ancorada na pedagogia freireana: reflexões sobre uma experiência dialógica-problematizadora. **Movimento**. Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 281-297, out/dez de 2011. <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/19558/17729>

SILVA, Tiago Aquino da Costa. **Educação física escolar: práticas baseadas na ABNCC**. São Paulo: Supimpa, 2019.

CARVALHO, Rosa Malena (Org.). **Educação física escolar na educação de jovens e adultos**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

#### **DISCIPLINA: Empreendedorismo e marketing pessoal**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	---

#### **EMENTA:**

Empreendedorismo: conceitos, comportamento, aplicações, modelos de negócios, aprendizado, cooperação e ética. Inovação: conceitos, estratégias, redes, políticas, sistemas nacionais. O ambiente inovador: parceria universidade/empresa. Incubadoras de empresas: origem e conceitos. O processo de gestão e o aprendizado. Startups e aceleradoras. Estatísticas, evidências empíricas e estudos de caso.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações a realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2014. .

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Marketing esportivo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Ildamara Ferreira dos. **Educação empreendedora: a prática docente formando a mente empreendedora discente**. Floriano/PI, 2019.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

RIBEIRO, Lair. **O sucesso não ocorre por acaso**. Rio de Janeiro:Objetiva, 1993

BROOKS, John. **Aventuras Empresariais**. Rio de Janeiro: Best Business (Grupo Editorial Record), 2016

CARNEGIE, Dale. **Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas**. São Paulo: Companhia editora nacional, 2012.

SHINYASHIKI, Roberto. **Pare de dar murro em ponta de faca: E seja você maior!** São Paulo: Gente, 2017

SPENCER, Johnson. **Quem mexeu no meu queijo?** Rio de janeiro: Record, 2017. (Tradução de Maria Clara de Biase).

#### **DISCIPLINA: Ginástica Artística**

<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
------------------	-----------------------	--------------------------

1.1.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Aspectos introdutórios da Ginástica Artística. Principais elementos da Ginástica Artística. Fases do processo de aprendizagem da Ginástica Artística. Provas Masculinas e Femininas. Importância da Ginástica Artística para o desenvolvimento motor.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALBUQUERQUE FILHO, Jose Arruda. <b>Manual de ginastica olímpica ginastica artística</b> . Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 1986. 212 p.		
BRASIL Ministério Da Educação E Cultura. <b>Caderno técnico-didático: ginástica olímpica</b> . Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1977. 80 p.		
HOSTAL, Philippe. <b>Pedagogia da ginastica olímpica</b> . São Paulo, SP: Manole, 1982. 109p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
BREGOLATO, R. <b>Cultura corporal da ginástica</b> . São Paulo:Ícone,2002.		
CARRASCO, Roland. <b>Tentativa de sistematização da aprendizagem, ginastica olímpica</b> . 2.ed. São Paulo, SP: Manole, 1982. 145 p.		
FREITAS, Armando; VIEIRA, Sílvia. <b>O que é Ginástica Artística</b> . São Paulo: Casa da Palavra. 2009.		
HOSTAL, Philippe. <b>Pedagogia da ginastica olímpica</b> . São Paulo, SP: Manole, 1982. 109 p.		
NONUMURA, Miriam. <b>Ginástica Artística</b> . São Paulo: Editora Odysseus.2009.		
PUBLIO, N.S. <b>Evolução histórica da ginástica olímpica</b> .2ª ed. São Paulo:Phorte.2002.		
SANTOS, José Carlos Eustáquio. <b>Ginástica Artística: aprendendo para ensinar</b> . Rio de Janeiro; Editora Sprint,2000.		

<b>DISCIPLINA: Nutrição aplicada ao exercício físico</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
1.1.0	30h	Bioquímica para Educação Física
<b>EMENTA:</b>		
Demandas alimentares durante as fases do desenvolvimento humano e na prática de exercícios físicos. Metabolismo de macronutrientes e micronutrientes na prática do exercício físico. Hidratação durante a prática de exercício físico. Suplementação nutricional na saúde e no esporte.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ORNELLAS, L.H. <b>A Alimentação através dos tempos</b> . Editora UFSC 3.ed. Florianópolis, 2003.		
KAZAPI, I. A. M. <b>Nutrição do atleta</b> . Editora UFSC, Florianópolis, 2003.		
MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. <b>Fisiologia do exercício</b> . Wolters Kluwer Health, 2015.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
CARVALHO, Tales de; MARA, Lourenço Sampaio de. Hidratação e nutrição no esporte. <b>Revista Brasileira de Medicina do Esporte</b> , v. 16, n. 2, p. 144-148, 2010.		
LICHTENSTEIN, Alice H. et al. Diet and lifestyle recommendations revision 2006: a scientific statement from the American Heart Association Nutrition Committee. <b>Circulation</b> , v. 114, n. 1, p. 82-96, 2006.		
RIQUE, Ana Beatriz Ribeiro et al. Nutrição e exercício na prevenção e controle das doenças cardiovasculares. <b>Rev Bras Med Esporte</b> , v. 8, n. 6, p. 244-54, 2002.		
ROCHA, Luciene Pereira da; PEREIRA, Maria Vanessa Lott. Consumo de suplementos nutricionais por praticantes de exercícios físicos em academias. <b>Revista de Nutrição</b> , v. 11, n. 1, p. 76-82, 1998.		

ROSSI, Luciana; TIRAPÉGUI, Júlio. Aspectos atuais sobre exercício físico, fadiga e nutrição. **Rev Paul Educ Fís**, v. 13, n. 1, p. 67-82, 1999.

<b>DISCIPLINA: Patologia humana</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	Fisiologia humana
<b>EMENTA:</b>		
Estudo dos conceitos e repercussões das alterações, adaptações, lesões, reparo e morte celulares. O processo inflamatório agudo e crônico. Introdução ao estudo da etiologia, patogênese, evolução e prognóstico das doenças dos diversos sistemas corporais (cardiovascular, respiratório, neurológico, musculoesquelético e sensorial).		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ROBBINS, Stanley L; KUMAR, Vinay; COTRAN, Ramzi S. <b>Fundamentos de Robbins:</b> patologia estrutural e funcional. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2001. 766 p. FRANCO, Marcello et al. <b>Patologia:</b> processos gerais. 6.ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2015. 338 p. BRASILEIRO FILHO, Geraldo. <b>Bogliolo:</b> Patologia Geral. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanbara Koogan, 2018. 315 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
KIERSZENBAUM, Abraham; TRES, Laura L. Histologia e biologia celular: uma introdução a patologia. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2016. 734 p. BERNE, R. M.; KOEPPEN, B. M.; LEVY, M. N. <b>Fisiologia.</b> 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. DOUGLAS, C.R. <b>Tratado de Fisiologia em Fisioterapia.</b> 2.ed. São Paulo: Tecmedd, 2004. HALL, John E; GUYTON, Arthur C. <b>Tratado de fisiologia médica.</b> 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 1151 p. KOEPPEN, Bruce M; STANTON, Bruce A (Ed). <b>Berne &amp; Levy:</b> fisiologia. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009. 844 p.		

<b>DISCIPLINA: Práticas integrativas e complementares</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Práticas integrativas complementares: bases históricas, sociais e científicas. Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia relacionadas à prevenção agravos e de doenças, promoção e recuperação da saúde utilizando estas terapias.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ALMEIDA, Eliane Teixeira de. <b>Florais e qualidade de vida.</b> São Paulo, SP: Ícone, 2006. 128 p. FONTES, Olney Leite; CESAR, Amarilys de Toledo; CHAUD, Marco Vinicius. <b>Farmácia homeopática:</b> teoria e prática. 4.ed. Barueri, SP: Manole, 2013. 396 p. LUCA, Marcia de; BARROS, Lucia. <b>Ayurveda:</b> cultura de bem-viver. São Paulo, SP: Cultura, 2007. 327 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
ÁCARYA, A.A. <b>Yoga para saúde integral.</b> 4ªed. São Paulo: Ananda Marga, 2005 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <b>Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS.</b> Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos		

Básicos de Saúde).

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: avanços, desafios e reafirmação de princípios e diretrizes**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2002.

NASCIMENTO, MC; NOGUEIRA, MI. **Intercâmbio solidário de saberes em saúde: racionalidades médicas e práticas integrativas e complementares**. SP: Hucitec, 2013.

WENTZCOVITCH, Cecília Ana. **Terapia bioenergética integral: método Cecília Ana Wentzcovitch, a busca da saúde física e metafísica**. São Paulo-SP: Ícone, 2007. 281 p.

<b>DISCIPLINA: Saúde coletiva</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	---
<b>EMENTA:</b>		
Contextualização histórica e conceitos de saúde coletiva, saúde pública e as políticas públicas de promoção de saúde. Sistema Único de Saúde. Aspectos epidemiológicos da atividade física. Ações educativas e pedagógicas em promoção da saúde. Atividades de competência do profissional de Educação Física para a realização de programas de saúde coletiva.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. <b>Por dentro do SUS</b> . São Paulo, SP: Atheneu, 2010. 164 p.		
CAMPUS, Gastão Wagner de Sousa et al (Org). <b>Tratado de saúde coletiva</b> . 2.ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2012. 968 p.		
ROCHA, Aristides Almeida; CÉSAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena. <b>Saúde pública: bases conceituais</b> . 2.ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2013. 414 p.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>		
FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe. (orgs). <b>Educação Física e Saúde Coletiva: Políticas de Formação e Perspectivas de Intervenção</b> Editora: UFRGS, 2007.		
FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. <b>Epidemiologia da Atividade Física</b> . Atheneu, 2011.		
PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. <b>Saúde Coletiva - Teoria e Prática</b> . Medbook, 2013.		
PEREIRA, Mauricio Gomes. <b>Epidemiologia - Teoria e Prática</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.		
PITANGA, Francisco José Gondim. <b>Epidemiologia da Atividade Física, Exercício Físico e Saúde</b> . Phorte, 2010.		

<b>DISCIPLINA: Sociopoética e Educação Física</b>		
<b>Créditos:</b>	<b>Carga Horária:</b>	<b>Pré-requisito(s):</b>
2.0.0	30h	Sem pré-requisitos
<b>EMENTA:</b> O método sociopoético como abordagem qualitativa na pesquisa-corpo e no processo ensino-aprendizagem. Os princípios da Sociopoética. A construção dos dispositivos de pesquisa (as técnicas). A Sociopoética enquanto dispositivo/método/técnica de pesquisa qualitativa em Educação Física. A Sociopoética e a pesquisa-corpo-diferença em ambiente escolar e não-escolar.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>		
GAUTHIER, Jacques. Sociopoética e formação do pesquisador integral. <b>Revista Psicologia, Diversidade e Saúde</b> , Salvador. 2015;4(1): 78-86. Disponível em: <a href="https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/459/526">https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/459/526</a>		

GUATTARI, Félix; RALNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 439 p.

MATOS, Margarida Gaspar. **Corpo, movimento e socialização**. Rio de Janeiro: SPRINT, 1994.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de rua**: cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. **Educação física escolar**: da alienação à libertação. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

BARBOSA NETO, Neusa. **Crokiarte**: desenho na educação física. 2. ed. Uberlândia-MG: UFUB, 1984.

BETTI, Mauro. **Educação física escolar**: ensino e pesquisa-ação. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 2009.

GAUTHIER, Jacques. **O oco do vento**: metodologia da pesquisa sociopoética e estudos transculturais. Curitiba, PR: CRV: 2012.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. 15 ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PETIT, Sandra. **Pretagogia pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

VILAR, Zita. **Buscando cidadania para o envelhecimento à luz da sociopoética**. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. 2004. 151f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Fortaleza, 2004.

SANTOS, Kathia Raquel Piauilino. **Confetos produzidos por alunos de uma escola técnico-profissionalizante sobre os afetos na escola: uma pesquisa sociopoética**. 2013. (Dissertação). PPGED – Universidade Federal do Piauí, 2013.

## **7. INFRAESTRUTURA**

### **7.1 Instalações e equipamentos**

O Departamento de Educação Física conta atualmente com sete salas de aula; um auditório para até 175 pessoas; uma sala de reuniões; dois laboratórios de pesquisa em Educação Física; um laboratório de Informática; uma sala de estudos, com capacidade para até 20 alunos; uma pista de atletismo olímpica; uma piscina olímpica, um ginásio poliesportivo; uma quadra poliesportiva, coberta; cinco quadras poliesportivas descobertas; uma academia de musculação; dois campos de futebol; um centro de treinamento de badminton; uma quadra de voleibol de areia e de handebol de areia.

No que diz respeito a política de manutenção dos laboratórios, bem como dos equipamentos existentes no Departamento de Educação Física disponíveis para o funcionamento do curso de Licenciatura e de bacharelado em Educação Física, estes são mantidos pela UFPI através da Coordenadoria de Manutenção Patrimonial da Prefeitura Universitária. A seguir é apresentada a lista de equipamentos disponíveis para as atividades do curso e as instalações físicas destinadas ao mesmo.

#### **Quadro 7:** Equipamentos disponíveis no Departamento de Educação Física

<b>EQUIPAMENTOS</b>		
<b>Item</b>	<b>Descrição do equipamento</b>	<b>Quantidade</b>

01	Anemômetro digital	01
02	Anilha de ferro peso 01 kg	02
03	Anilha de ferro peso 02 kg	11
04	Anilha de ferro peso 03 kg	07
05	Anilha de ferro peso 04 kg	10
06	Anilha de ferro peso 05 kg	13
07	Anilha de ferro peso 10 kg	12
08	Anilha de ferro peso 15 kg	23
09	Anilha de ferro peso 20 kg	16
10	Anilha de ferro peso 25 kg	18
11	Armário de ferro com prateleiras duas portas	14
12	Armário de ferro com quatro divisórias	02
13	Balcão de madeira 2,10 metros com várias divisórias	01
14	Banco scott livre	01
15	Banco scott máquina	01
16	Banco supino articulado	01
17	Banco supino inclinado livre	01
18	Banco supino reto livre	01
19	Barra h	04
20	Barra reta tamanho grande	03
21	Barra reta tamanho médio	01
22	Barra reta tamanho pequeno	03
23	Barra w	02
24	Barreira de corrida	74
25	Bastão de revezamento	08
26	Bebedouro aumak modelo bcm 100 de três torneiras	01
27	Bebedouro grande com três torneiras	01
28	Bebedouro pequeno de três torneiras	04
29	Biruta	01
30	Bola de pilates tamanho: média	01
31	Cadeira escritório acolchoada cor azul com braços	05
32	Cadeira extensora	01
33	Cadeira secretária acolchoada sem braços cor preta	12
34	Cadeira secretária tipo espaguete	01
35	Cadeira tipo secretária acolchoada cor azul sem braços	02
36	Carrinho para transporte de obstáculos	02
37	Carrinhos para transporte de barreiras	02
38	Carteira estudantil	215
39	Cavalo com alças para ginástica artística	01
40	Colchão para salto com vara	01
41	Condicionador de ar 12.000 btus tipo Split	12
42	Condicionador de ar 36.000 btus tipo Split	06
43	Condicionador de ar 60.000 btus tipo Split	10
44	Condicionador de ar 19.000 btus tipo janeleiro	09
45	Cpu hp	07
46	Cross over	01
47	Cross over tamanho grande	02
48	Cross over tamanho pequeno	01

49	Disco de atletismo peso 2 kg	02
50	Estabilizador 1000 w	02
51	Estabilizador microsól 2000 w	01
52	Estabilizador modelo sol 1500 potência 1200 w	01
53	Estante com gavetas	01
54	Esteira modelo evoque	01
55	Extensor lombar	01
56	Flexora horizontal	01
57	Geladeira continental modelo frost free duas portas	01
58	Geladeira modelo rw 34	01
59	Glúteo máquina	01
60	Graviton	01
61	Halteres de ferro montado com anilhas de 10 kg, peso total 20 kg	02
62	Halteres de ferro montado com anilhas de 5 kg, peso total 20 kg	02
63	Halteres de ferro montado com anilhas, peso total 14 kg	02
64	Halteres de ferro montado com anilhas, peso total 16 kg	02
65	Halteres de ferro montado com anilhas, peso total 18 kg	02
66	Halteres de ferro montado com anilhas, peso total 6 kg	02
67	Halteres de ferro montado com anilhas, peso total 8 kg	02
68	Halteres de ferro peso 1 kg	02
69	Halteres de ferro peso 2 kg	04
70	Halteres de ferro peso 3 kg	01
71	Indicador de distância	06
72	LEG-PRESS 45°	02
73	Longarina três lugares acolchoada cor azul com braços somente nos cantos	01
74	Máquina abdução	01
75	Máquina adutora / abdução em pé	01
76	Máquina de agachamento	01
77	Máquina desenvolvimento	01
78	Máquina extensora / flexora	02
79	Marcador de tempo	01
80	Megafone	01
81	Mesa de escritório	01
82	Mesa de ferro com quatro gavetas	02
83	Mesa de ferro com três gavetas	02
84	Mesa escritório de ferro sem gavetas	01
85	Mesa escritório de madeira branca com pernas de ferro e duas gavetas	01
86	Mesa escritório de madeira com pernas de ferro tamanho grande	01
87	Mesa escritório de madeira com pernas de ferro tamanho médio	02
88	Mesa escritório grande para computador	01
89	Mesa escritório para computador pequena com duas gavetas	01
90	Mesa escritório para computador sem gaveta	03
91	Mesa escritório pequena de ferro com três gavetas	03
92	Mesa escrivaninha de ferro sem gaveta	02
93	Mesa grande	01
94	Mesa pequena de ferro de três gavetas	01
95	Mesa pequena para computador com duas gavetas	02
96	Mesa pequena para computador sem gaveta	02

97	Monitor elite display modelo e232 23 polegadas	01
98	Monitor hp 23 polegadas	02
99	Monitor 19 polegadas	03
100	Monitor lg flatron 22mp55pq-b modelo 22mp55pk 21 polegadas	01
101	Nobreak sms modelo station ii potência 600 w	01
102	Obstáculo de 3,96 m.	03
103	Obstáculo de 5 m.	01
104	Panturrilha	01
105	Paralela abdominal	01
106	Peça de salto com vara	01
107	Peça de salto em altura	01
108	Peças salto em distância	06
109	Pistola de partida eletrônica jex modelo: 700-2	01
110	Placa de distância para salto em distância	01
111	Placar de atletismo	01
112	Pódio desmontável	01
113	Polia simples	01
114	Porta arquivo com quatro gavetas	01
115	Puxador	02
116	Puxador com anilhas	01
117	Rack para switch	03
118	Remada baixa	01
119	Remada com anilhas	01
120	Remada sentado	01
121	Sarrafo	02
122	Suporte cavalete para agachamento	02
123	Suporte de anilha	03
124	Suporte de barra para agachamento	01
125	Suporte de barra pequeno	02
126	Suporte de halteres grande	01
127	Suporte de halteres pequeno	01
128	Suporte guarda anilhas	02
129	Suporte para agachamento livre	01
130	Tabela de basquete de ferro com espuma de proteção	02
131	Tela de projeção	04
132	Trave de equilíbrio ginástica artística	01
133	Trena de 20 metros	01
134	Tríceps máquina	01
135	Vara de salto em altura	02

**Quadro 8:** Descrição das instalações físicas do Departamento de Educação Física

INSTALAÇÕES		
Item	Descrição	Quantidade
01	Academia com sala de musculação climatizada, dois banheiros, sala de avaliação, sala de materiais e sala de reunião	01
02	Auditório com capacidade para 175 (cento e setenta e cinco pessoas) pessoas	01
03	Campo de futebol	02

04	Complexo de badminton com salão principal para 04 (quatro) quadras, 02 (dois) dormitórios com banheiro, academia, sala de avaliação física, sala de fisioterapia, sala de reunião, sala de imprensa, banheiros	01
05	Ginásio poliesportivo com dimensões e marcações oficiais para as modalidades futsal, handebol, vôlei de quadra e basquete	01
06	Laboratório de avaliação física	01
07	Laboratório de desempenho muscular	01
08	Piscina olímpica com 8 (oito) raias	01
09	Pista de atletismo com dimensões oficiais e padrão olímpico, com todas as marcações oficiais	01
10	Quadra de areia poliesportiva	
11	Quadra poliesportiva aberta com dimensão oficial para basquete e vôlei e marcação para modalidades basquete, vôlei, handebol e futsal	05
12	Quadra poliesportiva coberta com dimensão oficial para basquete e vôlei e marcação para modalidades basquete, vôlei, handebol e futsal	01
13	Sala de dança climatizada com espelhos em duas das quatro laterais da parede, 01 (um) barra de ballet de ferro ao longo de uma das laterais da parede e 01 (um) espaldar de madeira	01
14	Sala de estudo com 07 (sete) computadores	01
15	Sala de reuniões	01
16	Salas de aula climatizadas	06

#### Complexo de Badminton

Edifício com 4 mil metros quadrados, com 8 salas, um auditório para 50 lugares com Datashow e computadores, 1 sala de reunião com mesa de 12 lugares, 1 sala/laboratório de força com equipamentos para exercícios resistidos, materiais de para exercícios funcionais, 2 alojamentos para 10 pessoas, seis quadras oficiais com piso tapetes homologados internacionalmente e 1 sala de fisioterapia com equipamentos LASER, ultrassom, corrente Russa e acessórios.

#### Pista de Atletismo

Uma pista oficial de atletismo, revestimento em piso camada superior de EPDM e camada inferior de borracha da natureza certificada IAAF do produto, acessórios de competição e treinos, barreiras, gaiola, e implementos esportivos.

#### Natação

Piscina 50 x 25 metros, dispendo de banheiros e vestiários.

#### Academia de Musculação:

Academia de musculação 17,90 x 14,90 metros, dispendo de 40 equipamentos, barras, halteres e aproximadamente 1000 kg em anilhas, além de dois banheiros.

## Setor de Esportes

O setor compreende 1 quadra poliesportiva coberta de 25 por 50 metros com infraestrutura, 1 quadra poliesportiva coberta de 20x 30 metros, 6 quadras poliesportivas externas, 1 quadra de areia para voleibol e handebol e 2 campos de futebol de 60 x 40 metros.

## Laboratório do Desempenho Muscular

Pertencente ao Departamento de Educação Física, oferece recursos para estudos envolvendo desempenho humano, metabolismo e recursos ergogênicos. Dispõe de equipamentos que possibilitam avaliações pertinentes ao desempenho humano, plataforma de salto vertical, a qual mede potência de membros inferiores, monitor cardíaco (Polar V800), uma esteira elétrica de 24 km por hora com regulagem computadorizada de inclinação, um equipamento de bioimpedância tetrapolar, estadiômetros portáteis.

## Laboratório de Cineantropometria

Instalado no Departamento de Educação Física, permite a condução de estudos que envolvam avaliações antropométricas, morfológicas e de aptidão física. Dispõe de: 8 estadiômetros; 1 dinamômetro fixo; 1 balança digital eletrônica; 4 bicicletas ergométricas; 1 esteira; 1 cadeira extensora; 1 banco de Wells; 1 estadiômetro tronco encefálico fixo; 3 steps; 4 colchonetes; 1 maca; 1 geladeira; 1 trena (fita métrica de 30m); 4 fita métrica de metal da marca Sanny de 2,0 m; 2 balanças digitais (portáteis); 12 adipômetros; 15 paquímetros; 10 esfigmomanômetros; 3 balanças portáteis com monitor de composição corporal da marca OMRON; 4 halteres; 2 cronômetros; 2 quadros (1 acrílico e 1 negro); 1 escala BORG; 8 cones (5 grandes, 2 médios e 1 pequeno); 1 medicine ball (2kg); 1 espelho de aproximadamente 1,20 x 1,80 m; 1 cilindro de gás; 3 armários; 17 cadeiras; 2 esfigmomanômetros digitais; 1 coluna de gavetas; 3 dinamômetros de prensão manual.

## Laboratório de Fisiologia Geral

Localizado no Departamento de Biofísica e Fisiologia, dispendo dos seguintes equipamentos: balança analítica (01), balança semi-analítica (01), balança técnica (01), lupa entomológica (06), microscópio óptico binocular (03), placa aquecedora elétrica (02), refrigerador (01), destilador de água (01), deionizador (01), phmetro (01), espectrofotômetro visível (01), centrífuga de mesa (01), fonte com cuba para eletroforese (03), potenciômetro portátil (01), estufa para secagem e esterilização de materiais (01), eletrocardiógrafo (01), eletroestimulador para preparação biológica (03), refratômetro portátil (01), eletrocardiógrafo (01) e espirômetro informatizado (01).

É um laboratório multicêntrico que encontra-se à disposição dos docentes cujas disciplinas estejam relacionadas à Fisiologia Geral.

#### Laboratório de Fisiologia do Exercício

Igualmente localizado no Departamento de Biofísica e Fisiologia da UFPI, dispõe dos seguintes equipamentos: analisador de composição corporal/inbodys10 (01), bicicleta ergométrica/movement/rt220 (02), esteira ergométrica/athletic professional (01), fotocélula/multisprint (01), placa de força/multisprint (01), monitores cardíacos/polarv800 (04), equipamentos de espirometria/datalink (01), equipamentos de aquisição de sinais cardíacos e respiratórios/adinstruments powerlab 26t (01), câmera de termografia infravermelha da marca flir®, modelo e8, com precisão de  $\pm 2\%$  ou  $2^\circ\text{C}$ , resolução de 76800 pixels (320 x 240) ( 01) e (01) analisador portátil de lactato. Este laboratório possibilita investigações acerca das alterações fisiológicas e metabólicas relacionadas ao exercício físico.

#### Laboratório de Fisiologia e Farmacologia Cardiovascular e Respiratória

Estabelecido Departamento de Biofísica e Fisiologia dispõe de sistema de aquisição de sinais biológicos (Adinstruments, Powerlab – 26t, 02), tais como: pressão arterial pulsátil, ventilação pulmonar, eletromiografia, eletroencefalograma, eletrocardiograma e, ainda, estimulação elétrica; banho para órgão isolado com 4 canais e sistema de aquisição de dados (01).

#### Setor de Anatomia Humana

O setor de Anatomia Humana, constituído por salas de aula e laboratórios, é vinculado ao Departamento de Morfologia do CCS e encontra-se estruturado para atender às demandas de todos os cursos da saúde. O curso de Educação Física utiliza uma sala de aula ampla e um laboratório de práticas, ambos climatizados e dispendo dos recursos necessários ao processo ensino-aprendizagem (datashow, quadro de acrílico etc). Para as aulas práticas, o setor de anatomia humana dispõe de um ossário, peças anatômicas artificiais e naturais de todos os sistemas corporais, cadáveres inteiros e desmembrados para estudo detalhado do conteúdo das disciplinas Anatomia geral e Anatomia do sistema locomotor. O setor também disponibiliza aos discentes do curso de Educação Física um laboratório de informática e laboratórios de práticas para estudo complementar em horários extracurriculares.

#### Setor Administrativo do Departamento de Educação Física

O Setor Administrativo do DEF possui 5 (cinco) gabinetes para professores com capacidade para atender 3 (três) professores e equipados com pelo menos 01 (um) computador para uso coletivo dos

professores em cada gabinete. Sala da Secretaria do Departamento de Educação Física equipado com dois computadores e uma máquina fotocopadora interligada via *internet* com todos os computadores do departamento, sala da Chefia do Departamento de Educação Física equipada com um computador e um frigobar, sala da Secretaria da Coordenação do Curso de Educação Física equipada com um computador. Dois banheiros para uso dos professores e servidores e uma copa equipada com uma geladeira duplex e um purificador de água elétrico. Na parte externa do prédio encontra-se a sala da Secretaria da Coordenação do Curso de Especialização em Educação Física Escolar equipada com um computador e um frigobar; a sala de reuniões do DEF, o laboratório de informática e duas salas de estudos para os discentes.

## **7.2 Biblioteca**

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) apresenta área total de 4194,81 m<sup>2</sup> e está subordinada à Reitoria. Atualmente coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI e dispõe de conexão com a rede mundial de computadores na qual os usuários têm à disposição conexão de INTERNET (WI-FI) profissional e o Espaço Digital Santander Universidades, equipado com 15 (quinze) computadores com telas de LCD ultra slim, proporcionando conforto e agilidade para as pesquisas.

O horário de funcionamento é de 07h:30 às 21h:30, 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira e de 08h:00 às 12h:00, aos sábados. Dispõe de sistemas computadorizados LILACS, MEDLINE, COMUT e INTERNET e disponibiliza o portal de periódicos da CAPES, permitindo aos discente e docentes o acesso a uma variedade de informações, incluindo textos completos de artigos de cerca de 2000 revistas científicas nacionais e estrangeiras, publicados a partir de 1995.

A Biblioteca Setorial do CCS dispõe de área de 265m<sup>2</sup> e funciona no horário de 07h:30 às 18h:00 h, de segunda à sexta-feira. Os títulos existentes na área da saúde somam 2.340 e 561 periódicos nesta área.

O acervo bibliográfico é atualizado anualmente por meio de aquisições conforme demanda recebida das coordenações dos diversos cursos da UFPI. Após consolidar as listas de títulos solicitados é feita filtragem por área e iniciado o processo de licitação. Ainda com relação ao acervo bibliográfico, foram adquiridos, para a Biblioteca Setorial, 60 títulos específicos para a área de saúde, além da aquisição e renovação da assinatura de 25 periódicos nacionais e internacionais de interesse para a área. Totalizando 70989 títulos e 205198 exemplares. O acervo específico para a área de Educação Física contabiliza 726 livros (havendo 2037 exemplares) e 15 periódicos (totalizando 213 fascículos).

## **Treinamento de usuários**



O Sistema de Bibliotecas da UFPI promove treinamentos para usuários, com o objetivo de capacitá-los na utilização dos recursos informacionais disponíveis para a comunidade acadêmica como: Treinamento de uso do Portal de Periódicos da CAPES, Atualização em Normalização Bibliográfica, palestras sobre utilização dos serviços oferecidos pelo SIBi/UFPI e outros.

### **Empréstimo domiciliar**

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco está estruturada com um sistema de autoatendimento, ou seja, o próprio usuário faz a consulta, o empréstimo e a renovação da publicação desejada via terminais localizados em pontos estratégicos na Biblioteca.

### **COMUT**

Por meio deste serviço, a Biblioteca obtém cópias de artigos de periódicos, teses, dissertações, monografias, anais / proceedings / conferências, relatórios, publicações oficiais e capítulos de livros, não localizados nas Bibliotecas da UFPI e no Portal de Periódicos da Capes.

### **Programa PALTEX (OPAS/OMS)**

Disponibiliza material bibliográfico e instrumentos básicos para os cursos da área de saúde, repassando aos alunos a preços acessíveis, estimulando na aquisição de tais materiais necessários à sua formação acadêmica.

### **Portal Saúde Baseada em Evidências**

O Portal Evidências foi criado pelo Ministério da Saúde (MS) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponibilizando aos profissionais da saúde e acadêmicos de 14 cursos (Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social) de graduação e pós-graduação. O Portal é gratuito, rápido e de fácil acesso a conteúdos e evidências científicas revisadas e referenciadas.

### **Repositório Institucional (RI)**

É um sistema de informação que tem como objetivo armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual e os resultados de pesquisas desenvolvidas pelos diversos setores da UFPI, utilizando-se para tanto de um software específico como forma de acesso livre às informações produzidas. É constituído de base de dados eletrônica de texto completo de produção científica de seu

corpo docente, discente, técnico-administrativo e de outros documentos de interesse da Instituição, reservadas as disposições da Lei nº 9.610, de 19.02.98, sobre direitos autorais.

### **Ficha Catalográfica**

Elaboração de ficha catalográfica de trabalhos acadêmicos e publicações em geral de acordo com as recomendações da ABNT e AACR2.

### **Levantamento bibliográfico**

Mediante prévia solicitação dos usuários são elaborados levantamentos bibliográficos sobre temas especializados em bases de dados nacionais e internacionais.

### **CINE-BCCB**

Promove a exibição de filmes com livre acesso a toda a comunidade.

### **Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI)**

Devidamente equipado com objetivo de facilitar a integração com as necessidades especiais. São disponibilizado computadores e recursos de tecnologias assistivas, entre eles teclado colmeia, linha braille, computador adaptado com leitor, máquina de escrever em braille, scanner, monitor de vídeo para surdos, entre outros.

### **Arquivo Deslizante**

É um equipamento modular que apresentam maior economia de área de arquivamento em relação aos sistemas convencionais. Concentrando o arquivo em uma área reduzida, agilizando a consulta do Material Acadêmico e Multimídia da Biblioteca

### **Portal de Periódicos da CAPES**

Oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 36 mil títulos de revistas internacionais e nacionais, e 130 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado na instituição.

### **Serviços Informatizados**



É disponibilizada aos usuários a pesquisa on-line aos catálogos de autor, título e assunto do material bibliográfico, proporcionando assim serviços de empréstimo domiciliar, renovação e reserva do material bibliográfico.

### Normas de empréstimos

Oferece para os usuários do Sistema de Bibliotecas da UFPI, Docentes, Discentes, Técnicos Administrativos e Pós-Graduação. Cadastro no SIBi/UFPI, sendo para discentes comprovante de matrícula da UFPI e comprovante de endereço e para servidores contracheque, identidade e comprovante de endereço. Condições de empréstimo: Aluno de Graduação 3 livros por 07 dias; Aluno de Especialização 4 livros por 14 dias; Aluno de Mestrado 4 livros por 14 dias; Professor / Funcionário 4 livros por 14 dias.

## 8. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

### 8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos

Para os discentes que tenham cursado do primeiro ao terceiro período do currículo 5 do curso de licenciatura em Educação Física da UFPI, será disponibilizada a migração para o currículo proposto; considerando-se para isso, as equivalências listadas no quadro a seguir. Discentes vinculados aos currículos anteriores (4 e 3), seguirão o PPC correspondente ao período de seu ingresso no curso. No entanto, poderão solicitar a migração à coordenação do curso, que procederá a análise individual dos casos com vistas a não postergar o prazo de integralização curricular, evitando que haja impacto no prazo final previsto para a conclusão do curso pelo discente.

**Quadro 9:** Equivalências entre as disciplinas do currículo atual e proposto

Equivalências entre disciplinas			
Currículo Vigente	Carga horária	Currículo Proposto	Carga horária
Atletismo I DEF/CCS06	60	Introdução ao esporte individual I (Atletismo) * (criar código)	45
Avaliação da aprendizagem DMTE/CCE049	60	Avaliação da aprendizagem ** DMTE/CCE049	60
Basquetebol I DEF/CCS014	60	Introdução ao esporte coletivo III (Basquetebol) * (criar código)	30
Bioestatística DMC/CCS001	60	Análise e interpretação de dados em EF * (criar código)	30
Biomecânica DEF/CCS020	60	Biomecânica *	60
Bioquímica para EF	60	Bioquímica para EF *	60

DBFA026			
Cineantropometria DEF/CCS019	60	Cineantropometria *	60
Crescimento e desenvolvimento humano DEF/CCS008 Aprendizagem motora DEF /CCS013	60 60	Desenvolvimento e aprendizagem motora * (criar código)	60
Didática geral DMTE/CCE048	60	Didática geral ** DMTE/CCE048	60
Educação física adaptada DEF/CCS029	60	Educação física adaptada * (criar código)	45
Filosofia da educação DEFE/CCE052	60	Filosofia da educação ** DEFE/CCE052	60
Fisiologia do esforço DEF/CCS002	60	Fisiologia do esforço * DEF/CCS002	60
Fisiologia humana DBFI/CCS001	75	Fisiologia humana *	75
Futebol I DEF/CCS007 Futsal DEF/CCS009	60 60	Introdução ao esporte coletivo I (Futebol/futsal) * (criar código)	45
Gestão esportiva e empreendedorismo DEF/CCS012	60	Gestão e organização de eventos em EF * (criar código)	45
Ginástica escolar DEF/CCS005 Dança escolar DEF/CCS011	60 60	Dança e ginástica na escola * (criar código)	45
Handebol I DEF/CCS010	60	Introdução ao esporte coletivo IV (Handebol) * (criar código)	30
Higiene, saúde e meio ambiente DEF/CCS022	60	Higiene, saúde e meio ambiente (criar código) *	45
História da EF, ética e cidadania DEF/CCS004	60	Fundamentos históricos e ética da EF (criar código) *	30
Introdução à metodologia científica DFIL/CCHL010	60	Introdução à metodologia científica ** DFIL/CCHL010	60
Legislação e org da educação básica DEFE/CCE055	60	Legislação e org da educação básica** DEFE/CCE055	60
LIBRAS LIBRAS008	60	LIBRAS** LIBRAS010	60
Lutas em Educação Física DEF/CCS030	60	Introdução ao esporte individual III (Lutas)* (criar código)	30
Metodologia do ensino da EF DMTE/CCE050	60	Metodologia do ensino da EF * DMTE/CCE050	60

Motricidade humana DEF/CCS039	60	Motricidade humana * (criar código)	30
Natação I DEF/CCS017	60	Introdução ao esporte individual II (Natação) * (criar código)	30
Primeiros socorros em EF DEF/CCS016	60	Primeiros socorros em EF *	60
Psicologia da educação DEFE/CCE053	60	Psicologia da educação ** DEFE/CCE053	60
Recreação e lazer na escola DEF/CCS003	60	Recreação e lazer * (criar código)	45
Seminário de introdução ao curso DEF0027	15	Seminário de introdução ao curso * DEF0027	15
Sociologia da educação DEFE/056	60	Sociologia da educação ** DEFE/056	60
TCC I DEF/CCS023	60	TCC I * (criar código)	45
Teoria e prática do treinamento desportivo DEF/CCS018	60	Treinamento desportivo * DEF/CCS018	60
Voleibol I DEF/CCS021	60	Introdução ao esporte coletivo II * (Voleibol: areia e quadra) (criar código)	30

\* Equivalência recíproca \*\* Equivalência global

Os alunos que migrarem para o currículo proposto e estiverem matriculados no quarto período do mesmo, farão a opção por licenciatura ou bacharelado ao final do semestre, tendo como critérios de prioridade os discentes com IRA maior, maior carga horária de atividades complementares implementada no histórico escolar. Em caso de empate, a idade do discente e a nota do ENEM, respectivamente, serão usadas para desempatar.

## 8.2 Cláusula de vigência

A previsão de implantação deste PPC é o semestre 2022.1, quando os ingressantes iniciarão o curso considerando o projeto proposto. Os discentes que cursaram do primeiro ao terceiro período nos semestres anteriores poderão migrar do PPC vigente (currículo 5) para o novo PPC. Em média, permanecerão cerca de 190 alunos nos currículos antigos (3 e 4), para os quais não se mostra vantajosa a migração, uma vez que implicará em atrasar a conclusão do curso. Neste sentido, em 2022.1 quando ocorrer a implantação do currículo novo, os discentes dos currículos (3 e 4) darão continuidade ao curso seguindo o currículo antigo.

De 2022.1 a 2024.2 serão ofertadas disciplinas de ambos os currículos para permitir a condição de concluir o curso aos alunos retidos em determinados componentes curriculares. A partir de 2025.1 somente vigorará o PPC novo, ou seja, será desativado o PPC 5. É notável que a capacidade de instalação

didática e de corpo docente para o período de convivência dos dois projetos não se mostra adequada à demanda que será exigida. Neste contexto, serão pleiteados professores substitutos para esta fase de transição, bem como a construção de quatro salas de aula com capacidade para 60 alunos. Atualmente o DEF dispões de 6 salas de aula, as quais têm capacidade máxima para 35 alunos. O momento de transição exigirá dedicação de todos os envolvidos no processo, discentes, docentes e gestores. Deve-se reconhecer que embora essa mudança venha a implicar em alguns ajustes, como maior necessidade de substitutos por um determinado período, por outro representará um grande avanço para o Curso. Os componentes curriculares ofertados permitirão ao aluno vivenciar experiências extras, além da sala de aula e efetivamente participar de projetos de extensão. Além disso, a proposta atual permitirá que o curso esteja em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Educação Física (Resolução CNE/CES nº06). O quadro a seguir apresenta a previsão de desativação gradativa do PPC antigo.

**Quadro 10:** Proposição da transição curricular

<b><u>TRANSIÇÃO CURRÍCULO ATUAL / CURRÍCULO PROPOSTO</u></b>						
	<b>2022.1</b>	<b>2022.2</b>	<b>2023.1</b>	<b>2023.2</b>	<b>2024.1</b>	
<b>1º</b>	NOVO	*	NOVO	*	NOVO	
<b>2º</b>	NOVO	NOVO	*	NOVO	*	
<b>3º</b>	NOVO	NOVO	NOVO	*	NOVO	
<b>4º</b>	NOVO	NOVO	NOVO	NOVO	*	
<b>5º</b>	PPC5	NOVO	NOVO	NOVO	NOVO	
(antigo)		Bacharelado Licenciatura	Bacharelado Licenciatura	Bacharelado Licenciatura	Bacharelado Licenciatura	
<b>6º</b>	PCC5	PCC5	NOVO	NOVO	NOVO	
(antigo)		(antigo)	Bacharelado Licenciatura	Bacharelado Licenciatura	Bacharelado Licenciatura	
<b>7º</b>	PPC5	PCC5	PCC5	NOVO	NOVO	
(antigo)		(antigo)	(antigo)	Bacharelado Licenciatura	Bacharelado Licenciatura	
<b>8º</b>	PPC5	PCC5	PCC5	PCC5	NOVO	
(antigo)		(antigo)	(antigo)	(antigo)	Bacharelado Licenciatura	
<b>Total de turmas ofertadas</b>		<b>8</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	

\* Não haverá oferta das disciplinas do período em razão do curso ser ofertado para entrada anual.

### 8.3 Requisitos para a dupla formação

A dupla formação (bacharelado e licenciatura), prevista no art. 30 da Resolução CNE/CES nº 06/2018, não se faz viável paralelamente no curso de Educação Física em razão de limitações quanto à carga horária exigida para as formações, especialmente nos períodos em que ocorrerão os estágios curriculares supervisionados obrigatórios. Do mesmo modo, haveria escassez de recursos humanos e

espaço físico em número suficiente para tal demanda. No entanto, o egresso do bacharelado ou da licenciatura em Educação Física da UFPI poderá ter acesso à segunda formação conforme as orientações seguintes.

A cada turma que integralizar o curso, será disponibilizado pela PREG Edital interno prevendo a possibilidade de continuidade no curso para obter a segunda formação. As vagas ofertadas deste edital estarão de acordo com a capacidade instalada do curso na ocasião. Assim, o aluno que concluir a licenciatura poderá dar continuidade ao estudo para cursar o bacharelado e vice-versa. Os requisitos considerados para tal opção serão: aluno com maior IRA, menor número de reprovações, menor número de aprovações por exame final, menor número de trancamentos em disciplinas e maior participação em projetos de extensão, monitoria e pesquisa, estes três últimos comprovados exclusivamente por documentação oficial do órgão competente da UFPI (PREXC para extensão, CAAP para monitoria e PROPESQI para pesquisa) e os demais comprovados pela apresentação do histórico acadêmico. Os critérios de desempate serão a nota de entrada no curso (ENEM), a idade dos solicitantes e a nota de TCC (nesta ordem).

Para concorrer a tais vagas, o discente deverá protocolizar requerimento à PREG por meio de processo registrado pelo Protocolo Geral da UFPI. No processo, o requerente indicará a vaga pleiteada e anexará os documentos comprobatórios (RG ou equivalente, histórico acadêmico e certificados de participação em projetos de extensão, monitoria e pesquisa conduzidos na UFPI). A solicitação formal deve ser feita em até 10 dias úteis após a Diretoria de Administração Acadêmica divulgar a lista dos prováveis formandos do semestre. Todos os pedidos serão analisados pelo coordenador do curso e os casos omissos serão deliberados em reunião de colegiado.

O curso igualmente ofertará vagas para cada formação (bacharelado e licenciatura) no edital disponibilizado para portadores de curso superior, cujos requisitos são detalhados quando da publicação do referido edital. Neste caso, o solicitante deverá se inscrever para concorrer à vaga conforme as instruções fornecidas pela PREG por meio do edital próprio.

#### **8.4 Virtualização das Atividade Acadêmicas**

As aulas presenciais de disciplinas excepcionalmente teóricas, durante períodos de pandemia, poderão ser substituídas por aulas em meios digitais. Nestes casos, as atividades avaliativas igualmente se farão virtualmente. Os componentes curriculares que envolvam teoria e prática serão ofertados mediante análise a cargo da IES, podendo neste caso reduzir o número de discentes por turma. Nesta situação, serão exigidas as medidas preventivas de ordem institucional e de ordem pessoal conforme a

circunstância. As atividades de estágio supervisionado obrigatório poderão ser flexibilizadas conforme orientações definidas pelo Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Os trabalhos de conclusão de curso poderão ser revertidos para modalidade Revisão sistemática de literatura e serem apresentados à banca mediante videoconferência. As atividades complementares e curriculares de extensão (ACE) poderão sofrer flexibilização para permitir seu cumprimento por meios digitais. Para fins de integralização curricular, as atividades acadêmicas suspensas deverão ser integralmente repostas ao cessar o período da pandemia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de (org.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Cortez: 2011. p. 19-43.

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. A construção da pedagogia universitária no âmbito da Universidade de São Paulo. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. *In*: ANDRÉ, Marli (org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

BALL, Stephen J. Cidadania global, consumo e política educacional. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. 23. ed. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm). Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Fundação CAPES**. Nossas ações. Formação de professores da educação básica. Parfor, 2019. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=lei-no-12711-de-29-de-agosto-de-2012>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jan. 2009a. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=decreto+n.+6.755+de+29+de+janeiro+de+2009>. Acesso em: 1 fevereiro 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC n. 09**, de 05 de maio de 2017, altera a Portaria Normativa MEC n. 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC n. 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Portaria Capes n. 220**, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor. Disponível em <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3785/portaria-capes-n-220>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC n. 9**, de 30 de junho de 2009, que institui o Parfor no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port\\_normt\\_09\\_300609.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.752**, de 09 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8752-9-maio-2016-783036-publicacaooriginal-150293-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02/97**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf). Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 11 de fevereiro de 2009, estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 4**, de 17 de dezembro de 2018, institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296). Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019. Republicada em 15.04.2020.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3489-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-61-de-11-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº06, de 18 de dezembro de 2018**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Educação Física.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2. ed. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2004.

FAZENDA, Ivani. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. *In: FAZENDA, Ivani (org.). Didática e interdisciplinaridade*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-20.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In: FAZENDA, Ivani (org.). O que é interdisciplinaridade?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 21-32.

FERRO, Maria da Glória Duarte. Formação interdisciplinar de professores da educação básica: o projeto formativo do Parfor/UFPI em foco. *In: MOURA, João Benvindo de; FERRO, Maria da Glória Duarte; VIANA, Bartira Araújo da Silva (org.). Professores em formação: saberes e práticas - interdisciplinaridade em foco*. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 99-122. (Coleção Professores em Formação).

FERRO, Maria da Glória Duarte. Projeto formativo interdisciplinar: a experiência do Parfor no contexto da UFPI. *In: SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira; FRISSELLI, Rosângela Ramsdorf Zanetti (org.). O Parfor, a formação e a ação dos professores da educação básica*. v. 2. Londrina: PARFOR/UDEL, 2017. p. 335-348.

FLORES, Maria Assunção. Desafios atuais e perspectivas futuras na formação de professores: um olhar internacional. *In: FLORES, Maria Assunção (org.). Formação e desenvolvimento profissional de professores: contributos internacionais*. Tradução: Liliana Fernandes. Coimbra: ALMEDINA, 2014. p. 217-238. (Coleção de Ciências da Educação e Pedagogia).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 17. ed. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução: Moacir Gadotti, Lilian Lopes Martin. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários á prática educativa. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Campus Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan.-jun./ 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 8 mar. 2019.

GATTI, Bernardete Angelina *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação.** Brasília: UNESCO, 2019.

GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GIROUX, Henry A. Pedagogia crítica, política cultural e o discurso da experiência. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997c. p. 123-144.

GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997b. p. 157-164.

GIROUX, Henry A. Repensando a linguagem da escola. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 33-41.

GIROUX, Henry A.; MACLAREN, Peter. A educação de professores e a política de reforma democrática. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 194-212.

GIROUX, Henry A.; PENNA, Anthony N. Educação social em sala de aula: a dinâmica do currículo oculto. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 55-77.

GIROUX, Henry A.; SHUMWAY, David; SMITH, Paul; SOSNOSKI, James. A necessidade de estudos culturais. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 179-193.

GIROUX, Henry A.; SIMON, Roger. Estudo curricular e política cultural. *In:* GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 165-178.

GOMES, Marineide de Oliveira; PIMENTA, Selma Garrido. Unidade teoria e prática e Estágios Supervisionados na formação de professores polivalentes: indícios de inovação em cursos de pedagogia no Estado de São Paulo. *In:* PEDROSO, Cristina Cinto Araújo *et al* (org.). **Cursos de pedagogia: inovações na formação de professores polivalentes.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 61-111.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. *In:* FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade.** 3. ed. Campinas: Papyrus, 1998. p. 45-75.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? *In:* PIMENTA, Selma Garrido; GHENDIN, Evandro. (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um contexto.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-79.



LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-61.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

NÓVOA, António. **O regresso dos professores**. Pinhais: Melo, 2011.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018

PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 353-379.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2. ed. Tradução: Helena Faria, Helena Tapada, Maria João Carvalho, Maria Nóvoa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. (Nova Enciclopédia; Temas de educação -3).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia, ciência da educação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 39-70.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – Série saberes pedagógicos).

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória).

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. *In*: VEIGA, Ilma Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-60. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SEVERINO, Antonio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. *In*: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 71-89.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Tradução: Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. A pedagogia de amanhã. *In*: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 423-436.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **RBE - Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>. Acesso em: 8 mar. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 15. ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Tradução: Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2011.

UFPI. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004.

UFPI. **Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330**, de 22 de junho de 2017, que aprova as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI. Teresina, PI:UFPI, 2017.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019**, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 076**, de 20 de maio de 2019, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes público-alvo da educação especial. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 115**, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2005.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 148**, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 177**, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e suas alterações. Teresina, PI: UFPI, 2012.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 220**, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2016.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 35/2014**, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2014.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 53**, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 20**, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024). Teresina, PI: UFPI, 2020.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 21**, de 21 de setembro de 2000, aprova o Regimento Geral da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (org.). **Docentes para a educação superior**: processos formativos. Campinas: Papyrus, 2010. p. 13-27. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação superior**: políticas educacionais, currículo e docência. Curitiba: CRV, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social? *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores**: políticas e debates. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 61-86. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 61-83

ZEICHNER, Kenneth M. A pesquisa-ação e a formação docente voltada para a justiça social: um estudo de caso dos Estados Unidos. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio;

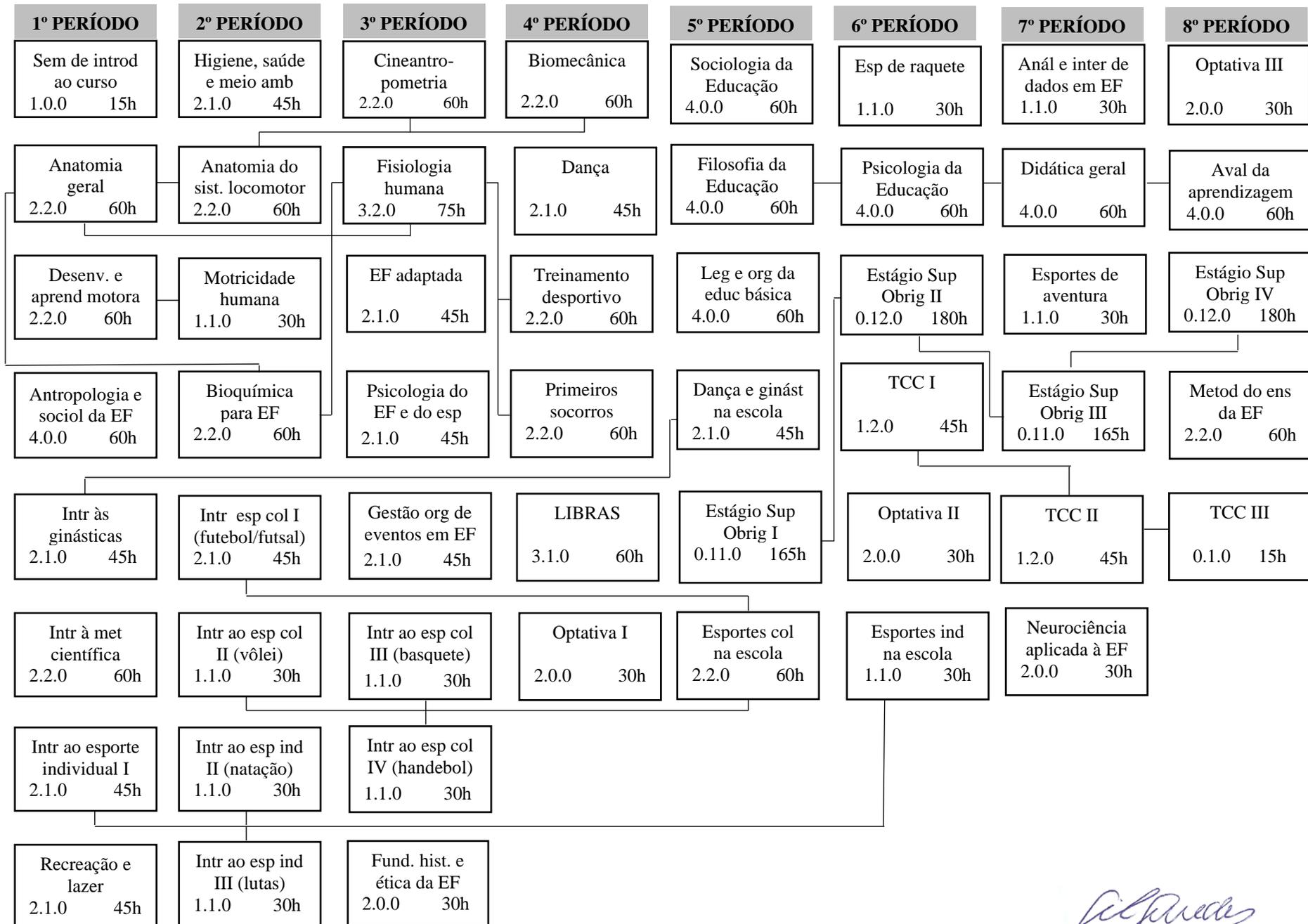
ZEICHNER, Kenneth M. Alternative paradigms of teacher education. **Journal of Teacher Education**. v. XXXIV, number 3, p. 3-9, may/June. 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002248718303400302>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ZEICHNER, Kenneth M. Formação de professores para a justiça social em tempos de incerteza e desigualdades crescentes. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **Justiça social**: desafio para a formação de professores. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-34.

**ANEXOS**

*Silvana*

## Anexo I - Fluxograma da Licenciatura em Educação Física.



*Silveira*

COMPONENTES CURRICULARES	CH	CRÉDITOS
<b>Disciplinas Obrigatórias:</b>	<b>2040 h</b>	<b>136</b>
<b>Disciplinas Optativas</b>	<b>90 h</b>	<b>06</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso:</b>	<b>105 h</b>	<b>07</b>
<b>Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:</b>	<b>690 h</b>	<b>46</b>
<b>Atividades Complementares:</b>	<b>120 h</b>	<b>---</b>
<b>Atividades Curriculares de Extensão:</b>	<b>360 h</b>	<b>---</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>3405 h</b>	<b>195</b>

Optativas	Disciplinas	Carga horária	Créditos	Requisito
Optativas vinculadas ao 4º nível	<b>Algoritmos e programação</b>	30 h	1.1.0	----
	<b>Felicidade</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Introdução à computação</b>	30 h	1.1.0	----
	<b>Inglês</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Mídia e esportes</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Português e técnicas de redação</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Relações étnicos-raciais, gênero e diversidade</b>	30 h	2.0.0	----
Optativas vinculadas ao 7º e 8º Nível	<b>Educação física escolar e promoção da saúde</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Educação física escolar somática</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Educação física na EJA</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Empreendedorismo e marketing pessoal</b>	30 h	1.1.0	----
	<b>Nutrição aplicada ao exercício físico</b>	30 h	1.1.0	Bioquímica para EF
	<b>Patologia humana</b>	30 h	2.0.0	Fisiologia humana
	<b>Práticas integrativas e complementares</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Saúde coletiva</b>	30 h	2.0.0	----
	<b>Sociopoética e Educação física</b>	30 h	2.0.0	----

## Anexo IV – Regulamento das atividades de estágio curricular obrigatório para Licenciatura

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI, na modalidade presencial é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

**PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica.

**Art. 3º** O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;
- III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.



## CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

**Art. 4º** O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

## ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

**Art.5º** A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de campo;
- V. Estudante Estagiário.

### I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG

**Art. 6º-** A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

### II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



**Art. 6º**- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física.

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas. A coordenação em parceria com o NTI, disponibilizará repositório na página do curso para compartilhar os relatos de experiências;
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

### **III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO**

**Art. 7º**- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos



alunos sob a sua responsabilidade.

#### **IV- SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO**

**Art. 8º** O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

#### **V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO**

**Art. 9º** São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

#### **CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

**Art. 10** O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

**Parágrafo único:** A carga horária do estágio curricular obrigatório supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPI apresenta carga horária de 690 horas, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES nº06/2018, a qual determina que 20% da carga horária total do curso seja atribuída à atividade de estágio curricular obrigatório supervisionado. Tal carga horária

será distribuída em quatro semestres, iniciando a partir do 5º período do curso e envolvendo as seguintes atividades:

- a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula;
- c) Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- d) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

### **AVALIAÇÃO**

**Art. 11** A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

**Art. 12** A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

**Art.13** Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas sob a modalidade de atividades domiciliares.



**Art. 14** Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à PREG e à Câmara de Ensino- CAMEN.

### **ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Art. 15** Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Educação Física deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, afim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;



h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16** As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Educação Física e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



## Anexo V – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

### REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - UFPI

**Art. 1º.** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

**Art. 2º.** O TCC tem carga horária de 105 horas e será distribuída em três períodos, devendo ser realizado na forma de artigo científico para publicação.

### OBJETIVOS

**Art. 3º** O TCC possui como objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para a ampliação do campo de conhecimento;
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- III. Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

### ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

**Art. 4º** As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração do projeto de TCC;
- II. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando na modalidade artigo científico;
- III. Apresentação pública do TCC.

**Parágrafo único:** Apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES, as exceções devem ser apreciadas pelo colegiado do curso e restritas a comissão avaliadora.

### ORGANIZAÇÃO

**Art. 5º** O curso de Educação Física terá uma **coordenação** própria para as atividades de TCC, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

**Parágrafo único:** A Coordenação dos TCC será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

### ORIENTAÇÃO



**Art. 6º** A orientação do TCC é de responsabilidade de docente da UFPI.

**Art. 7º** É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

### COMPETÊNCIAS

**Art. 8º** Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso;
- III. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC;
- IV. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- V. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- VI. Coordenar agendas de apresentação dos TCC, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- VII. A Coordenação do TCC deverá disponibilizará para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCC.

**Art. 9º** Compete ao professor orientador:

- I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- II. Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- III. Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.

**Art. 10º** Compete ao orientando:

- I. Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- III. Cumprir as normas e prazos;



- IV. Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação;
- V. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- VII. Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

### **AVALIAÇÃO**

**Art. 11** A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- I. Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- II. Avaliação pela Banca Examinadora.

**Art. 12** Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

**Art. 13** O Trabalho de Conclusão de Curso será defendido no último período do curso e a entrega da versão final após considerar as sugestões da banca e proceder revisão geral do manuscrito.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 14** A Coordenação, em parceria com o NTI, disponibilizará o TCC no repositório institucional, a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação.

**Art. 15** As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Educação Física e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE – CCS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEF

**ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA, NA MODALIDADE ARTIGO, DEF/UFPI**

Teresina – PI

2020

ESTRUTURA DO ARTIGO DEF/UFPI



A formatação do texto do Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade artigo, segue o *Template* sugerido abaixo e as seguintes regras:

**Formato do papel:** Papel tamanho A-4. Quanto ao tipo de **fonte**, deverá ser utilizada a fonte Arial ou Times New Roman, no qual todo o trabalho deverá ser apresentado sempre com a mesma fonte escolhida, no tamanho 12.

As **margens** devem ser 3cm (superior e esquerda) e 2cm (inferior e direita), no anverso das folhas e 3cm (superior e direita) e 2cm (inferior e esquerda), no verso das folhas.

**Espaçamento:** espaço entre linhas de 1,5 em todo o artigo, com exceção do resumo, abstract e referências; Entre o texto e antes e depois dos títulos das seções (itens) um espaço entre linhas de 1,5. RESUMO e ABSTRACT: espaço entre linhas simples. REFERÊNCIAS: espaço entre linhas simples quando a referência tiver duas ou mais linhas e um espaço entre linhas simples entre uma referência e outra. As referências devem ser alinhadas à esquerda.

No trabalho acadêmico, as **folhas ou páginas pré-textuais (capa e folha de rosto)**, devem ser contadas, mas não numeradas, sendo que a numeração das páginas deve ser colocada a partir da primeira página textual e seguir até a última página do anexo/apêndice

A **numeração das páginas** deve ser em algarismos arábicos, sendo que no anverso (frente) deve ser colocada a 2,0 (dois) cm da borda superior direita, e no verso deve ser colocada a 2,0 (dois) cm da borda superior esquerda.

**As Referências:** devem ser elaboradas, segundo a ABNT (NBR 6023) ou Vancouver.

**As Citações** deve seguir o modelo sistema autor-data, segundo as normas da ABNT (NBR 10520) ou sistema numérico de Vancouver

**As tabelas** devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, encabeçadas pelo título, com indicação da fonte após a linha inferior. Todas as tabelas inseridas devem ser mencionadas no texto. O texto e números no interior das tabelas devem ser digitados em tamanho 12.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE – CCS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEF

**NOME DO AUTOR**

**TÍTULO DO TRABALHO: SUBTÍTULO (se houver)**

**Cidade**

**Ano**

*Silviana*

**NOME DO AUTOR**

**TÍTULO DO TRABALHO: SUBTÍTULO (se houver)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade Artigo ao Curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do Título de (Bacharel / Licenciado) em Educação Física

Orientador: Titulação / Nome do Orientador

**Cidade**

**Ano**



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

NOME DO ALUNO (A)

TÍTULO DO TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof. (a) xxxxxxxx (Orientador (a) - DEF - UFPI)

---

Prof.(a) xxxxxxxxxxxx (Membro)

---

Prof. (a) xxxxxxxx (Membro)



## RESUMO

Apresentar, de forma resumida os pontos relevantes do texto, por meio dos tópicos: **Introdução, objetivo, método, resultados e conclusões**. Este resumo deve conter apenas um parágrafo entre 150 a 300 palavras.

Palavras-Chave: Palavra 1. Palavra 2. Palavra 3.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silviana'.

**ABSTRACT**

Consiste na versão do resumo para outra língua (em inglês Abstract, em espanhol Resumen, em francês Résumé, por exemplo). Segue o a mesma formatação do resumo.

Keywords:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silvia', located in the bottom right corner of the page.

## **INTRODUÇÃO**

Na introdução do trabalho deve constar a definição do tema em linhas gerais, deve conter a contextualização do tema, a definição de termos específicos, a justificativa do estudo, o problema de pesquisa e os objetivos.

Deve ser compacta e objetiva, definindo o problema estudado, demonstrando sua importância e lacunas do conhecimento que serão abordadas no artigo. As citações presentes devem ser atualizadas e pertinentes ao tema, adequadas à apresentação do problema, sendo empregadas para fundamentarem a discussão. As citações no texto devem ser organizadas de acordo com as normas vigentes da ABNT – NBR 10520 - formato autor-data ou no formato do sistema numérico conforme as normas de Vancouver.

## **MÉTODO / PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS / MATERIAIS E MÉTODOS**

Neste tópico será apresentado o tipo de pesquisa realizado e os procedimentos adotados para o desenvolvimento do trabalho. No método é realizada uma descrição minuciosa e rigorosa do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa.

Pode ser dividida em subitens ou não; deve conter a caracterização do estudo, população e amostra, procedimentos metodológicos e materiais utilizados, critérios de inclusão e exclusão, análise dos dados, cuidados éticos e tratamento estatístico.

**Subitem ...**

**Subitem ...**

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO (este tópico poderá também se apresentar de forma separada)**

Este tópico contém a apresentação dos dados encontrados na pesquisa, podendo ser ilustrada por tabelas, quadros, figuras e trechos da fala dos sujeitos, quando for o caso.



A discussão deve ser pertinente apenas aos dados obtidos, consistindo na análise comparativa dos resultados encontrados na pesquisa com aqueles apresentados por outros autores, assim como também na explicação científica dos resultados encontrados. Neste tópico poderão ser apresentadas as limitações do estudo e os vieses da pesquisa.

## CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão ou considerações finais é a parte final do texto, o fechamento do trabalho, onde se apresentam de forma clara, sintética e ordenada as deduções tiradas da discussão, e se os objetivos foram ou não alcançados, devendo responder aos objetivos e as hipóteses. Deve ressaltar a importância dos achados. Pode conter recomendações de novos estudos ou de intervenções na realidade pesquisada.

## REFERÊNCIAS

Indicar aqui todas as referências que foram citadas ao longo do trabalho. Seguir as regras para elaboração de referências conforme normas da ABNT ou Vancouver.

❖ Abaixo alguns modelos mais frequentes de referências, segundo a ABNT:

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACIEL, ACC; GUERRA, RO. Prevalência e fatores associados à sintomatologia depressiva em idosos residentes no Nordeste do Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, n. 1, p. 26-33, 2006.

❖ Abaixo alguns modelos mais frequentes de referências, segundo Vancouver:

Medeiros JB. Português instrumental. 9. ed. São Paulo: Atlas; 2010.



Pileggi P, Gualano B, Sousa M, Caparbo VF, Pereira RMR, Pinto ALS, et al. Incidência e fatores de risco de lesões osteomioarticulares em corredores: um estudo de coorte prospectivo. Rev Bras Educ Fís Esporte. 2010; 24(1): 453-62.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silviana'.

## APÊNDICES

Elemento opcional. Constituído de informações elaboradas pelo autor do trabalho.

*Silvia*

## ANEXOS

Elemento opcional. Colocado após os apêndices e constituído de informações não elaboradas pelo autor do trabalho, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silviana'.

## Anexo VII – Regulamento das atividades curriculares de extensão

### **REGULAMENTO ESPECÍFICO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE) DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

#### **TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A Extensão Universitária configura-se como atividade que se integra à matriz curricular e à pesquisa, constituindo-se como um dos pilares nos quais a Universidade se alicerça. No Brasil, a resolução do Conselho Nacional de Educação nº7, do ano de 2018, estabeleceu as diretrizes para a Extensão na Educação Superior e fixou sua carga horária mínima em 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único - No âmbito da UFPI, as atividades de extensão como componente curricular obrigatório são regulamentadas pela Resolução CEPEX nº53/2019.

Art. 2º Por meio da Extensão Universitária cria-se uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Os processos social, educativo, cultural e científico envolvidos nas atividades de extensão possibilitam o cumprimento do papel da Universidade em âmbito social.

Art. 3º As atividades de extensão são promovidas por instituições de ensino superior e destinam-se a promover a interação entre a Universidade e a comunidade na qual está inserida. Tais atividades, apresentam como principal objetivo articular o conhecimento acadêmico adquirido e aplicá-lo nos setores sociais que se fizerem necessários. As atividades de extensão igualmente permitem conhecimentos extraídos com base nas necessidades e anseios da comunidade local. Dessa forma, ocorre a socialização e democratização do conhecimento.

#### **TÍTULO II –DIRETRIZES, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Art. 4º As atividades curriculares de extensão (ACE) têm por objetivo:

- I. reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II. garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III. contribuir para melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e seu papel social;



- IV. proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;
- V. estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

Art. 5º São princípios norteadores das ACE:

- I. a relação intrínseca com as atividades de ensino e pesquisa;
- II. a democratização do conhecimento e o diálogo com a comunidade;
- III. a educação permanente dos atores envolvidos nas ações extensionistas;
- IV. o compromisso com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da inovação e do empreendedorismo;
- V. a sustentabilidade e melhoria da vida numa comunidade colaborativa e solidária;
- VI. a interação transformadora entre o curso e os outros setores da sociedade;
- VII. a capacidade crítica, reflexiva e ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa.

Art. 6º No curso de Educação Física da UFPI, a carga horária das ACE é de 340 horas e constituem elemento obrigatório para a integralização curricular. O cumprimento de tal carga horária é sugerido que seja feito metade ao longo da etapa comum do curso (1º ao 4º período) e a outra metade na etapa específica (5º ao 8º período).

Parágrafo único – o percentual de integralização das ACE no curso é um dos critérios utilizados para definir a ocupação das vagas destinadas ao Bacharelado e Licenciatura, quando da opção pelo discente ao final do 4º período do curso.

Art. 7º Para que a participação do discente se configure como ACE é necessário que o estudante desempenhe função executora da atividade de extensão, demonstrando atuação direta na promoção da atividade.

§1º Para serem consideradas ACE, as atividades deverão ser desempenhadas presencialmente pelos discentes, à exceção em situações de pandemia.

§2º Para fins de integralização curricular, as ACE deverão ser cadastradas na PREXC e seguir as etapas previstas na Resolução CEPEX 53/2019.

§3º A carga horária da ACE somente será inserida no histórico do aluno após a homologação do relatório semestral da atividade pela PREXC.



Art. 8º A cada semestre, o curso de Educação Física, por meio do seu Coordenador de Extensão, fará o planejamento das atividades de extensão que serão desenvolvidas no semestre seguinte. Este planejamento deverá conter:

- I. os eixos temáticos que serão trabalhados;
- II. as modalidades de ACE e respectiva carga horária prevista;
- III. os nomes dos docentes responsáveis pela coordenação das ACE no semestre;
- IV. a previsão do quantitativo que poderão se inscrever como organizadores/executores das atividades.

§1º Compete ao Coordenador de Extensão, a coordenação do processo de oferta e acompanhamento do desenvolvimento das ACE por semestre.

§2º O docente coordenador de uma atividade de extensão que estiver inadimplente com a entrega do relatório semestral estará impedido de ofertar nova atividade, até que seja efetivado o cumprimento das exigências previstas pela PREXC.

### **TÍTULO III – MODALIDADES DAS AÇÕES DE EXTENSÃO**

Art. 9º As atividades extensionistas no curso de Educação Física da UFPI consideram as modalidades a seguir:

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos;
- V - prestação de serviços à comunidade externa;
- VI- atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e que não corresponda carga horária da disciplina.

Art. 10 Seja qual for a modalidade da atividade de extensão, para constituir-se ACE deverá exigir a participação do estudante como executor da ação.

Párrafo único - A simples participação como ouvinte não configura ACE, e sim atividade complementar.

### **TÍTULO IV – EIXOS TEMÁTICOS DAS AÇÕES DE EXTENSÃO**



Art. 11 São considerados eixos temáticos para a realização das ACE no curso de Educação Física da UFPI:

I- saúde;

II- cultura;

III- educação;

IV- meio ambiente;

V- direitos humanos e justiça.

Art. 12 A interdisciplinaridade e interprofissionalidade devem ser garantidas por meio da articulação entre os eixos temáticos, bem como tais articulações devem contemplar o perfil do profissional que o curso objetiva formar.

Parágrafo único – as ACE da etapa específica do curso serão norteadas pela habilitação almejada (bacharel ou licenciado em educação física).

#### **TÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13 É facultada ao discente a participação em atividades de extensão desenvolvidas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou órgãos da UFPI.

§1º Os critérios para os alunos participarem de atividades de extensão desenvolvidas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou órgãos da UFPI são os mesmo exigidos para ações do próprio curso.

§2º A referida participação somente será considerada ACE quando o discente desenvolver função executora na atividade proposta.

Art. 14 As atividades de extensão realizadas pelos alunos em outras IES poderão ser aproveitadas mediante requerimento do aluno ao coordenador de extensão, via processo, até um ano antes de sua colação de grau.

§1º O processo deverá estar instruído com o relatório da atividade de extensão, assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com o certificado ou declaração da atividade executada.

§2º O coordenador de extensão emitirá parecer, considerando a pertinência da atividade executada para o perfil profissional que o curso objetiva formar.

Art. 15 Em casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, o discente poderá requerer o aproveitamento das ACE já integralizadas no currículo anterior, desde que o eixo

temático da ACE desenvolvida tenha relação com os eixos temáticos trabalhados no curso de Educação Física.

Parágrafo único – o requerimento deve ser dirigido ao coordenador de extensão, via processo, incluindo o histórico do curso de origem, no qual deve conter o registro da ACE executada pelo discente.

Art. 16 Os casos omissos serão apresentados pelo coordenador de extensão ao colegiado do curso para resolução.

Parágrafo único – O Comitê de Extensão e a Câmara de Extensão são órgãos aos quais poder-se-á recorrer, respectivamente nesta ordem.

Art. 17 Este regulamento entrará em vigor com a aprovação do currículo 6 do Curso de Educação Física.

